

**ELOY DE SOUZA:
uma interpretação sobre o
Nordeste e os dilemas das secas**

Maria Conceição Maciel Filguera



CCHLA UFRN

ELOY DE SOUZA: uma interpretação sobre o Nordeste e os dilemas das secas
Maria Conceição Maciel Filguera

2011



**ELOY DE SOUZA:
uma interpretação sobre o
Nordeste e os dilemas das secas**

Maria Conceição Maciel Filguera


Coleção

DISSERTAÇÕES

E TESES DO

CCHLA-UFRN



ELOY DE SOUZA:
uma interpretação sobre o
Nordeste e os dilemas das secas

Maria Conceição Maciel Filguera

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR

José Ivonildo do Rêgo

VICE-REITORA

Ângela Maria Paiva Cruz

DIRETOR DA EDUFRN

Herculano Ricardo Campos

EDITOR DA EDUFRN

Helton Rubiano de Macedo

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DIRETOR: Márcio Moraes Valença

VICE-DIRETORA: Maria da Conceição Fraga

ORGANIZADOR DA COLEÇÃO

Márcio Moraes Valença

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA E CAPA

Janilson Torres

ELOY DE SOUZA: uma interpretação sobre o Nordeste e os dilemas das secas é a Tese de Doutorado de Maria Conceição Maciel Filgueira, defendida em 07 de agosto de 2009, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA-UFRN). Fizeram parte da Banca Examinadora os professores, Dr. José Antônio Spinelli Lindoso (orientador), Dr. José Willington Germano (UFRN), Dr. Douglas Araújo (UFRN), Dr. Benedito Vasconcelos Mendes (membro externo UERN) e Dr. Hermano Machado Ferreira Lima (membro externo UECE).

Catálogo da Publicação na Fonte.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

F481e Filgueira, Maria Conceição Maciel.
Eloy de Souza: uma interpretação sobre o Nordeste e os dilemas das secas /
Maria Conceição Maciel Filgueira. – Natal : EDUFRN, 2011.
396 p. – (Coleção Dissertação e Teses do CCHLA-UFRN)

ISBN 978-85-7273-707-4

1. Souza, Eloy de (1873-1959). 2. Secas - Nordeste. 3. Brasil, Nordeste. I.
Título. II. Série.

CDU 551.577.38(812/813)

_agradecimentos

Acima de tudo a Deus e aos que facilitaram a realização deste meu sonho.

SER GRATO

Ceição Maciel

Ser grato

É ter a capacidade de reconhecer

Tudo o que foi recebido

Retribuindo, agradecendo...

Assim, perceber, o quanto na vida,

É importante servir,

Fazer, por fazer,

Sem interesses, despretensiosamente,

Apenas por prazer

De compartilhar, SER ÚTIL, colaborar...

Agradecer,

Permite entender,

A imperfeição do saber humano.

Convence sentir,

A dificuldade do fazer sozinho.

Garante acreditar,

Na importância do agir compartilhado.

Credencia confiar,

Na eficácia da produção socializada.

Agradecer,
Eleva a alma
Aprimora a humildade
Engrandece o espírito
Atesta necessidades humanas
Exercita a calma
Aquece amizades
Exatamente, pela simples virtude de saber RECONHECER.
Agradecer!

Agradecer,
Por quase nada,
Uma atenção, uma amizade.
Por algo que parece insignificante,
Uma carona, algo emprestado, ou mesmo dado.
Por ser gentil,
Um mero gesto, uma cortesia, uma palavra.
Por grande coisa,
Um favor, conforme o caso...

O que mais apraz? Dar ou agradecer?
O prazer de dar (sem alegar), é igualmente,
Tão, ou mais gratificante
Que a alegria de receber.
Simbiose da vida: dar e aceitar,
TROCAR, simplesmente.
Reciprocidade, gerando felicidade,
Tendo maior significado, quando acompanhada
Pela virtude de ser grato.
AGRADECER.

_prefácio

O livro da Prof^a. Maria Conceição Maciel Filgueira é uma importante contribuição ao estudo da vida e da obra política de um dos mais importantes personagens da história do Rio Grande do Norte. Eloy Castriciano de Souza foi um parlamentar atuante de 1895 a 1937, inicialmente como representante na Assembléia Legislativa do Estado, e, imediatamente depois, como deputado federal e senador, representando a sua terra no Parlamento Nacional. Parlamentar atento aos problemas do Nordeste e do seu Estado, conhecedor profundo de suas realidades socioeconômicas, em particular da região sertaneja, com a qual se identificava teluricamente e a qual amava com paixão de adolescente. Além disso, o Dr. Eloy, como era chamado pelos amigos e conhecidos, enfrentou o batente de jornalista durante toda a sua longa vida e foi um estudioso da cultura popular, em particular, do sertão: estudou os costumes, os hábitos, as crenças e a poesia do seu povo. E como o Dr. Eloy sabia verter tudo isso numa linguagem coloquial, espontânea, direta, comunicativa, porém, literariamente trabalhada, rica em imagens e metáforas!

Não bastasse isso, Dr. Eloy tem uma biografia que mereceria um estudo a parte. Talvez um romance, com direito a tradução para o universo da arte cinematográfica. Pertenceu a uma família que se destacou pelas qualidades intelectuais: sua irmã, Auta de Souza, precocemente falecida, foi uma das maiores poetisas brasileiras do início do século vinte; seu irmão, Henrique Castriciano [de Souza], foi um grande educador, intelectual de múltiplos recursos, com iniciativas inovadoras no campo da Educação; seus outros irmãos também eram intelectualmente muito capazes, embora não tenham tido a projeção desses dois.

A família foi atingida pela fatalidade muito cedo: sua mãe, e depois seu pai, morreram jovens e deixaram os filhos órfãos, ainda crianças. Apesar

disso, com o incentivo da avó, uma mulher analfabeta, todos estudaram e foram bem encaminhados na vida. Eloy cursou a prestigiosa Faculdade de Direito de Recife e bacharelou-se em Ciências Sociais. Antes de receber o diploma de advogado, entretanto, veio para o Rio Grande do Norte, a convite de Pedro Velho, trabalhar na política local.

Há um detalhe que, como o "retrato na parede" de Drummond ("Itabira é apenas um retrato na parede, mas como dói"), deve ter doído na consciência de Eloy de Souza, deve ter marcado sua experiência de vida, detalhe que os contemporâneos e os pósteros jogam para os desvãos do inconsciente, mas que não deixa de fazer a viagem freudiana do retorno do reprimido: Eloy, como os seus irmãos e pais, era negro.

Pois bem, Conceição Maciel Filgueira aborda todas essas questões: sua origem familiar, sua negritude, sua atividade política, a produção literária, os estudos de cultura. Mas, naturalmente, ela tem um foco, anunciado no subtítulo do livro: a interpretação do Nordeste e os estudos e atuação de Eloy acerca dos problemas das secas. Porque Eloy, longe de ser um intelectual de gabinete, foi homem de ação. Estudou, viajou, viu de perto, viveu. E traduziu isso em ação parlamentar, em atividade jornalística, em conferências. Sempre preocupado com o drama das secas, com o êxodo dos nordestinos, com os métodos de produção agrícola. Mas, Eloy foi também um homem do seu tempo, marcado por suas vicissitudes, suas grandezas e suas limitações (e quem não o é?).

Conceição Maciel não faz concessões. Seu trabalho tem a marca da objetividade. Não a objetividade neutra, supostamente imparcial, pairando "olimpicamente" acima. Trata-se de objetividade engajada. Aponta as limitações de Eloy, seus impasses, seu compromisso com as elites oligárquicas dominantes (os Maranhão, os coronéis do sertão), com certo estilo de fazer política (a política dos notáveis), a convivência com o pacto de silêncio sobre a sua cor.

É isso que faz do livro de Conceição Maciel Filgueira um trabalho indispensável na bibliografia potiguar, nordestina e brasileira que trata da história política e da história cultural. De agora por diante, quem precisar escrever sobre Eloy de Souza (ou sobre a história política do Rio Grande do Norte, ou sobre a política da Velha República, ou sobre a história dos costumes no sertão do Nordeste) terá de consultar esse livro.

Certamente, Eloy Castriciano de Souza vai merecer outros estudos. E esse, ora vindo a lume, vai estimular essa nova produção.

À memória de meus pais, **Sabino Maciel Júnior e Isabel de Queiroz Maciel**, minhas verdadeiras escolas, meus primeiros professores, que apostavam na educação dos filhos, como garantia de sobrevivência humana.

Às manas, **Donária (Lalala), Dolores (Lolole) e Tercina**, pela dedicação, renúncia e sacrifício em função da educação e bem-estar dos irmãos.

À memória do irmão, **Ítalo Maciel (Itinho)**, meu grande ídolo intelectual, pessoa por quem eu tinha grande admiração diante de sua aguda inteligência. Conversador eloquente e profundo nos seus conhecimentos, grande idealista que me influenciou com o seu pensamento, instigando-me à leitura, orientando-me. A ele que sem a sua voz bonita, destruída pela doença, foi forçado ao sacrifício do silêncio, durante oito meses, antes de morrer.

Ao esposo, **Raimundo Filgueira**, o carinho, a confiança, o aprendizado conjunto, a amizade, a tolerância e o incentivo.

Aos filhos do coração, **Lisane (Lili), Cínara (Cici) e Alano Laninho**, preciosos tesouros de minha vida, luzes do meu caminho.

Maria Conceição Maciel Filgueira é graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), especialista em Estudos Sociais pela UERN/UFRN, mestre em Ciências Sociais pela UFRN e doutora em Ciências Sociais pela UFRN. Professora Titular da UERN (aposentada), atualmente, docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi, Presidente da Academia Feminina de Letras e Artes Mossoroense (AFLAM), é autora do livro *Meu pai Maciel: memória rediviva*; Co-autora dos livros, *Os Rosados em Tese* e *Primeiros passos da iniciação científica* e autora do livro *Dominação política e universidade*.

_sumário

capítulo 01 INTRODUÇÃO	11
capítulo 02 NORDESTE E SECAS	37
capítulo 03 A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO	93
capítulo 04 IMPRESSÕES CULTURAIS DO RIO GRANDE DO NORTE	147
capítulo 05 O NORDESTE E A SECA: UM PROBLEMA POLÍTICO	203

_sumário

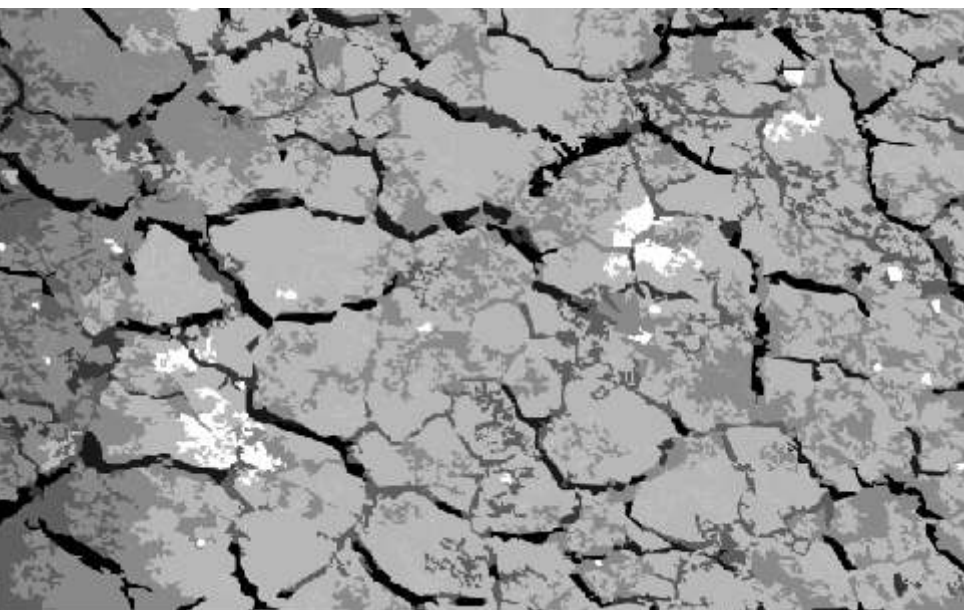
259 capítulo 06
CONCLUSÃO

267 referências

287 anexos

393 listas

_capítulo 01



INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

Sempre vivi no Parlamento e fora dele, não apenas o drama político e partidário da atividade a que fui chamado e às vezes reluto em acreditar que fosse minha vocação. Fosse ou não tivesse sido a verdade é que exerci esta atividade com o pensamento na minha terra e na minha gente, isto é, sofrendo as angústias do meu Nordeste, tantas vezes morto de fome e de sede e sempre vivo e alerta com os compromissos da vida para com a Nação.

Eloy de Souza

Prestaria sem dúvida um grande serviço ao Estado quem se desse ao trabalho de reunir o muito que o Dr. Eloy de Souza deixou escrito e esparso.

Otto Guerra

Este trabalho visa estudar o pensamento de Eloy Castriciano de Souza (1873-1959), mais conhecido como Eloy de Souza, o qual deixou uma marca exponencial do seu talento representada por meio de uma produção intelectual jornalística, cultural e política, no Rio Grande do Norte, à época. A obra de Eloy de Souza até hoje, primeira década do século XXI, não é muito lembrada, razão pela qual raramente é debatida no meio acadêmico.

A respeito do esquecimento imposto à intelectualidade brasileira, Darcy Ribeiro, antropólogo, escritor e político mineiro, falava do Brasil como uma máquina de moer talentos e homens. Vivía assustado com a quantidade de pensadores brilhantes que eram desprezados jogados num limbo cruel e idiota, a exemplo de Manoel Bomfim¹, que durante anos foi hóspede desta zona de esquecimento. Embora tenha deixado uma obra magistral na qual explicava por meio da noção de parasitismo, o atraso da América Latina e do Brasil, ao seu modo, revolucionária e tantos outros como Eloy de Souza, resgatado nesta pesquisa.

Sobre essa questão do que está ausente ou presente nos registros discursivos, Paul Ricoeur, filosoficamente reflete sobre três elementos que aponta como indissociáveis: a memória, a história e o esquecimento. A memória e a história se perdem, quando há esquecimento. “O

¹ Manoel Bomfim nasceu em Aracaju (1868-1932), intelectual, de descendência africana, filho de família burguesa que se firmara como “senhores de engenhos”, foi médico, pedagogo e historiador, mas foi como profissional da educação que ele se destacou. Entre suas principais obras, sobressaem-se, entre outras: *América Latina: males de origem*, *Brasil na História, Através do Brasil*, *Brasil Nação*.

esquecimento é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica.” (RICOUER, 2007, p. 300).

As principais obras de Eloy de Souza são: *Secas do Norte e cabotagem nacional*, discurso pronunciado no Congresso Nacional, Rio de Janeiro, na Sessão de 28 de novembro de 1906; *Costumes Locais* – primeira conferência proferida, no Palácio do Governo, publicada na Tipografia do Jornal *A República*, Natal-RN, em 20-02-1909; *Um problema nacional* – projeto de justificação, Congresso Nacional - Câmara dos Deputados (Sessão de 30 de agosto de 1911), Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1911; *Cartas de um desconhecido* (21 cartas publicadas no Jornal *A República* no ano de 1914) – com o pseudônimo Jacinto Canela de Ferro e publicadas em livro em Natal-RN: Fundação José Augusto, 1969.

Eloy de Souza foi o redator, tomando posse, como diretor da Imprensa Oficial do RN em 18 de dezembro de 1937 e em 23 de maio de 1941 é nomeado diretor efetivo da Imprensa Oficial.

Dando prosseguimento a suas obras, seguem: *Conferência em Lages* (sem data determinada, estima-se ter sido proferida no período compreendido entre 1919-1930); *Cartas de um Sertanejo* (17 cartas publicadas no Jornal *Diário de Natal*² no ano de 1926) com o pseudônimo Jacinto Canela de Ferro e publicadas em livro em Brasília: Gráfica do Senado, 1983; *Alma e poesia do litoral do Nordeste* - Conferência em benefício da construção da Capela de Santa Terezinha, Natal-RN, 1930; *O Calvário das secas*, considerado o livro mais importante publicado pela Imprensa Oficial, Natal-RN, em 1938, em 2ª edição em Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1976 e em 3ª edição INL/Pró-Memória, FJA, Brasília/Natal, Rio, 1983. Este livro foi o resultado de uma série de artigos da autoria de Eloy de Souza editados no Jornal *A República* em 1937, polemizando com o professor Clodomiro Pereira da Silva, engenheiro da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, autor do livro, *O problema das secas no Nordeste brasileiro*, que discordava dos propósitos da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), resultante do Projeto de Eloy de Souza como Deputado Federal; *Tobias Monteiro*: jornalista e historiador, publicado no Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio, 1942; *Habitação do Rio Grande do Norte*, artigo publicado no Jornal *A República*, Natal-RN, 1943; *Getúlio e o Estado Nacional*, discurso proferido em 10-11-1943, nos estúdios da Rádio Educadora de Natal-Rn (não localizado); *A política*

² A folha matutina *Diário de Natal* foi fundada por Dom José Pereira Alves, Bispo Diocesano em 1924 e pertencia ao Centro de Imprensa Católica, tendo como Diretor Antonio Soares e como colaborador Eloy de Souza com o pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro. (MELO, 1987).

financeira e as Caixas Econômicas, em 1951 (esse livro não foi localizado, nem na biblioteca da Caixa Econômica Federal); *Memórias*, livro iniciado em 1956, ditado por ele aos 83 anos e datilografado por Câmara Cascudo. Após sua morte (07-10-1959), em 24 de dezembro de 1959 - Cascudo, anuncia numa Acta Diurna a publicação de *Memórias de um Velho*, título inicial das memórias de Eloy, que em 1ª edição foi intitulado *Memórias*, publicado em Natal-RN: Fundação José Augusto em 1975. A 2ª edição foi organizada por Rejane Serejo e publicada pela gráfica do senado federal em (2008).

Apesar de extensa, a obra de Eloy de Souza encontra-se incompleta, por vezes, ausente nas bibliotecas acadêmicas, nas bibliotecas públicas e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Na Assembléia Legislativa em Natal-RN, onde ele foi Deputado Estadual no triênio 1895-1897, não há nenhum documento a respeito de pronunciamento seu, nem na Biblioteca, nem na Secretaria Legislativa. Inclusive a Câmara Federal, onde teve quatro mandatos, como Deputado Federal (1897-1899), (1900-1911), (1912-1914), (1927-1930), e o próprio Senado Federal, onde foi Senador em três mandatos (1914-1921), (1921-1927), (1935-1937), não dispõem de sua obra nas Bibliotecas; aliás, nos sites, faltam registros dos seus principais projetos e pronunciamentos, permanecendo dessa forma, na escuridão. Esses fatos demonstrados reforçam o quanto Eloy permanece esquecido.

A Biblioteca Eloy de Souza em Natal-RN, que disponibilizou o acervo para esta pesquisa, é a mais completa dentre as consultadas, mesmo assim, não contém toda sua obra.

A Coleção Mossoroense, a maior Coleção de trabalhos sobre o Nordeste seco, até hoje reeditados, publicou: *O Calvário das secas*, *Costumes Locais e outros temas*, *Conferência em Lages* e *Um problema Nacional*, um projeto justificado na Câmara dos Deputados, inserido no livro *Memorial da seca*, organizado por Vingt-un Rosado; *Eloy de Souza e Mossoró*, organizado por Vingt-un e Josetine Vasque; outros artigos, retirados dos Jornais *A República* e *A Razão*, foram publicados no 20º livro da seca, organizado por Otto Guerra.

Resgatar Eloy de Souza constitui-se da maior relevância, pela inserção fundamental, como parlamentar, etnógrafo e jornalista, legando uma visão de mundo e, por conseguinte, influenciando historicamente a vida dos homens. Seria, mais precisamente, uma forma de perceber as ideias e posições políticas no século XIX, dando lugar às polarizações ideológicas que marcaram profundamente a primeira metade do século XX,

além de representar uma contribuição extremamente importante ao conhecimento, possibilitando uma reflexão sobre a realidade brasileira nesse período.

Neto de vaqueiro, perambulando, criança, pelas fazendas da família, cultivara e intensificara vinculações atávicas com o sertão. Mais tarde, pela convivência diversificada, havida nas andanças de político, conhecendo a rudeza dos problemas e auscultando aspirações coletivas, ampliou e aprofundou a visão preservada da infância, impregnando de racionalidade o que tecera de intuição. E o dia-a-dia do jornal lhe emprestaria a perspicácia do repórter, para captar uma realidade por ângulos reveladores de peculiaridade (PEREIRA, 1983, p. 7-8).

Apesar de pernambucano, sua preocupação estava voltada para o Rio Grande do Norte, berço dos seus familiares, avós paternos, pai e irmãos, vivendo parte de infância, adolescência e juventude, entre Recife e Macaíba.

Macaíba era ponto de concentração de todo o comércio do Seridó, Ceará-Mirim, São José de Mipibu e Ribeira do Potengi. Primitivamente, “Coité”, era “considerada a capital política desse Estado à época, onde os acontecimentos que mais interessavam eram conhecidos aí antes de serem em Natal.” (SOUZA, 1975, p. 15). “É importante reconstituir a importância de Macaíba naqueles idos, compreendendo a presença de investidores de outras terras, sobretudo de Pernambuco.” (PEREIRA, 1982, p. 6).

Também, conforme Cascudo (1961, p. 25),

Macaíba era a capital econômica da Província do Rio Grande do Norte e não Natal, que nos idos de 1871, o Presidente Henrique Pereira de Lucena, futuro Barão de Lucena, dizia ser 'uma vila insignificante e atrasadíssima do interior'. Comerciantes de Pernambuco, especialmente, montavam financiamentos para as safras canavieiras e algodão dos vales do Caipó, Cajupiranga, Maxaranguape, Ceará-Mirim, até proximidade de Canguaretama ao Sul e Açu a Oeste, recebendo os produtos que iam em barcaças vagarosas ou nos navios de três mastros, ancorados e balançados em Guarapes para a Inglaterra. [...] Até 1872, os navios vindos de Liverpool e Manchester subiam o rio e vinham carregar açúcar, algodão e couros, peles e deixar tecidos, enxadas, foices, sapatos, perfumes, jóias

baratas e espelhos, louças de pó-de-pedra e porcelana inglesa, toda a pacotilha industrial da época. A libra esterlina com relevo bojudo da rainha Vitória circulava com normalidade de uma nota de dois mil réis.

Macaíba foi o lugar do Rio Grande do Norte para onde seus pais, Eloy Castriciano de Souza (1842-1881), e Henriqueta Leopoldina Pedroza de Souza (1852 -1879), se deslocaram para residir, depois do nascimento do primogênito, Eloy de Souza, que ocorreu em Recife, no dia 04 de março de 1873, num sobrado de azulejo no sítio Arraial, de propriedade de seu avô materno, Francisco de Paula Rodrigues (1809-1882).

Em Macaíba nasceram os quatro irmãos: Henrique Castriciano de Souza (1874), Irineu Leão Rodrigues (1875), Auta de Souza (1876) e João Cândio Rodrigues de Souza (1877), sendo os dois primeiros na Casa do Porto, na rua da Praia e os dois últimos na Rua do Comércio. “Casa grande, de homem abastado, de influência política, procurado pelos amigos e fregueses, discutindo eleições e traços para derrubar o conservador no poleiro administrativo.” (CASCUDO, 2008, p. 46).

Perceber o local ao qual o indivíduo pertence é importante, na medida em que, a memória se apoia no espaço. A casa é o lugar de acolhimento do ser humano, o espaço do refúgio e da segurança. Pode-se entendê-la não apenas no sentido estrito do patrimônio, mas também, do canto da família, do lar. A casa tem sido também utilizada como uma metáfora para significar tudo aquilo, que prende a determinados lugares, sejam eles a terra de origem ou da nação.

Assim, Eloy fazia parte de uma família rica, “porém de ascensão recente devido ao comércio, por pouco tempo, até a perda paulatina dos seus bens” (PINHEIRO, 2005, p.94). Seu pai era banqueiro em Macaíba-RN chefe da Casa 'Paula Eloy & Cia', uma casa bancária financiadora das safras de açúcar de grande parte dos municípios de Ceará-Mirim e São José de Mipibu, incluindo o vale de Cajupiranga, no Rio Grande do Norte. Também político, membro do partido liberal, do qual era chefe o pernambucano Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti (1825-1890), fixando-se no Rio Grande do Norte, tendo dominado a cena política por mais de vinte anos.

Amparado por essa força política, em duas legislaturas, 1878-1879 e 1880-1881, Eloy Castriciano foi Deputado Provincial e membro da Comissão de Orçamento. Acresce que a família ainda herdou várias fazendas do avô materno, Francisco de Paula Rodrigues, o avô rico, conforme falava Eloy de Souza em *Memórias*. Dessa forma, o filho

primogênito do banqueiro e político, Castriciano foi crescendo ao lado da elite social e política do Estado.

Contudo, prematuramente, sofreu o impacto da desestruturação familiar, a perda da mãe, aos seis anos, a do pai aos oito anos e a do avô materno aos nove anos, sendo criado, ele e os quatro irmãos, pela avó materna, Silvina Maria da Conceição (Dindinha – 1828-1908), analfabeta, porém de espírito humanitário e altruísta. Não obstante essas perdas de entes queridos e a morte do irmão Irineu aos 12 anos de idade, Eloy como os irmãos, Henrique Castriciano e Auta de Souza, cedo revelaram seus talentos e mentes privilegiadas.

Henrique Castriciano (1874-1947) foi secretário e colaborador dos governos de Alberto Maranhão e Tavares de Lyra e vice-governador do Estado. Destacou-se como escritor e poeta, com as obras, *Ruínas*, *Vibrações* e *Mãe*. Desenvolveu a campanha pela educação popular, priorizou a educação feminina, fundando a Liga do Ensino, alicerce para a fundação da Escola Doméstica de Natal, em 01 de setembro de 1914.

Auta de Souza (1876-1901), nos seus vinte e cinco anos de existência, rompendo com o preconceito feminino da época, tornou-se escritora e “deixou na sua poesia a expressão de uma candura de fé religiosa, que lhe valeu o conceito de primeira, senão única poetisa católica do Brasil, destacando-se com seu único livro, *O horto*.” (SOUZA, 1975, p. 46). O *horto* reflete a gratidão da poetisa dedicando os seus versos à avó, ‘alma sagrada, velhinha amada, hóstia guardada num cibório de ouro [...]’ (CASCUDO, 2008a, p. 185).

Quanto a Eloy de Souza (1873-1959), em Macaíba aprendeu as primeiras letras, aos cinco anos de idade. Visando bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais, ingressou na Faculdade de Direito de Recife. Um dos mais antigos e tradicionais estabelecimentos do ensino superior no Brasil, criado, juntamente com a de São Paulo, por lei do Imperador D. Pedro I, sob o primeiro Reinado. Continua, assim, uma existência, onde nasceu e floresceu o movimento intelectual poético, crítico, filosófico, sociológico, folclórico e jurídico conhecido como a *Escola do Recife*, nos anos de 1860 e 1880 e cujo líder era o sergipano Tobias Barreto de Meneses. Outras figuras importantes do movimento foram Sílvio Romero, Artur Orlando, Clovis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Martins Júnior, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higino, Araripe Júnior, Joaquim Nabuco.

A carreira de Direito era a mais valorizada e promissora à época. Para os nordestinos, a Faculdade de Direito de Recife e o Seminário de

Olinda eram as opções para os homens que pretendiam se tornar, bacharéis, políticos e sacerdotes. As linhas norteadoras do pensamento dessa Faculdade voltavam-se, para o positivismo, o materialismo darwinista e o evolucionismo.

A base fundamental do positivismo comteano sobre a qual se assentava a sociabilidade humana e, portanto, a unidade social, era formada por um conjunto de princípios angulares admitido em consenso pelos diferentes membros da coletividade, que a partir dele formavam uma maneira de pensar, de construir as representações do mundo social e suas crenças. Assim sendo, só existia sociedade na medida em que seus membros partilhavam de um corpo de pensamento e sentimentos coerentemente construído e que refletia a etapa de desenvolvimento da humanidade (COMTE, 1974).

O positivismo comteano explicava como natural a ordem de dominação burguesa em processo de construção. Procurava contrapor a ela um poder espiritual regulador, que ao atingir moralmente os homens, reformulando suas representações sociais, ofereceria um discurso sobre o social no qual o ponto de vista da classe dominante, que se esforçava para manter as condições objetivas de sua predominância na estrutura, aparecia como universal a todos os sujeitos, pois somente este ponto de vista garantia a manutenção da ordem. A necessidade do Estado, enquanto coordenador e mantenedor do organismo, tornara-o legítimo, fazendo dele o ator político capaz de garantir a unidade social. Isso permitia a construção de uma identidade e homogeneidade natural à sociedade, negando o processo histórico-social constituído pela divisão em classes e fundado pela luta de interesses sociais. O Estado, em Comte, englobaria e ocultaria a divisão e a luta de classes contidas no social, figurando como homogeneizador da sociedade. Suas divisões inegáveis reduziam-se, a um dado empírico, que fazia parte das condições de vida de cada um, determinadas pelas leis sociais (COMTE, 1974).

Nesse sentido, o centro principal de irradiação da doutrina positivista era a cidade do Recife, através da Escola de Direito, cujo iniciador foi Tobias Barreto que, com seu temperamento irrequieto, tomou posteriormente outros caminhos no domínio do pensamento. O mesmo ocorreu com outros dois vultos eminentes deste grupo, Sílvio Romero e Clóvis Bevilacqua, que passaram a orientar-se pelo Evolucionismo spenceriano, apesar da influência comteana que os acompanhou sempre.

A filosofia de Spencer, nada mais era que um desdobramento do positivismo comteano e uma verdadeira adaptação à doutrina de Darwin. O

evolucionismo de Spencer recebeu importante influência de Comte e apresenta, simultaneamente, uma compreensão biológica, psicológica, sociológica e ética da realidade. Quanto à ética da realidade, Spencer postula uma ética utilitarista, procurando mostrar que as ações que possuem como fim o prazer servem para aumentar a conservação da vida. A evolução da espécie, desta forma, deverá fazer com que prazer e dever coincidam naturalmente. Assim, a ética spenceriana radica no indivíduo, uma vez que, nele, processar-se-á a mais perfeita adaptação entre o meio externo e seus conteúdos internos. O indivíduo, alcançando este estágio de evolução, tende por si próprio, servir ao seu próprio aprimoramento e, simultaneamente, à evolução da coletividade (SPENCER, [1896?]).

Apesar de todo o empenho no intuito de se formar em Direito, Eloy de Souza encerrou a sua vida acadêmica concluindo o curso de Ciências Sociais, no qual formou um círculo social de elevado nível cultural. Conviveu com altas figuras do mundo intelectual, mantendo relacionamento com personalidades importantes das mais diversas localidades, do Estado, da região e até do país, privando com os grandes jornalistas brasileiros, poetas, romancistas, historiadores, cronistas, a exemplo de Capistrano de Abreu, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, José do Patrocínio dentre outros.

Em 1894 interrompeu o bacharelado, pois fora convocado, exortado por Pedro Velho (1856-1907), conhecido da família em Macaíba, grande oligarca do Rio Grande do Norte, para representá-lo politicamente. Conforme Eloy de Souza, assim falou o comandante: “liquide essa bacharelize que preciso de ti no Rio Grande do Norte.” (SOUZA, 1975, p. 61).

Assim, em 1895 ele “[...] volta definitivamente para o Estado. O onipotente Pedro Velho, governador, chefe supremo do Rio Grande do Norte, pedira-lhe que abreviasse os estudos porque necessitava dos serviços dedicados de gente moça e lépida.” (CASCUDO, 2008a, p. 72).

Em 14-06-1895 Eloy foi “[...] nomeado Delegado de Polícia de Macaíba na administração do Governador Ferreira Chaves [...]” (SOUZA, 1975, p. 63). Porém, com base em dados históricos, verifica-se uma contradição, pois o Governador do Estado à época era Pedro Velho (1892-1896). De acordo com Câmara Cascudo em *Vida de Pedro Velho*, este foi “eleito governador pelo congresso Legislativo Estadual, assumindo em 28 de fevereiro de 1892” e entregando o seu mandato em 25 de março de 1896 (CASCUDO, 2008b, p. 132). Desse modo, confrontando as datas, admite-se que a nomeação de Eloy de Souza tenha sido feita mesmo, por Pedro Velho. Em seguida é eleito Deputado Federal (1897-1915) aos 24 anos de idade, na Primeira República, sendo considerado o mais jovem do Brasil.

Nessa perspectiva, a partir da confluência de suas vivências, Eloy de Souza vai moldar a forma de pensar, de acordo com as ideias de atores políticos do Rio Grande do Norte que buscavam acompanhar as exigências da evolução, progresso e modernização do momento. Augusto Severo, José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Lamartine, Henrique Castriciano, Manoel Dantas, Alberto Maranhão e tantos outros pertencentes a sua geração visavam reformar a ordem vigente, porém mantendo a estrutura social; modernizar os ares da capital e do Estado, mas sem alterar a base estabelecida.

Na esteira desses norte-rio-grandenses, Eloy de Souza também se preocupou com o progresso da região. Ao interpretar o Nordeste e as secas, explorou o aspecto cultural para criar os núcleos temáticos de seu discurso orgânico: Nordeste³, Rio Grande do Norte, sertão, sertanejo, vaqueiro, tradições sertanejas, natureza madrastra, seca, flagelado, modernização, irrigação, nação, articulando-as organicamente, para dar sentido ao seu trabalho literário, jornalístico e, sobretudo, político.

Através dessas categorias, cria uma certa idealização de um estilo de vida que corresponde à dominação tradicional, contribuindo para sua reprodução. Por outro lado, estava interessado em sua sobrevivência política como dirigente, intérprete e representante de uma fração regional da classe dominante, ao mesmo tempo em que pensava em dar sentido, ou seja, em dar a essa direção política um caráter “hegemônico”⁴. Em suma, Eloy pretendia manter direção política e a garantia do poder, buscando o consenso, tentando legitimar-se. Ao mesmo tempo, deixou uma contribuição etnográfica, pelo fato de resgatar e descrever costumes e tradições culturais.

Por essa via, elaborou uma visão de mundo a partir da realidade sertaneja vivida na infância, na adolescência, reelaborada na idade adulta e ainda inventou um personagem para lhe reforçar os argumentos, traduzindo mais fielmente essa realidade. Chamava-se Jacinto Canela de Ferro, cuja razão ele mesmo explica: “Quando conto sob o pseudônimo Jacinto Canela de Ferro, episódios da vida sertaneja ou descrevo as paisagens e os costumes de nossa terra, não faço mais que recorrer à memória do coração e deixar que ela fale no alvoroço da saudade que me é tão doce acalantar.” (SOUZA, 2003, p. 25).

³ Muitos escreveram sobre o Nordeste em várias perspectivas, daí, para uma maior compreensão da questão, essa discussão será feita na segunda parte deste trabalho.

⁴ SPINELLI, José Antonio; LYRA, Rubens Pinto. Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas. *Cronos*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Natal, v.8, n.2, p. 567-587, jul./dez. 2007.

Eloy cria um Sertão no seu imaginário para servir de parâmetro para a nação, em que Canela de Ferro o traduz na realidade. Por conseguinte ressalta as qualidades sertanejas, esquecidas, distorcidas e discriminadas, equiparando-as e, por vezes, suplantando-as aos homens do litoral, tentando passar uma identidade sertaneja a partir do seu imaginário.

Imaginário, na visão do filósofo grego e cientista social, Cornelius Castoriadis (1922-1997), tem a ver com criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa. Seus produtos é o que se denomina realidade e racionalidade. Sua obra ressalta que pensamento de qualquer objeto é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico (CASTORIADIS, 1982).

Para esse autor, a Sociedade resulta como produto de uma instituição imaginária. A imaginação, seria, portanto o princípio fundador da sociedade, em uma dimensão de criação continuada. Sua obra inclui reflexões sobre a linguagem e os pensamentos, herdados ou construídos, que refletem as tendências da instituição da sociedade (CASTORIADIS, 1982).

Compreender, captar o simbolismo corresponde a entender as significações que o constituem, e através da organização de significados e significantes, transmitir algo com característica global, com sentido articulado, pela combinação de signos, de modo a permitir definir uma identidade, mesmo que parcial, no mesmo código de mensagens cuja composição pode ser diferente (CASTORIADIS, 1982).

Desse modo, a realidade configura-se como o real, retirado pelo imaginário através do simbólico. Este representa um processo permanente de criação do fluxo imaginário em seu componente imaginável. Portanto, as representações do sujeito são oriundas de construções históricas, podendo ser transmitidas e também construídas individual e coletivamente.

Corroborando nesse ponto, Laplantine e Trindade (1997, p. 24), afirmam que “o imaginário, portanto de maneira geral, é a faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção.”

A partir desse imaginário sertanejo, como político Eloy vai abarcar a causa dos flagelados da seca do Nordeste, sem perder de vista o Rio Grande do Norte, fazendo o seu primeiro pronunciamento na Câmara Federal na sessão de 28 de novembro de 1906, sobre as secas do Norte. Ele havia

visto a seca de 1877, aos quatro anos de idade, defrontando-se com um triste quadro de um retirante morrer às portas da fazenda de seus familiares e a de 1904 e 1906, já como Deputado, em Natal, sendo agora a cena de uma invasão à procura de abrigo, que muito o impressionara.

Para o nordestino, há dois tipos de seca, entendida como ausência de chuvas: a anual, que dura de sete a oito meses, não sendo esta um grande problema, pois o sertanejo já está preparado, dispendo de reservatórios de água que permitem atravessar este período. A outra são as secas periódicas, que se efetivam quando em um período normalmente chuvoso — dezembro a março — não caem as chuvas esperadas, fazendo com que aquele período seco de sete a oito meses se estenda por dois e às vezes três a quatro anos. São essas que serão discutidas neste trabalho, haja vista serem dilemas constantes para o sertanejo nordestino desde o século XVI.

Vale ressaltar que, o primeiro registro de seca no Nordeste remonta a 1559, segundo narra o livro *História de Companhia de Jesus do Brasil*, do Padre Serafim Leite (GUERRA, 1989). Conforme esse autor, apesar de afetarem índios e os primeiros colonizadores, as secas dos séculos XVI e XVII não tiveram grande impacto, devido ao número reduzido de habitantes e a abundância de recursos naturais que minimizavam os efeitos da seca. A partir do século XVIII começam as secas de maior gravidade, como a de 1777-1788. Dentre as secas que causaram maiores prejuízos, destaca-se sobremaneira a de 1877-1879, que ocasionou a perda de mais de meio milhão de vidas. Isto ocorreu também devido à falta de preparo das autoridades para enfrentar o problema. Por terem sido tão avassaladoras as consequências desta seca, passaram a ser conhecidas, como “seca grande”, motivando o Império a tomar as primeiras medidas para combater os efeitos das estiagens no Nordeste.

No romance mais popular da escritora Raquel de Queiroz, *O Quinze*, ela retrata, a esperança, a fome, o milagre, a morte, a separação e a fé em Deus de que um dia chuvoso irá melhorar a vida de muitos retirantes sofredores. A obra escrita em 1930 conta a saga de retirantes com muita fome que chegam a se alimentar de tripas de carneiro e até mandioca crua, envenenando-se durante a seca de 1915, que também foi vivida pela escritora, afirmando ter sido um dos períodos mais dramáticos que o povo do interior cearense atravessou, pois tudo era devastado por um sol escaldante. Entretanto, a seca de 1932 foi o ponto culminante do ciclo fatal.

Ilustrando esse quadro, na literatura brasileira há várias obras que contam a história de sertanejos que emigram isolados ou em grupo, fugindo

da seca. Entre eles estão *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, *A bagaceira* de José Américo, *Morte e Vida Severino*, de João Cabral de Melo Neto, dentre outras.

Diante dessa realidade, Eloy de Souza se destaca como precursor das primeiras leis para combater as secas no Nordeste e os seus dilemas. Em 1907 idealiza e redige regulamento para a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), mais tarde, denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Em 1910 Eloy de Souza foi ao Egito visitar as grandes barragens e o sistema de irrigação perene. Aproveitou para ir a Paris, Alexandria, Jerusalém, Lausanne e Interlaken, na Suíça (SOUZA, 1975). Em 1911 apresentou um projeto à Câmara dos Deputados para implantação de amplo programa de obras de irrigação, ocasião em que defendeu o plantio de algodão em terras irrigadas, cujas plantações acabara de ver no Egito, sendo publicado sob o título, *Um problema nacional*. No entanto, esse projeto foi arquivado por oito anos.

Em 25 de dezembro 1919 o paraibano Epitácio Pessoa ressuscita o projeto de autoria de Eloy de Souza, que foi aprovado e sancionado, e durante algum tempo foi chamado Lei de Natal, de número 3.965. “O projeto de 1911 e a Lei Epitácio Pessoa são uma e a mesma coisa nas suas expressões capitais. Criaram o Fundo de Irrigação também denominado Caixa das Secas”, segundo o próprio Eloy (SOUZA, 1975, p. 75).

Ele ainda teve participação ativa na Lei 175, a Terceira Contra as Secas, sancionada em 7 de janeiro de 1936 pelo Presidente Getúlio Vargas. Essa Lei regulamentou o Art. 177 da Constituição Federal de 1934. O Senador Eloy de Souza foi relator da Comissão que emitiu o Parecer. Em 1937 encerra a carreira parlamentar, em função do Estado Novo, porém, ainda ocuparia cargos públicos e políticos. “Não acabou aí a minha vida pública. Ela ainda continuou, felizmente, por pouco tempo nos embates alternativos de grandes prazeres e pungentes desgostos.” (SOUZA, 1975, p. 71). Ainda ocupou os cargos de Diretor da Imprensa Oficial do Estado, Presidente do Conselho Consultivo do Estado e Diretor da Caixa Econômica Federal (SOUZA, 1975).

Em suma, Eloy de Souza se destacou pelo pioneirismo na criação de leis de combate às secas, iniciando a campanha de irrigação através de técnicas modernizadoras inspirado na última geração da tecnologia adotada na Argentina, Egito, Inglaterra, Estados Unidos, propiciando a

perfuração de poços, construção de estradas, visando solucionar os problemas das secas e do atraso regional.

Alguns autores escreveram sobre Eloy de Souza, a exemplo de Câmara Cascudo, Aluísio Alves, Vicente Serejo, Veríssimo de Melo, Otto Guerra, Francisco das Chagas Pereira, Tereza Aranha, Benedito Vasconcelos Mendes, João Maria Furtado, Janice Theodoro da Silva e Rita de Cássia Ribeiro.

Câmara Cascudo, antropólogo e folclorista norte-rio-grandense de renome internacional, falou a seu respeito em diversas situações, prefaciou os livros, *Calvário das secas*, *Memórias*; redigiu vários artigos e breves apanhados de sua biografia, salientando o grande potencial como jornalista e político, além de ressaltar seu pioneirismo no campo da antropologia do Rio Grande do Norte.

No campo jornalístico, segundo Cascudo (1959), nenhum norte-rio-grandense terá um número de artigos superior a Eloy de Souza; de 1894 até semanas antes de “fechar os olhos”, Eloy de Souza valeu-se do Jornal como veículo divulgador e forma de expressão do pensamento. Escreveu milhares de artigos, onde normalmente, conversava e ditava um artigo, ao mesmo tempo.

Aluísio Alves discorda da versão, na qual se dizia ser comum Eloy ditar dois, três artigos, concomitantemente, Aluísio diz:

Há um folclore de que Doutor Eloy de Souza ditava, sistematicamente, três artigos de uma vez. Não é verdade. Apenas houve o seguinte: ele escrevia uma série de artigos sobre a zona do Mato Grande, problemas da seca, problemas de água da região. Artigos a pedido de João Câmara e escrevia o artigo principal do dia.

Prosseguindo, Aluísio (1998, p. 29-30) diz:

[...] Um dia ele estava ditando um artigo para mim, quando cobraram o outro artigo. Ele resolveu: Damasceno, vem pegar esse artigo sobre Mato Grande, que vou ditar o artigo político, o editorial para Aluísio. Damasceno veio para a mesa da primeira sala e eu fui para a segunda sala. Ditava um pedaço de um (porque os dois tinham de sair no mesmo dia), ditava um pedaço do outro, chegava, punha o dedo em cima da folha de papel e indagava: - O que é que eu estava dizendo? – Eu relia a frase e ele continuava. Mas, isso aconteceu, ao que me lembro, uma só vez. O resto é folclore.

Era considerado jornalista do artigo-de-fundo, do *suelto* e da “vária” informativa e sutilmente orientada. Conheceu e privou da convivência com os grandes jornalistas do passado: Ferreira de Araújo, Eduardo Salamonde, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, João Laje, Edmundo Bitancourt. Tempo em que a reportagem não se aclimara ao Brasil e apenas os “furos” consagravam os afoitos, os atrevidos, os felizes vencedores da corrida no campo da primeira informação (CASCUDO, 1959).

Na área da política, de acordo com Cascudo (1989), uma vez permanecendo na Câmara e no Senado, de 1897 a 1930 e ainda, 1935 a 1937, sendo, portanto, um dos mais antigos parlamentares do Brasil, a história política da Primeira República, naturalmente, passara ao alcance dos seus olhos, tomando conhecimento de tudo e muitas vezes contando com a sua participação; desde Prudente de Moraes a Getúlio Vargas, conviveu com todos os Chefes de Estado, percebendo de perto as batalhas e as escaramuças partidárias.

Quanto ao aspecto cultural Cascudo o considera um dos primeiros mestres do Folclore (CASCUDO, 1977a), quando chegou a se destacar em 1909 com a obra *Costumes locais*. O próprio Eloy deixou clara a intenção de contribuir neste sentido, ao dizer que o seu fim era, “[...] unicamente registrar usanças, fatos, costumes e tradições, que aproveitem aos que desejem estudar o meio nordestino,” em *Carta sertaneja* publicada no livro *Costumes locais e outros temas* (SOUZA, 1982, p. 62).

Corroborando nesse sentido, Vicente Serejo, professor universitário na área de Comunicação Social, colunista do *Jornal de Hoje*⁵, vai mais além, ao se referir a uma série de quatro artigos de Eloy de Souza sobre a *Habitação do Rio Grande do Norte*, dizendo formar no seu conjunto “um olhar ensaístico, numa tal modernidade de observação, pelo talhe de concisão e clareza, que pode ser visto como um ensaio de compreensão.” (SEREJO, 2003a, p. 2).

Daí Serejo fazer uma comparação dessa obra de Eloy de Souza com a de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*:

Casa Grande & Senzala garante a Gilberto Freyre o grande pioneirismo no estudo do complexo sociológico da casa do homem na sociedade patriarcal ao longo do século XVIII e início do século XIX. Além de ter publicado [...] Mas, o pioneirismo do clássico,

⁵ O *Jornal de Hoje* foi fundado em 31 de outubro de 1997 em Natal-RN, por Marco Aurélio de Sá, que é o seu Diretor.

Casa Grande & Senzala e a simultaneidade do ensaio dez anos depois, não tiram a importância do ensaio de Eloy de Souza, pelo que nele há de singular. E nascido de um olhar capaz de observar e registrar os traços mais fundamentais das casas, urbana e rural, desde as civilizações do sertão e do mar até a casa desses agrestes de tabuleiros e Mata Atlântica, alguns bem perto do mar (SEREJO, 2003a, p. 3.)

Conforme Veríssimo de Melo, esboçando traços de sua biografia ao fazer o “elogio” na Academia Norte-rio-grandense de Letras, ressaltou os valores intelectuais, não apenas de sua pessoa, como também de seus irmãos, Henrique Castriciano (homem de letras) e Auta de Souza (poetisa) acrescentando que,

No jornalismo político, onde mais se destacou de estilo espontâneo, incisivo, claro, Eloy utilizou todas as armas da razão e do bom senso no sentido da orientação política que defendia com ardor cívico e lealdade. Mas, ao lado do artigo prudente, sensato, escrevia também terríveis sátiras para demolir o prestígio dos adversários (MELO, 1974, p. 149).

Otto Guerra (1973) fez um apanhado sucinto da trajetória de Eloy de Souza numa retrospectiva de sua vida política, de escritor e jornalista por ocasião do centenário de seu nascimento, na Academia Norte-rio-grandense de Letras, na qual Eloy de Souza ocupava a Cadeira de número 15, tendo como patrono o Senador Pedro Velho.

Francisco das Chagas Pereira (1982), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), publicou o livro, *Eloy de Souza: textos regionalistas*, através do “Projeto Memória”, Coleção Autores Potiguaras como material didático, destinado a estudantes de 1º e 2º graus. Para tanto, priorizou as cartas, com o pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro, chamando a atenção para o espírito regionalista, voltado para a reflexão da realidade na qual estava inserido, ou seja, o Estado do Rio Grande do Norte; Pereira ainda organizou e prefaciou o livro, *Cartas de um sertanejo* (1983).

Tereza Aranha (1986), assistente social, dedicada ao estudo da seca na UFRN, hoje documentalista (como ela mesma se autodenomina), organizou os artigos publicados no Jornal “A razão”, no que resultou o livro, *Economia da secas: artigos de Eloy de Souza*.

Benedito Vasconcelos Mendes, professor doutor, aposentado da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), antes Escola Superior

de Agricultura de Mossoró (ESAM), cientista e pesquisador do Semiárido, na Academia Norte-rio-grandense de Ciências fez o “elogio” a Eloy de Souza, intitulado, *Eloy de Souza: sua luta contra as secas*. Esse texto tornou-se um dos capítulos do livro de Vasconcelos, *O semi-árido na visão de três grandes homens* (Felipe Guerra, Eloy de Souza e Vingt-un Rosado).

Toda a produção sobre Eloy de Souza se reveste de conteúdos enaltecedores de sua obra, à exceção de João Maria Furtado (1976), em seu livro, *Vertentes*, que em várias passagens de suas memórias, não perde a oportunidade de criticar os posicionamentos situacionistas, conservadores, reacionários.

Igualmente, Janice Theodoro da Silva (1978), professora titular, pós-doutora da Universidade de São Paulo (USP), em seu livro, *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste-1889-1930* denuncia o seu discurso em favor da ideologia do 'progresso nacional', que emergiu na Primeira República, quando a 'política dos governadores' restringiu a uma só oligarquia o domínio da política e impediu o surgimento de um debate capaz de questionar o planejamento como única alternativa para o desenvolvimento do Nordeste. O planejamento, nesse novo complexo ideológico, configurar-se-ia como resposta técnica aos conflitos políticos e econômicos geradores das desigualdades regionais.

Buscou as raízes da ideologia do planejamento do Nordeste e encontrou, nas tensões geradas no seio da política oligárquica da República Velha, as contradições que se tornaram mais acirradas impondo, a busca de soluções aos permanentes problemas nordestinos numa esfera “neutra” (a do planejamento).

Para entender essa política, retoma-se a acepção original da palavra oligarquia, como governo de poucos, contudo, observe-se a explicação de Spinelli Lindoso, a respeito do pensamento de Carone sobre o funcionamento das políticas oligárquicas na Velha República, vista por ele como pertinentes:

[...] Carone faz uma distinção entre os Estados mais adiantados onde a estrutura social era mais complexa e a dos Estados 'menos ricos'. Naquelas havia maior equilíbrio entre as várias facções e as famílias oligárquicas e, por isso, a estrutura partidária era mais forte, funcionando as comissões centrais de Partidos Republicanos como elemento moderador entre as correntes em luta; ao passo que, nos últimos, 'o controle do grupo ou família é quase absoluto.' O Rio Grande do Norte, Estado atrasado e de economia

pouco diversificada, se enquadrava obviamente neste último caso. A história política deste Estado, de 1889 a 1914 foi, em certo sentido, a história do predomínio absoluto da família Maranhão (Pedro Velho, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão e alguns associados), à qual se seguiu a fase do domínio pessoal de Ferreira Chaves, representando, do ponto de vista político, um momento de equilíbrio instável entre as facções em luta que se prolonga no período governamental de Antonio de Souza (1920-1924) (LINDOSO, 1992, p. 9).

Para Lindoso,

A instauração do regime republicano abriu espaço à consolidação das oligarquias à medida em que a descentralização conferiu maior autonomia ao aparelho regional de Estado, permitindo às facções regionais das classes dominantes um maior controle sobre a máquina administrativo-repressiva (definição da política fiscal, contratação de empréstimos externos, emissão de apólices, criação de novas repartições e serviços, nomeações de autoridades e funcionários estatais, etc.) (LINDOSO, 1992, p. 8).

De acordo com Janice Theodoro (1978), na Primeira República, duas frações de classes dominantes se debatiam no poder do Estado do Rio Grande do Norte, em favor da descentralização, ou seja, do federalismo: inicialmente, a Oligarquia Maranhão (tradicional), liderada por Pedro Velho depois, a oligarquia do Seridó, dos deputados, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, embora adversárias, predominaram sobre a tendência centralizadora, industrialista, de cunho nacionalista, representada por Amaro Cavalcanti.

Conforme Lindoso (1992) Pedro Velho de Albuquerque Maranhão tornou-se líder da Oligarquia Maranhão, na Primeira República (1889-1930), comprometido com os interesses dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial. Fundou oficialmente o Partido Republicano no RN no início de 1889, em Natal, e ainda criou o jornal "A República", para divulgação partidária.

Conforme Silva (1978, p. 29), a fase de instalação do regime republicano de 1889-1892, foi turbulenta e por conseguinte, ocorreram conflitos entre as classes dominantes, que ela chamará de período das "oposições significativas", pelo fato de explicitar a natureza de classe:

[...] temerosos de perder a sua força política, incapazes de se agrupar em torno de uma mesma

posição, os atores lançavam-se à polêmica retratando a realidade, desvendando as contradições mais significativas, enfim, desnudando a própria classe a que estavam vinculados.

Quanto ao término do período das oposições significativas, Spinelli Lindoso discorda de Janice Theodoro da Silva:

O Estado descentralizado, como expressão do poder das oligarquias regionais, só se cristalizou de forma duradoura quando a hegemonia dos republicanos civis, sob a égide dos 'paulistas' se instaurou estavelmente nos governos de Prudente de Morais e Campos Sales. No entendimento que aqui se faz o período das 'oposições significativas' se estendeu até fins do governo Floriano ao contrário do que entende Janice Theodoro da Silva, que coloca o seu término em 1892, quando se desarticulou o governo de Deodoro (LINDOSO, 1992, p. 8).

Ainda no período da Primeira República, conforme Silva (1978), algumas alterações de ordem política e econômica modificaram a forma do discurso democrático no Nordeste. A defesa dos interesses regionais, como ocorreu na campanha republicana e na instalação do regime republicano (definição das oligarquias no poder em cada Estado) – foi substituído pela defesa dos interesses nacionais.

Essas alterações se configuraram na medida em que as oligarquias detentoras do poder em cada Estado e da manutenção das máquinas administrativas, desfrutando, ainda, do apoio da União, não precisavam mais defender a autonomia regional. Inaugurava-se, uma nova fase, na qual os Estados em 'retrocesso' econômico passavam a exigir o auxílio da federação. Ou seja, o pleno funcionamento da 'política dos governadores' vinculada a um 'retrocesso' da economia nordestina, apenas agravará o desequilíbrio regional. A classe hegemônica, vinculada ao Estado de São Paulo e Minas Gerais, integrará o Nordeste no conjunto da Federação como fornecedor da força de trabalho e de capital, para o fortalecimento da acumulação na região Centro Sul (SILVA, 1978).

A integração do Nordeste dessa forma acentuará o seu retrocesso. Tal fato não passará despercebido pela bancada nortista, que será lentamente incorporada à ideologia nacional mais diretamente comprometida com os interesses da classe hegemônica (oligarquia paulista e mineira). Por essa via iam sendo amenizados os conflitos no interior da classe dominante (SILVA, 1978).

Essa questão decorre da expansão da produção capitalista no Brasil, que definiu papéis diversos ao Nordeste e à região Centro-Sul, gerando disparidades, tendo a ideologia do progresso nacional por objetivo, eliminar essas contradições surgidas (SILVA, 1978).

Desse modo, foi delegado ao Nordeste o papel de defensor dos 'interesses nacionais' e alguns problemas específicos do Rio Grande do Norte, como a seca, dentre outros, serviu de porta de entrada para a formação da ideologia do 'progresso nacional'. **A referida ideologia indicou a Federação como sede centro do progresso e o planejamento, como técnica engajada em planos que visassem o desenvolvimento econômico nacional** (SILVA, 1978, grifo nosso).

A formulação deste sistema ideológico encontrará sua versão mais acabada, quando cindir o nível político ao nível econômico, afastando definitivamente os impasses criados pelo debate sobre a política oligárquica e formulando ao nível de 'planos econômicos', soluções técnicas para resolução dos dilemas da economia interna (SILVA, 1978).

Esta mudança de enfoque, para a autora, representou um enfraquecimento da percepção dos problemas políticos, devido “[...] à crescente pulverização da realidade permitida por esta ideologia progressista e tecnicista elaborada nos Estados do Sul, ansiosos por acelerar o processo do seu 'desenvolvimento'.” (SILVA, 1978, p. 96, grifo da autora).

A transplantação desta ideologia para os Estados do Nordeste delega ao nordestino o sentimento de desigualdade em relação aos irmãos 'desenvolvidos', aparecendo, sempre como 'mendicante da solidariedade nacional.' (SILVA, 1978, grifo da autora).

Diante desta realidade, ataca o discurso pronunciado pelo deputado Eloy de Souza na sessão de 28 de novembro de 1906, ao justificar a necessidade da União fornecer verbas à produção nordestina, transparecendo que o desenvolvimento econômico do Nordeste não é mais importante em si mesmo, mas porque as suas consequências se reverterão em benefício da federação (SILVA, 1978).

Segue a censura, pelo fato de Eloy de Souza sugerir a criação de comissões técnicas, visando melhorias necessárias ao combate às secas, e afirmar que “[...] os gastos efetuados reverteriam em benefícios da União na medida em que gerariam um barateamento de mão-de-obra, já que as secas não iriam 'tirar a vida' de tantos 'sertanejos', que poderiam ser utilizados pelas lavouras do Sul.” (SILVA, 1978, p. 97-98, grifo da autora).

Para essa autora, o discurso demonstra de forma extremamente nítida como Eloy de Souza assume a ideologia do progresso nacional,

nacionalidade, contribuindo com valores positivos, como a coragem, a lealdade e a valentia ao formar a história da conquista e do território nacional (RIBEIRO, 2002).

Mais precisamente, Eloy de Souza desempenhava a tarefa de "organização da cultura"⁶ como intelectual, ou seja, como representante e intérprete da "hegemonia", se valendo de um discurso orgânico cujas matrizes temáticas, Nordeste, Rio Grande do Norte, sertão, vaqueiro, sertanejo, seca, flagelado, irrigação, fundamentavam um processo de conhecimento, pela mediação "compreensão" e educação recíproca. Enquanto ele elabora essas categorias, ao mesmo tempo está fundamentando um discurso ideológico, valendo-se dos aspectos culturais, para se sustentar como político e garantir a coesão do "bloco histórico" agrário-industrial do Nordeste brasileiro, do qual fazia parte. Assim, a tônica do seu discurso por meio de palestras, na tribuna do Plenário e nos jornais prendia-se intransigentemente a esses núcleos temáticos, sempre em articulação como "intelectual orgânico" da elite dominante brasileira.

Sua obra merecia inserir-se no circuito intelectual, haja vista a incontestável e significativa contribuição para o estudo dos costumes, dos problemas sociais e econômicos regionais, buscando possíveis soluções, como sujeito construtor do processo histórico do mundo rural sertanejo, especialmente, para a região interiorana do espaço que corresponde ao Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, procura-se estudar as interpretações de Eloy de Souza, sobre o Nordeste e os dilemas das secas em especial as relacionadas ao Rio Grande do Norte (em 1877, 1904, 1906, 1915 e 1932), como intelectual orgânico da classe dominante, esperando que ao resgatá-lo, contribua-se para o seu devido reconhecimento.

Para a implementação deste trabalho tomar-se-á por base a pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (1996), é um estudo sobre o universo não passível de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de difícil quantificação. A imersão na esfera da subjetividade, firmemente enraizada no contexto social do qual emerge, é condição essencial para o seu desenvolvimento. Através dela, consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo.

Entre suas características encontram-se as mencionadas por

Chizzotti (1991), que implicam a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; considerar: a constância e a ocasionalidade, a freqüência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

Para desenvolver a pesquisa qualitativa, escolheu-se o método de análise de conteúdo, em virtude de se tratar de uma pesquisa voltada basicamente para interpretação de textos escritos, “que não é contudo, um método rígido, no sentido de uma receita de etapas bem circunscritas que basta transpor em uma ordem determinada, para ver surgir belas conclusões.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 216).

Desse modo a pesquisa tomará por base as leituras das obras de Eloy de Souza, pronunciamentos e artigos de jornais (*A República, A Ordem, A razão*), utilizando-se de uma análise crítica, levando-se em conta o desenvolvimento de suas idéias, tentando decifrar o sentido do texto, o que diz o autor como, por que e qual a sua real intenção.

Para compreender melhor o seu pensamento serão feitas algumas entrevistas não diretivas ou despadronizadas⁷ com alguns familiares de Eloy de Souza, a fim de serem esclarecidos alguns de seus dados pessoais que não foram encontrados em livros e demais documentos escritos, por ele ou por outrem.

O trabalho objetiva verificar como se deu a constituição do pensamento político de Eloy de Souza e quais as suas principais vertentes; analisar o discurso parlamentar, presente em intervenções no plenário, participação em comissões e em seus projetos, particularmente na área temática das secas; investigar o discurso jornalístico e literário, buscando compreender a elaboração e/ou reiteração de categorias, de representações e de valores.

Ainda busca-se compreender o pensamento e a práxis política e literária de Eloy de Souza como esforço de construção de uma perspectiva política e ideológica que procura inserir os interesses da burguesia latifundiária e comercial nordestina e dos seus estratos políticos, no interior do bloco histórico de poder agrário-industrial que tem como foco de

⁶ GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do Cárcere*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2. p. 15-53.

irradiação a "região" do café representada politicamente pelas oligarquias paulista e mineira. Nesse sentido, emergem duas categorias cruciais: as secas e o sertanejo, como a síntese do homem nordestino e brasileiro, com sua capacidade de resistência e adaptação e seu esforço criador.

Pretende-se reunir e interpretar a obra produzida no período compreendido entre 1906-1937, que abarca a época de sua atuação parlamentar.

Este trabalho constará de uma introdução abordando o objeto, os objetivos, a justificativa, a metodologia e a temporalidade do trabalho.

O desenvolvimento será dividido em quatro partes: a primeira tratará do Nordeste, e das secas sendo subdividida em outras três em que a primeira discorrerá sobre a dinâmica da constituição regional; a segunda abordará interpretações sobre o Nordeste brasileiro e a terceira, onde fará uma discussão sobre a questão meridional na Itália e a questão Nordeste no Brasil.

A segunda parte abordará o percurso seguido por Eloy de Souza, subdividindo-se em três outras, que sequenciadamente, descreverão a base de sua socialização, intitulada Entre Recife e Macaíba; seguindo-se a trajetória intelectual e por fim a biografia política.

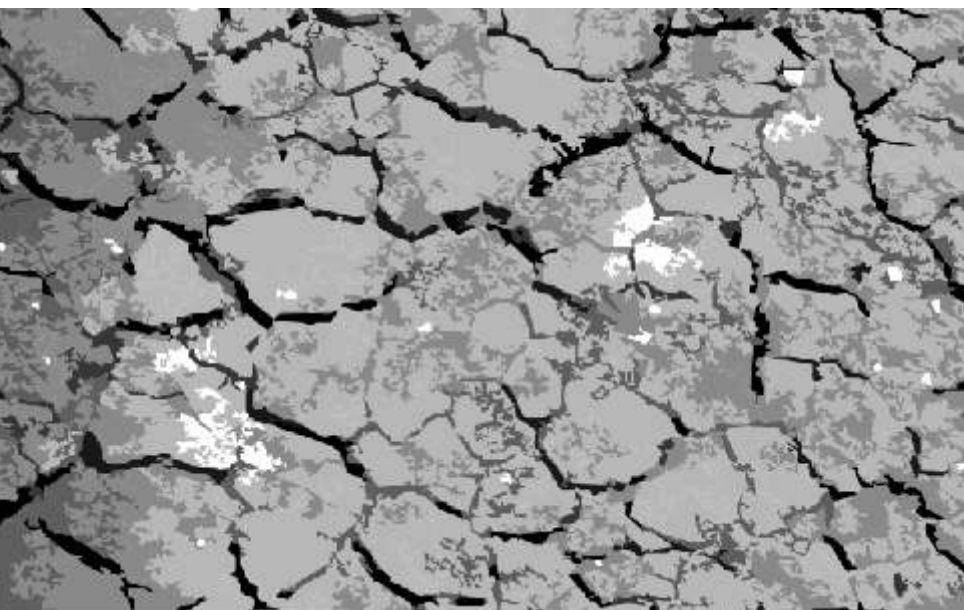
A terceira parte trata das impressões e contribuições etnográficas de Eloy de Souza para o Rio Grande do Norte, subdividida em mais três: 1) Imagens do litoral e do sertão - apreendidas por Eloy de Souza, mostrando como ele se volta para a defesa do sertanejo; 2) Cultura sertaneja – faz uma breve discussão sobre o sentido de cultura, detendo-se na cultura sertaneja; 3) Visão cultural e econômica da seca.

A quarta parte prende-se ao Nordeste e à seca como um problema político. Subdividida em três partes: 1) Interpretações de alguns norte-riograndenses sobre o Nordeste e as secas; 2) Eloy de Souza – a luta contra as secas e possíveis soluções: a irrigação e 3) terceira, os resultados do discurso de Eloy de Souza como intelectual orgânico.

Por fim, as considerações finais sem, contudo, considerá-lo um trabalho conclusivo, posto que está aberto a novas contribuições.

⁷ OLIVEIRA, Elvira. F. de Araújo; FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. *Primeiros passos da iniciação científica*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2004. p. 230-31. (Coleção Mossoroense. Série "C", v. 1412).

_capítulo 02



NORDESTE E SECAS

2 NORDESTE E SECAS

Os efeitos negativos, de natureza ecológica e social, atribuídos à seca do Nordeste, não tem lugar apenas por causa desse fenômeno, mas por causa da sua estrutura econômica, politicamente 'funcional' à estrutura do poder dominante.

Otomar de Carvalho

Muito já se falou sobre o Nordeste e em diversos aspectos. Porém, mesmo ciente disso, será feita uma remontagem de sua constituição para efeito de embasamento teórico deste trabalho, ou seja, por ser, praticamente, o pano de fundo, como igualmente a seca que é dele decorrente.

Assim, para melhor situar o pensamento de Eloy de Souza sobre o Nordeste, faz-se mister ressaltar, pelo menos, *en passant*, a dinâmica da constituição regional, sendo esta a primeira subdivisão desta primeira parte.

A segunda subdivisão prende-se a interpretações sobre o Nordeste brasileiro, buscando subsidiar a discussão, com enfoque em autores, que constituem balizas indispensáveis para o entendimento dessa questão: Francisco de Oliveira, Manoel Diégues Júnior, Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Durval Muniz, Wilson Cano, Otomar de Carvalho, Tânia Bacelar de Oliveira, Douglas Araújo e Benedito Vasconcelos Mendes, dentre outros. A terceira intitula-se, a questão meridional da Itália versus a questão nordeste no Brasil.

2.1 DINÂMICA DA CONSTITUIÇÃO DO NORDESTE

O Nordeste Semiárido é a mais subdesenvolvida e pobre das regiões do Brasil, pois detém os piores índices de desenvolvimento humano.

Benedito Vasconcelos Mendes

Tratando da formação regional, primeiramente, considera-se oportuno lembrar, que o espaço que hoje compreende a região Nordeste do Brasil, o mais antigo do país, em termos de ocupação demográfica e econômica, só em 1968, foi fixado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mediante o estabelecimento de uma divisão oficial do território brasileiro em macrorregiões. Ressalte-se que as informações a seguir, sobre o Nordeste (os principais Estados e cidades, área, população e a sua classificação em quatro subregiões), foram baseadas nos dados do IBGE, 2007.

Dessa maneira, o Nordeste é aquela porção do território nacional constituída das seguintes unidades políticas, integralmente: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, (incluindo o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, hoje pertencendo ao Estado de Pernambuco com área de 1.556.001, 1km², representando 18,28% do território brasileiro.

As principais cidades do NE são Salvador, Recife e Fortaleza. População: 51.019.091 habitantes quase 30% da população brasileira, sendo a segunda região mais populosa do país, atrás apenas da região Sudeste.

Por conseguinte, a diversidade das características físicas que condicionaram sua ocupação e economia a subdivide em quatro sub-regiões: Zona da Mata, Agreste, Sertão e Meio Norte.

A Zona da Mata ocupa a faixa litorânea de até 200 km de largura, do RN ao sul da BA, com clima tropical úmido, chuvas abundantes concentradas no outono e inverno (de março a junho), exceto no sul da BA onde se distribui ao longo do ano. O solo, escuro e fértil, denominado massapé. A vegetação natural, praticamente extinta, é a Mata Atlântica, substituída pela cana-de-açúcar desde o início da colonização. É a mais povoada, industrializada, urbanizada e a mais rica das sub-regiões, apresentando elevada densidade demográfica, sendo que, nessa zona localizam-se as principais metrópoles, Salvador e Recife.

Agreste, área de transição situada entre a Zona da Mata, úmida (brejos), a leste e o sertão semiárido, a oeste. É uma faixa de terras bastante estreita no sentido leste-oeste e alongada no sentido norte-sul. Seu clima não é tão úmido quanto o da Zona da Mata, nem tão seco quanto o do sertão. Na porção oeste normalmente chove menos do que na leste. Sua vegetação em alguns locais se assemelha à Mata Atlântica; em outros à caatinga. Nessa área predomina a pequena propriedade - os minifúndios, a policultura (algodão, café, agave), aliada à pecuária.

Sertão - é a maior das sub-regiões nordestinas, abrangendo mais da metade da área total do Nordeste, correspondendo a terras interioranas. O clima é semiárido, as chuvas escassas e mal distribuídas, concentrando-se durante dois ou três meses do ano. Há anos em que quase não chove e às vezes durante anos seguidos, chove pouquíssimo - são as secas periódicas, fenômeno climático comum no Sertão. Solos rasos e pedregosos dificultam a agricultura. Tem como vegetação típica, a caatinga; há também, bosques de palmeiras, especialmente, a carnaubeira (a "árvore providência", pois

todas as suas partes são aproveitadas). O maior rio é o São Francisco, única fonte perene de água para as populações ribeirinhas, com várias usinas, como a represa de Sobradinho, em Juazeiro-BA, e a hidrelétrica de Paulo Afonso. A economia baseia-se em latifúndios de baixa produtividade, com pecuária extensiva e culturas de algodão seridó. Apresenta más condições de vida para a população, é a região de onde sai um grande número de migrantes.

Meio Norte, transição entre o sertão semiárido e a região amazônica, com clima mais úmido e vegetação exuberante. Compreende da Bacia do Rio Grajaú, Mearim e Itapecuru, no Maranhão, a oeste, até a bacia do rio Parnaíba, que serve de divisa entre o Maranhão e o Piauí, a leste. A parte ocidental do Maranhão é amazônica, com um clima mais úmido e matas equatoriais semelhantes à floresta Amazônica. A maior parte do Piauí pertence ao sertão com clima semiárido e vegetação sertaneja. Nessa faixa de terras encontra-se a mata dos Cocais, paisagem típica do Meio Norte, constituída de palmeiras, como a carnaúba e, principalmente, o babaçu. A economia predominante é o extrativismo vegetal e a agricultura. A principal cidade é São Luis, capital do Maranhão que teve seu apogeu econômico no século XVII e parte do XIX, com o cultivo e exportação de algodão.

Mas, é necessário ressaltar que, essa definição de Nordeste brasileiro passou por diversas modificações, levando um tempo para se consolidar. Pode-se dizer que começou a ter o seu reconhecimento como uma região, ainda que não expressamente, seja na literatura relacionada, seja na opinião pública ou mesmo nas políticas governamentais a partir de meados do século XIX. No período colonial, havia vários "Nordestes", e dentro do atual Nordeste existiam diversas regiões.

O espaço hoje correspondente aos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte constituía o locus da produção açucareira por excelência e era, reconhecidamente, uma região. Enquanto no espaço dos atuais estados do Ceará e Piauí desenvolviam-se atividades econômicas apenas subsidiárias em relação à produção açucareira - salvo durante o surto algodoeiro ou qualquer outro comandado pela demanda internacional - se constituía, assim, uma outra região. O Maranhão era um caso a parte, pois, relativamente isolado dos principais centros produtores de açúcar, ligou-se diretamente ao capitalismo mercantil europeu, sendo, pois, mais uma região. E, os espaços hoje, correspondentes aos estados de Sergipe e Bahia, embora estivessem também dedicados à monocultura da cana-de-açúcar (principalmente a Bahia, na área do recôncavo), possuía aquele uma

classe proprietária de terras significativamente autônoma e diferenciada, em termos de ramos familiares, em relação a sua correspondente da região marcadamente açucareira, mais ao norte. Em outras palavras, o processo de reprodução do capital mercantil nesse espaço apresentava sua circularidade na relação, Bahia-Sergipe e Metrópole, constituindo, então, mais uma região (OLIVEIRA, 1977, p. 32-33).

Aliás, conforme expressa o pernambucano Francisco de Oliveira (1977) o que existia realmente nesse espaço era um "arquipélago" de regiões que quase não se ligavam umas com as outras por se articularem predominantemente com o mercado externo.

Para esse autor, região é um tipo de espaço onde se constituem formas especiais de relações de produção e acumulação do capital e, por conseguinte, uma estrutura de classes sociais e um desenvolvimento correlato das lutas de classes e dos conflitos sociais. Essas formas, por sua vez, nunca se apresentam isoladas nem em "estado puro" - no sentido dos tipos ideais weberianos - mas em estágios onde há a sobredeterminação de uma delas sobre as demais. As formas capitalistas dominantes passam a conviver e a se associar com outras, de natureza pré-capitalista, mas também com algumas verdadeiramente capitalistas, porém já superadas ou tornadas arcaicas ao longo do tempo (OLIVEIRA, 1977, p. 29).

Desse modo, as regiões são constituídas pelo modo de produção capitalista, entendidas como espaços socioeconômicos de dominação política, onde uma das formas específicas do capital torna-se hegemônica em relação às demais. Daí, formar um conjunto de relações sociais e econômicas a tais espaços, constituindo classes sociais específicas, cujos poder e hierarquia dependerão sempre da posição que ocuparão nas relações de produção e no esquema da reprodução capitalista. Enfim, para se falar de região na perspectiva desse autor é necessário entender a função política de *fechamento*, que é exercida sob o comando de suas classes dirigentes. Tal função significa, de maneira simplificada, a extensão, para todo o espaço regional, das relações de dominação de determinadas classes por outras, conferindo àquele espaço uma singularidade peculiar (OLIVEIRA, 1977, p. 30-31).

Nesse sentido, quanto maior for a aceitação, por parte das classes subordinadas, da visão de região colocada pelas classes dominantes, maior será a coesão regional, no sentido de identificação ou reconhecimento social, nos termos das relações capitalistas de produção, e não de uma adesão espontânea, necessariamente. Tal coesão é, portanto, potencialmente conflituosa, em virtude da própria contradição básica

presente nas relações capitalistas. Por outro lado, pouco importa que as classes dirigentes regionais sejam superadas ou substituídas por outras, ainda mais associadas aos interesses dos capitais nacionais e internacionais. Persistindo a função política de fechamento, pode-se dizer que a região sobrevive, ainda que em contínua reconstrução. Em resumo, esse fechamento corresponde à extensão da hegemonia das classes dominantes à totalidade do espaço regional contribuindo para a manutenção de suas posições na escala hierárquica social.

É importante salientar que, outras perspectivas se abrem a partir do século XIX, com os estudos sociais no Brasil, quebrando a ilusão que se vinha mantendo de que o Brasil era um todo orgânico, territorialmente unido e culturalmente uno. Com o movimento modernista, de um lado, e a revolução de 30 de outro, começam a se configurar as formas regionais diferenciadas culturalmente, embora a língua, o cristianismo, a organização da família, a organização política mantivessem a unidade exterior (DIÉGUES JÚNIOR, 1972).

É do século XIX, por exemplo, a classificação de André Rebouças, a respeito de zonas agrícolas e no mesmo século, Martius numa antecipação aos estudos de História do Brasil, lembrava a necessidade de se estudar a formação e a evolução histórica a partir do foco por onde partiram as linhas mestras de ocupação do território. No começo do século XX Sílvia Romero sugere a classificação de zonas sociais ou culturais (DIÉGUES JÚNIOR, 1972).

Seguem outras classificações igualmente sugeridas: Artur Orlando, em 1913, distinguia tipos característicos das populações brasileiras; Roquete Pinto, baseando-se, nas características de tipo físico classificou: áreas de influência cabocla, áreas de influência africana, áreas de influência européia. Tristão de Athayde, através das condições psicológicas das populações e considerando as sociedades integrantes, diferenciava o litoral e o sertão, a cidade e o campo, o Norte e o Sul; ainda, Joaquim Ribeiro, com base em "áreas de homogeneidade cultural." (DIÉGUES JÚNIOR, 1972).

Porém, é a partir de 1930 que rigorosamente se começa a sentir o problema de uma classificação regional no Brasil, surgindo algumas fundamentadas no aspecto cultural (ora em um aspecto, a linguagem, a culinária, por exemplo, ora procurando encarar a cultura como um todo) (DIÉGUES JÚNIOR, 1972).

Diante desses estudos, constatou-se que seria necessária uma reformulação do conceito de regiões culturais, levando-se em conta os aspectos, geográficos, psicológicos, sociais, políticos, históricos e

econômicos de forma integrada; sendo fundado no conhecimento do processo de ocupação humana, onde se entrelaçavam fatores do meio

fundo público para viabilizá-lo, ao invés, referia-se vagamente aos "Estados do Norte" como aqueles atingidos pelo fenômeno das estiagens prolongadas.

Em 1938, o IBGE, recém-fundado, pretendendo fixar normas especiais para a elaboração do Anuário Estatístico Brasileiro, adotou, para fins de regionalização dos dados, uma divisão regional à época utilizada pelo Ministério da Agricultura. Nela, havia um Nordeste, que ia do Ceará a Alagoas. Tal divisão foi incorporada pelo IBGE, ainda que na qualidade de provisória, parecendo ter, esse Ministério se baseado no critério da localização geográfica, sem base científica da Geografia física ou humana (GUIMARÃES, 1941, p. 361-363).

Em 1939, o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), a fim de subsidiar os trabalhos da Conferência Nacional de Economia e Administração, elaborou uma outra divisão regional de caráter geoeconômico, na qual o Nordeste compreendia os estados do Ceará à Bahia. Contudo, essas duas últimas divisões regionais, elaboradas no âmbito do governo central, não possuíam amplo caráter oficial, ou seja, não havia maior empenho no interior da própria administração pública para que qualquer das duas propostas estabelecidas fosse seguida quanto às ações de governo (GUIMARÃES, 1941).

Apenas em 1941 é que o Conselho Nacional de Geografia (CNG), através de Fábio Guimarães, fez um levantamento das várias divisões regionais existentes, sem excluir as elaboradas pela administração pública, com a finalidade imediata de proceder à escolha de uma única divisão regional para o país, a fim de facilitar as diversas ações governamentais (GUIMARÃES, 1941, p.320).

Concluindo sua análise, o autor ressaltou como sendo as duas mais consistentes divisões regionais do país as elaboradas por Delgado de Carvalho (região natural) e pelo CTEF (região econômica), sendo mais favorável a primeira, por ser mais estável, permitindo uma melhor compreensão dos diversos dados ao longo dos anos.

A recomendação da divisão regional elaborada por Delgado de Carvalho foi, finalmente, aceita pelo governo federal. Por conseguinte, em 1945, através do IBGE e do CNG, foi oficializada com as seguintes alterações: decomposição das cinco grandes regiões, Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro Oeste em 30 regiões e 79 sub-regiões, incluindo os territórios criados em 1943 (GUIMARÃES, 1941).

Portanto, a partir de 1943 passa a vigorar, com pretensão caráter de uniformidade para a administração pública, a primeira divisão regional oficial do território brasileiro. Surgia daí um primeiro Nordeste formal, que abrangia, pela faixa litorânea, do Maranhão até Alagoas. As subdivisões criadas eram um tanto confusas, complicadas, dificultando a delimitação precisa de certas regiões. Desse modo, a região Nordeste compreendia a parte ocidental (Maranhão e Piauí) e o Nordeste Oriental (demais estados), igualmente a Região Leste, era subdividida em Setentrional e Meridional.

Em termos mais concretos e específicos, persistiam ainda algumas controvérsias quanto à delimitação das grandes regiões brasileiras, em especial a nordestina. O próprio Guimarães (1941, p. 318) no início de sua análise evidenciava a dificuldade da delimitação precisa de um Nordeste:

Quando um autor se refere, por exemplo, ao Nordeste do Brasil, fica-se freqüentemente em dúvida quanto ao trecho do território nacional que ele quer considerar: para uns, tal região abrange nove estados, desde o Maranhão até a Bahia, enquanto que para outros ela compreende apenas cinco, do Ceará a Alagoas.

Inclusive, o próprio IBGE apresentaria dificuldades históricas para a definição de uma região nordestina: "durante largo período de tempo o espaço geográfico pertinente ao Nordeste do Brasil tem oscilado entre o vale do rio Gurupi, nos lindes do Maranhão com o Pará, e o vale do rio Paraguaçu, em território baiano" (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1962, p. 02). E do ponto de vista geográfico, os espaços contíguos de Maranhão-Piauí e de Sergipe-Bahia constituem-se em áreas de transição, principalmente, os extremos, Maranhão e Bahia.

Na verdade, a divisão regional do território brasileiro pautada no critério de região natural acabou desconsiderada, sendo mais interessante, diante da nova dinâmica da economia brasileira, moldada pela expansão do capitalismo industrial, acelerar o processo de integração interna, criando uma nova divisão inter-regional do trabalho. Acresce as ações governamentais a esse processo.

Por conta disso, as modernas regiões nacionais, inseridas em uma nova etapa do capitalismo no Brasil, estavam quase que integralmente representadas na proposta elaborada pelo CTEF, em 1939, de base geoeconômica. "[...] Dentre as divisões em regiões econômicas [...] a melhor é a que foi estabelecida pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças [...] tendo-se em vista a atual situação econômica do país."

(GUIMARÃES, 1941, p. 368). Nessa divisão, já figurava o Sudeste, com os mesmos Estados de hoje, no entanto, cometeu o equívoco de inserir Piauí e Maranhão no Norte e não no Nordeste.

Assim, a dinâmica da economia nacional e as ações governamentais em um curto espaço de tempo, desconsideraram a primeira divisão regional oficial do território brasileiro. A começar pelas próprias organizações governamentais de caráter regional, já existentes e as que seriam criadas nos mesmos moldes, posteriormente, não adotariam a referida divisão regional. Veja, a respeito, os seguintes exemplos:

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), "de 1909 a 1959, foi praticamente, o única agência governamental federal executora de obras de engenharia no Nordeste", na extensa área assolada pelas secas, compreendia partes diversas dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, a qual ficaria conhecida como **polígono das secas** (DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, [2007]).

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), criado pela Lei nº 1649 de 19/07/1952, através do Presidente da República Getúlio Vargas, embora com funções diferentes daquelas do DNOCS, atuava originalmente, na mesma área do polígono. Por sua vez, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, provocaria uma nova concepção de Nordeste: a agência de planejamento regional tinha como área de atuação os territórios do Maranhão até a Bahia, integralmente, e ainda a porção norte de Minas Gerais, área também atingida

Apesar de todo esse encaminhamento "natural" dado pelos aspectos econômicos, sociais e políticos à constituição oficial da moderna região nordestina, reinava uma certa confusão: permanecia ainda em vigor a divisão regional oficial de 1945 e as discussões, quando calcadas tão somente nos aspectos físicos, tomavam rumos bastante distintos daqueles sugeridos pela realidade da economia nacional, em franco processo de integração e consolidando, cada vez mais, o estabelecimento de uma divisão inter-regional do trabalho no interior do território brasileiro. No início dos anos 60, até mesmo para o próprio IBGE, vislumbrava-se a possibilidade da retirada do espaço contíguo Maranhão-Piauí, do Nordeste.

Ao se cuidar do espaço geográfico interposto entre o Ceará e o Pará, não foi possível, face ao seu forte caráter de área de contato, de mesclamento ou de transição [...] defini-lo como uma unidade geográfica de alta

hierarquia [...] não se poderia [...] filiar todo o território piauiense ao grupo nordestino nem tampouco integrá-lo no conjunto do Planalto Central. Do mesmo modo, o Maranhão como que se fraciona entre a Amazônia e o Brasil Central e se articula com o Piauí, parcialmente nordestino. [...]. Daí a tendência e a justificação para o reconhecimento de uma área intermédia, à guisa de transição, entre o Nordeste, a Amazônia e o Brasil Central. Essa área constituiria, então, o Meio-Norte, título que deixa entrever seu caráter intermédio e transicional. E ficaria, assim, excluído do âmbito do Nordeste (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1962, p. 04).

Entretanto, com relação ao complexo Bahia-Sergipe, parecia prevalecer mais a idéia de resgatá-lo à região nordestina, embora com ressalvas para o caso baiano.

A costumeira exclusão de Sergipe e Bahia do âmbito nordestino parece fruto da forte sugestão, inspirada pela magnífica e fácil linha natural representada pelo rio São Francisco. Ao mesmo tempo, o fator histórico, associando Sergipe à Bahia, terá sido outro elemento para a aceitação do São Francisco como o limite meridional do Nordeste, fixando as terras baianas e sergipanas em área à parte do domínio nordestino. A realidade, no entanto, é outra. Bahia e Sergipe possuem características nordestinas, tais como o clima semi-árido, a vegetação da caatinga, o tipo humano onde é notório o somatismo sertanejo. [...] Não há dúvida que Sergipe deve ser, por inteiro, considerado dentro do Nordeste, não sucedendo o mesmo quanto à Bahia. Esta unidade da Federação, a exemplo do Maranhão, fica em posição intermédia, entre o Nordeste, o Centro-Oeste e o Brasil Oriental. Em território baiano, o vale do São Francisco introduz uma cunha de ambiente nordestino até os lindes com Minas Gerais. Na própria Chapada Diamantina, em seu extremo norte, há características do Nordeste. Enfim, o domínio sertanejo estende-se ao território baiano em largo trecho [...] incluindo-se a tradicional área do recôncavo baiano. O recôncavo [...] é, na verdade, uma parte do ecúmeno nordestino (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1962, p. 04-05).

Dessa forma, finalmente, o IBGE fixou em 1968 uma nova divisão **oficial**, definida pelas várias circunscrições político-administrativas dos estados do território brasileiro em macrorregiões, conforme já foi especificado anteriormente, onde o Nordeste conta com nove estados e um território.

Nesse sentido, Otomar de Carvalho (1988) diz que "não importa que o seu espaço tenha, historicamente no início da colonização, se restringido à Bahia, a Pernambuco, e Paraíba, ao Rio Grande do Norte e Ceará, alargando-se, depois para o Sul, Minas Gerais ou para o Norte, em direção ao Piauí e Maranhão." (CARVALHO, 1988, p. 9). O cerne da questão, a seu ver, é que a ampliação do território nordestino se deu por motivos políticos, tendo por base a intenção dos governos estaduais, a exemplo do de Minas Gerais, de contar com os recursos destinados às obras contra as secas. Ontem como hoje, o que importa para ele, é o fato de existirem, elementos que agem cataliticamente unindo interesses, na maioria das vezes conservadores, arcaicos como os que surgiram da "indústria da seca"^B (CARVALHO, 1988). Daí, confirmar que, os beneficiados nessa "indústria",

[...] Eram os representantes da elite regional com acesso mais fácil aos poderes constituídos. Historicamente, esses atores sempre souberam tirar proveito das calamidades públicas de seca. Nesse processo manuseavam recursos financeiros destinados a programas de emergência, acessaram recursos destinados a crédito rural, pagos a taxas altamente subsidiadas, e se beneficiaram de medidas relacionadas ao perdão de dívidas, empréstimos contraídos junto à rede bancária oficial. Muitos deles beneficiaram-se ainda de incentivos destinados à construção de açudes, como os caracterizados pela concessão de 'prêmio' no valor de 50% dos investimentos exigidos para a implementação dessas obras de infra-estrutura hídrica (CARVALHO, 2006, p.9).

Tratando da região, Carvalho diz que o Nordeste constitui uma categoria recente, que emergiu no século XX, não considerando, que os livros de história escritos há mais de meio século, abordem sobre a região Nordeste, existindo nos tempos do Brasil Colonial ou do Brasil Império. Ora, "[...] até das secas, quando se falava dessa anomalia climática, as referências eram feitas a um problema do Norte [...]." (CARVALHO, 2006, p. 10).

Desse modo, considera que a própria região sofre modificações, ao mesmo tempo em que concorda com Dijacir Menezes em haver vários Nordeste diferentes: Nordeste úmido, Nordeste semiárido, Nordeste

intermediário, chamado Agreste, transição entre o Úmido e o Semiárido. "O que não significa que não haja um Nordeste, mas variações espaciais dentro de um território maior conhecido por Nordeste." (CARVALHO, 1988, p. 10).

Detendo-se na Região semiárida, enfatiza que ela é o problema do Nordeste, mas esclarece que os "efeitos negativos, de natureza ecológica e social, atribuídos à seca, não tem lugar apenas por causa desse fenômeno, mas por causa da sua estrutura econômica, politicamente 'funcional' à estrutura do poder dominante." (CARVALHO, 1988, p. 1).

Reforçando seus argumentos diz que "os espaços constitutivos do Nordeste Semiárido do Brasil apresentam especificidades particulares diferentes de todas as áreas semiáridas do mundo" a começar por ser a única região semiárida do globo localizada na Zona Equatorial da Terra (CARVALHO, 2006, p. 8). Assim, aponta suas três características *sui generis*:

[...] a primeira e principal consiste em apresentar uma só estação climática, chuvosa, com dois máximos de chuvas, que correspondem à passagem dos equinócios de março e de setembro. [...]. A segunda, o aproveitamento das águas das chuvas. [...] De fato, 92% de todas as águas das chuvas que caem no Semi-árido nordestino são 'consumidas' pela insolação, evaporação e evapotranspiração. São aproveitadas apenas 8% de todas as chuvas na alimentação dos rios, lagos, açudes e sistemas de drenagem dessa região. [...]. A terceira particularidade é a de ser a área semiárida mais povoada do mundo (AB'SABER, 1987 *apud* CARVALHO 2006, p. 8).

Otomar de Carvalho ainda acrescenta outra peculiaridade do Nordeste Semiárido, que é a de

[...] apresentar dimensões variáveis, tanto do ponto de vista climático, como político. Ali, há áreas onde o clima contribui para que as secas ocorram com mais intensidade do que outras. Disso decorre a natureza do processo de expansão e contração geográfica dessa região. Com a melhora do nível de informações climáticas e meteorológicas, tem sido possível

⁸ CALLADO, Antonio. Industriais da seca e os "galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1960, criou essa denominação para se referir às práticas inescrupulosas das oligarquias do semiárido nordestino, beneficiando-se dos recursos destinados para essa região pelo governo federal nos períodos de secas.

constatar que esse processo de expansão/contração dos limites do Nordeste Semi-árido já conta com justificativas técnico-científicas sólidas (CARVALHO, 2006, p. 8).

Continuando, (CARVALHO, 2006, p. 10) diz que, a delimitação geográfica do Semiárido, ou seja, das áreas atingidas pelas secas,

[...] fenômeno que nos anos de 1930 ainda era caracterizado como 'um problema do Norte', [...] só veio a ocorrer em 1936." No primeiro governo de Vargas, foi criado o Polígono das Secas, [...] figura paradigmática das áreas de ocorrência das secas na região já conhecida como Nordeste.

Essa delimitação era mais que justa, tornando-se, uma questão imperativa para ele, uma vez que, trata-se do apoio, legitimamente reclamado, aos poderes públicos, por parte de grupos sociais que não dispõem da necessária capacidade de enfrentar, sozinhos, as incertezas das variabilidades climáticas. Hoje já existe uma orientação mais clara para se atender a demanda. Mas nem sempre foi assim. Desse modo, é importante

saber que tal delimitação saiu a "duras penas".

Para que os espaços afetados pelas secas chegassem a ser oficialmente delimitados, dezenas de milhares de pessoas tiveram que morrer. Centenas de milhares tiveram de enfrentar a fome e outros malefícios decorrentes da anulação das atividades econômicas por todos os segmentos da sociedade regional, em particular dos dedicados à agropecuária (CARVALHO, 2006, p.9).

Desse modo, a delimitação do Polígono das Secas, como espaço oficial de ocorrência das secas do Nordeste foi efetuado de acordo com a Lei nº 175, de 07 de janeiro de 1936, em regulamentação ao Art. 177^o da Constituição em vigor e estabelecia o seguinte:



Contudo a ficar desgastada de ser portadora da seca". Razão expressão, Trópico do Trópico Ser (CARVALHO, 20

Entretanto passou a ter uso

Mapa 1. Como instituição das Fundos Constitucionais de Financiamentos do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO, com a regulamentação do Art.159, inciso I, alínea c, da Constituição dd 1988, pela Lei de nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, os espaços caracterizados pela semiaridez do Nordeste, passaram a ser chamados, formalmente, de Região Semiárida do FNE (CARVALHO, 2006).

A iniciativa do Ministério da Integração Nacional em propor uma nova delimitação da área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro decorreu da constatação da inadequabilidade do critério que levava em conta apenas a precipitação média anual dos municípios dessa região.

ntre os efeitos das (Nordeste) abarcaria manente, obras de cias às populações, exigissem imediato Polígono era de a 43,2% da área (6, p. 12).

e 1960 começou ceito, em virtude mo de "indústria na oficiosa, pela ogia aos espaços tes do mundo

do só em 1970 em vigor, a figura

Com base nessa constatação, o MI convocou ministérios e instituições envolvidas com as diferentes questões atinentes ao semiárido brasileiro e, em março de 2004, foi instalado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) incumbido de redelimitar o espaço geográfico dessa área.

Para a nova delimitação do semiárido brasileiro, o GTI tomou por base três critérios técnicos: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; Índice de aridez (0,21 a 0,50) calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; Déficit hídrico - Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Em 10 de março de 2005, o Ministro da Integração Nacional assinou a Portaria que instituiu a nova delimitação do semiárido brasileiro. Foram incorporados 1.133 municípios, correspondendo a uma área de 969.589,4 km e os 1.133 municípios integrantes do novo semiárido brasileiro se beneficiarão de bônus de adimplência de 25% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), enquanto no restante da Região Nordeste esse percentual é de 15%.

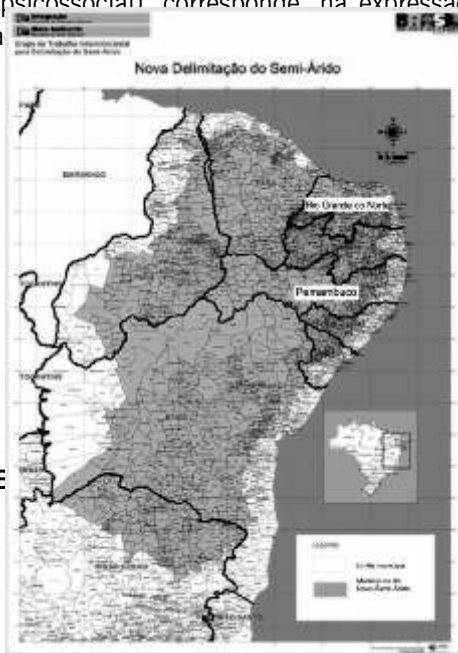
⁹ **Lei nº 175, de 07 de janeiro de 1936** se fundamentou no Parecer de Eloy de Souza, Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte, que foi o Relator da Comissão instituída para tal finalidade.

O FNE determina que pelo menos 50% de seus recursos sejam aplicados no financiamento de atividades produtivas em municípios do semiárido;

Em 2005, o valor a ser aplicado pelo FNE no semiárido alcança os R\$ 2,5 bilhões. Produtores rurais beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do semiárido têm à disposição crédito com juros de 1% ao ano, prazo de pagamento de até 10 anos e três anos de carência.

Essa proposta constitui um dos principais instrumentos do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (MI e Adene) e não está totalmente concluída. Já foram integrados (em 2006) mais 2 municípios, agora 1.135 municípios, ampliando a área para 980.089,26 km (CARVALHO, 2006, p. 15).

Em suma, o "Nordeste brasileiro para Otomar de Carvalho, seja qual for a amplitude do seu território em suas várias delimitações (geográficas, culturais, históricas, política, administrativa, social, econômica, ou psicossocial) corresponde na expressão de Rosa Maria Godoy Silveira, a



2.2 VISÕES SOE

...s, em termos de a, disso resultando ráfica e cultural, s posteriormente se consubstancia, processo, em um de pensar as suas - se não o mais nte com bastante sileiro (SILVEIRA, 9).

Grande do Norte é estes. São imagens as da colheita de radores; o trabalho ou em mutirão do conduzidos pelos

Mapa 2: Nova Delimitação do Semi-Árido.
Fonte: Brasil (2005).

vaqueiros a destinos ignorados [...].

Douglas Araújo

Algumas vertentes teóricas explicam a formação nordestina numa perspectiva mais abrangente, levando em conta a constituição de seu histórico processo de subdesenvolvimento, a exemplo de Prado Júnior (1961;1989) e de Furtado (1961), (1978), (1987), (1989), que vão dar destaque ao complexo socioeconômico nordestino.

Desse modo, interpretam a pobreza do Nordeste em relação ao fenômeno chamado subdesenvolvimento que constituía um lugar próprio da periferia na divisão internacional do capitalismo, exprimindo uma relação de dependência e subordinação em relação aos países centrais do sistema.

Caio Prado Júnior (1907-1990), paulista, foi um dos primeiros intelectuais marxistas brasileiro¹⁰ que pensou o Brasil na perspectiva do materialismo histórico, mas usando-o de forma criativa como um método crítico, aberto e dialético.

Sua análise da natureza da colonização brasileira é esclarecedora do Brasil e dos fundamentos do seu atraso econômico. A formação do Brasil teria sua explicação essencial na exploração colonial, que é a chave para se entender o subdesenvolvimento.

Nesse sentido, percebeu as causas do subdesenvolvimento do Brasil, ao buscar no período colonial as raízes de um atraso que até hoje perdura. Se os Estados Unidos nasceram como um país periférico na ordem mundial, com colônias de povoamento ocupadas por pequenas propriedades e homens praticamente iguais, o Brasil surgiu torto, desigual, porém, "moderno". Era a grande fronteira de expansão dos impérios coloniais, num modelo de produção baseado no latifúndio e na desigualdade, voltado para a acumulação de lucros na metrópole. Assim, enquanto a "Nova Inglaterra" deu origem a uma verdadeira Nação, por aqui surgiu um arremedo de país, em que o povo e a elite não parecem formar um todo homogêneo.

Para Prado Júnior (1961), o sistema colonial possuía uma economia majoritariamente agro-exportadora e a produção interna de alimentos estaria dependente do comércio internacional dos produtos coloniais. Daí, atribuir pouco dinamismo ao mercado interno que se voltaria exclusivamente para o auto-consumo. A razão para esta dependência estaria na transferência de recursos para a metrópole, na escravidão e na produção monocultora. A colônia não possuía, dessa maneira, uma formação econômica e social autônomas e constituir-se-ia em um corolário do modo de produção

capitalista, inserido no mercado dominante da Europa.

Em razão dessa origem desfavorável o Brasil atravessou vários ciclos econômicos, como os do açúcar, do ouro, da borracha e do café, dentre outros, determinados essencialmente por contingências internacionais. Era a demanda global que movia e criava grandes riquezas no país. As demais atividades, como a pecuária e o pequeno comércio, apenas davam suporte às empresas coloniais, ainda que pudessem gerar algumas pequenas fortunas pessoais. Nos Estados Unidos, ao contrário, desde cedo o grande motor do desenvolvimento foi seu próprio mercado interno.

Assim, em *História econômica do Brasil*, afirma que:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa do que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil será uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 22-23).

Pelo visto, o estudo da realidade brasileira para ele deveria ser norteado pela busca do sentido essencial da evolução histórica do país. Tinha a convicção da necessidade de buscar no passado a explicação para as condições do presente. Daí o "sentido" que norteava todo o desenvolvimento histórico da sociedade, apontando para um vínculo, desde a época da colônia, do Brasil com o capital comercial, em um

[...] processo que acabaria por integrar o universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda a parte. Todos estes acontecimentos são correlatos e a ocupação e o povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 20).

¹⁰ Astrogildo Pereira, um dos fundadores e primeiro dirigente do Partido Comunista (PC), antes de Caio Prado, já havia abordado a questão, mas não de forma sistemática como ele.

No entanto, o entendimento da colonização mercantil e capitalista segundo o esquema de Caio Prado, negaria a tese do feudalismo brasileiro, definida a partir do paradigma da *revolução burguesa*. Daí, não era a pequena exploração parcelária do feudalismo europeu, o ponto nevrálgico da estrutura econômica do país, mas, **a grande propriedade rural** (tanto no passado quanto no presente - o grifo é do autor), associada à exploração do trabalho escravo e voltada para o mercado externo. Sendo inclusive, via de compreensão da especificidade da formação brasileira; dela "derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem." (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 143).

Na perspectiva de Prado Júnior (1987, *apud* MANTEGA, 1991, p. 245),

Não há relações de produção feudais e nem restos dela no Brasil, porque a estrutura colonial brasileira e suas relações de produção (que, no fundamental, persistem até a atualidade), foi implantada e organizada pelo sistema capitalista mundial (primeiro pelo comercial, depois pelo imperialista).

A economia camponesa, identificada com a agricultura de subsistência era encarada como meramente subsidiária e residual. A escravidão, na sua compreensão, é o que, "antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do século XIX [...]." (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 269). Assim, analisando a economia do Brasil nos anos finais da escravidão diz que:

[...] as premissas do capitalismo já se achavam incluídas na ordem econômica e social brasileira, ordem essa que se organizara em função de atividades essencialmente mercantis e voltadas para o mercado, isto é, para a exportação de produtos tropicais. Assim, o grande desenvolvimento e progresso econômico verificado no decorrer da segunda metade do século passado [...], essa grande atividade da vida econômica brasileira se realizará em moldes essencialmente capitalistas (PRADO JÚNIOR, 1978, p. 115).

Aliás, o traço peculiar da escravidão para ele será o de pertencer a uma "ordem de acontecimentos que se inaugura no séc. XV com os grandes descobrimentos ultramarinos". E subordinada ao capital mercantil procurava garantir a produção dos gêneros valorizados no mercado internacional e "nunca se desviou de tal rumo". Por isso, a contribuição do

escravo para a formação brasileira, segundo Caio Prado, é nula, excetuando-se a "energia motriz." (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 269-272).

Nesse sentido considera-se, no mínimo estranho que seu livro, *Formação do Brasil contemporâneo*, mesmo tendo sido escrito posteriormente à *Casa Grande e Senzala*, que Caio Prado leu, desconsidere as afirmações de Gilberto Freyre acerca da contribuição do elemento africano para a cultura nacional.

Mas desprezando o etnocentrismo de Prado Júnior, que chega ao ponto de definir os escravos, negros e índios, como povos de "nível cultural ínfimo" (PRADO JÚNIOR, 1989, p.271-272); e o pior, dizer que o "índio brasileiro, saindo de uma civilização muito primitiva, não podia adaptar-se [...] ao sistema de uma cultura tão superior à sua como era a que lhe traziam os brancos." (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 36). Interessam aqui dois aspectos de sua reflexão acerca da escravidão: o primeiro é o que ele diz acerca do papel da escravidão americana como geradora de diferenciação social, mais do que em qualquer outro sistema escravista. Isto porque a diferenciação racial acentua a rigidez do escravismo, "empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo." (PRADO JÚNIOR, 1989, p. 274). O outro aspecto, mais importante, diz respeito à sua interpretação acerca das relações de trabalho pré-capitalistas encontradas no campo brasileiro que, para ele, deveriam ser encaradas como resíduos do escravismo subordinado ao capitalismo, e não, como resquícios feudais.

Porém, imbricar a grande propriedade com a mão-de-obra escrava e rotulá-la como capitalista é, certamente, um tanto complicado; como também, cunfuso seria entender a esfera de circulação de mercadoria e, conseqüentemente, o seu agregado, o capital mercantil, como uma categoria eminentemente ou, pelo menos, identificadora do capitalismo. Para Marx (1967, p. 374), "o capital mercantil - e o comércio - é mais antigo que o mundo capitalista de produção; é na realidade, do ponto de vista histórico, o modo independente de existência mais antigo do capital."

Quanto a suas propostas para a superação do atraso do país principalmente do campo, Prado Júnior deslocava o ponto crítico da questão agrária da luta pela terra para as reivindicações dos trabalhadores ligados ao setor "moderno" da agricultura.

O latifúndio já não poderia ser visto como um obstáculo feudal que deveria ser removido para dar passagem ao desenvolvimento capitalista, mas como instrumento da inserção do Brasil na economia capitalista. Ao invés da superação daquele suposto feudalismo, pela destruição do

latifúndio e distribuição da terra, para Caio Prado, tratava-se de superar as permanências do regime de trabalho escravo. O que se faria pela valorização da força de trabalho porque, em seu esquema teórico, o baixo nível tecnológico da agropecuária brasileira e a baixa produtividade se deviam ao baixo custo da mão de obra e à oferta abundante de terras, o que estimularia a produção extensiva baseada em investimentos tecnológicos insignificantes. Além disso, maior remuneração significa maiores níveis de consumo.

Em *Evolução Política do Brasil*, ao se referir aos acontecimentos ligados à emancipação política do país, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade das mudanças, impostas pelo desenvolvimento econômico, Prado Júnior (1961, p. 52) irá apontar os aspectos políticos que evidenciam seu caráter de "arranjo político", o "ambiente de manobras de bastidores" que caracterizou aquele processo.

Do que se trata, em suma, é não deixar o funcionamento da economia à mercê de simples impulsos dos interesses e da iniciativa privados, sem discriminação do maior ou menor, ou mesmo do negativo interesse geral que possam apresentar. [...] torna-se necessária a intervenção decisiva do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos prefixados (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 149).

Caio Prado apesar de retratar de forma ampla os problemas do Brasil, não consegue avançar muito no campo das propostas mais gerais para a sociedade, todavia, as questões por ele levantadas são importantes para se pensar a pobreza do Nordeste em relação ao fenômeno do chamado subdesenvolvimento que constituía um lugar próprio da periferia na divisão internacional do trabalho, exprimindo uma relação de dependência e subordinação em relação aos países centrais do sistema.

No que diz respeito ao pensamento do paraibano Celso Furtado (1920-2004) verifica-se uma aproximação de suas idéias com as de Prado Júnior em alguns pontos: a preocupação com a economia, na discussão a respeito dos reflexos da monocultura sobre a economia colonial e o fato de estar implícito nas suas obras teóricas um programa político. Os dois autores chamam a atenção, sobretudo, para a ligação, desde a colônia, entre a economia brasileira e a economia mundial.

No entanto, a obra de Celso Furtado vai mais além. Faz parte de uma tradição mais ampla de trabalhos sobre a América Latina, o Brasil e

particularmente sobre o Nordeste. Seu esforço é, principalmente, o de captar a especificidade da sociedade brasileira, explicando como são diferentes dos casos "clássicos", europeus e norte-americanos. E se destaca de outros autores por ter sido dos poucos a intervir diretamente na realidade, o que tanto seus propósitos, quanto a experiência de vida permitiram. Acredita-se que não seria demais afirmar que ele foi como o "divisor de águas" tratando-se dos estudos sobre a realidade do Nordeste e as desigualdades regionais.

Furtado vai buscar soluções que conduzam à superação do atraso dessa sociedade numa compreensão da totalidade, através da análise estrutural e do método histórico, na macroeconomia de Keynes. Na sua visão analítica interdisciplinar trouxe à economia política elementos antes de cuidado exclusivo de áreas específicas como a Sociologia (as organizações e forças sociais), a Ciência Política (o Estado) e a Ecologia (relação do homem e o meio ambiente).

Destacou-se com a particular contribuição que ficou conhecida como teoria estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) ao mostrar como se estabeleceu a relação histórica entre colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia. Assim distinguia entre as diferentes formas de subdesenvolvimento, a que havia desenvolvimento industrial, como o Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai e os que ainda não haviam superado o estágio agrário, como a América Central e Caribe.

Talvez mais surpreendente - sua especial sensibilidade para a influência da cultura - tenha sido chamar a atenção para problemas, como os sérios padrões de consumo das classes dominantes latino-americanas, como um fator de perpetuação do subdesenvolvimento.

Nas décadas de 50 e 60, diversas teorias, sobretudo as norte-americanas, diziam que o subdesenvolvimento era uma etapa a ser vencida na direção do desenvolvimento. Mas Furtado mostrou que o subdesenvolvimento é um tipo específico de desenvolvimento capitalista que acontece na periferia do sistema, pois a lógica do sistema é fazer com que os países subdesenvolvidos permaneçam sempre subdesenvolvidos (FURTADO 1961; CANO, 1998). Senão veja:

O Subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para

captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna, levar em conta essa peculiaridade (FURTADO, 1961, p.180).

Logo, o subdesenvolvimento não é uma etapa para se atingir o desenvolvimento, mas sim uma malformação histórica causada pelo impulso inicial dado pela expansão do capitalismo. Daí, Furtado demonstra, a necessidade e a importância da condução do Estado durante o processo de superação do subdesenvolvimento. Desse modo, o Estado aparece, como um importante instrumento, passível de ser utilizado para resolver problemas estruturais.

Enquanto o Centro-Sul registrava um desenvolvimento industrial ascendente e uma economia em expansão, o Nordeste mantinha-se entregue às oligarquias que se beneficiavam da situação, explorando a chamada 'indústria da seca'. As ações em favor da Região limitavam-se a obras esporádicas e de caráter paliativo. Até então não existia uma política pública específica contra a seca e muito menos um plano de trabalho voltado ao desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais. O País precisava de uma plano de trabalho que contemplasse a Região.

Segundo Furtado (1989, p. 49), apesar de o DNOCS, ser na época, o principal órgão federal que atuava na região, ocorreram alguns problemas na sua execução, que mereceram observação, como ele diz: "apoiei o projeto do "Correio da Manhã" de enviar o jornalista Antônio Callado, como repórter itinerante, para projetar um pouco de luz nos desvãos das instituições federais atuando no Nordeste". E o que se constatou foi o seguinte:

Na Região Semi-árida nesse momento assolada pela seca [...], as máquinas e equipamentos do DNOCS, [...] eram utilizados por fazendeiros a seu bel-prazer. Nas terras irrigadas com águas de açudes construídos e mantidos pelo governo federal produzia-se para o mercado do litoral úmido e em benefício de alguns fazendeiros que pagavam salários de fome. As obras de emergências eram pré-financiadas por comerciantes que, de um, lado, se beneficiavam da forte elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade e, de outro, cobravam dos trabalhadores juros escorchantes, implícitos nos adiantamentos que faziam. Em síntese, a seca, era um grande e próspero negócio para muita gente. Callado, com sua fina ironia, revelava [...] a existência, no Nordeste, de uma

classe social sui generis, os "industriais das secas". E essa classe dispunha de importante bancada no Congresso Nacional (FURTADO, 1989, p. 49).

Em meio a um clima de desesperança, a própria sociedade nordestina, liderada por alguns setores de participação mais ativa na vida regional, a exemplo da Igreja, dos sindicatos e de algumas facções políticas menos conservadoras, mobilizou-se, conquistou a opinião pública e pressionou o Governo Federal no sentido de adotar medidas mais firmes em benefício do Nordeste. A situação era de calamidade e a Região em nada refletia a política de industrialização adotada pelo Governo e que já apresentava impactos positivos na economia do Centro-Sul do País.

Nessas circunstâncias, Juscelino Kubitschek, Governo Federal à época, pressionado pela sociedade civil e consciente de que as raízes dos problemas nordestinos não residiam apenas na questão hídrica e confiando na racionalidade, lucidez e competência técnica de Celso Furtado, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), entidade ligada diretamente à Presidência da República. Responsável pela elaboração de um plano de trabalho em favor da Região, o GTDN realizou um minucioso levantamento das questões regionais, estudo esse apresentado ao então presidente Juscelino Kubitschek em julho de 1959.

Ao elaborar o documento oficial intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, o chamado Relatório do GTDN*, em 1956, destinado a ser o suporte teórico para a intervenção planejada na região - consubstanciada na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) - Furtado preconizava a superação do elevado grau de desigualdade inter-regional no país, sobretudo através da industrialização na região Nordeste; articulada à própria reorganização da agricultura na sua faixa úmida (para que a produção de alimentos desse suporte à expansão do parque industrial nos principais centros urbanos), ambas as ações a serem implementadas pelo Estado nacional-desenvolvimentista.

Nesse sentido, veja-se o relato de Furtado (1989, p. 37-56) sobre como se deu a sua participação do GTDN.

[...] Renunciara a meu cargo nas Nações Unidas e aceitara um posto de diretor do BNDE sob a condição de que minha atuação se circunscreveria à área do Nordeste. [...]. De imediato coube-me intervir no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), um dos muitos grupos que

instituíra o Banco, transformado em órgão assessor principal da Presidência da República. [...]. Fora obtido o apoio de uma missão técnica das Nações Unidas, cujos membros, em viagens tranqüilas, começavam a descobrir a região. [...]. Não havia no grupo nenhuma pessoa com conhecimento de conjunto da região e menos ainda, economistas especializados em desenvolvimento. Uma equipe assim, improvisada [...]. O texto fora concebido e redigido por mim. Não houve tempo sequer para submetê-lo a leitura crítica de outras pessoas. Os estudos setoriais em que se aplicavam os técnicos do GTDN ainda estavam em gestação. E se afastavam da ótica da macroeconomia que eu adotara. Mas evitei assiná-lo [...] Foi distribuído entre os presentes na reunião do palácio do catete como simples fundamentação técnica da exposição que fiz. Esta tática de apresentação foi providencial para sua sobrevivência quando caíram sobre nós os dias sombrios da ditadura militar, que me cassou os direitos e tornou "suspeito" tudo o que contivesse o meu nome. Com efeito ele pode continuar a ser utilizado e citado, atribuindo-se a autoria ao GTDN.

O GTDN foi transformado no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), sendo Celso Furtado o seu responsável principal e teve um papel decisivo na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. Vale enfatizar que esse estudo deu especial atenção à problemática do semiárido, percebido no país, pela ótica dos terríveis efeitos engendrados pelas secas que já vinham provocando suas mazelas, caracterizando o Nordeste como área-problema, agravando-se a partir da segunda metade do século XIX, assumindo a forma de grande calamidade social.

Em se tratando da economia dessa região, Furtado a define como um complexo de agricultura e pecuária bovina extensiva, ambas de baixo rendimento, combinando elementos monetários (representados, basicamente, pela pecuária e pela cultura de xerófilas, voltadas para o mercado) com outros não monetários (as tradicionais lavouras de subsistência). Dadas suas condições naturais, seria razoável esperar que esse espaço apresentasse uma baixa densidade demográfica, estabelecendo-se, portanto, um equilíbrio entre a população residente e os recursos naturais disponíveis. No entanto, o avanço da agricultura de subsistência no semi-árido provocou um certo adensamento demográfico, o

qual está na raiz do problema da grande vulnerabilidade desse tipo de economia às secas. Trata-se aqui, enfim, de deslocar a discussão dos fatores climáticos - sem negá-los, evidentemente - para a estrutura econômico-social, o que equivale a afirmar que esta última tem o poder de ampliar os efeitos da estiagem (FURTADO, 1987;1989).

Como agravante, o Nordeste Semiárido,

[...] não dispunha de tradição agrícola, sendo insignificante seu patrimônio tecnológico [...]. As fazendas e áreas mais áridas não contou com um estoque inicial de técnicas agrícolas e sendo uma constelação de minifúndios, sem nenhuma capacidade de acumulação [...] fechou todas as portas para o investimento no fator humano, o que explica sua estagnação secular [...]. a passividade da população, sua inaptidão para organizar-se na ação política, seu profundo sentimento de insegurança, levando-a a buscar segurança, contribuíram para implantar o imobilismo social e a estagnação econômica. A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o econômico, o social e o político se entrelaçam para formar o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste (FURTADO, 1989, p. 22-23).

Furtado demonstrou que a saída do subdesenvolvimento só é viável através da participação ativa do Estado, que deve colocar em prática um projeto de desenvolvimento. Contudo, não defende a direção da economia pelo Estado, mas sim que esse intervenha no sentido de coordenar e gerar condições para o desenvolvimento, tanto em âmbito regional (SUDENE) como no nacional (Ministério do Planejamento). Nessa perspectiva, o planejamento econômico ganha destaque central, pois se apresenta como um meio de coordenar ao longo do tempo mudanças estruturais e reformas.

Diante do exposto sobressaem-se diferenças substantivas entre Prado Júnior e Furtado, e levando-se em conta a questão da superação das heranças legadas pela colonização e, mais especificamente, como entender a industrialização, pode-se constatar o seguinte: enquanto o primeiro autor não dá muita importância ao fenômeno, já que ressalta a dependência de capitais estrangeiros e a incapacidade de mudar a orientação da economia desde a colônia, o segundo ressalta o sentido transformador da industrialização. De

certa maneira, o autor de *Formação do Brasil contemporâneo* ainda está preso ao passado, enquanto o de *Formação econômica do Brasil* ajuda a construir o país do futuro. Com efeito, a industrialização teria se dado mediante políticas keynesianas já que, depois da crise de 1929, a política de defesa dos preços do café mantinha os níveis de renda interna e a crise de divisas fortes impedia a importação de manufaturas.

Nas palavras de Cano (1998, p. 22), economista crítico da Unicamp, "há que se fazer justiça a Furtado, que, dirigindo o GTDN, elaborou um diagnóstico e uma política de desenvolvimento do Nordeste de marcada profundidade, pensando não apenas em industrializar a região, mas, sobretudo, mudar sua estrutura econômica". Continuando ele acrescenta:

O diagnóstico, resumidamente, pretendia que se atacasse quatro frentes: a industrialização; a reforma da estrutura agrária da zona úmida; a transformação da economia das zonas semi-áridas e o deslocamento da fronteira agrícola. Com isso aumentar-se-ia a eficiência do antigo setor exportador, ampliar-se-ia a oferta de alimentos para suporte à nova economia industrial, e obter-se-ia, ainda, a transferência de parte do excedente populacional para o Maranhão (CANO, 1998, p. 22-23).

Resumindo ele diz: "Ao contrário do que afirmavam muitos dos seus críticos, Furtado tentava criar aquilo que o Nordeste nunca tivera, de forma mais avançada: relações capitalistas de produção, numa economia mais eficiente e internamente integrada." (CANO, 1998, p. 23). Dele foi a primeira tentativa de elaboração de uma política sistemática de desenvolvimento regional integrada, com a criação da SUDENE em 1959.

Celso Furtado é considerado o grande inovador do pensamento econômico do Brasil e também da América Latina, fundador da política econômica brasileira e criador da escola de pensamento econômico conhecido como pensamento cepalino. E, até hoje, suas idéias norteiam o pensamento econômico brasileiro.

Vale salientar que todo o trabalho de Furtado em favor do Nordeste foi conquistado a duras penas, depois de muitos percalços, resistências e entraves enfrentados com os líderes políticos regionais representantes da oligarquia tradicional agrária, que foram superados, nacionalmente pelo grupo industrial e pelos setores progressistas desempenhando um papel central nas decisões. Também pelo fato de os documentos iniciais elaborados por ele, não fazerem menção estrita e, especificamente, à

reforma agrária, deixando apenas contribuições para soluções reformistas.

Quanto à penetração das economias centrais do sistema na periferia e à formação da estrutura subdesenvolvida, Furtado (1978, p. 53) esclarece:

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constituiu, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento).

Essa coexistência em uma mesma estrutura econômica de duas dimensões - uma advinda do sistema capitalista e outra pré-capitalista - é o elemento chave do fenômeno do subdesenvolvimento para Furtado. O autor compreendia, por conseguinte, que o subdesenvolvimento seria um processo histórico autônomo, ou seja, não era uma etapa pela qual tenham passado obrigatoriamente todas as economias capitalistas desenvolvidas. Um elemento importante diz respeito ao fato de que na formação das economias híbridas em que o núcleo capitalista passava a coexistir de forma pacífica com a estrutura arcaica. Este núcleo capitalista não modificou as condições preexistentes, o que foi acontecer somente quando as atividades capitalistas necessitavam de uma absorção em grande escala de mão de obra, como no Brasil.

No entanto, se a teoria do subdesenvolvimento construída por Furtado trouxe grandes contribuições para a compreensão da realidade dos países periféricos, por outro lado, destacam-se as suas debilidades, segundo Oliveira (1977), que tratou de colocá-las em relevo. O autor fará uma leitura crítica da teoria do subdesenvolvimento em Furtado, bem como, traçará um novo quadro analítico para a compreensão da estrutura socioeconômica brasileira.

Nas principais reflexões da abordagem de Chico de Oliveira em relação aos traços fundamentais da realidade socioeconômica brasileira, o eixo central é que por trás da aparente oposição formal entre o "moderno" e o "atrasado" existe uma integração dialética. A agricultura "arcaica" cumpre

um papel fundamental no regime de acumulação: ao invés de se opor ao setor industrial, o alimenta.

Por consequência, o modelo da estrutura econômica desenvolvida por Chico de Oliveira, não poderia conter a tese de Celso Furtado da separação dual e antagônica entre os setores. O setor agropecuário atrasado e o setor industrial conformavam uma unidade de contrários, uma totalidade a qual tinha um sentido claro, ou seja, o de estabelecer um regime de acumulação conveniente, extrair mais lucro. Logo, os diversos setores constituíam uma estreita imbricação entre eles, uma dependência recíproca, um organismo coerente que se compunha de elementos desigualmente desenvolvidos e combinados. Assim, a dimensão "arcaica" da economia não podia ser entendida como um polo "marginal" indesejado das estruturas subdesenvolvidas, mas antes como parte coerente e funcional do modelo característico de acumulação nos países periféricos. Este modelo, combinando um intenso processo de industrialização com uma estrutura agrária basicamente atrasada, produzia taxas fabulosas de acumulação por um lado, e por outros níveis de exploração da força de trabalho. Aí se encontrava a racionalidade dessa integração dialética.

Celso Furtado descartou a hipótese evolucionista. No entanto, compreendia a existência numa mesma estrutura de elementos econômicos "arcaicos" e "modernos" como duas dimensões que não se encaixam e se separam. Enquanto Chico de Oliveira, por sua vez, defendeu que a junção, desigual e combinada desses elementos contraditórios formava uma estrutura com sentido coerente, qual seja o de constituir um modo de acumulação própria dos países subdesenvolvidos. As partes agora se encaixam e se unem, se alimentando reciprocamente, num movimento de integração econômica (OLIVEIRA, 1977).

Esse movimento se verifica de forma mais acentuada nas últimas décadas pelo processo de acumulação de capitais do país, "atingindo o Nordeste e 'solidarizando' sua dinâmica econômica às tendências gerais da economia nacional". Nesse sentido, no contexto atual, "uma das teses centrais do GTDN ficou ultrapassada: não se verifica mais o fato de a economia do Nordeste, mergulhada na estagnação, conviver com o forte dinamismo Centro-Sul. A integração articulou as diversas dinâmicas 'regionais'." (ARAÚJO, 1995, p. 128. Grifos do autor).

Por conseguinte,

[...] as dificuldades de hoje são maiores porque os problemas regionais se tornam mais complexos, seja

no tocante ao Nordeste propriamente dito, seja no contexto dos problemas nacionais, dada à sua maior integração na economia nacional e aos mercados internacionais (CARVALHO, 2003, p. 304).

Concordando com a economista pernambucana Tânia Bacelar de Araújo, hoje, é preciso saber de qual Nordeste se está falando, pois mudanças importantes vêm se verificando nessa região, nas últimas décadas, contribuindo para remodelar sua realidade econômica. Pode-se, falar, de quantos "Nordestes" quantas forem as abordagens, interesses, focos, resistências e mudanças.

Ela ainda adverte para não se tratar o Nordeste e nem uma outra região como autônoma,

[...] *Locus* de uma dinâmica própria de seu movimento de acumulação de capitais [...]. No Brasil nesse novo contexto, não existem mais 'economias regionais', mas uma 'economia nacional regionalmente localizada' (ARAÚJO, 1995, p. 152. Grifo do autor).

Bacelar de Araújo remonta ao período colonial no qual o espaço que viria posteriormente se chamar região Nordeste, era o polo econômico mais dinâmico do País. Porém, o dinamismo econômico, aliado ao lastro do latifúndio e do escravismo, representaria a origem histórica da miséria na região.

Ao longo de quatro séculos, desde seu descobrimento pelo capital mercantil em busca de internacionalização, até o século atual, o Brasil se constituiu como um país rural, escravocrata e primário - exportador. Só no século XX é que emerge o Brasil urbano - industrial e de relações de trabalho tipicamente capitalistas. As antigas bases primário-exportadoras, embora montadas no amplo litoral do país, eram dispersas em diversas regiões, tendo associadas a elas, as indústrias tradicionais.

Estudando a trajetória recente dessa região, a referida autora sugere evitar-se fixar apenas na visão estereotipada tradicional, como

[...] Nordeste, região problema, Nordeste da seca e da miséria, Nordeste sempre ávido por verbas públicas, verdadeiro 'poço sem fundo em que as tradicionais políticas compensatórias de caráter assistencialistas, só contribuem para consolidar as velhas estruturas socioeconômicas e políticas, perpetuadoras da miséria. Essas são apenas visões parciais dessa região nos dias presentes. Revelam parte da verdade sobre a

realidade econômica e social nordestina, mas não apresentam os fatos novos dos anos mais recentes. Não revelam a atual crescente complexidade da realidade econômica regional e não permitem desvendar uma das mais marcantes características do Nordeste atual: a grande diversidade, a crescente heterogeneidade de suas estruturas econômicas (ARAÚJO, 1995 p. 132).

Na abordagem tradicional das políticas regionais brasileiras a dimensão regional era sempre tratada subsidiariamente (dada a predominância de políticas de corte setorial-nacional e a hegemonia de uma macro-região: o Sudeste) e o regional era visto sempre como problema (questão regional). Prova disso é que as políticas regionais eram voltadas para as regiões periféricas, de menor dinamismo e de maior pobreza. O discurso regionalista das regiões menos desenvolvidas era marcado pela reivindicação de "tratamento diferenciado", do que tiravam proveito as elites conservadoras dessas regiões (ARAÚJO, 1999).

Na época atual, a quebra do comando hegemônico do Sudeste pela maior abertura a articulações internacionais, os diversos fatores que estimulam a desconcentração das bases produtivas (fortalecendo especializações regionais dispersas no território e geradoras de focos dinâmicos mesmo em antigas áreas tidas apenas como região problema) e a descentralização de políticas públicas são elementos que criam oportunidade para mudar a abordagem e fundar uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil (ARAÚJO, 1999).

Daí, ser mais que nunca oportuno superar as "choradeiras" regionalistas de um lado e as posturas discriminatórias de outro, para pensar e agir no Brasil heterogêneo e diversificado; para tratar como positivo, como potencialidade (e não como problema) a crescente diferenciação interna das diversas macro-regiões do país (ARAÚJO, 1999).

A autora atribui o fracasso das políticas públicas, que historicamente foram destinadas ao Nordeste, à apropriação das demandas transformadoras de tais políticas pelas elites locais, havendo assim uma tensão que marca decisivamente a continuidade da miséria no Nordeste: modernização econômica versus cultura política tradicionalista (ARAÚJO, 1999).

Ainda sobre a questão do Nordeste, torna-se interessante apontar uma nova abordagem que se apresenta sobre o Nordeste contida no livro, A invenção do Nordeste e outras artes, de autoria do professor da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Durval Muniz Albuquerque Júnior (2001). Fundamentado em idéias de historiadores da chamada Nova História e do filósofo Michel Foucault, mostra que a construção de um conceito para a região não deve se restringir apenas à perspectiva econômica ou política. O resultado do percurso histórico de um espaço social e afetivo, decorrente de muitas décadas, montado a partir de diferentes discursos que lhes concederam vários atributos morais, culturais, simbólicos, dentre outros, devem ser levados em consideração.

O autor do surgimento e consolidação da região Nordeste na "paisagem imaginária" do país no final da primeira década do século XX, em substituição à antiga divisão regional do país entre norte e sul, diz que essa região foi fundada na "Saudade e na Tradição". Mostra a fantasiosa simbologia criada para este espaço e a sua evolução no Brasil, situando-a no conjunto dos mecanismos constitutivos de um projeto de bases culturais e sociais diversificadas.

Assim, na esteira de Foucault desenvolve um trabalho arqueológico e genealógico sobre os discursos que deram visibilidade e no que foi dito sobre o Nordeste, realizando uma desconstrução das identidades que estes mesmos discursos atribuíram à região. Por essa via, ele divide a obra em dois grandes grupos de produções artísticas e culturais, que interpretaram o Nordeste durante o século passado. Um é composto pelas obras e artistas (escritores, pintores, músicos etc.) que tomaram a região como "espaço da saudade", ou seja, que a enxergavam (e a divulgavam) como um local de passado idílico, cuja transformação a contragosto era realizada pelo "trator" da modernidade com sua paisagem urbano-industrial. O outro compõe-se de artistas que já cresceram em meio ao processo de estabelecimento da sociedade burguesa-industrial e que vivenciaram a formação da classe média no país, fatores que potencializaram a difusão de correntes de pensamento crítico, principalmente o marxismo; doutrina que foi de grande influência no ambiente artístico e intelectual e que colaborou de forma decisiva para a perspectiva do Nordeste como um "território da revolta".

A "invenção" do Nordeste se deu inicialmente através das primeiras formações discursivas acerca da região. Discursos, fortemente marcados por circunstâncias históricas que foram cruciais na trajetória política e econômica do país: o declínio da velha oligarquia rural nordestina (principalmente a açucareira) e a ascensão da nova burguesia industrial do Sudeste (com destaque para a elite paulista, principal herdeira dos rendimentos das antigas fazendas de café). A falência da oligarquia agrária do Nordeste trouxe como consequência, além da crise dos códigos culturais

da região, a necessidade das elites locais de se imporem frente ao crescimento político e econômico do Sudeste (que se transformara, para essas elites, na grande representação do progresso "destruidor"). Esse antagonismo regional acarretou no estabelecimento de um embate entre tradição versus modernidade, que rapidamente se propagou do plano político para o plano cultural.

Precisando se contrapor à região emergente, intelectuais e artistas do Nordeste conceberam em suas obras uma idéia da região permeada de lirismo e saudade, valorizando a tradição, o passado rural e pré-capitalista. Para Durval, essa visão saudosista da região pode-se dizer que foi iniciada e instituída pelo Movimento Tradicionalista de Recife (iniciado oficialmente em 1924) e pela produção sociológica e antropológica de Gilberto Freyre, principal articulador intelectual da região na época. Surgiu numa perspectiva de circulação limitada, patrimônio das elites artístico-intelectuais e políticas, mas que foi capaz de funcionar como lastro para as produções culturais e artísticas subsequentes nas mais variadas áreas como a literatura, as artes plásticas, a arquitetura etc. Para instituir este Nordeste,

[...] contribuirão decisivamente as obras sociológicas e artísticas de filhos dessa 'elite regional' desterritorializada, no esforço de criar novos territórios existenciais e sociais, capazes de resgatar o passado de glória da região, o fausto da casa-grande, a 'docilidade' da senzala, a 'paz e estabilidade' do Império. O Nordeste é gestado e instituído na obra sociológica de Gilberto Freyre, nas obras de romancistas como José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz; na obra de pintores como Cícero Dias, Lula Cardoso Ayres etc. O Nordeste é gestado como espaço da saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, do sinhô, da Nega Fulo, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 35).

E por que não dizer, que o sertão de Eloy de Souza também não se insere nessa gestação do Nordeste em Durval? Afinal, Eloy de Souza concebia o sertão nordestino, enleado de saudades de tudo que o caracterizava, os costumes, as vaquejadas, valorizando a tradição, calcado em um passado de lutas heróicas em defesa do território.

A partir dos anos 30, no entanto, os discursos emanados das obras

dos artistas e intelectuais sobre o Nordeste se invertem: não sonham mais com uma volta ao passado, e sim com a construção do futuro. O "novo" Nordeste que emerge é esquerdista, sendo caracterizado pelos trabalhos que denunciam a região como um espaço onde predominam a miséria e a injustiça social e também como local de reação às transformações revolucionárias da sociedade. Para Durval, essa mudança se deveu a fatores como o crescimento urbano, que já se fazia notar em algumas cidades nordestinas; a conseqüente ampliação da classe média; acentua-se a difusão de correntes de pensamento crítico, em especial, o marxismo. Para o autor, o trabalho desses intelectuais define-se como um serviço de reconstrução da região Nordeste.

No Nordeste, o tom messiânico do pensamento marxista respondeu aos anseios ideológicos tanto de uma classe média em formação e insegura, quanto das gerações seguintes da velha elite tradicionalista patriarcal (grandes latifundiários, donos de engenhos e usinas etc), que já estava sem influência na vida política do país e sendo jogada para esta mesma classe média iniciante. Para alguns descendentes da velha elite, a opção revolucionária - diferente da negação do presente e da criação de um passado idílico como ocorrera outrora - foi uma maneira de tentar estabelecer um novo território no futuro, um território que pudesse tomar o lugar do desconforto pelo qual passavam naquele momento. Desse modo, o marxismo surge como uma doutrina que os salvaria das transformações trazidas pela modernidade, como um messianismo oriundo da vontade de retomar a identidade que se diluía. Porém, é importante considerar que nem todos os intelectuais e artistas urbanos do Nordeste viam no marxismo a única saída para o Brasil ou para a região. Diferente dos que tomavam a revolução como caminho para um novo mundo socialista, alguns também enxergavam no approach revolucionário a oportunidade do estabelecimento da sociedade burguesa. Por esse encaminhamento, Albuquerque Júnior (2001, p. 194-195) afirma que:

O Nordeste, como território da revolta, foi criado basicamente por uma série de discursos acadêmicos e artísticos. Discursos de intelectuais de classe média urbana. Uns interessados na transformação, outros na manutenção da ordem burguesa. Por isso, são obras que partem, quase sempre, de um 'olhar civilizado', de uma fala urbano-industrial, de um Brasil civilizado sobre um Brasil rural, tradicional, arcaico. Um espaço da revolta que, ou deve ser resgatado para a ordem e para a disciplina burguesa, ou para uma nova ordem futura: a da sociedade

socialista. Esse Nordeste rebelde, bárbaro, primitivo, devia ser domado, ou pela disciplina burguesa ou pela 'disciplina revolucionária'. É do ponto de vista da ordem ou de uma nova ordem que se olha este espaço. É do ponto de vista do poder ou da 'luta pelo poder' que se lê este Nordeste.

Esse autor destaca as obras de Jorge Amado, Graciliano Ramos, Cândido Portinari, João Cabral de Melo Neto e os filmes realizados pelo Cinema Novo (em especial os de Glauber Rocha), como representações desse Nordeste às avessas, região que passa a não mais ser retratada desejando a "doçura" idílica de tempos anteriores, mas como *território da revolta*, como "paiol" de onde poderiam explodir as condições de mudança de sua amarga realidade.

O autor busca compreender o conteúdo e as modalidades da ação dessas bases culturais, as especificidades dos agentes, os princípios norteadores de sua intervenção, analisando as determinações mais amplas da regionalização e diversificação dessa cultura.

Também, pela primeira vez se discute a questão do espaço com um olhar diferente e até depreciador, dependendo do espaço. Vale salientar que, essa idéia de discutir a importância do espaço social passa a ter um significado maior a partir da primeira guerra mundial. Ora, a política desencadeada na Europa sempre refletiu no Brasil; diga-se de passagem, com muita intensidade. Portanto, a primeira guerra mundial será o anúncio oficial da digladição dos países europeus economicamente fortalecidos em busca de espaços. O capital industrial se expandia e precisava urgentemente apropriar-se de espaços para o escoamento dessa produção e conseqüentemente dominá-los. Neste sentido, será inventado o Nordeste que, terá a mesma função destes espaços "conquistados" pelos capitalistas europeus dominantes. Só que tem um detalhe, no nosso caso será em relação ao Centro Sul.

No que tange a questão da importância do espaço Nacional Brasileiro, veja o que afirma Albuquerque Júnior (2004, p.69), quando é analisado o espaço do Norte e do Sul: "seja na imprensa do Sul, seja nos trabalhos intelectuais que adotam os paradigmas naturalistas, seja no próprio discurso da seca, o Norte aparece como uma área inferior do país pelas próprias condições naturais [...]". O capítulo conclui tocando na questão do fator natural (clima) e o étnico (raça), sendo, dentro dessa vertente que, será moldada a região Nordeste, que irá substituir "a antiga

divisão regional do país entre Norte e Sul.

Partindo do estudo "Geografia em Ruínas" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 39), pode-se dizer que o desenvolvimento histórico possibilitará a compreensão de toda essa montagem do mosaico do espaço Centro Sul e o Antigo Norte. Inicialmente, é abordado a eminência de um novo regionalismo, onde se busca enfatizar as mudanças significativas ocorridas nestes espaços nos idos do século XX. De um lado o Centro Sul despontando como centro cultural notável e também centro glamouroso e financeiro do país, com transformações substanciais em todos os âmbitos; do outro, o antigo Norte, por sua vez, vivenciando também essas mudanças; porém, sem expressividade cultural (não que a região fosse desprovida de cultura; pelo contrário, era riquíssima em todos os aspectos, só que, todos os investimentos e atenções estavam voltados para o Centro Sul), da dependência e submissão.

Porém, é plausível destacar também que, Albuquerque Júnior (2001) procede com a analogia da questão regionalista, desta vez dando ênfase ao espaço no aspecto cultural e político. O espaço em epígrafe será o nordestino que a partir de então, irá romper com essa dualidade Norte/Sul. Na análise do espaço nordestino, observa-se que, o plano cultural será mais enfatizado do que o político; embora, não se descarte esse último, pois, o texto deixa transparecer que aquele discurso disperso de outrora da classe dominante da região, agora tem outra conotação; prima em mostrar as rupturas e desigualdades existentes em relação ao Centro Sul. No entanto, os flagelos da seca e da miséria fortalecem esse discurso, causando até mesmo impacto no plano nacional.

Quanto à abordagem cultural, ela é mais incisiva; pois, através das análises sociológicas e antropológicas da região frente ao naturalismo, observa-se a preocupação de vários estudiosos em mostrar e explicar as fissuras sociais existentes naquele espaço. Dentro desse contexto, o autor afirma que,

[...] é o saber sociológico, preocupado com as questões sociais e culturais, que vai assumindo um papel de suma importância na definição de uma identidade para o brasileiro e para o Brasil, bem como na definição de suas regiões e de seus tipos regionais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 93).

Como ele mesmo é enfático em dizer, a imagem e o texto do Nordeste passam a ser elaborados a partir de uma estratégia que visava

denunciar a miséria de suas camadas populares, as injustiças sociais a que estavam submetidas e, ao mesmo tempo, resgatar as práticas e discursos de revolta popular ocorridos neste espaço "[...] as terríveis imagens do presente servem de ponto de partida para a construção de uma miragem futura [...]." (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 184).

A obra de Albuquerque Júnior (2001), como instrumento de análise e alerta de uma região marginalizada pelos donos do poder, pode ser incluída dentro de uma perspectiva redentora e valorativa da cultura e do espaço nordestino, uma vez que,

[...] o Nordeste é uma produção imagético-discursivo formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de um nova configuração de 'verdades' sobre este espaço (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 49).

Por outro ângulo, o professor Cano (1998, p. 12), procurando explicar a liderança do desenvolvimento capitalista de seu Estado, em relação às demais regiões do Brasil, discorda veementemente da possibilidade de se buscar a causa da desgraça periférica no "bode expiatório" sulista. "Bem como seria equivocada a idéia de que São Paulo crescera e se industrializara a custa da expropriação do excedente periférico nacional." (CANO, 2008, p. 12).

Porém, tal afirmação estaria negando a história do domínio das oligarquias, especialmente, a paulista, que controlava as ações do governo federal em benefício da expansão cafeeira, impedindo a interferência federal, exceto em favor do seu grupo agrário-exportador hegemônico. Nesse sentido, a história registra que a mão-de-obra "caipira" serviu de "mais valia" para acumulação da supremacia paulista,

Aliás, não apenas São Paulo, como principalmente a região Sudeste e secundariamente a região Sul, tem uma dívida não só com o Nordeste, mas com as demais áreas atrasadas do país, na medida em que ao concentrarem a riqueza, condenaram ao atraso econômico o restante do país.

Oportunamente, o próprio Marcos Lanna, professor de antropologia da UFSCAR, baseado no seu livro *A dívida divina - troca e patronagem no Nordeste brasileiro*, ao ministrar a aula inaugural do

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, intitulada "Compadrio, sacrifício, votos, trabalho, chefia: desigualdades e constituição do social" no dia 13 de março de 2009, no Auditório da Filosofia (antigo CONSECÃO), reforça o que se afirma no parágrafo acima.

Também paulista, mas outro olhar, Carlos Lanna reconhece isto, ao afirmar que São Paulo tem realmente, uma "dívida divina" em relação aos nordestinos, mas ao invés de os paulistas se colocarem como devedores se colocam como credores. Complementando ele ainda discorda da noção de se colocar São Paulo como "herói civilizador", o representante da modernidade. Para ele isso não faz muito sentido, uma vez que "por trás de uma nobreza está a dádiva, o sacrifício de alguém, seja nordestino ou de qualquer um."

Na verdade, o descompasso regional que sobressai o atraso do Nordeste, nada mais foi do que a omissão, de uma vontade política que faltou a um governo que sempre esteve a serviço das grandes oligarquias, sobretudo paulista e dos lucros dos bancos nacionais e estrangeiros e dos grandes industriais em detrimento dos interesses e das necessidades da população.

Preocupado com os desequilíbrios regionais e, focado na concentração de renda, Cano (1998, p. 12) diz que o atraso do Nordeste, "está, na má distribuição de renda, no constante desvio do dinheiro público para locupletação dos grupos locais, da dominação do capital mercantil para manutenção de *status quo* e na não reforma agrária."

Porém, sabe-se que esse problema está embutido na cultura política brasileira revestida de assistencialismo, paternalismo e clientelismo e outros "ismos", que concorreram para o atraso do Nordeste. E, sobretudo, que essa mesma cultura favoreceu a ascensão do Sudeste em detrimento do Nordeste, contribuindo para desvirtuar o sentido da federação em função das forças locais oligárquicas dos Estados mais ricos do país, gerando um Estado Oligárquico, contrariando o princípio constitucional de 1891 - a garantia de amplos poderes ao Presidente e autonomia dos Estados.

Fazendo-se um rápido balanço de todo um arco da história do atraso do Nordeste em relação ao Sudeste, para melhor situar a questão, constata-se, em suma, que o complexo econômico do Nordeste foi constituído secularmente, impulsionado pelo setor exportador através da produção do açúcar no litoral e algodão no interior. Esse complexo compunha uma estrutura industrial incipiente, formada principalmente por

ramos tradicionais, atendendo à demanda regional, de forma que, historicamente, o setor exportador continuou sendo o determinante do crescimento da economia nordestina.

Perdendo o seu centro dinâmico, diante da concorrência do açúcar das Antilhas e do açúcar de Beterraba da Europa, a economia do Nordeste entra em crise, agravando-se pela ausência de um mercado interno capaz de engendrar uma industrialização de maior alcance regional, renda concentrada, economia de subsistência, que absorvia a mão de obra, dispondo de baixo nível de renda e sofrendo as consequências diretas das secas periódicas.

Para o mesmo autor, os desequilíbrios regionais se acentuaram depois da 'crise de 29, devido aos diferenciais de ritmo de crescimento entre a economia de São Paulo (que já concentrava expressiva fração da produção industrial brasileira, antes dessa crise) e as debilidades de desenvolvimento das relações capitalistas de produção existentes nas demais regiões.

Nesse sentido Moreira (1979, p. 36) de forma lúcida diz claramente que as políticas econômicas adotadas pelo governo "a exemplo da política cambial, através da qual a acumulação das divisas obtidas pelas exportações do Nordeste se destinou a financiar a importação dos equipamentos requeridos pela industrialização do Centro-Sul."

O avanço da industrialização do Centro-Sul e as medidas impostas de proteção aduaneira obrigaram as regiões periféricas a comprar no mercado do Centro-Sul, o que era outra forma de consolidar o crescimento industrial, mediante a transferência de renda para a região central.

Desse modo, as políticas econômicas voltadas à defesa do preço do café no mercado internacional, induzindo os demais produtos a assumir um papel secundário na pauta de exportações, deu margem ao Centro-Sul se consolidar como o núcleo dinâmico da economia, apoiado, principalmente, na cultura do café, que se tornava o principal produto de exportação do País.

Lógico, o poder econômico e político alcançado pelo Centro-Sul por meio das exportações agrícolas, principalmente de café, geraram um ambiente propício ao desenvolvimento da indústria, uma vez que, o Centro-Sul contava com um sistema financeiro e um mercado de trabalho mais consolidado em comparação com a região Nordeste, concentrando os esforços de industrialização da economia brasileira, o que contribuiu para o fortalecimento das disparidades, em termos de crescimento, entre as duas

regiões.

A divulgação do crescente distanciamento entre Nordeste e Sudeste, só foram dadas a conhecer, quando as contas nacionais e regionais, em 1951-1952 saíram na Revista Brasileira de Economia, informações referentes aos anos de 1950-1951. "A 'questão regional', quer dizer o problema dos desequilíbrios regionais da economia brasileira, aflora definitivamente à consciência nacional entre fins da década de 50 e início da seguinte." (CANO, 1998, p. 21).

Assim ficava patente e demarcado o descompasso regional, diante da acelerada industrialização do Sudeste beneficiada pela política de subsídios cambiais e os financiamentos governamentais, favorecendo a região Centro-Sul, de maior desenvolvimento, tornando-se, portanto, um obstáculo à industrialização do Nordeste.

Mas, para Cano (1998, p. 25), a problemática dos desequilíbrios regionais do país decorreu em última instância do próprio processo histórico de desenvolvimento de cada região. Daí, aponta aspectos favoráveis que São Paulo apresentava, possibilitando a sua expansão diversificada e concentradora no mercado nacional, em relação as demais regiões do país:

[...] avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado 'interno', avançada agricultura mercantil, mesmo excluindo o café". Por isso, na visão de Cano, "desde cedo se estabeleceu, uma relação de forte predominância do complexo econômico paulista, sobre as demais regiões do país imprimindo-lhes em grande medida, uma relação comercial de centro-periferia.

Contudo, ele não ressalta que São Paulo, ao concentrar uma moderna agroindústria de exportação, traz como resultado dessa situação não apenas a miséria e desemprego no campo, mas também o retrocesso na produção, o atraso tecnológico e o encarecimento dos produtos agrícolas.

Cano (2008) ainda acrescenta que o processo de integração gera três efeitos diferentes: o efeito de bloqueio, o de destruição e o de estímulo. O primeiro, age no sentido de evitar que a periferia repita o processo histórico do desenvolvimento de São Paulo, o segundo, se manifesta pela concorrência onde o polo opera com empreendimentos mais eficientes implantados pelo capital, enquanto os similares periféricos levam desvantagens concorrenciais pelas suas técnicas obsoletas, ocorrendo, pelo visto, a concorrência imperfeita mesmo; o terceiro, procura ampliar o grau

de complementaridade (agrícola e industrial) inter-regional. Contudo se pesar os efeitos líquidos, se tem mais efeitos positivos que negativos, como foi o caso do Nordeste, região que mais cresceu.

Assim, Cano (2008, p. 13) diz que:

A liderança do desenvolvimento capitalista em São Paulo, uma vez obtida, [...] tendeu a acentuar-se por razões que dizem respeito, antes de mais nada, à dinâmica do próprio pólo. Isto é, essa liderança pode ser entendida pela crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, somada à marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva. Em resumo, o processo de concentração industrial obedeceu - conforme diz a boa doutrina - à fria lógica capitalista de localização industrial.

Para Carlos Rodrigues Brandão, essa questão é explicada na própria história do capitalismo, que em suma, seria de uma exploração "sangue-suga". O capitalismo é um desigualizador, vai desapropriando, assalariando, centralizando o capital, conforme afirma Brandão. O fenômeno da centralização e concentração, para ele gera lutas, mesmo internamente entre os capitalistas e o fenômeno da integração vai destruindo as especificidades (BRANDÃO, 2007).

Porém, integrar o Nordeste no conjunto da Federação como fornecedor de força de trabalho e de capital para o fortalecimento da acumulação da região Centro-Sul só acentuou o retrocesso do Nordeste, haja vista ter de assumir papel diverso em relação à região Centro-Sul ditado pela produção capitalista, que o mantinha marginalizado pela discriminação social e econômica.

Dessa forma, o problema da concentração de riquezas em algumas regiões é fruto de um desenvolvimento capitalista combinado e desigual no país, com os setores principais da burguesia concentrados nas regiões Sudeste e, secundariamente, no Sul. Isso se explica por ser o sistema capitalista voltado apenas para os interesses dos capitalistas que giram em torno de maiores lucros, em detrimento do desenvolvimento do país como um todo, relegando assim, a população pobre do Nordeste e do Norte.

Douglas Araújo, professor da UFRN, de forma lúcida e original analisa criteriosamente a problemática nordestina dentro dessas consequências anárquicas e desumanas do sistema capitalista, que provocou

a partir da década de 1970 a "morte do sertão antigo", em particular, dos municípios de Caicó e Florânia, no Seridó. Morte não somente no sentido do aniquilamento do meio rural, mas, a decadência dos valores, das crenças, de um modo de vida estruturado em um sistema de parentela familiar e sua atividade produtiva. Forçados a enfrentar a instável concorrência do mercado cotonicultor, tanto no âmbito nacional, como no internacional, não conseguiram superar tamanho desafio, diante da queda constante, sobretudo do preço do algodão e do aparecimento do bicudo, causando a derrocada do "edifício rural" desses municípios (ARAÚJO, 2006).

Em seu livro, *A morte do sertão antigo no Seridó: o desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia, Araújo* (2006, p. 277) mostra como as transformações ocorridas na realidade do interior do Rio Grande do Norte do Nordeste brasileiro, nas quais, "o velho mundo rural, que tinha na fazenda e seus moradores parceiros o núcleo gravífico da vida social no campo, ruiu, desapareceu, não existe mais, senão como escombros ou reminiscências."

Conforme o referido autor, até a década de 1970 predominavam nesses municípios a grande, pequena e média propriedade baseada no curral e na parceria. E a dinâmica da vida social dos caicoenses e florianenses, bem como dos seridoenses em geral era movida pela agricultura tradicional, tendo como atividade básica, milho feijão e algodão, acrescido da pecuária (Araújo, 2006).

Com a exigência da modernização progressiva da sua agropecuária, visando o aumento da produtividade para atender à demanda das cidades industriais, acabou sucumbindo às fazendas que eram constituídas de pessoas da mesma família, formadas de até quatro gerações, conformando a parentela, como uma constante.

Do ponto de vista da miséria do sertão, ele não atribui seu atraso apenas à seca como o "calcanhar de Aquiles" da questão, mas, soma a esta, outros dois aspectos, o crescimento demográfico e o crescimento da parentela como geradores do esfacelamento da grande propriedade, criando a média e a pequena propriedade, ocasionando o empobrecimento.

Desse modo, Araújo (2006, p. 200-201) afirma que:

[...] pelas condições culturais, sociais e de clima, o parcelamento da grande propriedade, ao invés de formar uma camada social média, gerou o empobrecimento das famílias. Dado o caráter familiar e patrimonial da riqueza e da produção, o aumento

populacional, melhor dizendo da descendência, proporcionou uma pressão intramuros da riqueza campestre, causando o seu esfacelamento.

Nesse sentido, quanto ao processo de migração que metaforicamente diz ser "o rio caudaloso e perene", foi criado pelo crescimento da parentela provocando a questão da partilha. Esta gerou uma tensão interna tão grande por desagregar tanta pequena propriedade, que forçava a venda. Dessa maneira, diante do conflito interno ser tão grande, a pressão para migrar era intensa.

Assim, a seca era a gota d'água que vinha desencadear por ocasião da estiagem o êxodo rural, pois segundo Araújo, "o êxodo foi um fenômeno intenso e permanente do campo que se associou desde o começo ao fracionamento da grande propriedade no Seridó. [...] Dessa forma, empobrecidos pela partilha da herança e tendo a situação agravada pela seca, muitos abandonavam a região." (ARAÚJO, 2009, p. 238-240). Eis a imagem do Nordeste na perspectiva desse autor, perpassada por um tom saudosista e nostálgico.

Depois da década de 1980 o sertão do Seridó, em especial a área rural dos municípios por ele estudados, vêm se modernizando através da presença de alguns símbolos de consumo e dos benefícios governamentais, mas, em detrimento de sua maior ruína verificada pelo desmoronamento das fazendas que foi o seu empobrecimento geral.

Nessa mesma perspectiva, Benedito Vasconcelos Mendes reconhece que a situação do Nordeste semiárido está se agravando, pois

[...] a partir da década de 80, com a modernização dos estabelecimentos rurais e com o desenvolvimento da agricultura, principalmente das regiões, Sul, Sudeste e Centro Oeste do Brasil, os produtos feitos artesanalmente nas fazendas do semi-árido nordestino, começaram a perder mercado, por não terem condições de competir, em preço e qualidade, com os produtos fabricados, com a economia de escala, nas agroindústrias que utilizavam a tecnologia de ponta (MENDES, 2003, p. 39-40).

Dessa forma, segundo Mendes (2003) as vilas e as pequenas cidades passaram a consumir ovos, frango, manteiga, queijo, carne de porco, linguiça e até fubá de milho e cachaça oriundas da agroindústria de outras regiões do país.

Continuando, Mendes (2003, p. 40-41) apresenta as modificações do Nordeste de 1980 até a atualidade como um retrocesso

As fazendas no semi-árido que até 1970, abasteciam as cidades com seus produtos, agora não apresentam condições nem de auto-abastecer. Até os alimentos típicos do sertão, no momento, estão sendo produzidos em outras regiões, a exemplo da lingüiça, da carne de carneiro, da goma e da farinha de mandioca. O boi é trazido de locais com mais de 2.000 quilômetros de distância, principalmente dos estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Maranhão. O boi criado no Nordeste seco não tem condições de competir com o boi importado daqueles estados possuidores de condições edafoclimáticas apropriadas para a pecuária bovina. [...] O mais intrigante é a importação da carne de carneiro do Rio Grande do Sul, da Argentina e do Uruguai para os supermercados das capitais nordestinas, quando sabemos da grande potencialidade que o semiárido oferece para a criação de caprinos e ovinos tropicais.

O autor citado destaca o problema das migrações do nordestino para as cidades, devido ao processo de empobrecimento da zona rural, acarretando o despovoamento, pois não há mais sustentabilidade econômica. "[...] Com as facilidades de comunicação e de transporte e com o advento da globalização, a competitividade baseada na qualidade e no preço, dos produtos, está determinando o local onde eles devem ser produzidos." (MENDES, 2003, p. 42).

Ele ainda critica o Brasil por ser o único país moderno a fazer a reforma agrária de forma acelerada, visando repovoar o campo e melhorar a qualidade de vida de grande parcela da população que vive na extrema miséria, não tendo feito antes por motivos ideológicos, temendo a socialização dos bens. Ao contrário de outros países, onde esta prática encontra-se obsoleta, já tendo sido implementada na metade do século XX, visando aumentar a produção e o desenvolvimento sócioeconômico da população do setor rural (MENDES, 2003).

Apesar das transformações verificadas no Nordeste voltadas para a emergência da agricultura industrializada, a exemplo do Vale do Açu e da região Petrolina (Vale do São Francisco), o Brasil é considerado o país da irrealdade, que não procura dar prioridade para os seus problemas mais gritantes, como as disparidades regionais, indo ao extremo da

discriminação, afetando mais acentuadamente as camadas desfavorecidas.

Eita Brasil, "Madrasta vil", como bem expressa Clarice Zeitel Vianna Silva vencedora do Concurso Mundial de Redação da UNESCO, sob o tema: "Como vencer a pobreza e a desigualdade? Conforme essa estudante de Direito da UFRJ, algumas perguntas, quando autoindagadas, se tornam elucidativas. "Pergunte-se: quero ser pobre no Brasil? Filho de uma mãe gentil ou de uma madrastra vil? Ser tratado como cidadão ou excluído? Como gente... Ou como bicho? Afinal, de que serve um governo que não administra? De que serve uma mãe que não afaga? E, finalmente, de que serve um Homem que não se posiciona?"

2.3 A QUESTÃO MERIDIONAL DA ITÁLIA VERSUS A QUESTÃO NORDESTE NO BRASIL

Nos países ainda atrasados do ponto de vista capitalista [...] existe uma nítida separação entre a cidade e o campo entre os operários e camponeses. [...] Antes da guerra não fora possível o surgimento e o desenvolvimento de amplas e profundas organizações camponesas, nas quais os trabalhadores rurais se educassem em uma concepção orgânica da luta de classe e na disciplina permanente [...]. É necessário articular a cidade com o campo, suscitar no campo instituições de camponeses pobres sobre as quais o Estado socialista possa se fundar e se desenvolver, produzindo e promovendo o grandioso processo de transformação da economia agrária.

Antonio Gramsci

Uma visão importante para a análise das desigualdades regionais é a de Antonio Gramsci (1891-1937) ao tratar da "questão meridional" na Itália, onde deixou uma enorme contribuição, que além de ser ainda atual tem uma semelhança com a realidade brasileira, possibilitando uma reflexão sobre a exploração de classe (GRAMSCI, 1987).

Segundo Gramsci a burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas (Sardenha e Sicília), reduzindo-as a colônia de exploração (GRAMSCI, 1987, p. 136). Com efeito, ele se posiciona contra a separação da Sardenha e a exploração de classe. "Os bancos e o industrialismo parasitário do Norte, subjugarão como escravos a seus

cofes, o camponês do Sul." (GRAMSCI, 1987, p. 77). No caso do Brasil, além da exploração de classe o Norte é explorado pelo Sul.

aparelhos - escola, igreja, instituições de caráter artístico ou científico, meios de comunicação social, dentre outros - efetivam-se as relações de hegemonia que, como foi dito, são relações pedagógicas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que esta forma de relação "de hegemonia", ou pedagógica, que objetiva levar as classes subalternizadas a interiorizarem a concepção de mundo difundida pela classe dominante e a ignorarem a realidade de sua classe social, contribui, de forma decisiva, para a formação do homem-massa (GRAMSCI, 1995b).

Desse modo,

[...] o poder social [...] aparece a estes indivíduos [...] como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e cujo destino ignoram, que não podem mais dominar e que, pelo contrário [...] torna-se independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer e agir (MARX, 1989, p. 49).

Para conquistar a hegemonia é necessário que a classe fundamental se apresente às demais como aquela que representa e atende aos interesses e valores de toda sociedade, obtendo o consentimento voluntário e a permissão espontânea, garantindo a unidade do bloco social que, embora não seja homogêneo, se mantém, predominantemente, articulado e coeso. Isto significa que a classe hegemônica deve ser capaz de converter-se em classe nacional, isto é, na classe capaz de envolver toda a sociedade em um mesmo projeto histórico e capaz de assumir, como suas, as reivindicações das classes aliadas. Aqui fica clara a incompatibilidade existente entre hegemonia e corporativismo. Gramsci (1987, p. 146) ao referir-se à hegemonia do proletariado diz que este poderá desenvolver sua função dirigente tão somente se possuir um rico espírito de sacrifício e se for capaz de se "despojar de todo o resíduo de corporativismo reformista ou sindicalista."

Ao afirmar que a classe hegemônica deve assumir, como suas, as reivindicações das demais classes, Gramsci aponta para a estreita relação entre hegemonia e economia. Na medida em que as expressões da vontade, os interesses e necessidades das classes aliadas são, na verdade, manifestações concretas das necessidades econômicas, geradas por determinado modo de produção, é preciso que a classe hegemônica, ao formular seu projeto econômico, considere estas necessidades, sem, entretanto, descaracterizar seu projeto fundamental de classe.

O fato da hegemonia pressupõe, indubitavelmente, que se deve levar em conta os interesses e as

tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas é também indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1991, p. 33).

Nesse raciocínio a conquista da hegemonia, envolve basicamente as superestruturas políticas e ideológicas, mas não exclui a base material, deve anteceder a conquista do que Gramsci denomina de poder governativo, que virá coroar a luta hegemônica.

Diante do exposto, acredita-se que a saída da situação de exploração e dependência do Sul da Itália e a do Nordeste do Brasil que lhes insurgiram historicamente, estava nos intelectuais orgânicos, que são os formuladores e intérpretes da hegemonia, representando, portanto, um dos papéis centrais no pensamento gramsciano.

Em suma, Gramsci é convicto da emancipação do camponês e do proletariado através da educação e aliança entre si. O intelectual orgânico advindo do proletariado e do camponês terá possibilidade de mudar a história. Para tanto, ele rompe com as interpretações mais usadas para a questão meridional e apresenta uma visão nova, com determinantes ainda não pensados, pois, ele não isolou o Sul em uma análise de caso confinada a suas aparências. Mas, buscou na complexidade do conjunto das regiões da Itália o porquê de o Sul menos "desenvolvido" e a quem interessava tal feito, tentar conquistar a transformação do país como um todo para a transformação da parte meridional.

Enfatizando, o autor sugere combater o latifúndio do Norte da Itália que aumentou cada vez mais, em detrimento da pobreza da população rural e coloca como elemento de superação a essa dicotomia Norte-Sul, a aliança do camponês ao proletariado forjando um projeto revolucionário de mudanças de concepção. Nas suas palavras, "[...] a aliança entre o proletariado e as massas camponesas exige essa formação, e ainda mais a exige essa aliança entre o proletariado e as massas camponesas do Sul." (GRAMSCI, 1987, p. 165).

Tentando dar uma resposta única a três questões aparentemente

distintas, a meridional, a nacional e a social, Gramsci despertou para a centralidade da função exercida pelos intelectuais na sociedade, como um mediador entre a estrutura socioeconômica e superestrutura político-ideológica, visando soldar as fissuras de um bloco histórico.

Constata-se, que o aspecto educativo é bastante relevante na obra de Gramsci. Até por que para ele muitas "correntes" revolucionárias acreditavam que a partir da tomada do poder (como se fosse uma coisa) se organizaria uma nova ordem burocrática, mas para este o problema é que a classe subalterna não tem pessoal qualificado, então, em um momento de crise é muito mais fácil se restabelecer a ordem dominante. Segundo ele,

O proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos, nem tem nem pode formar um estrato próprio de intelectuais, a não ser muito lentamente, muito arduamente e apenas depois da conquista do poder do estado. [...] por sua própria natureza, e função histórica, os intelectuais se desenvolvem lentamente, muito mais lentamente do que qualquer outro grupo social (GRAMSCI, 1987, p. 164).

Sendo a hegemonia a capacidade de determinada classe de manter unificado o bloco social por sua ação no campo ideológico, cultural e moral, é necessário que essa classe se apresente capaz de dirigir, de solucionar os problemas da sociedade, de manter articuladas as forças heterogêneas que compõem esse bloco social. Se por acaso a classe que detém o poder perde a capacidade de direção, tem contestada sua ideologia e não é mais capaz de justificar seu projeto político e econômico deixando, então, de ser hegemônica, perdendo sua supremacia. A partir de então a classe dominante poderá ainda deter o poder governativo, mas apenas sustentada pela dominação. A classe dominante perdendo o consenso não é mais dirigente, mas somente dominante, pelo uso da coerção. Isso leva a crise da hegemonia, que,

[...] ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentam reivindicações que, no seu complexo desordenado, constituem uma revolução. Fala-se de 'crise de autoridade', mas na realidade, o que se verifica é a

crise de hegemonia ou crise de Estado no seu conjunto (GRAMSCI, 1991, p. 55).

Analisando a situação de supremacia de uma classe verifica-se que sua ação sobre as demais ocorre de dois modos diferentes: em relação às classes aliadas, a classe fundamental é dirigente e é dominante em relação às antagônicas. Importante ressaltar o caráter expansivo do princípio da hegemonia gramsciana: "toda força inovadora é repressiva em relação a seus adversários, mas na medida em que desencadeia, potencia e exalta forças latentes é expansiva e a expansividade é, em larga medida, seu caráter distintivo." (GRAMSCI, 1995b, p. 23). Assim, compreende-se o verdadeiro sentido da coerção, que poderá assumir a função de complemento da hegemonia de uma classe que se proponha conduzir a sociedade na concretização de seu projeto societário.

A hegemonia fundamenta-se, portanto, no consentimento "espontâneo" e "voluntário", isto é, no consenso, que assume significados diversos de acordo com as diferentes formas de relações de produção que uma dada hegemonia materializa. Uma classe, ao tornar-se hegemônica, deverá difundir e sustentar sua concepção de mundo, influenciando em todos os aspectos da vida e do pensamento da sociedade, através do processo de difusão da ideologia que imprime características específicas à sua ação. Isso significa dizer que um fator de distinção entre as diferentes formas hegemônicas consiste na ideologia que está subjacente a cada formação econômico-social.

A questão do Nordeste, (anteriormente, Norte), em relação ao Sudeste (antes, chamado Sul) do Brasil, apesar de apresentar semelhanças à questão meridional da Itália, que ocorreu nas primeiras décadas do século XX, no sentido de que o atraso de uma é condição de desenvolvimento industrial e capitalista de outra, não foi abordada diretamente por Gramsci¹¹. Contudo, a sua profunda universalidade ilumina alguns aspectos decisivos da peculiaridade nacional.

Ao examinar os problemas econômicos políticos e culturais resultantes da desigualdade de desenvolvimento entre o Norte e o Sul da Itália, Gramsci formula alguns indicadores de natureza geral que podem certamente ser utilizados com proveito no exame da 'questão nordestina' brasileira. Quando por exemplo ele insiste em destacar a funcionalidade do atraso do Sul para o processo de acumulação capitalista do Norte, recusando qualquer

interpretação dualista do seu país, Gramsci está de certo modo intervindo numa polêmica de grande importância também no pensamento social brasileiro, uma polêmica que opôs entre outros, Celso Furtado e Chico de Oliveira (COUTINHO, 1988, p. 10).

Assim, a concepção política da questão meridional italiana suscita, um interessante debate brasileiro sobre uma possível aliança entre os operários industriais e os camponeses, em busca de soluções definitivas para os problemas econômicos, sociais, culturais e políticos da desigualdade interna, tendo em vista a criação de uma nova hegemonia em âmbito nacional.

Mas, a questão do Nordeste do Brasil é complexa, pois muitos nordestinos que saem de sua região com destino às metrópoles do Centro-Sul não partem, só do Sertão, e sim da Zona da Mata e o motivo dessa migração não é a seca, mas a estrutura fundiária (distribuição das terras). Há uma extrema concentração das propriedades agrárias no Nordeste, ou seja, um pequeno número de grandes proprietários que possui considerável parcela dos solos bons para a agricultura. Por conseguinte, as elites agem de forma predatória torpedeando as políticas públicas que contrariam os seus interesses, a exemplo da reforma agrária. Enquanto os trabalhadores do campo por não terem terras para trabalhar deixam sua própria região.

Nesse sentido, Coutinho (1988, p. 104) afirma que:

O Brasil era visto como uma formação social 'atrasada', semicolonial, e semifeudal, que teria necessidade - para superar suas contradições e encontrar o caminho do progresso social - de uma revolução 'democrático-burguesa' ou de 'libertação nacional'. Foi essa pelo menos desde os anos 30, a posição do Partido Comunista Brasileiro.

Porém, diferentemente dessa suposição,

[...] o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista sem por isso ser obrigado a realizar uma 'revolução democrático-burguesa ou de 'libertação nacional' segundo o modelo jacobino: o latifúndio pré-capitalista e a dependência em face do imperialismo não se revelaram obstáculos inseparáveis ao completo desenvolvimento capitalista do país. Por um lado, gradualmente e 'pelo alto', a grande propriedade fundiária transformou-se em empresas

capitalistas agrárias e, por outro lado, com a internacionalização do mercado interno, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do país em país industrial moderno. Com uma alta taxa de urbanização e uma complexa estrutura social (COUTINHO, 1988, p. 106).

Desse modo os dois processos foram incrementados pela ação do Estado, que desempenhou o papel de principal protagonista.

Ao invés de ser o resultado de movimentos populares, ou seja, de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que arrastasse consigo as massas camponesas e os trabalhadores urbanos, a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações de classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado (COUTINHO, 1988, p. 106).

Ademais, esta prática foi instituída, cristalizando-se na cultura política brasileira de tal maneira que

[...] todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a Independência, passando pela Proclamação da República, e Revolução de 1930), encontraram uma solução 'pelo alto', ou seja, elitista e antipopular (COUTINHO, 1988, p. 106-107).

Acresce, que

[...] o Estado brasileiro teve historicamente o mesmo papel que Gramsci atribui ao Piemonte, ou seja, o de substituir as classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transformação e o de assumir a tarefa de 'dirigir' politicamente as próprias classes economicamente dominantes (COUTINHO, 1988, p. 113).

Concluindo aqui o paralelo entre a realidade italiana e a brasileira,

¹¹ “Em seus escritos, Gramsci só refere ao Brasil uma única vez, Nos Cadernos do cárcere, uma “breve referência ao Brasil, feita no contexto de uma interessante observação sobre o papel dos intelectuais na América Latina [...] no plano do método e dos conceitos básicos.” (COUTINHO, 1988, p.25).

concorda-se com a seguinte diferença apontada por Carlos Nelson Coutinho: "enquanto na Itália um Estado particular desempenhou o papel decisivo na construção de um novo Estado nacional unitário, o Estado que desempenha no Brasil a função de protagonista das 'revoluções' passivas é já um estado unificado." (COUTINHO, 1988, p. 113). Continuando ele ainda afirma que:

O resultado desse processo, no caso brasileiro tem fortes analogias com a situação que Gramsci descreve para a Itália quando afirma: 'é um dos casos que esses grupos têm a função de 'domínio' e não de 'direção': ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre o conjunto do grupo, não desse sobre as outras forças a fim de potenciar o movimento, de racionalizá-lo, etc, segundo o modelo jacobino (COUTINHO, 1988, p. 113).

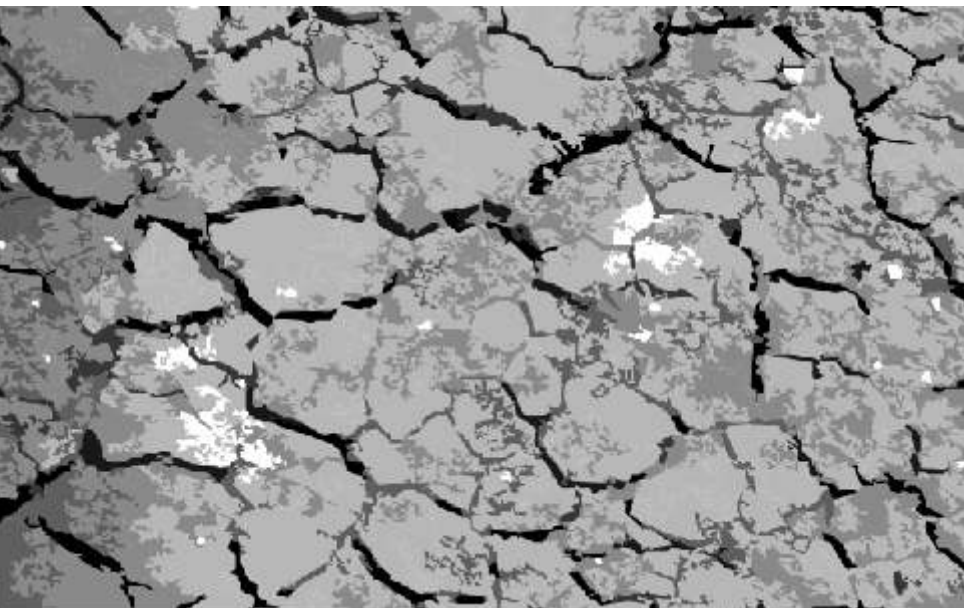
Ademais, o que ocorre no Brasil são transformações sempre resultantes do

[...] deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes. Mas essas, em seu conjunto, jamais desempenharam uma efetiva função hegemônica em face das massas populares. Preferiram delegar a função de 'direção' política ao Estado - ou seja, às camadas militares ou tecnoburocráticas -, ao qual coube a tarefa de controlar e, quando necessário, de reprimir as classes subalternas (COUTINHO, 1988, p. 113).

No entanto, não significa dizer que a burguesia brasileira não tenha realizado a sua revolução. Fez, sim, mas "através do modelo da 'revolução passiva', que tomou entre nós a forma - para utilizar a terminologia de Florestan Fernandes - de uma contrarrevolução, que é outro modo de dizer 'ditadura sem hegemonia'." Fernandes (1975 apud COUTINHO, 1988, p. 113-114). A "ditadura sem hegemonia" indicaria a necessidade de um consenso, uma vez que o Estado protagonista de uma "revolução passiva", utilizando só a coerção a longo prazo tornaria impossível o seu funcionamento. Daí Gramsci chamar de "transformismo, ou seja, o modo de se obter o consenso mínimo, no caso de processo de transição pelo alto." Mais precisamente, seria a "cooptação ou assimilação pelo bloco de poder das forças rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas." (COUTINHO, 1988, p. 114).

Dentro desse contexto de desigualdades e mazelas que vem permeando a realidade brasileira ao longo do tempo, apresentado aqui por diversos autores, centra-se agora, o foco de atenção deste trabalho nas interpretações de Eloy de Souza (1873-1959) sobre o Nordeste do Brasil e os dilemas das secas, como representante político do Rio Grande do Norte, que se insurge no começo do século XX, na busca de solução para o sertanejo "sofredor" dessa região.

_capítulo 03



A CONSTRUÇÃO DE
UM PERCURSO

3 A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO



Foto 1: Eloy de Souza.

Fonte: Arquivo Pessoal de Rejane Cardoso.
Reprodução: Giovanni Sérgio.

Foi o deputado mais moço do Brasil na sua época (1895); Senador da República; durante toda a sua vida lutou contra as secas do Nordeste do Brasil. Orador e Jornalista durante 70 anos. É nome de município no RN (antigo Caiada de Baixo), de rua no Alecrim e de antiga Faculdade de Jornalismo da Fundação José Augusto, atual curso de Comunicação da UFRN.

Rejane Cardoso

Nesta parte será discutido o percurso construído por Eloy de Souza ao longo da vida, na tentativa de apreender a constituição de sua forma de pensar como jornalista e como parlamentar, plasmado no circuito de uma vivência e convivência social, transcorrida entre Recife e Macaíba interagindo com familiares e lideranças políticas norte-rio-grandenses.

Essa parte será subdividida em três. A primeira abordará o desenrolar de sua vida a partir do ambiente familiar, no qual iniciou seu processo de socialização dividindo-se, na infância e adolescência, entre as delícias das fazendas do avô materno, em Recife, bem como no interior do Rio Grande do Norte, e os movimentados contatos em Macaíba. Por outro lado, assistia perplexo o sofrimento de sua mãe, acometida de tuberculose, enfermidade incurável à época, ao tempo em que a acompanhava nas viagens entre Macaíba e Recife na esperança de uma possível recuperação.

Na segunda, será percorrida a trajetória intelectual de Eloy de Souza, quando ele iniciou o aprendizado das primeiras letras aos cinco anos, marcada a partir daí, por impactos provocados pela perda precoce na infância, dos pais e avô materno, o qual teve um papel fundamental no status da família, tendo sido, portanto, ele e os seus quatro irmãos criados pela avó materna, Dindinha, figura extraordinária que marcou a sua vida. Ainda sofreu, na adolescência, aos 14 anos, a perda do seu terceiro irmão, Irineu contando apenas 12 anos, conforme foi citado na introdução. Diante de vários transtornos teve de mudar diversas vezes de colégio e até abreviou o quinto e último ano da faculdade, que lhe daria o título de bacharel em Direito em Recife, concluindo o Curso de Ciências Sociais. Preferiu trocar o diploma de Direito pela política, se sobressaindo como um autêntico “intelectual orgânico.”

A terceira tratará da biografia política de Eloy de Souza, mostrando as razões de ter sido atraído para a política, diante do apelo incisivo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, líder da Oligarquia Albuquerque Maranhão do Rio Grande do Norte.

Conforme Itamar de Souza, no seu livro, *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, os Albuquerque Maranhão remontam ao início da colonização, quando “os Albuquerques chegaram ao Nordeste brasileiro através de Jerônimo de Albuquerque, e de sua irmã Bittres de Albuquerque, esposa de Duarte Coelho Pereira, donatário da Capitania de Pernambuco.” (SOUZA, 1989, p. 115).

Um filho de Jerônimo, que recebeu o mesmo nome do pai, Jerônimo de Albuquerque, nascido em 1548 em Pernambuco, foi nomeado em 1603, Capitão-mor do Rio Grande do Norte com a finalidade de proporcionar o povoamento da Capitania. Visando garantir o patrimônio para os descendentes, doou aos filhos Antonio e Matias “cinco mil braças quadradas de terra na várzea de Cunhaú, município de Canguaretama. Nesta Casmaria Jerônimo de Albuquerque fundou a Casa de Cunhaú, de onde saiu com seus dois filhos para conquistar o Maranhão em 1615.” (SOUZA, 1989, p. 116).

Por conseguinte, Jerônimo de Albuquerque, em 1603, foi indicado para “governar o Maranhão, por Alexandre Moura, recebendo mais tarde, por mercê régia de Felipe IV, o sobrenome de Maranhão (em alusão àquele Estado), pelo qual ficaram também conhecidos os seus descendentes. Jerônimo faleceu em 1618, aos 70 anos, no Maranhão.” (SOUZA, 1989, p. 116).

Da descendência de Matias, nasceu Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, pernambucano que se estabeleceu na localidade de Guarapes¹², no Rio Grande do Norte, era colaborador de Fabrício Gomes Pedroza, casando-se com uma das filhas, Feliciano Maria da Silva Pedrosa. Dessa união nasceram 14 filhos, nove homens e cinco mulheres: Fabrício, Maria, Pedro Velho, Inês Augusta, Adelino, Sérgio, Augusto Severo, Isabel, Cândida, Luís Carlos e Joaquim Scipião (gêmeos), Amélia Augusta, Alberto Maranhão e Áurea Justa (SOUZA, 1989, p. 117).

Essa família foi no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a mais representativa da burguesia agro-comercial-exportadora do Rio Grande do Norte. Amaro Barreto, burguês bem sucedido, proporcionou aos filhos a melhor educação daquela época. Pedro Velho formou-se em medicina, pela faculdade de Salvador; Augusto Severo, que estudou engenharia, era o gênio da família, imortalizando-se como o inventor do balão “PAX”; Amaro e Scipião, dedicaram-se à música; Alberto Maranhão, bacharelou-se em Direito, governou o Estado por duas vezes e sucedeu a Pedro Velho no comando da política. Entre as mulheres, destacou-se Inês Augusta, que se casou com o industrial Juvino Barreto, dono da fábrica de tecidos de Natal (LYRA, 1982, p. 190-204).

Mas, o grande comandante dessa família, na verdade, foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que empreendeu o movimento abolicionista no Estado, liderou o movimento republicano e dominou o Rio Grande do Norte por mais de vinte anos. No auge de sua força, introduziu Eloy de Souza na política, que demonstrou ser um bom discípulo do grande mestre, mantendo-se trinta dois anos no poder, como Deputado Estadual (1895-1897), Deputado Federal por quatro mandatos (1877-1889), (1900-1911), (1912-1914), (1927-30) e Senador em três mandatos (1914-1921), (1922-1927) e (1935-1937).

3.1 ENTRE RECIFE E MACAÍBA

A capital política do Rio Grande do Norte, naquele tempo, estava em Macaíba, onde os acontecimentos

¹² Guarapes, lugar em Macaíba-RN, povoação à margem do Potengi. Em 1706, era sítio pertencente ao Ordinando Antônio Ávarez de Souza, de guará-pe, o caminho dos guarás. Guarapes também era o nome do ancoradouro para carregar e descarregar as mercadorias, tipo um porto de Macaíba à época e ainda era o nome de um armazém denominado, **Casa Comercial Guarapes**, de propriedade do pernambucano **Fabrício Gomes Pedroza**, (senhor de engenho e grande comerciante em Macaíba), na qual o pai de Eloy de Souza trabalhou (CASCUDO, 1968, p. 90).

que mais interessavam eram conhecidos aí e antes de serem em Natal. [...] era capital honorária da Província, passando a ditar a moda, atrair Presidentes, autoridades, graduados e os poucos homens ilustres locais e do Estado, graças à navegação do rio Jundiá, que embora não sendo perene, se beneficiava do crescimento das marés, permitindo acesso aos botes e barcaças. [...] Macaíba naqueles idos, compreendia a presença de investidores de outras terras, sobretudo de Pernambuco.

Eloy de Souza

Primeiramente, é necessário informar que Macaíba está localizada a 18 km de Natal, a capital do Estado do Rio Grande do Norte e situada às margens do Rio Jundiá, tendo uma área de 512 quilômetros quadrados. Passou à categoria de Município em 27 de outubro de 1877, ganhando, portanto, autonomia político-administrativa, somente em 1882, com o seu primeiro administrador, o senhor Vicente de Andrade Lima.

Vale ressaltar que, Macaíba, nos meados do século XIX para o início de do século XX era a cidade mais importante do Estado, superando Natal, a capital da Província, que na época, era uma vila insignificante e atrasadíssima do interior (CASCUDO, 1961); se destacando inclusive, sobre Mossoró (a maior cidade do Rio Grande do Norte), que passou da condição de Vila de Santa Luzia ao status de cidade em 1870. Ou seja, primeiro que Macaíba.

“Pode-se afirmar que a capital política do Rio Grande do Norte, naquele tempo, estava em Macaíba, onde os acontecimentos que mais interessavam eram conhecidos aí e antes de serem em Natal.” (SOUZA, 1975, p. 15). E o que mais favoreceu essa condição vantajosa de Macaíba, foi o major Fabrício Gomes Pedroza (major Fabrício) ter construído o Porto de Guarapes, “com ancoradouro largo e profundo, onde podia fundear, como fundeavam vários navios estrangeiros de apreciável calado.” (SOUZA, 1975, p. 25).

Mas, o Major Fabrício não foi só o autor da construção do Porto Guarapes, foi também o fundador da cidade de Macaíba.

Macaíba foi fundada pelo major Fabrício Gomes Pedroza, comerciante de muito poucas letras, mas homem de negócio e intuição invulgar. Primitivamente “Coité”, adquiriu prestígio quando ali

foi o Dr. Henrique Pereira de Lucena, depois Barão de Lucena, Presidente da Província a crismá-la com o nome atual (SOUZA, 1975, p. 25, grifo do autor).

Fabrcio Gomes Pedroza, pernambucano, genro do capitão português Francisco Pedro Bandeira de Melo, um dos moradores do povoado de Coité, dono da maior parte das terras da região, teria plantado nesse local uma árvore de nome macaíba e em meio a um clima festivo, Coité mudou de nome, passando a se chamar Macaíba (PEREIRA, 1982).

Coité é uma árvore de grande fruto não comestível, utilizado para fazer utensílio doméstico, denominado cuia. Conforme Cascudo provém de *qui-eté*, vasilha verdadeira, cabaz, cuia. E macaíba, de *maca-íba*, árvore da macaba, Macaúba, Macaiúba, Bocaiúva, côco-de-catarro, pela viscosidade da polpa comestível (CASCUDO, 1968, p. 83-100).

Além do mais, o major Fabrcio, constrói no sítio do sogro, localizado à margem esquerda do rio Jundiáí, em Macaíba, a Casa Guarapes, um armazém, para recolher, não apenas o açúcar que era produzido no engenho Jundiáí, do qual era proprietário, como também para os produtos que fossem comercializados nos engenhos dos vales de São José e Ceará Mirim.

Conforme Souza (1975, p. 25), “Macaíba era até a construção da estrada de rodagem para Natal-RN, o ponto de concentração de todo o comércio do Seridó, Ceará Mirim, São José de Mipibu e Ribeira do Potengi, graças a esta única via de comunicação com a capital.”

Por encontrar-se numa área estratégica, propiciando uma comunicação com o centro do Estado, os vales agrícolas e o alto sertão, nos meados do século XIX para o início do século XX, beneficiou-se com a situação que envolvia a comercialização e o transporte de algodão, uma vez que desde o século XVIII se voltava para o cultivo do algodão e cereais.

Vale ressaltar que durante a Guerra de Secessão, considerada a maior guerra civil do século XIX (1861-1865), os Estados Unidos ao bloquearem a exportação de algodão a países europeus, provocaram, “o que se convencionou chamar de *cotton hunger*, ou seja, uma alta demanda frente a uma baixa oferta do produto, gerando uma rápida subida dos preços.” (TAKEYA; LIMA, 1986, p. 19). Tal atitude, naturalmente, reverterá benefícios ao povoamento de Macaíba.

Nessa circunstância, a Inglaterra passa a importar o produto diretamente do Egito e do Brasil. O Rio Grande do Norte, produtor de algodão nessa época, mandava sua produção em comboios de animais para

descarregar no porto de Guarapes, que servia de intercâmbio entre o interior, produtor de algodão, e o exterior, no caso a Inglaterra, que estava em franca expansão industrial.

De acordo com Tarcísio Medeiros, no seu livro *Aspectos Geopolíticos e Antropológicos da História do Rio Grande do Norte*, do porto de Guarapes partiam para o exterior galeras, brigues, caravelões carregados de mercadorias. Diz ainda que entre os anos de 1869 e 1870, vinte e duas embarcações partiram diretamente de Guarapes para a Inglaterra. De Natal partiram dezenove, o que vem a comprovar a importância comercial do local (MEDEIROS, 1973).

Nesse sentido, diante desse forte intercâmbio comercial a província do Rio Grande do Norte prosperou com a alta do preço desse produto, pois o plantio do algodão passou a ser feito em vastas extensões, do Agreste ao Sertão, alcançando o Seridó, “onde se fixou uma espécie de fibra longa, até hoje de valor inestimável. Daí, as transações comerciais atingiram proporções que lhe deu fama na Província e nos mercados limdeiros do Ceará e Paraíba.” (SOUZA, 1975, p. 25).

Contudo, foi um período de efêmero apogeu, em que os agricultores obtiveram lucros fabulosos, partindo para esbanjar e ostentar perante os demais, “selas inglesas, botas de couros da Rússia, arreios de prata, lençóis de ramagem de pura seda e fazendas, ou seja, tecidos, caros, para roupas das esposas e filhas.” (SOUZA, 1975, p. 25).

Segundo Souza (1975). o desperdício de dinheiro era tanto, que um tal “cigano Pedro chegou ao ponto de lançar a moda de queimar cédula de 10\$000 e de 20\$000 para acender cigarro e charuto, sendo imitado por muitos macaibenses abastados.”

No entanto, para o bem ou para o mal, esta fase impulsionou o desenvolvimento de Macaíba, que passou a se destacar pela sua importância social, política e econômica.

Tornou-se, inclusive, a capital honorária da Província, passando a ditar a moda, atrair Presidentes, autoridades, graduados, os poucos homens ilustres locais e do Estado, graças à navegação do rio Jundiá, que embora não sendo perene, se beneficiava do crescimento das marés, permitindo acesso aos botes e barcaças (SOUZA, 1975, p. 26).

Normalmente, esses transportes faziam o trajeto para Natal, Recife e São Luiz do Maranhão, e também dentro da própria cidade, facilitando o comércio de algodão e açúcar.

Por tudo isso, é imprescindível reconstituir Macaíba naqueles idos, compreendendo a presença de investidores de outras terras, sobretudo de Pernambuco e o papel desempenhado por líderes locais na política da Província, “como ocorreu com os dois Eloy de Souza. Eloy Castriciano de Souza pai, Deputado Provincial e Eloy Castriciano de Souza, o filho, Deputado Federal e Senador da República.” (PEREIRA, 1982, p. 6). Na verdade, “os negociantes ali estabelecidos, eram na sua totalidade, pernambucanos, sendo que a maioria deles procedia de Goiana.” (SOUZA, 1975, p. 25).

Assim, pelo rio Jundiá vários botes, como “Rogério Primeiro” e “Segundo”, pertencentes a João Biname; “Flor do Rio”, de João Grande e tantos outros viajavam entre Natal e Macaíba. Enquanto as rotas marítimas, entre Macaíba/Recife e Macaíba/São Luiz do Maranhão eram feitas no barco “Dona Sinhá” do proprietário Joaquim Inácio tendo como perito, o mestre Manoel Cotia (SOUZA, 1975, p. 19).

Num desses trajetos veio de Recife o avô materno, Francisco de Paula Rodrigues (Chico Lateja), natural de Goiana-PE, fixando residência em Macaíba. Também possuía uma grande casa de sobrado, no Sítio Arraial, a única azulejada da redondeza, “entre Tamarineira e Mangabeira de Baixo, estação da Estrada de Ferro suburbana de Recife”. Era, portanto, um rico fazendeiro, que possuía escravos (Sabino, Felipe, Rita, José, Brasileiro, Luiz e João) e enquanto viajava a negócio, o sítio ficava sob os cuidados deles. Era ainda, dono de “diversas fazendas no Rio Grande do Norte, nas regiões do Agreste e do Sertão: Santo Antônio do Salto da Onça, Santana do Matos e Angicos”, tornando-se grande investidor em Macaíba (SOUZA, 1975, p. 7-17).

Paula Rodrigues se casou com “Silvina Maria da Conceição, pernambucana de Goiana, uma jovem “baixa bem morena, de cabelos emarenhados,” uma pessoa humilde que “viviu de fazer pão-de-ló, bolos e doces diversos em Macaíba,” logo ascendendo socialmente, tornando-se, D. Silvina de Paula Rodrigues (Dindinha). Porém, “foi sempre uma criatura esquecida dos bens e do conforto que lhe coubera com o casamento. Continuou humilde e dadivosa. Falava baixo e nunca deu ordens, mesmo aos escravos, de maneira imperativa. Analfabeta pela sua condição de origem [...]” (SOUZA, 1975, p. 10-29).

Conforme Souza, (1975, p. 10),

Dindinha devia ter sido bonita para que meu avô, que era homem mulhengo a ela tivesse se afeiçoado

fora do regime do casamento com um respeito marital muito raro [...] quando minha mãe ficou noiva, meu avô, no cumprimento do dever de legitimação de todos os filhos, casou com Dindinha [...].

Analisando essa ascensão vertical, é interessante destacar que, apesar da rigidez social, de feições nitidamente aristocráticas, que garantia a estabilidade social numa sociedade senhorial, escravocrata e patriarcal, com poucas possibilidades de mobilidade social, posto que controlada pelo segmento dominante, havia exceções deste tipo.

Conforme retrata Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, a respeito do processo de miscigenação social no Brasil, casos desse tipo ocorriam, diante da poligamia entranhada na sociedade patriarcal, monocultora, escravocrata, rural, sendo, portanto, socialmente admitida, como resultado da herança portuguesa, onde o machismo se encarregava de empreender a chamada “democracia racial”. A herança colonial estruturou a família composta, não apenas de marido, mulher e filhos. Ela, a família, se constituía num verdadeiro clã, incluindo a esposa, eventuais (e disfarçadas ou declaradas) concubinas, filhos, parentes, padrinhos, afilhados, amigos, dependentes, escrava(os) e ex-escrava(os) (FREYRE, 1969).

Assim, o patriarca controlava toda a legião de agregados, particularmente “a mulher”, fosse qual fosse a sua posição social. A condição feminina era de extrema submissão à autoridade indiscutível que emanava da temida e venerada figura do patriarca, que se arvorava do direito de controlar a vida da esposa, da(s) amante(s) e, também, das filhas mulheres. O patriarca encarnava, no coração e na mente de seus subordinados, todas as virtudes e qualidades possíveis a um ser humano, parecendo até contrariar o que dizia Maquiavel (1977), melhor ser temido que amado, uma vez que o patriarca era temido e adorado.

Desse modo, a infidelidade do homem era comum, tornando-se uma de suas características mais marcantes como prova de virilidade e, grosso modo, essa atitude machista do homem era aceita pelas mulheres, como uma forma de evitar conflitos, a exemplo de Cosma Bandeira de Souza (Tatá), a avó paterna de Eloy de Souza. Esta, muitas vezes fingia ignorar tal atitude do marido, Félix José de Souza (Félix do Potengi Pequeno), não admitindo que lhe falasse a respeito, em defesa da própria felicidade. “Foi tão cristãmente tolerante que criou e educou um menino sabidamente filho do marido [...] Vovô Felix viveu muitos anos em Macaíba, com saudade do Potengi Pequeno, onde eram mais freqüentes as oportunidades concupiscentes.” (SOUZA, 1975, p. 28).

Conforme Cascudo (2008a, p. 37),

[...] sua atividade reduzia-se, intrínseca e extrinsecamente, em personalizar numa função lógica o velhíssimo verso do sertão pastoril: Fui moço, hoje sou velho. Morro quando Deus quiser. Tive dois gostos comigo: Cavalo bom e mulher!

Eloy só veio a conhecer a sua avó paterna em Caiçara, já em idade avançada, dela guardando a recordação do seu riso, que “era a expressão mais freqüente na sua fisionomia enrugada.” Entrevada com um reumatismo infeccioso, “viveu anos sentada numa esteira com outras esteiras ao redor sobre as quais se arrastava tão resignadamente que parecia considerar aquele espaço tão pequeno como o seu mundo.” (SOUZA, 1975, p. 28).

O avô Felix, nascido em “Ferreiro Torto”, perto de Macaíba, conforme Cascudo (1961, p. 23) era um vaqueiro 'escuro', baixo, magro, competente, por isso protegido do capitão pernambucano Francisco Pedro Bandeira de Melo, estabelecido nas margens do rio Jundiá-RN, que o tornou administrador de várias de suas fazendas, depois de casá-lo com sua filha adotiva, Cosma.

Sendo apadrinhado pelo sogro, Felix teve uma ascensão social, haja vista passar de vaqueiro a gerenciador de fazendas. Ou seja, houve uma mobilidade, uma mudança de posição na estratificação social que acabou elevando-o na hierarquia social, em relação à que era ocupada anteriormente, o que lhe permitiu viver bem, financeiramente.

Aliás, a figura do vaqueiro gozava de relativos privilégios. Mesmo quando ele era escravo, ele tinha uma parceria, tendo uma participação no produto, porque a fazenda de gado era diferente, do engenho de açúcar. Nesta havia um controle do território pelos capatazes. Mas, nas fazendas de gado não havia esse controle, até porque, o gado era criado solto nas grandes extensões de terras. Geralmente o vaqueiro era uma pessoa da confiança do fazendeiro, sendo isso, portanto, um diferencial, em relação ao escravo dos engenhos, que era preso ao trabalho, se submetendo a todo um sistema de repressão. Assim, o coronel não tendo como controlar o vaqueiro, passava a estimulá-lo, oferecendo-lhe algumas vantagens. Sendo assim, o vaqueiro tinha possibilidades de ascender e, sobretudo, no caso de Felix que casou com a filha adotiva do capitão Bandeira de Melo, fato que favoreceu ao genro uma melhor posição social.

Sobre seus avós, Eloy de Souza afirma que um avô era branco e rico, Vovô Paula e o outro, preto e pobre, Vovô Félix, pois, mesmo Félix tendo

ascendido socialmente, após o casamento, não era, contudo, considerado rico. Numa passagem em *Memórias*, ao ser injuriado pela sua cor, e esta é, talvez, a única vez que ele a menciona, ao tratar das revanches políticas em 1937, ao se reportar à cor dos avós, diz:

[...] os que me não podem responder pensam injuriar-me aludindo a minha cor. Saibam estes que a minha maior saudade e a minha admiração não são pelo meu avô branco e rico, mas pelo que era preto e pobre, porque foi desde [sic] que herdei a bondade dos fortes e a coragem estóica dos humildes (SOUZA, 1975, p. 71-72).

Eloy tinha dois tios maternos, Lucidiário e Pedro e três tias paternas, Chiquinha, Zulina e Cordina. Lucidiário era claro, pequeno e franzino, tocava piano, inteligente, estudou na Bahia pretendendo se formar em medicina, mas a tuberculose o impediu. Pedro, alto, moreno, de compleição robusta, poucos anos mais novo que Lucidiário, era menos interessado pela educação formal que este, não tendo muito proveito quando internado no melhor colégio de Recife. Preferiu ser administrador de fazendas, se dedicando à vaqueirice, sendo acometido de uma queda desastrada de cavalo, ficando sequelas, que a medicina atrasada da época não conseguiu curar. Ainda lançaram mão da medicina popular, de benzedeiras, recuperando um pouco pela crença, mas uma melhora passageira, logo teve uma recaída e faleceu (SOUZA, 1975).

Eloy de Souza, em suas *Memórias*, pouco fala dos tios paternos, de forma que apenas comenta sobre Chiquinha, que era inteligente, sabia improvisar e desde a idade de vinte anos sofria de reumatismo, destacando-se por ser extremamente caridosa, que Zulina morava em Caiçara e Cordina morava com a irmã adotiva, Mercês, e os agregados, Maroca e Francisco (SOUZA, 1975, p. 28-29).

Com relação ao seu pai, Eloy Castriciano de Souza (1842-1881), conforme diz o filho, ao contrário dos avós, era um homem caseiro, “que se distraía com o trabalho e nunca pôs os pés fora da soleira da porta de sua casa, sem a companhia de minha mãe, para retribuir visitas de pessoas amigas. Suas noites foram sempre para o repouso.” (SOUZA, 1975, p. 26). Era um homem sisudo, fiel nas amizades e constante na agremiação partidária (SOUZA, 1975, p. 15).

Era banqueiro em Macaíba-RN, chefe da Casa 'Paula Eloy & Cia', uma casa bancária financiadora das safras de açúcar de grande parte dos municípios de Ceará-Mirim e São José de Mipibu, incluindo o vale de Cajupiranga, no Rio Grande do Norte. Essa firma foi criada em 1871,

resultado da associação de Eloy Castriciano de Souza (pai) e Francisco de Paula Rodrigues (seu avô materno), tendo a participação do coronel Tomaz Pessoa de Melo.



Foto 2: Casa 'Paula Eloy & Cia'.

Fonte: Arquivo Pessoal do historiador Anderson Tavares.

Sobre Castriciano de Souza, afirma o filho,

Meu pai teve apenas instrução primária que lhe foi ministrada pelo padre José de Paula, vigário de São Gonçalo. Muito inteligente, alargou pelo estudo, seus conhecimentos, sobretudo, os atinentes à contabilidade, o que lhe permitiu obter do major Fabrício Pedroza uma colocação em Guarapes¹³ que, dentro de pouco tempo, se tornou vantajosa [...] (SOUZA, 1975, p. 16).

Nesse sentido, seu pai “iniciou a sua atividade comercial como aprendiz de guarda-livros na Casa Comercial Guarapes-RN, fundada pelo major Fabrício Gomes Pedrosa, genro do comerciante, pernambucano, Francisco Pedro Bandeira de Melo.” (SOUZA, 1975, p. 61). Com Fabrício Gomes trabalhou treze anos. Ainda foi político, membro do partido liberal, do qual era chefe o Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti (1825-1890).

Amaro Bezerra, como assim era chamado, nasceu em Pernambuco e casou-se no Rio Grande do Norte com uma herdeira de Cunhaú, tornou-se

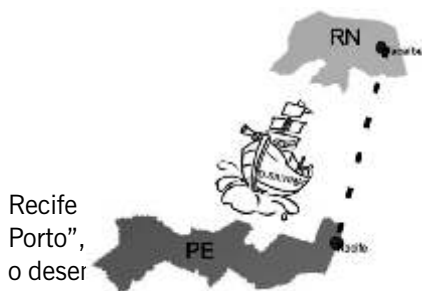
¹³ Aqui Eloy de Souza está se referindo à Casa Comercial Guarapes de propriedade de Fabrício Gomes Pedroza na qual o seu pai Eloy Castriciano de Souza trabalhou. A Casa Guarapes ficava na localidade também chamada Guarapes.

político desde 1852, mantendo-se no domínio por mais de vinte anos. Iniciou no Partido Conservador, exercendo, vários mandatos, como

entremeado pelos problemas de saúde de sua esposa Henriqueta Leopoldina Pedroza de Souza (1852 -1879), filha natural de Francisco de Paula Rodrigues e Silvina Maria da Conceição.

Castriciano casou-se em 1872 em Recife, depois de pouco tempo que conheceu aquela jovem bonita, cor de jambo, de cabelos longos e cacheados, por intermédio de Paula Rodrigues, quando trabalhava na Casa Comercial Guarapes (SOUZA, 1975).

Henriqueta teve o seu primeiro filho em 04 de março de 1873, no Sítio Arraial, em Recife. O batizado foi em oratório privado, dos seus avós maternos e padrinhos de batismo, pois a criança que recebeu o mesmo nome do pai, Eloy Castriciano de Souza, oito dias depois de nascido estava entre a vida e a morte, sendo curado pelo Doutor Teixeira (SOUZA, 1975).



Recife
Porto”,
o deser

Desenho 1: Percurso entre

Recife e Macaíba
rimogênito, seus pais mudaram-se de

os seus quatro irmãos. Na “Casa do
adição da cidade por ser fronteira com
isceram Henrique Castriciano (1874)
e Irineu (1875). Na casa nova da
Rua do Comércio nasceram Auta de
Souza (1876) e João Cândio (1877) (SOUZA, 1975).

As primeiras lembranças do pequeno Eloy foram constituídas nas frequentes viagens entre Recife e Macaíba, iniciadas logo após o nascimento de Irineu, quando **Henriqueta** foi com os filhos à cidade de Recife para se consultar a sumidades médicas. Daí em diante, viveu entre o Sítio Arraial,

em **Recife** e a casa em **Macaíba**, se estendendo ao Engenho Jundiáí e às fazendas ao redor, mantendo sempre o contato com os avós maternos, e, ao mesmo tempo, acompanhando o tratamento da tuberculose, doença incurável da época que atingira sua mãe (SOUZA, 1975).

Dessa maneira, ele viveu no Sítio, em contato com a natureza, respirando ar puro, sentindo a liberdade dos campos, dando margem a expandir o seu temperamento ativo, extrovertido, aprendendo a andar a cavalo, se deliciando das variedades de frutas do pomar, escutando histórias da África contadas pelos escravos, especialmente do Pai José, como era chamado, o que mais lhe fazia os gostos. Concomitantemente, de acordo com sua mentalidade infantil presenciou de perto as aflições da família e os cuidados

contato com a natureza, que fazia para os animais que habitavam diversos locais, saúde e tratamentos temporários sempre relacionados a assuntos principais



e. bastante movimentada, sempre em gente. Além das viagens constantes

era uma casa grande e acolhedora do Rio Grande do Norte e de Guiana, e Henriqueta Leopoldina de Souza. Os objetivos da estada eram os mais diversos, ora a realização de negócios políticos, ora a realização de negócios pessoais.

nesses e por lá ficavam, passando uma mo ocorria em Macaíba, a casa era edes ou não, abordando, sobretudo, bem como no Engenho Jundiáí,

Tudo isso era motivo de divertimento para Eloy, uma criança ativa, curiosa, que estava sempre de “olho vivo”. Observava quem entrava e quem saía, acompanhando todo o andamento da casa, participando de tudo, dentro e ao seu redor, não perdendo oportunidade de conversar com um e com outro, acabando descobrindo a razão da presença, conquistando amizades e agrados dos visitantes.

Agravando-se o estado de saúde de Henriqueta, devido ao avanço da tuberculose, resultante dos partos em cinco anos consecutivos, que lhe debilitou o organismo, foram sugeridas várias alternativas a conselho médico visando a sua cura. A mudança de ambiente foi a mais indicada, passando um tempo na Fazenda Cará-Cará, bem como no Engenho Jundiáí, mas foi em vão. Sua mãe faleceu em 29 de julho de 1879, aos 27 anos de idade nesse último local, tendo Eloy apenas 6 anos. Dois anos depois morre também seu pai de tuberculose. Eloy contava 8 anos (SOUZA, 1975).

Do pouco convívio que teve com os seus genitores, ficou a lembrança

do bom exemplo do pai, como homem reto, dinâmico, bem relacionado e íntegro; a imagem da mãe sempre bonita, compreensiva e tolerante, pois, uma vez presenciando uma de suas peraltices de criança, estaqueando os cabelos dos escravos se fazendo de cabeleireiro, ao vê-lo chorar arrependido, não lhe puniu. Ao invés, o elogiou: - como meu filho é bom! (SOUZA, 1975).

Essa atitude de generosidade, provavelmente, se instalou no seu psiquismo, justamente na fase da primeira infância, onde a socialização¹⁴ é mais intensa, como um aprendizado, elevando a autoestima e servindo de guia para sua conduta vida afora.

O relacionamento familiar permite a interiorização que é a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo dotado de sentido, como manifestação de processos subjetivos dos outros elementos que tornam subjetivamente significativos para o indivíduo que está nesta fase.

Aliás, a família é o único mundo existente e concebível para a criança, o mundo *tout court*, pois “é mais interiorizado no processo de socialização pelos pais e, portanto, firmemente entrincheirados na consciência.” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 180).

Assim, a partir do ambiente familiar, o primeiro círculo de sociabilidade de Eloy de Souza foi constituindo a sua memória individual, se integrando e partilhando experiências, afetos, vivências, uma vez que, a memória é eminentemente social e precisa de âncoras, de pontos de apoio para se estruturar e se manter ativa, como afirma o sociólogo e psicólogo social francês, Maurice Halbwachs (2006).

A família é considerada o principal agente de socialização primária, que é a primeira socialização do indivíduo, construída na infância. A pessoa é introduzida na sociedade por meio de uma família, é ela quem estabelece as regras para se conviver em uma sociedade que é tomada como certa. Esta socialização (primária) ocorre em circunstâncias carregadas de emoção, onde a criança se identifica com os **outros significativos** (pais, parentes próximos), absorvendo seus papéis e atitudes, tornando-os seus. “Por meio desta identificação com os outros significativos, a criança torna-se capaz de identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível.” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 176-177).

Ressalte-se que a família naquela época destacava-se por sua função mais pronunciada, sobretudo por seus membros adultos estarem mais disponíveis para cuidar das crianças que hoje. Ela contribui para a formação da personalidade básica e o sentido de identidade nos primeiros anos de vida.

Vale salientar que o comportamento que os indivíduos exercem na sociedade decorre basicamente do aprendizado na infância em seu ambiente cultural, ou seja, do processo de socialização, por meio do qual buscam objetivos pessoais, a partir de influências da família e da sociedade onde nasceram e cresceram, contribuindo, assim, para a formação do pensamento.

Nesse sentido, as relações sociais se dão de uma certa forma quando se pertence a um determinado grupo social, dentro de uma estrutura social. Elas revelam o *habitus de classe* desse grupo (BOURDIEU, 1983). Daí, ser complicada a análise de um indivíduo isolado das relações sociais. Deve-se compreender os indivíduos inseridos nas relações em que vivem, no seu mundo histórico, político, cultural, psicológico.

Por isso, pela análise do indivíduo se conhece o grupo social a que ele pertence e a sociedade onde ele vive, a partir da posição que ele ocupa nesse grupo e nessa sociedade. A história do sujeito traz, portanto, a história do tempo, do mundo – tempo histórico – onde ele vive, e pelas histórias de vida de alguns sujeitos podemos conhecer um pouco da história da sociedade na qual eles vivem.

As relações entre os níveis político-econômico (infraestrutural, macrossocial ou das "determinações objetivas") e os níveis sócio-culturais (superestruturais, do campo do "simbólico" ou das "disposições subjetivas") podem ser operacionalizadas através da teoria de Bourdieu, e aproximadas de uma leitura psicossocial através dos trabalhos de memória desenvolvidos por Halbwachs (2006), que possibilita articulação entre memória individual e memória coletiva.

Maurice Halbwachs, em *A Memória Coletiva*, trabalha a "realidade subjetiva" do grupo social através das memórias individuais dentro do "grupo de referência", onde os indivíduos vivenciam as experiências e constroem a memória coletiva. Os conceitos de memória coletiva, de Halbwachs, e de *habitus* de classe, de Bourdieu, permitem a articulação dos discursos e das práticas no campo da memória lembrada, que engendram práticas, que se fazem memória (HALBWACHS, 2006).

Com efeito, toda lembrança da história de vida dos indivíduos é, de

¹⁴ Socialização é o processo de aquisição de conhecimento, padrões, valores, símbolos. É ainda a aquisição de maneiras de agir, pensar e sentir próprias dos grupos, da sociedade, da civilização em que o indivíduo vive. Esse processo tem início no instante em que o indivíduo nasce, continua ao longo da vida e só termina quando o indivíduo morre (GALEANO, 1981).

certa forma, lembrança da história grupal, social, razão pela qual estudar a história de indivíduos pertencentes a um grupo social é estudar a própria história do grupo.

A *teoria da ação* de Bourdieu (1992; 1996b) traz elementos que enriquecem a análise dos discursos, das *representações* e das *práticas* dos agentes sociais. Oferece instrumentos conceituais que permitem articular as *condições objetivas* às *disposições subjetivas*, analisadas a partir de uma *estrutura* e de uma *conjuntura* nas quais os sujeitos constroem suas representações e práticas, revelados através de seu *habitus de classe*, que traz ao mesmo tempo as *histórias de vidas* individuais e a *cultura* do grupo.

O *habitus de classe* diz respeito ao modo de viver e de ser dos indivíduos, e revelam o grupo social ao qual pertencem. Bourdieu conceitua *habitus de classe* como: “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes.” (BOURDIEU, 1983, p. 60-61). Isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser o produto da obediência a regras objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente

Trata-se de uma categoria fundamental em sua elaboração teórica. É um conceito que retoma a noção aristotélica de *Hexis* – trazendo a noção de potência e ato, convertida pela Escolástica em *habitus* – para superar a noção estruturalista de “estrutura”, conceito estático, onde o agente é limitado ao papel de suporte – *trager* – da estrutura, e reduzido ao seu aspecto estruturado, determinado, já realizado e constatado. A noção de hábito tem esta marca, da estrutura, não permitindo evidenciar as capacidades atuais, potencialmente inventivas e criadoras (BOURDIEU, 1983).

Tomando as estruturas simbólicas na leitura do mundo, a sociedade é uma produção humana, uma realidade objetiva. O homem é uma produção social. Bourdieu analisa o mundo social através de um processo de causalidade circular que articula níveis diferentes da realidade separados pela micro e macro sociologia. Duas noções bem formuladas pelo autor, quando se refere às instâncias que sustentam o mundo social: campos sociais e *habitus*. A relação entre estas instâncias faz com que as estruturas se tornem corpo, e igualmente, que o corpo se faça estrutura (BOURDIEU, 1983).

Ao pensar a realidade em termos de representação simbólica

defende uma conexão entre as estruturas sociais e as estruturas mentais dos agentes em um processo mediante o qual *a realidade se faz corpo*. Ou seja, as classes sociais, a partir de suas posições na estrutura econômica e social, representam simbolicamente esta realidade (BOURDIEU, 1983).

Dessa maneira, a identidade vai se formando, como uma invenção de um nós coletivo, alimentando-se da memória do grupo e de suas práticas para construir-se e manter-se. Identidade e memória são tão intimamente ligadas porque se constituem sempre em oposição ao diferente, ao que não é próprio; identidade e memória possibilitam o sentimento de pertencimento. A memória tende a aplainar as diferenças, ressaltando aquilo de igual entre os indivíduos e fortalecendo ainda mais o processo de construção da identidade.

Assim, Eloy de Souza foi formando sua identidade de acordo com seu processo de socialização, ou seja, de assimilação ao grupo familiar, mal grado a desestruturação familiar, ficando órfão de pai e mãe e do avô materno prematuramente, sendo criado pela avó materna, Dindinha, analfabeta. Tanto ele, como os irmãos, em particular, Henrique e Auta, se destacaram na sociedade, como já foi ressaltado anteriormente.

O sucesso, de Eloy, Henrique e Auta, atribui-se, em grande medida a Dindinha, que viúva e sem instrução, teve de arcar com a responsabilidade da educação dos cinco netos, na fase de transição entre infância e adolescência. O próprio Eloy, em *Memórias*, reconhece o papel da avó-madrinha, cuja “vida foi um rosário de dedicação amor e sacrifício.” (SOUZA, 1975, p. 35).

Acresce que, o *status* da família, as atitudes de união e solidariedade entre os irmãos, influíram, consideravelmente, no nível de aspiração desses jovens, com relação à instrução e ao desenvolvimento dos talentos de cada um, definindo suas profissões e ações. Os mais velhos estimulavam o crescimento intelectual dos mais novos e até contribuíam para a sua propagação. Eloy estava sempre em sintonia com Henrique, frequentando as mesmas escolas, e este, manteve-se ao lado de Auta apoiando-a e sendo intermediário de seus escritos, fazendo-os chegar às mãos de escritores, historiadores de renome nacional, publicando-os em jornais e livros.

Sabe-se também, que o *status* sócioeconômico da família tem um peso no sucesso escolar dos filhos, pois conforme Halbwachs (2006), a influência socializadora da classe social, atua de tal forma que os motivos dos homens e suas tendências surgem como sendo, na maioria dos casos, inteiramente relativos às condições que preenchem na sociedade.

Em resumo, o êxito dos irmãos Souza, deve-se, não a um fator isolado, senão, mais provavelmente, à conjugação dos seguintes fatores: a determinação de D. Silvina, a articulação e coesão dos irmãos, estimulando-se uns aos outros, contribuindo para elevar a autoestima mútua, o *status* sócioeconômico e também, o talento intelectual intrínseco a cada um deles.

3.2 TRAJETÓRIA INTELECTUAL

Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectual.

Antônio Gramsci

Nunca tive período de maior contentamento na minha vida de jornalista do que durante o tempo em que permaneci n'A *República* naquele período de calma e tranqüilidade revolucionária. Raro foi o dia em que não discuti assuntos atinentes aos grandes problemas sociais, econômicos e políticos do Rio Grande do Norte e do País.

Eloy de Souza

Em Macaíba Eloy de Souza iniciou a sua trajetória intelectual, que não foi das mais agradáveis e tranquilas. Aprendeu as primeiras letras, aos cinco anos, com o professor Rafael Garcia de Trindade (Souza, 1975, p. 9-10).



sela do
apanhá-
embora
tempo de

impressi
(pensava
chorando
Macaíba,

para a escola, “montado na maçaneta da escrava Ambrósio,” que certo dia veio de sua mãe estar às vésperas da morte, não de sair antes da hora. Ainda chegou a ser levado pela mãe (SOUZA, 1975, p. 9-10).

Logo com a idade de cinco anos, gravou uma tristeza e dor, seu pai vertido em lágrimas uma vez que não ria), várias pessoas fizeram um cortejo de homens importantes de Macaíba e os cavalos: altos comerciantes, pequenos industriais e políticos da localidade (SOUZA, 1975, p. 9-10).

Depois da missa de trigésimo dia (29-08-1879), partiram, ele e os irmãos com Dindinha e Paula Rodrigues na barcaça “Dona Silvina” para Recife a fim de continuar os estudos, vivenciando novas rotinas, ao mesmo tempo em que, passaram a seguir algumas normas disciplinares: oito horas já estavam bem vestidos e bem calçados para irem à escola; todos os dias rezavam antes e depois das refeições, que eram feitas sempre em horas certas; à noite a escrava Rita, lavava os pés dos meninos antes de dormirem. Sempre “no mês de maio era tirado o terço diante do oratório, no quarto dos santos, reunião de família que não faltava a presença dos escravos e principalmente de Rita que com boa voz animava as músicas da ladainha.” (Souza, 1975, p. 35). E Dindinha não descuidava de fazer os mais variados tipos de bolos do agrado de todos os netos e esposo. Sem esquecer dos tradicionais carneiros assados e do sarapatel no São João e dos pastéis fritos por ocasião do Natal por ela, gostosamente preparados (SOUZA, 1975, p. 62).

É importante ressaltar que a regulação do comportamento na sociedade é necessária e se dá pelo uso da força ou pelo estabelecimento de normas e valores que podem ser aceitos mais ou menos de forma integral, como normas de conduta obrigatória.

¹⁵ O sobrenome do primeiro professor de Eloy de Souza citado no texto, não confere com o que consta em uma carta de Eloy na Revista do Instituto Histórico e Geográfico, V. LII, em 17 de fevereiro de 1959. Na referida carta o nome do professor é Rafael Araújo Pessoa (SOUZA, 1960).

Os sociólogos costumam usar o termo “controle social” para se referir ao estabelecimento de costumes e normas no sentido de resolver ou diminuir as tensões e conflitos entre os indivíduos e grupos, mantendo a coesão entre eles. Existem vários tipos de controle social, como a família, a educação, a moral, a religião, o Direito e outros mais, conforme Bottomore (1987).

A educação segundo Durkheim (1978) é um sistema que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível, em qualquer sociedade. Consiste numa socialização metódica das novas gerações, pelas gerações adultas, levando-se em consideração a existência do duplo aspecto, ao mesmo tempo, uno e múltiplo. Uno porque toda sociedade, todo povo, possui um certo número de idéias, costumes, práticas e sentimentos, que a educação deve inculcar aos mais novos; múltiplo, porque, tudo isso diverge em cada parte, residindo aí o sentido diverso.

Então, para esse autor

Em cada um de nós [...] pode-se dizer que existem dois seres. Um, constituído de todos os estados mentais que não se relacionam senão conosco mesmo e com os acontecimentos de nossa vida pessoal; é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de idéias, sentimentos e hábitos, que exprimem em nós, não a nossa personalidade, mas o grupo ou grupos diferentes de que fazemos parte; tais são as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais, ou profissionais, as opiniões coletivas de toda a espécie. Seu conjunto forma o ser social. Constituir o ser social em cada um de nós – tal é o fim da educação. (DURKHEIM, 1978, p. 43).

Sabe-se que a escola, considerada socialização secundária ou formal, propicia um contato de forma menos emocional que na socialização primária e a pessoa introjeta outros papéis sociais, entre os quais o papel profissional. A aprendizagem destes papéis sociais envolve desde rituais até os componentes normativos, cognitivos e os afetivos, ligados ao seu desempenho.

Assim, a partir da socialização como indivíduo pela família, pela escola e por todas as instituições agregativas a identidade acontece sem se refletir sobre todos os aspectos envolvidos. Daí então, começa-se um processo de abstração progressiva de papéis, que partem de um comportamento aceito por **outros significativos** para comportamentos e papéis em geral aceitos pela sociedade e suas instituições (BERGER,

LUCKMANN, 2004).

Desse modo, em Recife, Eloy de Souza volta a estudar e nessa fase, também passou por experiências traumáticas, se defrontando com problemas, que ele como irmão mais velho teve de decidir, por vezes de forma impulsiva, diante do seu temperamento, uma vez que sua avó, sem a mínima instrução escolar, pudesse orientar.

Estudou em seis escolas, ao mesmo tempo em que ia reconstruindo a sua *identidade*, haja vista ser esta uma construção permanente do “ser” ao longo da vida, que se dá pela relação dialética dos fatores envolvidos: biológicos, psíquicos e sociais, iniciada na família.

A primeira foi a Escola Masculina do professor Fragoso e do professor Vitorino, indo, juntamente com o irmão Henrique. Era a única existente nas proximidades, onde terminou o primário, mediante um ensino rígido, tradicional à base de severos castigos, por vezes amenizados pela esposa do professor Vitorino, que não admitia penalidades violentas.

Concluindo o primário os dois irmãos estudaram por pouco tempo no Colégio Delfino, na rua do Hospício logo saindo por conta da morte do diretor. Entraram para o famoso Colégio Ascenso Minervino Meira de Vasconcelos, na Rua da Imperatriz, se destacando por serem bons alunos de português. Depois prestou exame para o Colégio das Artes, sendo aprovado após enfrentar o diretor por conta de sua atitude arbitrária reprovando injustamente vários alunos do colégio anterior, cujo diretor era seu inimigo pessoal, sendo vítima dessa “onda de injustiça”, o seu irmão Henrique, o melhor aluno da classe.

A tensão deve ter sido forte, pois ao terminar o exame de matemática no Colégio das Artes, sentiu sensações estranhas, apavorantes, “calafrios alarmantes”, sendo acometido de medos infundados e angústias. A partir daí, passou a ler o obituário da cidade no *Diário de Pernambuco*, citando as *causa-morti*, atribuindo para si, todas as doenças provocadoras de mortes, ali estampadas. Assim sofreu de hipocondria, uma afecção mental em que há depressão e preocupação obsessiva com o próprio estado de saúde: o doente, por efeito de sensações subjetivas, julga-se preso a condições mórbidas na realidade inexistentes. Assistido em casa pelo médico, passou a tomar remédios para os nervos, os quais não surtindo efeito, foram suspensos pelo médico que recomendou banhos frios e passeios a cavalo, o que veio a solucionar o tal problema de saúde.

Em todos esses quatro estabelecimentos de ensino, estudou em

regime de externato.

No ano seguinte passou a ser interno no Colégio 11 de Agosto, cujos professores eram mais bem conceituados, a exemplo do Dr. Gabriel Henrique de Araújo, que lecionava inglês, Martins Júnior, francês, Alfredo Lima dentre outros. Porém, o diretor era um católico exigente e intolerante que o privou de ir um domingo em casa, mesmo tendo alcançado a média naquela semana, só porque não quis se confessar. Descontente, depois da missa fugiu do colégio e no dia seguinte pediu a transferência e foi estudar em outro estabelecimento de ensino.

Matriculou-se no Colégio Instituto Acadêmico, no regime de internato, onde passou por um grande transtorno. Na hora do recreio, um certo dia, foi insultado e esmurrado no nariz por Luiz Gonzaga das Neves, mais robusto e mais velho que ele, conhecido da família. Diante da dor e do sangramento, revidou com outro murro na testa de Luiz, que bateu com a cabeça na parede, caindo quase desmaiado, tendo sido apoiado pelos alunos e pelo diretor.

Nesse mesmo colégio ainda teve uma enorme indignação, ao tomar conhecimento de outra injustiça cometida a Henrique, que foi preso na cafun, juntamente com um grupo de alunos que fizeram baderna na banca de estudo. Com isso, o mano piorou da crise de defluxos que sofria, passou a ter febre e dores no pulmão tendo Eloy de ir deixá-lo em casa para ser tratado pelo médico e cuidado pela escrava Rita. Nesse colégio concluiu o ginásio.

Pelo visto, Eloy de Souza teve um período escolar em Recife um tanto conturbado, passando por situações adversas na escola e além dos impactos emocionais em casa, em virtude das perdas dos entes queridos: a morte do avô em 1882, decorrente de pneumonia e asma, antes de sair para o colégio e a tragédia do incêndio ocorrido com Irineu, seu irmão, em 1887, causado pela explosão de um candeeiro à gás, padecendo dezoito horas antes de morrer.

Contudo, ele foi superando os desafios, observando o equilíbrio e serenidade de sua avó, frente a tais situações. Entretanto, as mudanças das escolas partiram de iniciativa própria pela ausência de uma orientação mais específica, de alguém mais experiente no âmbito da educação sistemática, uma vez que Didinha, sendo analfabeta, não tinha como ajudar neste sentido. Eloy muito resolvido e sagaz era quem decidia o que achava conveniente e o que ele dizia, ela acatava de bom grado.

Entre Recife e Natal fez os preparatórios, que segundo Filgueira

(2000, p.30), seria um curso que,

[...] tinha o objetivo de habilitar o aluno no menor

Vale salientar que toda sua obra foi o resultado de artigos de jornais, palestras, conferências, discursos e projetos parlamentares, exceto o livro *Memórias*, ficando difícil separar a atividade jornalística da atividade política, pois uma reforçava e completava a outra.

Assim, as atividades neste sentido de trabalho irão abordar mais

Em 1911, intitulado, *Secas do Nordeste*, em 20 de fevereiro, por iniciativa

Em 1911, intitulado, *Secas do Nordeste*, em 20 de fevereiro, por iniciativa

do “Patrimônio dos Órfãos de Segundo-Wanderley.” (CARDOSO, 2007).



Foto 5. Faculdade de Direito do Recife.

Fonte: Moura (2007).

Em 1911 publica o opúsculo *Um Problema Nacional*, projeto apresentado à Câmara dos Deputados visando a implantação de amplo programa de obras de irrigação, onde aproveitou para defender o plantio de algodão em terras irrigadas, cujas plantações acabara de ver no Egito (CARDOSO, 2007).

Em 1912 Eloy e Henrique participam da revista *Pax*, do Reduto Literário Augusto Severo, impressa na tipografia do Instituto Histórico, assim como um grande número de intelectuais da época (CARDOSO, 2007).

Em 1916 *Conferência em Lages* (sem data, estima-se ter sido proferida entre os anos de 1916 e 1930)¹⁶ (CARDOSO, 2007).

Em 1924 circula o primeiro número da folha matutina *Diário de Natal*, propriedade do Centro de Imprensa Católica, tendo como Diretor Antonio Soares, fundado por Dom José Pereira Alves, Bispo Diocesano. Eloy participa da extensa lista de colaboradores já nos três primeiros meses de circulação, inclusive com as *Cartas de um Sertanejo*, sob o pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro (CARDOSO, 2007).

Em 1930 circula o primeiro número do jornal humorístico *O Bloco*, do qual Eloy fazia parte com velhos colegas do chamado grupo político “Jardim da Infância”, os Deputados Federais mais jovens do país à época. No mesmo ano fala sobre a *Alma e Poesia do Litoral do Nordeste* na Conferência realizada em benefício da Capela Santa Therezinha, em construção. Publicada na Tipografia S. Benedito, Rio de Janeiro. Em 1933 é Diretor de imprensa do jornal *A Razão* criado em 26 de janeiro de 1933 (CARDOSO, 2007).

Por iniciativa de Luís da Câmara Cascudo e Aderbal França é fundada 14-11-1936 a Academia Norte-rio-grandense de Letras. Eloy e Henrique Castriciano foram acadêmicos, sendo Henrique o Presidente. Em 1949 a 13 de outubro é eleito para a Cadeira Número 15 da Academia Norte-rio-grandense de Letras, que teve como Patrono Pedro Velho, tomando posse nessa Academia somente em **junho 1956** (CARDOSO, 2007).

Em 1943 publica no jornal *A República* uma série antológica de artigos – no período de 25 e 29 de julho e 4 e 8 de agosto sobre *A Habitação no Rio Grande do Norte*. Em 1951 a revista *Bando* - Ano III -Vol.II - Número 1, de Agosto/Setembro de 1951, republica a série de artigos publicados em 1943 n'A República sobre *A Habitação no Rio Grande do Norte*, por considerar “material de grande interesse para o estudo da sociologia rural e passou quase despercebida ao tempo de sua publicação, quando o noticiário da segunda grande guerra prendia as atenções.” (CARDOSO, 2007. p. 8).

Por conseguinte, em 1953 a revista *Bando* - Ano V - Vol.III - Número 4 - publica: “Um artigo de Eloy de Souza registrado em Washington”: A revista Ciências Sociais, Vol.III – N° 13, de Washington, órgão do

Departamento de Assuntos Culturais da União Panamericana, registrou com destaque o artigo *A Habitação No Rio Grande Do Norte [...] “El trabajo es un ensayo histórico, descriptive y sociologico da la vivienda en el estado de Rio Grande do Norte de Brasil y contiene materiales sumamente interesantes.”* (CARDOSO, 2007, p. 8).

Em 1945 circula o primeiro número do jornal *O Democrata*, órgão do Partido Socialista. Muitos intelectuais participaram de muitas figuras. Eloy de Souza também participou com uma coluna. Na segunda fase, por volta de 1950...

Em 1946, Eloy de Souza colabora com a seção de Economia da Seção RN, do jornal *O Democrata*, em 1946 e 1947. Também participou de *As Caixas Econômicas*...

Em 1948, após cirurgia, Eloy de Souza, com 40 anos de idade, viajou com o jornalista Dinarte...

Mariz encarrega-se de transportá-lo de avião para Natal, onde Eloy de Souza fez questão de tomar um banho de mar com o filho Carlos.

Reprodução: Giovanni Sérgio.

Foto 6: Eloy de Souza no Egito.

É importante salientar que a prática de Eloy de Souza tornou-o um verdadeiro intelectual, mas não somente no sentido da escolaridade ou formação acadêmica específica. Até porque, não é só o erudito, o teórico, que deve ser assim considerado, e sim por ser este termo geralmente usado para designar “os que pensam”.

No sentido gramsciano “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectual” (GRAMSCI, 2004, p. 18). Quando Gramsci utiliza a noção de intelectual o faz referindo-se à categoria profissional, apesar de não haver possibilidade de afirmar a existência de não-intelectuais, pois cada homem exerce alguma atividade intelectual.

Para Gramsci (2004) intelectual significa uma ação social, ser um agente, um ator essencial para o funcionamento da sociedade moderna, por cumprir uma função organizadora de um grupo social e ser, portanto, o representante e intérprete da hegemonia desse grupo.

¹⁶ “Os originais desta conferência, pronunciada naquela cidade, em data não determinada, no período compreendido entre 1919-1930, pertenceram a Jorge Gurgel e, ultimamente, a Raimundo Soares de Brito.” (SOUZA, 2003, p.7).

Conforme o citado autor,

[...] todo grupo social, ao mesmo tempo em que se constitui sobre a base original da função essencial que ele assume no campo da produção econômica, cria organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe asseguram homogeneidade e consciência de sua própria função, não somente no setor econômico, mas também nos setores social e político [...]. (GRAMSCI, 2004, p. 15).

Essas camadas de intelectuais não surgem de forma abstrata, mas sim de relações concretas dentro do processo histórico de produção social. O intelectual estaria diretamente relacionado com o lugar que ocupa nas relações materiais e sociais de uma determinada produção social, como um agente capaz de fazer a ligação entre a superestrutura e a estrutura (GRAMSCI, 2004).

Em *Cadernos do Cárcere*, na Introdução ao estudo da filosofia de Benedito Croce, ele desmistifica que o intelectual, por motivos quaisquer que sejam, venha a ser considerado o único capaz de “saber”.

É preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente, que todos os homens são filósofos, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, peculiar a todo mundo, isto é, da filosofia que está contida: na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados [...] no senso comum [...] na religião popular e [...] no folclore (GRAMSCI, 2006, p. 93).

Face ao exposto, o que deve ser levado em conta no entendimento de intelectual para Gramsci é um tipo de logicidade do pensamento, a coerência sistemática, a possibilidade de usar a própria história do pensamento, o seu sentido e também o seu desenvolvimento nas ações e tentativas de explicações do mundo.

Logo, todos os homens são filósofos, porque pensar é próprio do homem como tal e todas as camadas sociais possuem seus intelectuais. Mas, só o intelectual orgânico, propicia a ligação entre a estrutura e a

superestrutura, sendo, portanto, representante e intérprete da hegemonia, esta entendida como direção moral e direção política de uma classe sobre as classes concorrentes e aliadas.

Sendo assim, Eloy de Souza desempenhou essa função orgânica, bastante importante no processo da reprodução social, na medida em que ocupou espaços sociais de decisão, práticas e teóricas, visando manter uma visão de mundo mais unitária e homogênea, como porta-voz da elite política do Rio Grande do Norte e brasileira, diante de sua participação em cenários de decisão nacionais – Câmara Federal e Senado da República.

3.3 BIOGRAFIA POLÍTICA

Nasci bem fadado para a vida pública porque nela penetrei pelo braço poderoso de Pedro Velho.

Eloy de Souza.

Eloy desde cedo começou a sentir atração pela política, herdara a vocação do pai, que havia granjeado prestígio com o Dr. Amaro Bezerra, chefe do Partido Liberal, cujo diretório foi por ele criado em 1868 no Rio Grande do Norte, investindo-o nessa função nas suas ausências em Macaíba, por se encontrar no Rio de Janeiro a serviço da Corte.

Nesse sentido, o papel desempenhado por Castriciano na política era por ele admirado e serviu de motivação para a escolha da carreira futura

do próprio filho, quando ele mesmo afirma: “esta referência explica um pouco o meu interesse prematuro pela política.” (SOUZA, 1975, p. 50-51).

Demais, em 1884, aos 11 anos, as discussões sobre o movimento abolicionista, efervescente na opinião pública, muito lhe chamaram a atenção, que mesmo sem ter profundidade no assunto, sentia revolta pela escravidão, diante do que lhe contavam os escravos com os quais conviveu. E, nas idas e vindas do colégio, não perdia um lance das conversas dos passageiros do trem do Arraial, a respeito. Seu entusiasmo pelo assunto aumentou quando um dia se deparou, frente a frente, com Joaquim Nabuco, esperando um trem na Linha Principal, com destino Recife/Apiucos, conforme ele diz:

Conhecia-o de nome e tinha por ele uma admiração infantil que chegava ao máximo do entusiasmo. [...]. Adivinhei ser ele pela estatura elevada e esbelta, pelo bom gosto da roupa bem talhada. [...] Certifiquei-me e tive a alegria de olhar para um homem tão formoso como era proclamado nos garbos de todos os homens e mulheres. Vê-lo para mim foi um deslumbramento (SOUZA, 1975, p. 50).

Então, sendo informado de que aquela figura de renome nacional, conhecido pela sua eloquente oratória, candidato a Deputado Geral pelo primeiro distrito, iria falar em Afogados, Campo das Princesas, no Teatro Santa Isabel, não resistiu. Convenceu Dindinha, que era a favor da Abolição da Escravatura, a permitir a sua ida ao Teatro, não perdendo a oportunidade de ouvi-lo.

Desse modo, aos 12 anos, foi, sob os cuidados do escravo Sabino escutar o discurso de Joaquim Nabuco em plena campanha de Deputado Geral, em defesa pela abolição dos escravos em Recife, e ficou impressionado com a sua oratória, ao ponto de memorizar o seu discurso.

Nesse sentido afirma:

Os discursos por mim ouvidos no teatro Santa Isabel, em Recife, taquigrafados e publicados, ficaram até hoje indelévels na minha memória pela leitura repetida. [...]. Meditando sobre este passado longínquo, tenho muitas vezes pensado que o desejo de me queimar na política data daqueles dias gloriosos. Estes dias chegaram sem solicitação minha, sem desejo sequer esboçado, quando o Dr.

Pedro Velho lembrou-se de atrair-me ao sacrifício (SOUZA, 1975, p. 52).

Observa-se um certo desintencionalidade, naturalmente, se a situação vivia sintonizada com os acontecimentos políticos do momento, acompanhando a comunicação da



..., percebe-se que, apesar de ele externar política ao dizer que as coisas ocorreram, não, concomitante e paradoxalmente, ele os acontecimentos políticos do momento, os passos de Pedro Velho pelos meios de

Foto 7: Eloy de Souza
passos de Pedro Velho pelos meios de
Fonte: Cardoso (2006).

Recife acompanhei todas suas campanhas no Rio Grande do Norte pela Abolição e pela República com todo o meu entusiasmo juvenil. Seus descendentes [sic] tinham tido em grande conta os méritos de meu pai. [...] Por tais motivos a ele dirigi telegramas de calorosa solidariedade política. [...] Certa vez, estudante no Recife e ali residindo com minha família, li nos jornais que no dia imediato devia transitar por aquela cidade o Dr. Pedro Velho a quem eu nunca tinha visto, mas a quem admirava com o entusiasmo arrebatado das almas juvenis. Não foi sem grande emoção que o recebi no cais da Lingüeta [...]. Ao apertar-lhe a mão disse quem era e logo fui surpreendido pela evocação tocante do nome de meu pai e em seguida o abraço em que as nossas almas se estreitaram (SOUZA, 1975, p. 61).

Pelo visto, não foi por acaso que Eloy de Souza se encontrou com Pedro Velho, sendo por este exortado. Ao invés, ele foi ao seu encontro, provocou a situação e foi correspondido com as maiores atenções possíveis, graças ao prestígio de seu pai, também chamado Eloy Castriciano de Souza, considerado uma grande referência política em Macaíba. Além do mais, o seu pai, desde a época em que trabalhou na Casa Guarapes localizada nessa cidade, tornou-se grande amigo de Fabrício Gomes Pedroza, avô e sogro de Pedro Velho. Desse modo, se explica toda a receptividade que o oligarca teve para com Eloy de Souza, justamente, por conta da consideração à figura do seu pai, ao ponto de o estudante Eloy ser convidado para o almoço na casa da sogra de Pedro Velho, o qual na despedida propôs:

Liquida este bacharelado e dize à velhinha tua avó que se mude para o Rio Grande do Norte onde preciso de teus serviços'. Pouco tempo depois, fixamos residência em Macaíba. Ainda muito jovem fui

investido na direção política naquele município por determinação sua e aquiescência das grandes figuras que constituem ali o estado-maior do Partido Republicano Federal. A este castigo foi-me acrescentado ao de Delegado de Polícia em momento muito delicado. Foi assim que iniciei minha vida pública no Rio Grande do Norte, terra natal do meu pai e avô materno e de todos os meus irmãos (SOUZA, 1975, p. 17-18).

Dessa maneira, em 14-06-1895, Eloy de Souza entrou na política, assumindo o cargo de Delegado de Polícia em Macaíba. Vale lembrar que o Delegado de Polícia do interior naquela época era um verdadeiro político e até muito tempo depois. E em novembro do mesmo ano de 1895 ele assume o cargo político eletivo de representação, sendo eleito Deputado Estadual para o triênio 1895-1897.

Vale salientar que, quando Eloy de Souza entrou na política, Pedro Velho já “era chefe supremo incontestado”, garantindo, com a vitória de Ferreira Chaves, “o mando absoluto de sua facção até pelo menos 1913, 1914, momento em que as primeiras fissuras, mais sérias, começaram a relegar a oligarquia Maranhão ao ostracismo (LINDOSO, 1992, p.19).

Porém, não foi pacificamente que Pedro Velho atingiu os píncaros do poder estadual. Antes disso, vivenciou momentos difíceis e conflituosos na fase de instalação do regime republicano, tanto em relação às facções do litoral e do Seridó que disputavam espaços de poder no âmbito estadual, quanto em relação ao governo federal, que amargou momentos de autoritarismo Deodoro e Floriano (LINDOSO, 1992).

Para maior entendimento dessa questão, é importante retomar o cenário da transição do regime Monárquico para a República, no Estado, como reflexo do contexto político social e econômico do Brasil, a única monarquia da América à época, cujo Império não conseguia resolver as contradições na sua base de sustentação, agravando-se cada vez mais a vida política brasileira.

Os dois partidos monárquicos, Liberal e Conservador, praticamente não se diferiam na sua essência, uma vez que defendiam os interesses da camada social dominante. Disputavam frequentemente, o poder político, mas, ao se insurgir qualquer movimento social de reivindicação popular que ameaçava a aristocracia, se uniam, automaticamente, em sua defesa.

O clima no final do século XIX era de insatisfação geral. Crescia o

descontentamento com os partidos e a inoperância do império provocou as seguintes situações: acentuou o quadro de desigualdade e miséria, por não levar em consideração as recentes exigências da classe operária; a aristocracia antiescravista, republicana e cafeeira do Oeste paulista, irritada, ansiava ampliar o seu poder econômico e assim, obter o controle político, visando aumentar a expansão da área mais dinâmica da economia do país; a classe média urbana, inquieta, também reclamava novos espaços de participação política e mudança na atuação e organização do Estado e os padres e militares, prejudicados nos seus interesses, encamparam essa luta.

Os liberais se afastaram do governo e se dividiram entre moderados e radicais. Os radicais adotaram as idéias republicanas, cujo apoio social se constituía de fazendeiros e bacharéis.

Essas idéias passaram a ser propagadas através de comícios, de jornais, de manifestos, organizações de clubes republicanos no Sudeste, a exemplo do “Manifesto Republicano” publicado no Rio de Janeiro em 1870 no jornal *A República* pelo Clube Republicano. Esse Manifesto continha críticas ao Imperador, pelo acúmulo de poder, manipulando os partidos políticos, subordinando as Províncias, na medida em que nomeava seus presidentes e controlava toda a renda acumulada sob a forma de impostos. Enfim, esse manifesto levantava a bandeira do federalismo contra o centralismo, tendo como seus representantes, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Aristides Lobo e Francisco Glicério no Rio de Janeiro e endossado em São Paulo, por Prudente de Moraes e Campos Sales. Esses eram chamados, republicanos históricos. Houve ainda uma concepção revolucionária que partiu de Lopes Trovão e Silva Jardim, os quais acreditavam em um movimento de agitação que envolvesse todos os setores da sociedade, especialmente as camadas populares, sendo apenas um sonho vão.

Depois da criação do Partido Republicano no Rio de Janeiro, em 1870, seguiu-se a criação do Partido Republicano Paulista PRP, em 1873, tornando-se um dos principais responsáveis pela Proclamação da República, apoiado pela aristocracia cafeeira paulista. Minas Gerais criou o seu em 1878; Goiás, em 1882; Paraná, 1883; Santa Catarina, 1885; Pernambuco, 1886, Mato Grosso, 1887 e assim por diante (NADAI; NEVES, 1991, p. 181).

Até então, ainda não existia o Partido Republicano – PR, no Rio Grande do Norte, apesar da insatisfação geral da elite agrária com a Monarquia. Houve uma tentativa isolada desde 1886, em Caicó, da iniciativa de Janúncio Nóbrega¹⁷, acadêmico de Direito em Recife, mas sem

efeito (CASCUDO, 1965a).

Assim, “o Partido Republicano só foi fundado oficialmente em 27 de janeiro de 1889, em Natal, com Pedro Velho, insinuado por Tobias Monteiro e instigado pelo entusiasmo do primo João Avelino Pereira de Vasconcelos e ainda criou o jornal “A República”, para divulgação partidária.” (CASCUDO, 1965a, p. 29-31).

Porém, conforme o mesmo autor, o primeiro jornal criado com tal finalidade na Província, foi *O Povo*, na cidade de Caicó, de propriedade José Bernardo de Medeiros (1837-1907), mais conhecido como José Bernardo.

Também era chamado “bispo do Seridó” como lhe acunhavam os seus adversários, pelo fato de seus correligionários lhe obedecerem cegamente. Dominava a cena política no 2º distrito, sendo Vice-presidente da Província, de 1882-1884, Deputado Provincial e Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte de 1890 a 1907 (MACÊDO, 1998, p. 108-109).

Esse jornal era mais ou menos ligado aos liberais, para difusão das idéias republicanas, “que saudou o aparecimento d'A República, em julho de 1889 e por muito tempo serviu-lhe de efficientíssimo divulgador.” Contudo, a mais antiga tradição de propaganda republicana no Estado foi de iniciativa do pernambucano Joaquim Teodoro Cisneiros de Albuquerque em 1871. Este viveu no Estado de 1859 a 1875, sendo juiz municipal em Ceará-Mirim e secretário de três presidentes provinciais (CASCUDO, 1965a, p. 31).

Aliás, para Cascudo, a ideia republicana já era ventilada por volta de 1817, no Rio Grande do Norte e surgiu, como em todo o país, das chamadas 'classes cultas', “ricos oficiais milicianos, fazendeiros, advogados e padres filiados à maçonaria. O povo nunca percebeu mudança de dono. Acompanha o chefe amado” A este, bastava a simpatia das pessoas e não as ideias, conforme o mesmo autor (CASCUDO, 1965a, p. 27).

Essa visão de Cascudo é um tanto elitista, pois ele não expressa as razões pelas quais o povo não participou do movimento republicano de 1817. Por acaso, esse movimento teria contemplado os interesses populares? Talvez o povo não se reconhecesse naqueles políticos.

Daí as ideias republicanas não tinham como sair do povo, mas, lógico, dos “filhos da elite agrária local que estudaram Medicina e Direito, em Recife ou no Rio de Janeiro, centro de circulação de debates e ideias, que tiveram oportunidade de ocuparem cargos públicos na província.” (MONTEIRO, 2002, p.206).

Logo, quem aderiu ao movimento, eram pessoas da elite intelectual

e econômica, profissionais liberais, comerciantes, estudantes universitários e fazendeiros (CASCUDO, 1965a). Corroborando neste sentido, Sodré (1962), afirma que a participação do exército foi decisiva para a consumação da mudança.

Mesmo sem ter assinado o “Manifesto Republicano” no Jornal **A República** publicado no Rio de Janeiro, em 1870, que por sinal teve pouca repercussão, o exército era favorável à República, sendo alguns dos seus maiores impulsionadores, Sólon Ribeiro, Mena Barreto, o positivista Benjamin Constant, tenente-coronel e professor da Academia Militar. Inclusive, segundo Cascudo (1965a, p.137), este teria enviado ordem de comando ao Rio Grande do Norte, no dia 16 de novembro de 1889, via telegrama ao Capitão Felipe Bezerra Cavalcanti para “proclamar a República e empossar um elemento local, de confiança no momento político.” (CASCUDO, 1965a, p.137).

Contudo, Pedro Velho só assumiu o comando no Estado, depois do recebimento do telegrama do Ministro da Justiça e Interior, Aristides Lobo, mediante recomendação de José Leão Ferreira Souto, republicano histórico norte-rio-grandense residente no Rio de Janeiro, nos seguintes termos: 'Dr. Pedro Velho – assumo o governo, Proclame a República. Aristides Lobo.' (SOUZA, 1989, p.111-112, grifo do autor).

Era o Governador da Província na época, o Tenente-Coronel, Antônio Basílio Ribeiro Dantas, que, “consciente da mudança histórica que se processava no país, [...] mandou o Dr. Heráclito de Oliveira Vilar convidar o Dr. Pedro Velho para ficar à frente do Governo.” (SOUZA, 1989, p.112).

Quanto à postura de Pedro Velho e do Partido Republicano no Rio Grande do Norte, na opinião de Spinelli Lindoso “em particular, após a Proclamação da República, traduziu um comprometimento com os interesses e perspectivas de classe dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial.” (LINDOSO, 1992, p.17).

Delineando o quadro político do Rio Grande do Norte na Primeira República, Lindoso (1992) afirma que a descentralização contribuiu para o surgimento das primeiras oligarquias republicanas onde os Estados pequenos se uniram aos coronéis locais para comandos estaduais, enquanto os grandes se uniram para comandar o país.

Vale lembrar que o sentido de oligarquia aqui, entendido, refere-se ao

¹⁷ Janúncio Nóbrega era filho do Seridó (Caicó), cujo pai era proprietário de terras e Capitão da Guarda Nacional, estudava Direito em Recife. Após proclamada a República, seria nomeado promotor de Caicó, passando a Juiz municipal e depois eleito Deputado Estadual em 1892 (MONTEIRO, 2002).

controle político do “governo baseado na estrutura familiar patriarcal” (CARONE, 1975, p. 269). Assim, no período monárquico, o Brasil foi governado por uma família, a Família Real, apoiada pelos grupos políticos estabelecidos nas províncias. Com a Proclamação da República o poder passou a ser diretamente exercido por várias famílias nos diversos Estados da federação.

Mas, diante dos conflitos entre as oligarquias que geravam o fracionamento do Congresso, o Presidente Campos Sales consolidou o poder das oligarquias estaduais no pacto intra e interoligárquico, ou seja, na Política dos Governadores. Assim, garantia o suporte das grandes bancadas de Minas Gerais, São Paulo, e Bahia, mudando o regimento da Câmara e impondo ao Congresso uma certa linha de conduta na fase de reconhecimento dos poderes.

Com o Partido Republicano no poder, Pedro Velho passa a ser o Governador do Estado em 17 de novembro de 1889 e “para surpresa de muitos, dirigiu-se preferencialmente aos conservadores decaídos e aos liberais, deixando de lado vários republicanos históricos.” (SOUZA, 1989, p.112).

Desse modo, escolhe para seu secretariado, não aliados republicanos, exceto, alguns familiares, a exemplo do primo João Avelino Pereira de Vasconcelos, neto de Fabrício Gomes Pedroza. Preferiu fazer alianças com políticos tradicionais, grandes latifundiários do agreste e os coronéis do Seridó e do Oeste do Estado, firmando assim, bases eleitorais seguras (LINDOSO, 1992, p. 17-21).

Explicando a estratégia política de Pedro Velho, é importante perceber que sua intenção era adotar uma linha aglutinadora, considerando que os partidos monárquicos encontravam-se divididos: o Conservador - dividido entre o "grupo da Botica" (liderado por Tarquínio Bráulio Amaranto) e o "grupo da Gameleira" (locais onde esses grupos se reuniam); o Liberal - dividido entre Amaro Bezerra e José Bernardo de Medeiros. Queria a convergência desses partidos, ao Partido Republicano, liderado por ele, Pedro Velho e Janúncio Nóbrega (LINDOSO, 1992).

Apesar de neófito na política, providenciou as articulações necessárias para manter as rédeas do poder estadual, sem, contudo, evitar descontentamentos, cisões e choques dentro da própria classe dominante, entre os adeptos do centralismo (Amaro Cavalcanti) e do descentralismo (Pedro Velho), resultando, segundo Janice Theodoro da Silva, no período das oposições significativas (SILVA, 1978, p. 29).

Assim, era evidenciada a luta pelo poder e o caráter de classe, uma vez que ainda não tinham sido estabelecidos os limites e a definição da estrutura da nova política, terminando em rompimento entre o grupo do

Seridó, representado pelo líder José Bernardo de Medeiros (avô de Dinarte de Medeiros Mariz) e o próprio Pedro Velho.

Esses, os verdadeiros representantes das Oligarquias no Rio Grande do Norte na República Velha (1889-1930), a Oligarquia Maranhão dominando até 1914, defendendo os interesses da atividade açucareira e depois a Oligarquia Bezerra de Medeiros que promove a mudança do eixo político do litoral para o sertão, comandada pelo *sistema político do Seridó, voltada para os interesse* das atividades algodojeiras (1914-1930).

Associando-se Pedro Velho, no âmbito federal, ao Partido Republicano Paulista, representante da descentralização, acabou sendo deposto pelo Presidente Deodoro da Fonseca, representante do centralismo. Porém, com a renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano Peixoto, Pedro Velho volta a governar o Rio Grande do Norte, que, por conseguinte, vai acabar mantendo o predomínio da família Maranhão no poder até 1914. Em 14 de junho de 1895 elege o desembargador Joaquim Ferreira Chaves como seu sucessor. E para suceder Chaves elege o seu irmão Alberto Maranhão (1890-1894); em 1904 o seu genro Augusto Tavares de Lira, seguindo, Antonio de Souza, em 1906 e Alberto Maranhão em 1908-1914 (LINDOSO. 1992).

Segue um quadro demonstrativo com os governadores provisórios do Rio Grande do Norte após a Proclamação da República.

Vale salientar que a fase de governo provisório se caracterizou pela instabilidade administrativa, passando por cinco governadores. Estando apenas com dezenove dias de gestão, Pedro Velho foi substituído por Adolfo Afonso da Silva Gordo, vindo de São Paulo trazendo um secretário e um ajudante, irritando a todos o fato de serem administrados por “alienígenas”, fazendo oposição aberta a Pedro Velho e Janúncio Nóbrega (CASCUDO, 1965a).

Com menos de um mês é nomeado Joaquim Xavier da Silveira Júnior, que trabalhou em harmonia com o grupo de Pedro Velho, realizando as eleições para a Constituinte Federal, na qual o Rio Grande do Norte teria sete vagas (cinco de deputados e duas de senadores), reunindo Pedro Velho, as maiores expressões do partidarismo no Estado: o Tenente-Coronel José Pedro de Oliveira Galvão, da alta confiança de Deodoro da Fonseca, Amaro Cavalcanti, norte-rio-grandense, duas vezes senador, prefeito do Rio de Janeiro, membro do Supremo Tribunal Federal, precursor do nacionalismo industrialista; Almino Afonso, renomado abolicionista, Miguel Joaquim de Almeida Castro, Antonio de Amorim Garcia e José Bernardo de Medeiros (CASCUDO, 1965a, p.149-151). Desse modo, essa chapa vence o grupo liberal integrado pelo Centro Republicano 15 de novembro, comandado por Amaro Bezerra, descontente por não ter sido inserido para a disputa da chapa governista de Pedro Velho.

Após seis meses, Xavier da Silveira foi substituído pelo sergipano João Gomes Ribeiro, logo saindo, por querer compensar o grupo derrotado por Pedro Velho, sem prestígio, sendo em pouco tempo destituído do cargo. Logo é nomeado Manoel do Nascimento de Castro e Silva, ficando do lado

de Pedro Velho, que juntamente com José Bernardo apoiaram Prudente de Moraes como candidato do Partido Republicano Paulista (PRP). Isso gerou indignação em Deodoro, vingando-se dos paulistas e de seus aliados, demitindo Nascimento de Castro e nomeando Francisco Amintas da Costa Barros em 28 de fevereiro de 1891 (LINDOSO, 1992).

Amintas apoiado por Deodoro tratou de eliminar o grupo pedrovelhista. Pedro Velho estava aliado a José Bernardo, a força política mais importante do interior, uma referência política de peso. Porém, no

PERÍODOS	GOVERNADORES DO RN
06.12.1889	PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
06.12.1889	Em 12 de junho de 1891, o Congresso constituinte Estadual elegeu o Deputado Federal Miguel Castro para Governador do Estado tendo como Vice, Joaquim
08.02.1890	nácio Fernandes (LINDOSO, 1992).
10.03.1890	JERÔNIMO AMÉRICO RAPOSO DA CÂMARA, Chefe de Polícia
10.03.1890	Convém ressaltar que no final do Século XIX, Currais Novos, politicamente, dividiam-se em duas famílias. Uma conservadora, liderada pela família Gomes de Melo, tendo a frente o Major Luiz Gomes de Melo
19.09.1890	Lula e outra liberal, comandada pela família Bezerra, cujo chefe natural era o Coronel José
08.11.1890	Bezerra de Araújo Galvão.
07.12.1890	JOÃO GOMES RIBEIRO
07.12.1890	Com a ascensão de Floriano, Pedro Velho e José Bernardo voltam ao Rio Grande do Norte, e com o apoio de Amaro Cavalcanti, mesmo lá do
02.03.1891	Manuel do Nascimento Castro e Silva, Chefe de Polícia, sendo nomeado Governador a partir de 29.12.1890
02.03.1891	Rio, planejam a deposição de Miguel Castro. O plano se consumou, de fato. Miguel Castro foi
13.06.1891	Francisco de Assis e Avelino Cabres
13.06.1891	22 de fevereiro de 1892. Foram convocadas eleições para um novo substituto, elegeu-se Pedro Velho Governador e o Coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, chefe político de Acari, irmão do “coronel” José Bernardo
06.07.1891	JOSÉ JACQUE FERREIRA BARROS, Vice-Governador
06.07.1891	Bezerra de Medeiros como vice e o coronel Francisco Gurgel, de Mossoró, como segundo vice. (LINDOSO, 1992)
28.11.1891	MIGUEL JOAQUIM DE ALMEIDA CASTRO
28.11.1891	Mas, Pedro Velho indicando o nome de Augusto Severo, o seu irmão para assumir uma vaga na Câmara Federal, provocou divergência dentro do próprio partido e rompimento com José Bernardo, para cuja vaga indicava
22.07.1892	JOSEMI FERREIRA CHAVES
22.07.1892	Janúncio Nóbrega
22.02.1892	JERÔNIMO AMÉRICO RAPOSO DA CÂMARA
28.02.1892	Com o rompimento político de Dr. Pedro Velho com o senador José Bernardo, o coronel José Bezerra, chefe de grande prestígio em Currais Novos e em todo o Seridó, ficou ao lado de José Bernardo, irmão do coronel
28.02.1892	PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
25.03.1896	JERÔNIMO AMÉRICO RAPOSO DA CÂMARA, substituiu
25.03.1896	Silvino Bezerra, de Acari, o qual se considerava seu “líder” político

Quadro 1: Governadores do Rio Grande do Norte, RN (1889-1896)
Fonte: Quadro elaborado pela autora

primeiro, porém a eleição foi anulada pelo Congresso Nacional. Em 23 de abril de 1893, novo pleito foi realizado, entre Augusto Severo e Tobias Monteiro (norte-rio-grandense radicado no Rio, historiador e intelectual de renome nacional). Outra vez Augusto Severo vence o opositor, agora com o aval do Congresso Nacional. A chapa vencedora acobertada por Pedro Velho era a seguinte: Almino Afonso – Senado; Augusto Severo, Augusto Tavares de Lira (genro de Pedro Velho) e Luiz Francisco Junqueira – Deputado Federal (CASCUDO, 1965a.).

Contudo, Pedro Velho não mantinha relações muito pacíficas com Floriano em virtude de não haver cumprido alguns de seus pedidos de nomeações, tendo como revanche, demissões de amigos do governador, da Guarda Nacional. Acresce, o apoio declarado de Pedro Velho à chapa de Prudente de Moraes. Daí criou-se um clima de terror, insuflado por Floriano, aos contrários à sua ala, enviando o 34º Batalhão (unidade federal sediada no Estado), na pessoa de Virgílio Napoleão Ramos, com a finalidade exclusiva de depor Pedro Velho. Por outro lado, “Pedro Velho recebeu auxílio: o Almirante Custódio de Melo, adversário de Floriano, enviou-lhe trezentas carabinas e Fonseca e Silva, diretor da Intendência de Guerra, algumas caixas de munição.” Nesse ínterim, houve muita violência, entre o 34º Batalhão e a polícia, causando brigas, ferimentos e até mortes (LINDOSO, 1992, p. 24-25).

Apesar do impasse, Pedro Velho sai vitorioso, com a posse de Prudente de Moraes em 15 de novembro de 1894, contrariando a expectativa de seus adversários. E, “a 14 de junho de 1895, ele elege como seu sucessor, o Desembargador Joaquim Ferreira Chaves, que fizera parte da junta Governativa que substituiu Miguel Castro”. Tendo como vice, Francisco Sales de Meira e Sá. Pela oposição foi lançada a chapa, com José Moreira Brandão Castelo Branco (para governador) e José Gervásio de Amorim Garcia (para vice). Foram vitoriosos os candidatos de Pedro Velho, sendo esta, a primeira eleição direta no Rio Grande do Norte. Ferreira Chaves obteve 10.517 votos, contra 832 da oposição (LINDOSO, 1992, p. 26).

Daí em diante, Pedro Velho assegurou o seu domínio absoluto, consolidando o Regime Republicano no Rio Grande do Norte conseguindo a reaproximação do “coronel” José Bernardo em 1897, fortificando-se, com o apoio do Seridó.

Segue um quadro demonstrativo dos governadores do Rio Grande

do Norte a partir de 1896 até 1943, período em que Eloy de Souza encerra a sua carreira legislativa.

PERÍODOS	GOVERNADORES DO RN
25.03.1896 25.03.1900	JOAQUIM FERREIRA CHAVES FRANCISCO DE SALES MEIRA E SA, Vice-Governador
25.03.1904	ALBERTO MARRANHÃO
05.11.1906	AUGUSTO TAVARES DE LYRA
05.11.1906	MANUEL MOREIRA DIAS Vice-Governador
05.11.1906 23.02.1907 23.02.1907 25.08.1908	ALBERTO MARRANHÃO
01.01.1920 01.01.1928	JOSE AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS AUGUSTO LEOPOLDO RAPOSO DA CÂMARA, Vice-Governador
01.01.1928	FELINTO ELÍCIO DE OLIVEIRA AZEVEDO, Substituto Presidente do Congresso Estadual
01.01.1928	JUVEVAL LAMARTINE DE FARIA
06.10.1930 12.10.1930	LUIS TAVARES GUERREIRO, Major ABEL RODRIGUES DA SILVA Coutinho, Capitão
12.10.1930 28.01.1935	JULHO PEROUSE PONTES, Tenente
29.01.1931	ALÍZIO DE ANDRADE MOURA, Tenente
31.07.1931	HERCÓLIO CASCAEDO, Capitão-Tenente da Armada ANTÔNIO JOSÉ DE MELO E SOUSA, Substituto
11.06.1932 11.06.1932	BERTINO DUTRA DA SILVA, Capitão-Tenente
01.03.1933	Substitutos PRUDENTE DE MORAIS, primeiro presidente civil no Brasil
02.08.1933	SÉRGIO BEZERRA MARINHO, Tenente
27.10.1935	ANTÔNIO JOSÉ DE MELO E SOUSA, Secretário-Geral
27.10.1935	LIBERATO DA CRUZ BARROSO, Capitão
29.10.1935	Comandante do 21º Batalhão de Caçadores
29.10.1935	RAFAEL FERNANDES GURJÃO
29.10.1935	Substitutos ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO, Secretário-Geral

Quadro 2) Governadores do Rio Grande do Norte – RN (1896-1943).

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

vítima, o segundo, então Ministro da Guerra (SOUZA, 1975, p. 10).

Presenciou quando foram processados os Deputados Irineu Machado, Francisco Glicério, Torquato Moreira, Alcindo Guanabara e Barbosa Lima, opositores do Presidente e a pressão sofrida pelo próprio Pedro Velho, sendo intimado a permanecer no Rio de Janeiro (SOUZA, 1975).

Assim, no seu primeiro mandato como Deputado Federal (1897-1899), Eloy teve mais uma fase de observação e aprendizado. Enquanto no seu segundo mandato (1900-1911), começou a se sobressair com pronunciamentos políticos, nos governos Campos Sales, Rodrigues Alves e

discursos sobre a morte e cabotagem, os Deputados e problemas da seca, a irrigação regular e a inspetoria de Obras Comuns (Ibicoara), mais tarde, a Secretaria Federal de Obras Comuns (FOCS), hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).



Foto 8: Pedro Velho.

Foto 9: Eloy de Souza.

Em 1910 resolve, a conselho do baiano Afonso Peixoto (1876-1947), escritor, romancista, ensaísta, historiador e Deputado Federal no período de 1924-1930, ir ao Egito visitar as grandes barragens e o sistema de irrigação perene. Aproveitou para ir a Paris, Alexandria, Jerusalém, Lausanne e Interlaken, na Suíça.

Em 1911 publica o opúsculo *Um Problema Nacional* e em 11 de agosto, do mesmo ano apresenta à Câmara dos Deputados o projeto de implantação de amplo programa de obras de irrigação, onde aproveitou para defender o plantio de algodão em terras irrigadas, cujas plantações acabara de ver no Egito.

Em 1914 passa a ser Senador durante os seguintes mandatos: de (08-05-1914/01-04-1921); (30-04-1921/01-04-1927); (11-10-1935-10.11.1937). Em 1916 publica o opúsculo *A Irrigação na Economia Geral do Nordeste*.

Em 1919 Epitácio Pessoa ressuscita o projeto, que foi aprovado e sancionado, e durante algum tempo foi chamado Lei de Natal, de número 3.965. “O projeto de 1911 e a Lei Epitácio Pessoa são uma e a mesma coisa nas suas expressões capitais, pois criaram o Fundo de Irrigação também

Fonte: Arquivo pessoal de Rejane Cardoso. Reprodução: Giovanni Sergio.

Fonte: Arquivo pessoal de Rejane Cardoso. Reprodução: Giovanni Sergio.

denominado Caixa das Secas”, segundo o próprio Eloy.

No período, de 1927-1929 é Deputado Federal. Em 18 de julho de 1932 é preso, assim como 17 membros da oposição ao Interventor Bertino Dutra da Silva, “um por um, obedecendo a chamados amistosos do Sr. João Café Filho, então chefe de polícia. Fomos recolhidos ao quartel do 29º Batalhão de caçadores. [...] “Aí permanecemos, vigiados e incomunicáveis, durante muitos dias” [...] “Deste quartel saí deportado para o Recife (com 45\$000 no bolso e) acompanhado por “secretas” que só cessaram a humilhante vigilância no território paraibano [...].” (SOUZA, 1975, p. 52-55).

Conforme Souza (1975, p. 55) foram os seguintes, os seus companheiros de prisão:

Dr. Aderbal de Figueiredo, Manoel Alves Filho, agricultor; Des. Silvino Bezerra (irmão de José

Augusto B. de Medeiros), comerciante José Mesquita, farmacêutico Omar Lopes Cardoso, Ten. Francisco Bilac de Faria, agricultor Francisco Gonzaga Galvão, major Luiz Júlio, major Jacinto Tavares, Cap. Juventino Cabral, major Glicério de Oliveira, major Genésio Lopes, ex ajudante de ordens do governador Juvenal Lamartine; Ten. Francisco Marinho de Carvalho, oficiais de Polícia Militar. Foram também presos os médicos Luiz Antônio, Demétrio Viveiros e José Macedo e em Mossoró o médico João Marcelino e os comerciantes Joel Carvalho e Francisco Queiroz.

Em 1933 “Fui na imprensa, como diretor d'A Razão, um dos responsáveis por esta gloriosa campanha. O jornal apareceu a 26 de janeiro de 1933”. O Partido Popular, quando criou "A Razão" , designou Aluizio para trabalhar como repórter. O jornal pertencia a Dinarte Mariz e seu diretor era Eloy de Souza.

Em 16 de fevereiro de 1933, casa com D. Alice Xavier, paraibana de João Pessoa, residente em Natal, viúva com quatro filhos adolescentes (SOUZA, 1975).

Analisando a trajetória de Eloy de Souza, pode-se dizer que, mesmo diante de alguns percalços enfrentados na vida, teve quatro pontos que lhe foram extremamente favoráveis: primeiro, a sorte de ter nascido em uma família influente, social e politicamente, sendo por isso, portador de prestígios, não sofrendo preconceito de cor; segundo a de ter sido muito bem educado pela sua avó materna, Dindinha, equilibrada e humana, de tamanho discernimento e tirocínio. Prova disso, foram três netos, bem sucedidos na vida: Eloy, Henrique e Auta de Souza; terceiro, ser um protegido político de Pedro Velho, um grande oligarca do RN na República Velha, a quem ele considerava como seu segundo pai.¹⁸; quarto, pelo privilégio de ter uma inteligência vivaz, sabendo aproveitar as oportunidades de ascensão que lhe surgiram na vida, tornando-se um grande jornalista e respeitado político potiguar.

Embora o requisito básico para viver em sociedade seja um mínimo de padronização nos pensamentos, sentimentos e nas atividades dos seus membros, eles, os padrões não eliminam totalmente as diferenças individuais, apenas reduzem os limites das diversidades pessoais.

A uniformidade completa é praticamente impossível, até porque há sempre diferenças fundamentais quanto ao sexo, idade, inteligência, além das diferenças individuais, as idiossincrasias, ou seja, a disposição do temperamento do indivíduo, que o faz reagir de maneira muito pessoal à ação dos agentes externos; afinal cada um tem a sua maneira de ver, sentir, reagir, própria, que serve para moldar a sua personalidade e a sua forma de agir.

Acresce o fato de ter casado com Alice Xavier de Paula, em 16 de fevereiro de 1933, aos 60 anos, paraibana de João Pessoa, residente em Natal, viúva, com quatro filhos, com quem compartilhou riscos e perigos de campanhas e sofrimentos da vida. Afora,



Foto 10: Eloy de Souza (terceiro da direita para esquerda, sentado) e seus companheiros de prisão. Segundo Vicente Serejo - esposo de Rejane Serejo, neta da esposa de Eloy de Souza, Alice Xavier de Souza era uma mulher extraordinária, decidida, corajosa, avançada para a época e foi o apoio e equilíbrio em todos os sentidos de Eloy de Souza, inclusive, financeiro, pois ele era, “mãos abertas” aos que lhe solicitavam ajuda, com o agravante de, no final da vida, ter os seus salários rebaixados.

Tanto Rejane Serejo, quanto Otomar Lopes Cardoso, netos de Alice destacaram o passo acertado dado por Eloy de Souza em casar-se com sua avó. Mas, uma coisa chama a atenção, Eloy de Souza sempre que a ela se refere, não menciona o seu nome, Alice mas, sempre a expressão, “minha mulher”.

Em 1935 é eleito Senador da República outra vez: (11-10-1935/10-11-1937). Em 7 de janeiro de 1936 é sancionada a Lei 175, a terceira Lei contra as secas, tendo Eloy de Souza participação ativa. Essa Lei regulamentou o Art. 177 da Constituição Federal de 1934. O Senador Eloy de Souza foi relator da Comissão que emitiu o Parecer.



Foto 11: Eloy de Souza e o amigo Dinarte Mariz.

Fonte: Cardoso (2006).

Em 1937 o Golpe de Estado dissolve o Congresso, encerrando a legislatura e a Assembleia Legislativa aos 64 anos. Em 18 de dezembro toma posse como Diretor da Imprensa Oficial do RN, onde era publicada A República. Em 1938 profere a Conferência no Palácio do Governo sobre “O Homem Nordestino e as Secas”.

Em 1940 Eloy prefacia o livro *Angicos*, de Aluizio Alves, em forma de carta, Edições Pongetti.



Foto 12: Eloy de Souza e esposa Alice Xavier de Paula.

Fonte: Cardoso (2006).

Após uma intensa vida política (1894-1937), Eloy de Souza termina a sua vida, um tanto desolado e pobre.

Assim, Eloy de Souza termina os seus dias de vida como um homem comum, em uma casa simples em Natal, diferente dos políticos atuais, que são frequentemente, denunciados pelo esbanjamento, luxo e ostentação, pela falta de escrúpulo, ética e bom senso, fazendo mal uso do dinheiro público (dinheiro suado do povo, do trabalhador brasileiro), afluindo desse modo, constantes e intermináveis escândalos nas duas casas parlamentares (Câmara Federal e Senado Federal).

¹⁸ “Dr. Pedro Velho, aquele que substituiu na afeição, o meu pai que mal conheci e de pai foi o seu bem-querer tão grande e tão profundo que ao morrer surpreendeu-se o amigo dedicado que lhe recolheu o derradeiro suspiro encontrando nos punhos de sua camisa botões com o meu retrato.” (SOUZA, 1975. p. 70).



Foto 13: Eloy de Souza na Câmara e no Senado, o primeiro à esquerda, em pé.
Fonte: Fundação José Augusto (2006).

¹⁹ É importante ressaltar que Rejane Cardoso tem todo o carinho por Eloy de Souza e o considerava como seu avô, sendo a responsável pela organização da Biblioteca Eloy de Souza, em Natal.



Foto 14: Eloy de Souza e Aluizio Alves.
Fonte: Cardoso (2006).

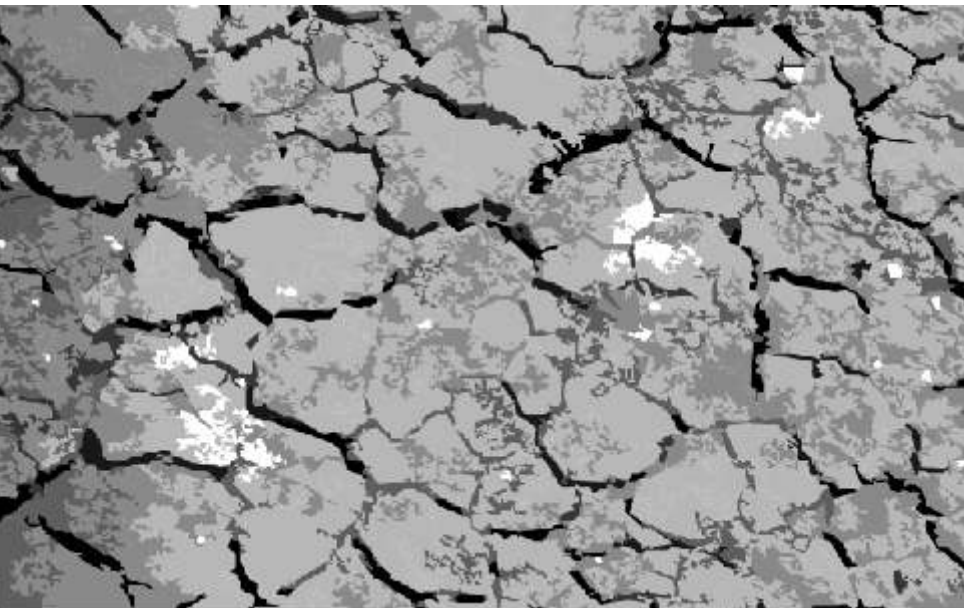


Foto 15: Eloy recebe visita de José Américo, ex-ministro da Viação e autor de A bagaceira.
Fonte: Cardoso (2006).



Foto 16: Casa em que Eloy viveu seus últimos dias. Rua Manoel Dantas, nº 481. Bairro Petrópolis, Natal/RN.
Fonte: Arquivo pessoal de Wandyr Villar..

_capítulo 04



IMPRESSÕES CULTURAIS DO
RIO GRANDE DO NORTE

4 IMPRESSÕES CULTURAIS DO RIO GRANDE DO NORTE

[...] as elites dirigentes, primeiro lusitanas, depois luso-brasileiras e, afinal, brasileiras, viveram sempre e vivem ainda sob o pavor pânico do alçamento das classes oprimidas

Darcy Ribeiro

Nesta parte serão abordadas as impressões de Eloy de Souza sobre a cultura do Rio Grande do Norte, contidas nas obras *Costumes locais*, *Cartas de um desconhecido*, *Cartas de um sertanejo*, *Conferências em Lages*, *Cartas sertanejas* e *Alma e poesia do litoral do Nordeste*, nas quais ele retrata o modo de vida e o cenário no final do século XIX e início do século XX, mediante um verdadeiro arrolamento etnográfico²⁰, tendo em vista a detalhada descrição de seus vários aspectos sociais e culturais.

Resgatar e propagar usos, costumes e tradições regionais era o propósito de Eloy de Souza no intuito de contribuir para o estudo do folclore brasileiro (SOUZA, 1982). Daí faz um levantamento dos costumes da cidade de Natal, em consonância com os do sertão do Seridó como uma forma de preservá-los na memória, mas não de perpetuação, uma vez que entendia que muitos deles já não mais existiam e outros já estavam sendo substituídos por novos costumes, como uma renovação necessária.

Assim, subdividindo esta parte em três, **a primeira** mostrará a sua descrição etnográfica extraída da visão do litoral e do sertão, porém, ressaltando os traços sertanejos como fundamentais e dignos de serem imitados, e tomados como parâmetro, como forma ideal para o povo brasileiro. A segunda parte trata da cultura sertaneja e a terceira da visão sociocultural e econômica da seca.

4.1 IMAGENS DO LITORAL E DO SERTÃO

Eloy de Souza, cronologicamente, é um dos nossos primeiros mestres do *Folk Lore*.

Luiz da Câmara Cascudo

²⁰ “Etnografia é o estudo da cultura e do homem que a criam e a transmitem.” (DIÉGUES JÚNIOR, 1972, p. 16). Por conseguinte, os estudos etnográficos dizem respeito à descrição da cultura dos povos ou de vários aspectos sociais ou culturais de um povo.

Eloy de Souza tinha uma visão estendida e ampliada do litoral e do sertão norte-rio-grandense, que acredita-se, ter sido ela, em parte, fruto da formação humanística fornecida pela Escola de Direito e Ciências Sociais de Recife, na qual Eloy de Souza interrompeu o 5º e último ano. Completando os cinco ele teria se bacharelado em Direito. Porém, encerrou os seus estudos acadêmicos em quatro anos obtendo o diploma de Ciências Sociais, que naturalmente possibilitou ampliar o seu campo de visão sobre a realidade.

Vale ressaltar que o curso de Ciências Sociais propicia a aquisição de conhecimentos abrangentes e pluralistas, atinentes às questões socioeconômicas, políticas e culturais indispensáveis ao entendimento da vida humana. Eloy de Souza, bebendo desta fonte, com o seu olhar agudo soube bem enxergar não só o lado desenvolvido do litoral nordestino, mas, sobretudo penetrar e o que é mais importante, se deter nos aspectos candentes do interior.

Soma também, no mérito da questão, como já foi falado anteriormente, o tipo de vida móvel que ele levava, convivendo, concomitantemente, na cidade e no campo, que lhe fez mergulhar nas duas faces assimétricas do Brasil – litoral evoluído e interior atrasado - focando nas questões socioculturais da região, numa dupla direção: do exterior e do interior.

Nesse sentido, Eloy de Souza viveu com a elite do Rio Grande do Norte, que tinha penetração tanto no interior quanto no litoral, a exemplo de José Bernardo que era sertanejo, de Currais Novos, líder do Seridó e os Maranhão no litoral, por conta da origem deles, pois eram donos de engenhos, sendo também comerciantes, mas se mantinham ligados, em sintonia direta com o interior. Daí havia um vínculo muito forte entre os coronéis do Seridó e a Oligarquia Maranhão, no sentido de contemplarem na agenda política, reciprocamente, os problemas do sertão.

Eloy conviveu na infância e na adolescência tanto no litoral, quanto no interior, no sertão, com seus familiares. Ainda presenciou de perto a vida dos escravos, observando a situação da pobreza, inclusive, deparando-se com as secas - como a de 1877, aos quatro anos de idade no interior; a de 1904-1906, a de 1915 e a de 1932, como político - e seus dilemas, que acentuava mais ainda esse triste cenário de desigualdade. Desse modo, ele pode ver de perto as diferenças sociais e como político lutou também pela melhoria de vida do sertanejo, levando em consideração o progresso técnico, mas, não com a pretensão de, em nenhum momento, modificar a estrutura social vigente.

Em suma, quanto ao seu pensamento, moldado no ambiente social tradicional da aristocracia rural, escravocrata, patriarcal, ao redor dos engenhos, além da educação liberal, católica e republicana no meio político e literário, pode-se aduzir a representação do seu imaginário.

O imaginário enquanto sistema de representação que existe em toda e qualquer sociedade, sob formas diferentes, se institui expressando, e reproduzindo as necessidades das pessoas, os seus objetivos, os seus desejos, sua cultura. O homem nesta perspectiva torna-se singular. Sua subjetividade é produzida em função de um imaginário instituído e produzido culturalmente.

Nessa perspectiva, o homem é um ser histórico, permeado de regras, normas, valores, que ele adquire através das instituições das quais faz parte em determinada época. E um dos elementos formadores deste homem social é o poder institucional que, também constrói sua subjetividade, lugar em que ele se julga e age na sociedade em função de alguns de seus conceitos (CASTORIADIS, 1982).

Daí, o mecanismo institucional, ao mesmo tempo em que constrói o ser humano, tanto ao nível de sua psique (individual), quanto ao nível social precisa controlar este homem para manter-se e construir uma sociedade de acordo com os seus códigos. A instituição e as significações imaginárias, inseridas nela e que ao mesmo tempo a animam são criadoras de um mundo, o mundo desta sociedade dada. Ou seja, o imaginário instituído se demonstra no que está sancionado, legitimado em códigos explícitos ou não pela sociedade.

Assim, Eloy de Souza, ao abordar a vida do litoral e do campo, procurava realçar acima de tudo, os valores sertanejos, preservando seus traços culturais, ao mesmo tempo em que buscava a elevação e superação do seu atraso social e econômico, mas sem alterar a estrutura social arcaica.

Corroborando neste sentido, Francisco das Chagas Pereira ao prefaciar o livro *Cartas de um sertanejo*, afirma que, a ênfase dada por Eloy de Souza ao sertão “significava desnudar um universo cultural alimentado desde a infância, de fantasia, de misticismo, de pitoresco, de literatura de cordel, de alma do povo.” (PEREIRA, 1983, p. 8).

Complementando, o autor acima mencionado explica que, enaltecer o universo sertanejo para Eloy de Souza “era dar forma a um ato de amor alimentado na infância e exteriorizado em transfiguração lírica de reminiscências recuperadas.” (PEREIRA, 1983, p. 10).

A respeito da contribuição de Souza para a etnografia do Rio Grande do Norte, Câmara Cascudo reconhece que,

Cronologicamente, é um dos nossos primeiros mestres do *Folk Lore*. Remoça-o a lembrança de toda a natureza que o ambientou menino. Figuras desaparecidas, lances de bravuras e comichadas, episódios mímicos ou supremos, tudo revive, carregado numa reminiscência torrencial e clara, que revolve o fundo da terra, ressuscitando o ouro das vidas passadas e os esquecidos diamantes dos gestos empolgantes. [...] olvida as catedrais góticas para avivar os quadros pobres das capelinhas sertanejas, vigiando, os pátios melancólicos onde as ruas se alinham. O sertão vive nas suas veias, com as aventuras maravilhosas de seus vaqueiros, o gemido das boiadas, o rojão das violas, o estouro das roqueiras, o rumor da apartação, o lilá das tardes quentes, quando o sol desce como cedendo a melopéia ondulante do aboio [...] (CASCUDO, 1977, p. 1).

Na verdade, suas descrições sobre os costumes, os hábitos e modos de vida dos norte-rio-grandenses, encontradas em *Costumes locais* (1909) e *Cartas de um desconhecido* (1914), antecedem Cascudo que só veio despontar nesta área, em 1921, com o livro *Alma patricia*, reunindo pequenos estudos a respeito de poetas e prosadores de Natal-RN, do seu tempo. Cascudo era vinte e cinco anos mais novo que Eloy, mas existia entre ambos uma aproximação ligada pelo interesse sobre estudos da cultura regional. Segue-se *Joio, Histórias que o vento leva*, recriando narrativas literárias de velhos fatos históricos. Só em 1939, com *Vaqueiros e cantadores* é que seu nome é visto como uma legenda no estudo do saber do povo nordestino.

Contudo, é importante ressaltar, que a vertente de Eloy de Souza caracteriza-se por uma expressão cultural, que tem peculiaridades diferenciadas de perceber o sertão e o modo de vida sertanejo. De forma bem própria, ele resignifica o sertão, sem muita sistematização, mas de acordo com o seu mundo vivido e imaginado. Ao resgatar o vaqueiro, parecia estar evocando a presença da figura do avô Felix, conferindo a essa idealização um tom “cordial”, sentimental, nostálgico (nostalgia da infância, da meninice, da adolescência, da juventude nas fazendas, derrubando marruá). Como intelectual orgânico de uma classe latifundiária, procurava acompanhar os passos da modernidade, mas sem perder suas velhas prerrogativas; daí, talvez, a idealização da figura do “vaqueiro”,

como síntese do homem do povo do Nordeste rural. Por essa via, procurava inscrever o sertão nordestino no imaginário nacional, aportando elementos importantes para superar e simplificar a percepção sobre o Nordeste perante o centro sul do país.

Nesse sentido, pode-se dizer que ele iniciou suas interpretações sobre a realidade brasileira, no começo do século XX, através de palestras, que se transformaram em livros, abordando a vida do homem no seu meio, caracterizando a sua cultura. E assim, prosseguiu com essa temática, mediante crônicas ou artigos de jornais, também compilados em livros.

Aliás, do século XVI ao XIX até início do século XX, em geral, os que pensaram social e culturalmente o Brasil fizeram-no de forma descritiva, sem fugir dos dois eixos, da terra e da gente, procurando tirar conclusões próprias, como foi o caso de Eloy de Souza.

Historicamente falando, os estudos etnográficos no Brasil surgiram com a Carta de Caminha no século XVI, escrita ao soberano português D. Manuel I, detalhando as características étnicas e culturais dos indígenas, “os principais contatos entre o aborígene e o colonizador”. Depois de Caminha, “muitos outros se lhe seguiram na descrição da terra, dos seus habitantes, dos seus costumes, das relações que se estabeleceram, da sociedade que se formou.” (DIEGUES JÚNIOR, 1972, p. 15).

Contudo, a partir dos meados para o fim do século XIX surgiram algumas teorias deterministas que iriam alterar significativamente, as explicações sobre as relações entre o homem e o meio, quando as discussões sobre o homem passaram a girar em torno de raça.

‘Raça pode significar um grupo de pessoas que é socialmente definido numa determinada sociedade, com raízes comuns devido a características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo, traços faciais, estatura e gostos.’²¹

Conforme Marcone e Presotto (1985, p. 81), o estudo da raça é um dos campos da Antropologia Física que vem preocupando os estudiosos desde o século XVIII, mas,

[...] ainda não se chegou a um consenso sobre o que seja raça, em virtude da: relatividade do tempo; extrema diversidade das características físicas;

²¹ VIEIRA, Vinícius Rodrigues. Democracia racial, do discurso à realidade: caminhos para a superação das desigualdades sociorraciais brasileiras. São Paulo: Paulus, 2008, p.18. Apud BERGHE, Pierre van der. Race: perspective two. In: CASHMORE, Ellis (Org.). Dictionary of race and ethnic Relations. 4.ed. Routledge: London and New York, 1996, p.267.

distribuição espacial do homem. Há, porém, um ponto em comum: todos concordam em que o homem pertence ao mesmo gênero, *Homo*, e a mesma espécie, *Sapiens*. No passado houve um tronco comum, mas ninguém sabe quando nem como começou a diversificação.

No aspecto antropológico, havia uma predominância em se entender por raça:

Cada uma das grandes subdivisões da espécie humana, e que supostamente constitui uma unidade relativamente separada e distinta, com características biológicas e organização genética próprias. [Diversos autores, seguindo critérios distintos de classificação, propuseram diferentes classificações da humanidade em termos raciais. A mais básica e difundida é a das três grandes subdivisões: caucasóide (raça “branca”), negróide (raça “negra”) e mongolóide (raça “amarela”). O conceito antropológico sofreu numerosas e fortes críticas, pois a diversidade genética da humanidade parece apresentar-se num contínuo, e não com uma distribuição em grupos isoláveis, e as explicações que recorrem à noção de raça não respondem satisfatoriamente às questões colocadas pelas variações culturais (FERREIRA, 2004, p. 1687).

Nos dias atuais, no campo antropológico, praticamente não se usa o termo raça para se referir ao tipo humano e a sua cultura, mas etnia ou grupo étnico, que quer dizer, “população ou grupo social que apresenta relativa homogeneidade cultural e lingüística, compartilhando história e origem comuns.” (FERREIRA, 2004, p.843).

Desse modo, a expressão **raças humanas**, que classificava populações ou grupos populacionais com base em vários conjuntos de características somáticas e crenças sobre ancestralidade comum passou a ser fortemente criticada entrando em desuso desde meados do século XX. Perdeu todo o interesse heurístico face ao desenvolvimento da genética na segunda metade do século XX. Em *stricto sensu*, não haveria por que se falar em **raças humanas**.

Entretanto, no final do século XIX a categoria **raça** era a tônica do momento e servia para delinear o quadro interpretativo do mundo ocidental dos diversos tipos humanos.

Aliás, para Vieira (2008), a primeira menção do termo raça surgiu em 1684, na França por François Bernier, mediante seu artigo, *Uma nova divisão da terra, de acordo com as diferentes espécies ou raças de homens que a habitam*, referindo-se à linhagem, ao invés da divisão de grupos com diferenças físicas e fixas como os conceitos atuais.

Segundo Chinoy (1967) o termo raça havia surgido em um período inicial da ciência moderna e derivou da prática de classificação em espécies e subespécies, que só foi aplicada a vegetais e animais pelo botânico, zoólogo, e naturalista sueco, Carlos Lineu (1707-1778), apresentado no seu livro *Sistema natural*, publicado pela primeira vez em 1735.

Mas somente em 1758, Lineu criou um sistema classificatório para ordenar o grande número de seres que estavam sendo descritos pelos naturalistas, em consequência de viagens a terras desconhecidas, dividindo a espécie humana em quatro grupos, conforme lembra Chinoy (1967, p.100)

[...] Lineu identificou quatro raças, fundamentando-se na cor da pele: *americanus rufus*, *europaeus albus*, *asiaticus luridus* e *Afer Níger*. Além dessas raças, estabeleceu uma categoria a que chamou *monstrosus*, para incluir tipos anormais com os quais não estava familiarizado. Tais categorias, naturalmente, foram depois requintadas e aperfeiçoadas por biólogos e antropólogos físicos (CHINOY, 1967, p. 100).

A partir dessa primeira classificação de raça, surgiram teorias que ligavam as diferenças biológicas, às variações sociais e culturais no século XIX, como a do filósofo e diplomata francês, **Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882)** enunciada no *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855). Considerava ele, que todos os fenômenos de variação e progresso social tinham como causa uma diferença de raça, ou seja, os traços raciais que determinariam as características sociais e culturais. Este foi um dos primeiros trabalhos sobre eugenia (estudo das condições ideais à reprodução e melhoramento genético da espécie humana) e racismo publicados no século XIX destacando a superioridade da raça branca, onde se incluía o ramo ariano. “Gobineau com o seu adepto Houston Steeward Chamberlain, inadvertidamente proporcionou os fundamentos teóricos da doutrina e prática nazi-racista.” (CHINOY, 1967, p. 100).

Segue-se a difundida teoria da seleção da espécie do naturalista britânico Charles Robert Darwin (1809-1882), publicada em seu livro *A origem das espécies* (1859), tratando da geração e evolução das espécies

(vegetais e animais) e da espécie humana em particular. Nesse livro ele introduz elementos novos no sentido de mostrar que as mudanças que ocorrem no processo evolutivo, permanecem as espécies adaptativas, ou seja, as que se revelam com mais capacidade de sobreviver no meio ambiente, não sendo necessariamente o mais forte (DARWIN, 2000).

Ressalte-se que ele não se refere à sociedade humana contemporânea. No entanto, há autores que distorcem o seu pensamento, explorando as suas idéias, erroneamente, como se este não tivesse consciência social, sendo a favor da desigualdade social. Ele não só não falava sobre isso, como não aceitava a desigualdade social.

Assim, baseado nas suas idéias, mas de forma distorcida, originou-se o chamado darwinismo social do filósofo inglês Herbert **Spencer** (1820-1903), também chamado evolucionismo e organicismo, que defendia o direito natural dos mais "fortes", governarem os mais "fracos". Isso significa dizer que, no processo de evolução social, existe uma luta pela supremacia entre os povos ou entre as pessoas, em que se estabelece, de forma natural, a superioridade, a persistência do mais forte e a subordinação do mais fraco (SPENCER, [1896?]).

Esse pensamento deitava suas raízes no positivismo de Comte (1798-1857), que pretendia medir "cientificamente" o valor absoluto das sociedades humanas, considerando a história da humanidade como uma história unitária dividida em diversos "estados", cada um dos quais correspondendo a diferentes etapas do "progresso" e em que determinados povos seriam, provisória ou definitivamente, mais "avançados" que outros. O estágio positivo do espírito humano marcará a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios, dos cientistas e do poder material para o controle dos industriais (COMTE, 1974).

Por conseguinte, acreditando na superioridade de sua cultura, os europeus interferiram, nas formas tradicionais de vida existentes nos outros continentes de tal forma que a regra darwinista da competição e da sobrevivência do mais apto foi aplicada às leis de mercado, principalmente pela doutrina do liberalismo econômico.

Uma teoria de amplo alcance à época foi a do antropólogo e zoólogo francês, **Georges Vacher de Lapouge**, (1854-1936), que propagou a supremacia da raça nórdica (inglesa, alemã, escandinava) em *L'Aryen Son rôle social* (1899). inspirado no Darwinismo social, na idéia de luta pela sobrevivência e aí, propôs, por efeito, a criação de uma nova ciência social que batizou de *antropossociologia*.

Outra teoria determinista de grande repercussão é a do geógrafo e antropólogo alemão, Friederick Ratzel, (1844-1904), detendo-se sobre o meio. Em sua *Antropogeografia* (1882) mostra a influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade, atuando nos aspectos fisiológicos e psicológicos dos seres humanos e através deles, na própria sociedade. A natureza também poderia possibilitar a expansão de um povo, ou criar barreiras, assim como o isolamento ou uma possível mestiçagem (MORAES, 1990).

Ratzel retirará de Spencer a noção da sociedade como um organismo e a concepção naturalista do desenvolvimento da sociedade humana. Sendo assim, a cadeia de raciocínio é basicamente linear, começando com os homens, estes agrupando-se em sociedades, as sociedades transformando-se em Estados e o Estado em um organismo. Logo, a Sociedade e o Estado são frutos orgânicos do determinismo do meio. Segundo Ratzel, a sociedade como um todo, é um organismo que mantém relações com o solo, nas suas necessidades de moradia e alimentação e o progresso significa um maior uso do meio, ou seja, uma relação mais íntima com a natureza (MORAES, 1990).

Por conseguinte, a categoria **raça** pesou nas interpretações sobre a realidade brasileira sobretudo, considerando-se as influências teóricas do darwinismo social, do evolucionismo de Spencer e do positivismo de Comte; bem como a categoria **meio**, visto como o inexorável determinismo geográfico dos fatores físicos (terra, clima, regime de água, sistemas de montanhas), no entendimento de Ratzel. Nesse sentido o homem, ao mesmo tempo, tornou-se condicionado pela raça e, integralmente produto do meio, no contexto do século XIX e início do século XX.

Aliás, não se deve esquecer que, o darwinismo social, o positivismo comteano e o evolucionismo tinham o mesmo sentido: o de que a evolução histórica dos povos, que naturalmente evoluía do 'simples' (povos primitivos), para o mais complexo (sociedades ocidentais), procurando "estabelecer as leis que presidiriam o progresso das civilizações." Dessa forma, propiciava a 'superioridade' da civilização européia, garantindo a posição hegemônica do povo ocidental (ORTIZ, 1986, p.14-15). Acrescentando que, no Brasil o evolucionismo vai combinar com os dois conceitos-chaves, meio e raça, que são fatores importantes para a intelectualidade brasileira por exprimir o que há de mais específico nessa sociedade. (ORTIZ, 1986).

Nesse sentido, Ortiz (1986, p.15) reforça que, "os parâmetros raça e meio fundamentavam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX." Em seu estudo sobre a *Cultura*

Brasileira e Identidade Nacional, ele mostra que o processo de construção da identidade do país se deu a partir do fim do século XIX, quando as teorias ligadas, principalmente, à raça e ao meio surgiram para explicar o descompasso do Brasil em relação a outros países do mundo, principalmente em relação à Europa.

Três pensadores desta época: Sílvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, considerados precursores das Ciências Sociais no Brasil que, influenciados pelas teorias evolucionistas, elaboradas na Europa no século XIX, procuraram superar a lógica da história natural evolutiva da humanidade, explicando o Brasil através dos argumentos epistemológicos do meio e da raça. “A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia, portanto, os próprios fenômenos econômicos e políticos do país.” (ORTIZ, 1986, p.16).

O sergipano Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), procedente da Faculdade de Direito de Recife, entre 1868-1873, crítico literário, ensaísta, poeta, filósofo, professor e político brasileiro, destacou-se com as obras, *Ensaios de Sociologia e literatura* (1900) e *Brasil social* (1908).

Influenciado pela questão racial, sua obra desenrola-se numa perspectiva evolucionista. Para ele as diferenças entre os homens, - indígenas, sertanejos, citadinos - não seriam de essência, mas de estágios de evolução que os grupos humanos percorriam sucessivamente. Decorriam elas, pois, do fato de grupos estarem variavelmente colocados na escala da evolução social (ROMERO, 1953).

Acreditava que a questão racial vista como obstáculo ao desenvolvimento seria passível de superação na medida em que os diversos níveis de evolução em que as raças se situam, escalonam-se em uma trajetória unilinear rumo ao estágio superior. E tal estágio corresponderia, no Brasil, à supremacia do homem branco. A total integração seria o estágio final e harmônico da civilização e da sociedade no Brasil, como conclusão de um processo de fusão em que, muito embora o branco “puro” diminuísse sem cessar, terminaria por constituir o elemento dominante (ROMERO, 1953).

Seguindo o paradigma da época como quadro interpretativo da realidade brasileira, o carioca Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, na obra clássica, *Os sertões* (1903), começa logo em dois grandes capítulos sobre a Terra e o Homem para, a partir da descrição detalhada das suas características, narrar e contextualizar a guerra de Canudos ocorrida no sertão da Bahia (CUNHA, 1973).

Desse modo o seu livro está dividido em três partes, correspondentes aos fatores: terra, homem e luta. Tratando da terra, aborda a geologia e a geografia do sertão baiano, incluindo o clima do semiárido, a vegetação da caatinga e a problemática das secas que assolam a região. "Barbaramente estéreis", "maravilhosamente exuberantes", os sertões formariam uma categoria geográfica própria, paradoxal e antitética, capaz de oscilar entre a aridez das estepes e desertos e a abundância dos vales férteis. O "martírio do homem", submetido à violência dos agentes exteriores e às estiagens prolongadas, seria apenas o reflexo de uma "tortura maior", que fez com que nascesse o "martírio secular da terra." (CUNHA, 1973).

Sobre o homem, discute as origens do homem americano, a formação racial do sertanejo e os malefícios da mestiçagem. Explicou a guerra, como resultado do choque entre dois processos de mestiçagem, a litorânea e a sertaneja. Glorificou o mestiço do sertão, que apresentaria vantagens sobre o mulato do litoral, devido ao isolamento histórico e à ausência de componentes africanos, que tornariam mais estável sua evolução racial e cultural. "O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral." (CUNHA, 1973, p. 137-179).

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), maranhense, médico legista e psiquiatra, professor e antropólogo brasileiro, foi o primeiro estudioso da virada do século XIX para o XX a discutir o problema do negro brasileiro, enquanto problema social, como uma questão de suma importância para a compreensão da formação racial da população brasileira (RAMOS, 1947), ainda que pese a perspectiva racista do autor, reflexo da mentalidade da época.

Para Nina Rodrigues, a inferioridade racial dos negros e indígenas, com relação ao branco, era indiscutível e quanto à miscigenação entre raças em diferentes estágios evolutivos resultaria, fatalmente, em indivíduos desequilibrados, degenerados, híbridos do ponto de vista físico, intelectual e nas suas manifestações comportamentais.

Em suma, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, "refletiam a ideologia da supremacia racial do mundo branco", ao proclamarem a diferença qualitativa intrínseca entre as raças. Ou seja, a "raça branca" seria o estágio mais avançado de progresso civilizatório da humanidade, enquanto as demais raças seriam incapazes ou estariam ainda em estágio primitivo do desenvolvimento humano. Nesse "racismo científico", que dominou amplamente o meio intelectual, a miscigenação

formaria um ser mais desqualificado para a civilização do que qualquer raça pudesse conceber, mesmo a negra ou a indígena (ORTIZ, 1986, p.20).

Assim, a história brasileira é apreendida em termos deterministas. As noções de clima e raça vão dar singularidade ao país e explicar o seu atraso e a sua lenta mobilidade. O meio, combinado às características da raça justificava, categoricamente, os porquês do comportamento do brasileiro. Desse modo, criou-se um Brasil de tipos (distorcidos) mediante um discurso sobre a identidade nacional, dando o contorno de alguns estereótipos:

A neutralidade do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdentes e racionais (Nina Rodrigues. [...] Clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra [...] (ORTIZ, 1986, p. 16).

Aparece desse modo, um quadro pessimista sobre a construção da nacionalidade e, conseqüentemente, sobre o progresso e a modernização do país. Se o mestiço, considerado indolente, é um dado concreto, o que é apontado como ideal para o progresso do país é a possibilidade de um branqueamento da sociedade brasileira, numa tentativa de, paulatinamente, ir minando as características negativas do povo, para finalmente construir um Estado Nacional. Neste sentido, a idéia de Nação aparece muito mais como uma meta a ser alcançada do que como uma realidade (ORTIZ, 1986). A nação, de um modo geral, é vista como uma comunidade imaginada, ou seja, um sistema de representação cultural que busca unificar um todo heterogêneo.

Este embranquecimento foi considerado essencial para que o país alcançasse o progresso segundo o ideal de civilização européia. Nesta perspectiva, fica evidente a importância da imigração européia como fator primordial para o desenvolvimento do país.

A esse respeito, Oliveira Vianna em *Evolução do povo brasileiro*, se apresenta, talvez, como o mais conhecido porta-voz deste ideal. A sua obra contém a teorização de uma idéia que esteve presente em intelectuais significativos da época, segundo a qual o Brasil seria uma nação formada por um povo majoritariamente mestiço, mas em processo de branqueamento (VIANA, 1956). “Bastante impregnado das idéias

arianistas de Goubineau e Lapouge, Viana deixou-se dominar por preconceitos de superioridade dos grupos brancos. Admitiu a arianização do povo brasileiro.” (DIEGUES JÚNIOR, 1972, p. 22).

No entanto, é necessário frisar uma diferença importante, pois enquanto em Nina Rodrigues havia uma descrença na possibilidade de desenvolvimento nacional, com base na grande massa de negros e mestiços, em Oliveira Vianna existia a possibilidade de que este problema fosse resolvido pela miscigenação, considerando-se que a “superioridade racial branca” justificaria a idealização de uma “identidade nacional.

Fugindo da questão rracica, Eloy de Souza ao iniciar a sua contribuição etnográfica com a palestra intitulada *Costumes locais* no salão de honra do Palácio do Governo, em Natal-RN, em 20 de fevereiro de 1909, em benefício dos órfãos de Segundo Wanderley não se ateuve ao elemento indígena, como fizeram os primeiros etnógrafos brasileiros, nem tampouco ao negro, ambos considerados portadores de culturas inferiores.

Aliás, em sua obra ele silencia completamente a questão racial, diferentemente da grande maioria das elites, dos intelectuais, políticos e pensadores brasileiros do final do século XIX e início do Século XX, que aceitaram o racismo “científico”, como bem expressa Euclides da Cunha em *Os sertões* (1902) essa postura racista da época, inclusive a dele em particular.

De acordo com a afirmação do professor Marshall C. Eakin, da Universidade de História da Universidade de Tenesse – EUA, no prefácio do livro, *Democracia racial, do discurso à realidade: caminhos para a superação das desigualdades sociorraciais brasileiras*, do autor Vinícius Rodrigues Vieira,

A grande maioria das elites aceitou o racismo “científico” do *fin de siècle* europeu. A má sorte das elites brasileiras foi a de viver numa sociedade não-européia, numa sociedade em que (pelo menos) a metade da população tinha sangue de africano ou indígena, e pela lógica do pensamento racial dominante, foi um povo decadente e inferior. Na famigerada lógica do racismo científico, o povo mestiço foi condenado à inferioridade e ao fracasso do mundo moderno (EAKIN, 2008, p. 13).

De comum acordo com esse autor, Gilberto Freyre liberou o pensamento brasileiro do pessimismo euclidiano, em 1933, com sua obra *Casa grande & senzala*, invertendo a idéia pessimista e racista, ao propagar

a miscigenação, não como a maldição, mas como a bênção, na medida em que através da amálgama, os brasileiros tornaram-se, especiais,

Área em 1888, abolindo a escravidão no Brasil e comemora o dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, em que os portugueses assassinaram, em 1695, o líder do Quilombo dos Palmares, que foi o principal foco de resistência ao projeto da escravidão.

Desse modo, não é à toa que hoje se discute no cenário político nacional a criação de cotas para o ingresso de negros no mercado de trabalho e nas instituições públicas de ensino superior. Tal medida, não passa de mera reparação de todos os prejuízos ocasionados em razão da exclusão, da discriminação e do preconceito. Ao negro foi negado o direito à educação, historicamente, impedidos, que foram de estudar no período da escravidão. Por conseguinte, a condição socioeconômica da população negra inviabilizou que eles ocupassem os espaços da educação, sendo apartados das políticas de inclusão, e ainda lhes têm negado o direito ao trabalho, à moradia digna, à saúde, enfim.

Frente ao exposto, é inquietante Eloy de Souza silenciar a respeito da questão racial que se encontrava em plena efervescência no final do século XIX e início do século XX no Brasil. Será que essa ocultação tinha a ver com a sua cor? Na sua Carteira Profissional consta que a sua cor era parda (ver a seguir). Nesse sentido, a questão da cor é um traço distintivo do indivíduo, sendo, inclusive, objeto de estudo dos levantamentos oficiais.

Conforme Diegues Júnior (1972, p. 100) **pardo é,**

[...] descendente dos cruzamentos secundários entre mulatos x mulato, crioulo x crioulo, mulato x mameluco, etc., onde vigora mais nítida a pigmentação morena ou tendente à escura. [...] Mulato, procede do branco x negro; branco, branco x branco; mameluco, branco x índio; crioulo, negro x negro, cafuso ou cariboca, negro x índio; cabra, negro x mulato; caboclo, índio x índio.

A esse respeito, de acordo com Vieira (2008, p.24)

As estatísticas oficiais divulgadas pelo IBGE apontam que pretos e pardos, no geral, possuem, em média, condições de vida bastante similares, estando num mesmo nível de inferioridade sócio-econômico em relação aos brancos. Por isso, os pesquisadores da área decidiram agrupá-los numa mesma categoria analítica, chamada negros. O movimento negro apropriou-se dessa soma e defende que, na sociedade, pretos e pardos são considerados negros, ou em outras palavras, não são considerados brancos e, por isso, estariam sujeitos ao preconceito e discriminação racial.



Foto 17: Parte posterior da



Foto 18: Parte anterior da

Para Florestan Fernandes acima de tudo precisa-se superar a teoria da existência da democracia racial. Desmistificando a ideia de convivência pacífica entre as raças no Brasil, o Movimento Negro ganhou as forças para combater a ideologia dominante, criando suas bases político-culturais para superar não apenas o racismo, como o capitalismo; não somente a elite branca, mas, também a pequena camada privilegiada negra que emergiu no

cla
ma
qu
co
sal

maioria
e, que
usive.
uma
ndes

reconc
a rede
ombat
uisito
tinada

las
era
dia
na
am

s a
que
o
nte
..].

início da década de 40, eximindo-se de apoiar o movimento negro, aliando-se aos interesses pequeno-burgueses e prontos para excluir de suas relações os negros inferiores (FERNANDES 1989).

Nesse sentido, Eloy de Souza sendo pardo, trazendo, pois, o sangue negro nas veias, se encontrava em uma condição diferenciada por fazer parte de uma classe privilegiada, vivendo o conforto da vida burguesa, em consonância com os demais negros que viviam em condição inferior, sofrendo discriminação racial, um dos principais problemas estruturais da nação brasileira, de ampla visibilidade social e de consequências históricas.

Diante dessa realidade, parece existir em Eloy um certo aprisionamento e um certo paradoxo que conduz à negação de si próprio, não conseguindo se ver de fato como pardo, assim visto pelos brancos, parecendo dessa forma, não assumir a sua cor, não abordando abertamente o assunto.

Florestan Fernandes pode ajudar sobre a questão aqui posta, ao ressaltar que, algumas determinações da relação raça/classe no interior da sociedade capitalista brasileira interfere no comportamento dos indivíduos. Para o autor, a estrutura da classe operária brasileira é composta não somente pela questão social, mas também pela questão racial, o que concretiza a particularidade da luta de classes no Brasil. Acrescentando que, certa parte dos negros se insere no universo ideológico das elites (FERNANDES, 1989), como foi o caso de Eloy de Souza. Acredita-se ter sido esse o motivo da sua ocultação à questão racial.

Assim, Eloy de Souza, que sempre pertenceu à elite considerada branca, aborda a formação dos costumes da cidade de Natal, herdados dos nobres portugueses, em contraposição ao modo de vida dos sertanejos do Seridó, sobretudo Caicó²², remontando ao século XVIII. Por essa via, procurou resgatar os descendentes de portugueses, aqueles que “fizeram a cidade, semearam os povoados, plantaram as fazendas e moveram os primeiros engenhos.” (SOUZA, 1982, p. 6).

Segundo Manoel Diégues Júnior, os lusitanos que vieram para o Brasil eram de variadas procedências, podendo ser sintetizados em cinco grupos:

1 Fidalgos e militares, os que tiveram preferência nas concessões de terras, e que constituíram os elementos de classe mais elevadas na época, não só na sua origem, senão nas participações nas

conquistas e navegações portuguesas; 2 **Sacerdotes** que representavam a parte espiritual da colonização, influenciando na organização moral da sociedade que se erigia, sobretudo, os jesuítas; 3 **Degredados**, aqueles que vieram para o Brasil em virtude do degredo em que eram condenados, às vezes por crimes ou pecados assim considerados na época: em sua maioria pecados de amor; 4 **Criminosos**, os que fugiram para o Brasil por verdadeiros crimes cometidos, aqui procurando couro e homizio, ou incorporando-se à vida desregrada verificada em algumas capitanias, contra o que, aliás já falava Duarte Coelho; 5 **Homens bons, lavradores, artífices, artesãos**, que foram os verdadeiros colonizadores, capazes de uma atividade sedentária, permanente, rotineira (DIÉGUES JÚNIOR, 1972, p. 76, grifos nosso).

Com relação aos que chegaram a Natal no século XVIII, Eloy de Souza baseado em informações secundárias, afirma que, eram nobres, descendentes de boa linhagem filiadas a casas reinantes no Velho Mundo.

Um documento de 1791, assinado pelo juiz ouvidor da Paraíba menciona notícias das mais gratas, por ventura tranquilizadora de dúvidas quanto a dosagem de bom sangue que houvesse cabido à nossa terra na generosa partilha que de seus fidalgos andou fazendo Portugal pelas mais afastadas aldeias de seus domínios (SOUZA, 1982, p. 6-7).

Com isso, Eloy de Souza tenta mostrar de quais tipos de portugueses se recebeu herança cultural no Rio Grande do Norte. Assim, apoiado em outras fontes secundárias, seguindo o regimento dos sapateiros e alfaiates, datados de 15 de março de 1791 começa falando da cultura material, iniciando pelo vestuário daquele tempo, ou seja, como se vestiam uns nobres descendentes de boa linhagem portuguesa, existentes em Natal à época. Inicia descrevendo como era a roupa caseira masculina e as

²² Caicó – município situado na zona do Sertão do Seridó foi criado em 31 de julho de 1788, sendo a sua sede denominada “Vila do Príncipe”. Através da Lei nº 612, de 15 de dezembro de 1868, passou a ser “Cidade do Príncipe; depois, o seu nome mudou para “Seridó” pelo Decreto nº 12 de 1º de fevereiro de 1890, no Governo de Adolfo Gordo; por fim, passou a ser chamado Caicó, conforme o Decreto nº 33, de 07 de julho de 1890, no Governo de Xavier da Silveira.

usadas por todos os “homens bons” da capitania:

O timão²³ de baeta (tecido grosso de lã) e a calça de ganga de chita, equivalente do chambre nortista e do pijama, pelo preço módico de quatrocentos réis, é de presumir fossem as roupas caseiras muito embora as pessoas idosas tivessem a regalia de usá-las na rua e em visitas à vizinhança, calçados e sapatos de marroquim com ourêlas [sic], chapéu de massa à moda dos sacerdotes, o inseparável cajado, símbolo da autoridade partilhada por todos os homens bons da capitania (SOUZA, 1982, p. 7-8).

Continuando, aponta as roupas comuns aos homens da época em Natal.

A casaca passou a ser a farpela da vida ou da morte; com ela iam para a cova os magnatas e os remediados, como iam ao seu ofício juízes e almotacés, oficiais da câmara e provedores da real fazenda. Não só esses, mas todos os que podiam comprar uma casaca, traziam-na por toda parte, qualquer que fosse a calça, a camisa, a qualidade dos sapatos, despreocupados do lugar e do destino a que iam, sendo um fato normal da vida da cidade encontrar-se o juiz pedante ou o meirinho dos auditórios, casacalmente vestidos, muitas vezes de calça de ganga e tamancos, escolhendo tranquilamente o melhor cangulo da pescaria ou, no peso público, comprando a libra de carne do lugar mais apetitoso (SOUZA, 1982, p. 8-9).

Desse modo, Eloy de Souza faz a diferença da roupa masculina dos que viviam no litoral nessa época, mormente, em Natal, com o do interior, mais especificamente, o povo do Seridó, destacando o traje típico do vaqueiro, apesar de não ser do interesse dos cidadãos:

[...] O traje comum do vaqueiro, cuja variedade nunca passou da perneira de bico, ou da perneira rolada, permanecendo inalteráveis o guarda-peito e a veste de couro; nem mesmo o dos albergões que se não distinguiram da maneira de vestir dos natalenses, senão em anteceder-lhes no uso da casaca, não nos constando que a tivesse desrespeitado, vestindo-a com alpercatas como os daqui a usaram com as bases

metidas relesmente em pesados tamancos (SOUZA, 1982, p. 16).

Quanto ao vestuário feminino do Seridó, Eloy de Souza explica que, diante de a cidade ter sido povoada, principalmente por pernambucanos, em fins do século XVII, “as matronas, apesar de não viajarem, maridos e filhos traziam da cidade pernambucana as modas mais do seu agrado, em regra, as que já iam passando, para figurarem no meio sertanejo, com a última manifestação de gosto.” (SOUZA, 1982, p. 16).

Complementando, ele diz que “este fato explica as freqüentes comunicações entre seus habitantes e o Recife, já em visita a parentes e antigos conhecidos, já por interesses comerciais cada vez maiores.” (SOUZA, 1982, p.16).

Ao contrário das mulheres do Seridó, as de Natal vestiam, nos atos solenes e nas missas conforme afirma Eloy de Souza, o que o governador Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, representando a metrópole em 1708, ordenava para que esta mandasse em navios diretos, tecidos de seda e as novidades aqui desconhecidas e passa a detalhar tudo, até o preço do feitio dos vestidos.

Começou então em 1709 a ser de moda a casaca, a saia de seda, o cabeção de fina renda portuguesa, os sapatos de cordovão com fivelas de prata, o chapéu de pêlo exageradamente alto sobre abas tão largas que protegiam igualmente contra as ardências do verão e os aguaceiros do inverno. [...] Nos atos solenes ou quando levassem à missa as donas de vestido espiguilhado e manto de druquete bandado, trouxessem o rodaque de pano fino e capote de camelão, trajes, cujo feitio valendo dois mil réis deviam ser de grande cerimônia (SOUZA, 1982, p. 8).

Dessa forma, dá para perceber a diferença do vestuário feminino do litoral e do interior, ou seja, de Natal e de Caicó no século XVIII. As mulheres de Natal acompanhavam a moda portuguesa, enquanto as caicoenses se mantinham defasadas neste sentido.

²³ “Timão é uma espécie de bata, roupão ou chambre, de chita, geralmente usado pelos homens, em casa. Timão é corrutela do vocábulo português, queimão ou quimão [...] é uma forma portuguesa do quimono, trazidos por eles do oriente.” (CASCUDO, p. 751, 1980).

Mas, todo esse fausto de luxo e riqueza ostentado nas vestimentas da época, contrastava com Natal do século XVIII, que segundo Eloy de Souza vivia tão primitivamente como os primeiros habitantes. Na sua descrição, observe-se como ele se identifica com o colonizador e nega, implicitamente, sua etnia:

Dois séculos após a fundação da cidade e criação da capitania, ainda vivíamos quase tão primitivamente como os naturais contra os quais havíamos cruelmente pelejado; por ventura, nos encontramos em atraso maior e pobreza mais generalizada do que ao tempo da ocupação holandesa, quando se construíram os primeiros engenhos de açúcar e a vida

VESTUÁRIO DOS NATALENSES		VESTUÁRIO DOS SERTANEJOS	
VESTUÁRIO MASCULINO	VESTUÁRIO FEMININO	VESTUÁRIO MASCULINO	VESTUÁRIO FEMININO
Calça de algodão Chapéu de massa Camisa de manga curta Cinturão de couro Tímão	desconhecido Câmara e boné Casaca Sapatos de cordovão Ósaca Perneira rodada Vestimenta sobria Gibões	desconhecido Câmara e boné Casaca Sapatos de cordovão Ósaca Perneira rodada Vestimenta sobria Gibões	desconhecido Câmara e boné Casaca Sapatos de cordovão Ósaca Perneira rodada Vestimenta sobria Gibões
<p>Vale ressaltar que, como aconteceu em todo o Brasil, o processo de ocupação das terras do Rio Grande do Norte também se deu pelo conflito entre homem branco e o índio primitivo. Os indígenas daqui pertenciam aos Potiguares, integrantes dos Tupi, uma das principais tribos existentes no litoral e Cariri, grupo dos Tapuia, habitantes no interior.</p> <p>Como se sabe, a exploração e a colonização do Brasil se deram pelo processo de divisão de terras em capitanias hereditárias (1534-1536), como uma forma de a Coroa portuguesa a melhor administrar o país. Distribuiu-se 15 capitanias estendidas, do litoral, até o limite do meridiano de Tordesilhas, para 12 donatários portugueses. Entretanto, diante de suas inoperâncias, apenas duas capitanias prosperaram, a de Pernambuco e de São Vicente, sendo substituído pelo sistema de Governo Geral (1548), mantendo contudo, a forma de capitanias (1982).</p>			

A Capitania do Rio Grande do Norte, primeiramente chamada Capitania do Rio Grande foi doada em 1535 por D. João III ao funcionário do governo português, João de Barros. Mas, somente “sob o comando de Jerônimo de Albuquerque II, um mameluco filho de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo Arco Verde, a exploração foi iniciada.” (ANDRADE, 1981, p. 15).

A partir daí, a Capitania do Rio Grande do Norte começou a caminhar, porém, “a passos de tartaruga” enfrentando obstáculos, a exemplo das penetrações francesas para contrabandear pau-brasil com a ajuda dos índios, controlando a área até 1598; da Invasão holandesa e seu domínio (1633-1654) e da resistência indígena, por isso, evoluindo lentamente. Surgiu o primeiro engenho em 1604 em Cunhaú e o segundo, nos vales úmidos da porção oriental, por ocasião do domínio holandês, em 1637 (ANDRADE, 1981, p. 15).

Conforme Homero Homem (1976), apesar de em 1654 o Capitão

Francisco Figueiroa ter expulsado os invasores da região, dando margem aos portugueses a voltarem a dominar o Rio Grande, os sesmeiros ainda continuaram em conflito com os índios por todo o século XVII.

De 1701 a 1820, o Rio Grande passou a fazer parte da Capitania de Pernambuco, igualmente ao Ceará e Paraíba (antes dirigido pela Bahia), subordinado às ordens do capitão-mor, de tal modo, que “a carne, o sal e outros produtos só poderiam ser produzidos [...] para o consumo interno. Dessa forma a economia do Rio Grande do Norte foi se arrastando a passos lentos, até a segunda década do século seguinte.” (HOMEM, 1976, p. 25).

Dentro dessa realidade, Souza (1982, p. 9) imagina Natal no começo do século XVIII, restrita apenas a,

[...] sua igreja, a cadeia, a forca, o pelourinho, a casa da câmara e as moradas esparsas pelo areal dos dois bairros (Quintas e Baldo), entaipadas umas, ou outras e eram o maior número tecidas de ramos e cobertas com folhas das diferentes palmeiras indígenas; todas afogadas no mata-pasto embastido e defendidas pelos viçosos urtigais.

Por conseguinte, ele afirma que a vida social em Natal nessa época era sem atrativos. “As matronas viviam a fiar ao fuso e roca a rezarem o terço ao cair da noite, faziam doces e guizavam quitutes para maridos gulosos.[...] Os mancebos eram brigões e lorpas, mexeriqueiros e ociosos.” (SOUZA, 1982, p. 10).

Assim Eloy entra na cultura imaterial, detendo-se nos costumes da mulher natalense, que nesse contexto do século XVIII não sabia ler nem escrever, sendo isso para ele, um desprimor. E mostra as exigências da época para uma moça casar: “[...] bastava, como prenda para bem maridar-se, manejar algumas dúzias de bilros, conhecer a doutrina cristã, costurar roupas caseiras e ter dotes.” (SOUZA, 1982, p. 10).

Enquanto os hábitos e costumes referentes às mulheres sertanejas, segundo ele, pareciam ser mais severos. Elas eram submissas e sujeitas ao carrancismo e o machismo do homem sertanejo. Guardada trancada dentro de casa até o dia em que a entregavam a um homem, de quem sem ter o direito de escolher, seria o seu marido.

Segundo o autor citado, só em descrever o estilo da casa, era suficiente para se ter uma idéia do extremo cuidado com que o sertanejo guardava a mulher e filhas dos olhares cobiçosos de estranhos e até dos próprios parentes e, sobretudo, dos pretendentes a casamento. Assim,

Souza (1982, p. 17) detalha os vãos da casa sertaneja:

Além do copiar, com a porta de entrada indispensável e duas janelas que davam luz para o resto da casa, os quartos eram divididos por paredes elevadas ao teto, ladeando o corredor estreito perpendicular à sala de jantar, seguida da cozinha, onde uma outra porta abria estreita e baixa para o quintal fechado a adobe ou cercado com a resistência posta a aprova por valente pulso sertanejo. As moças dormiam trancadas pela mão paterna, mal alumizados os escuros aposentos pela chama imota [sic] de tosca lamparina escassamente alimentada, por mal cheiroso azeite de carrapato.

Apesar de toda essa vigilância, segundo Souza (1982, p. 20), “não impedia, porém, que algumas raparigas fugissem, pondo em prática os infinitos processos com que a natureza, instintivamente, parece aproximar amantes que se buscam.” Sendo muito comum à época, o chamado “amor à primeira vista.”

E, quanto aos trabalhos domésticos as mulheres do sertão, “mães e filhas dividiam-se, entre a cozinha, o cuidado das crianças, o fuso, a almofada, o tear, a costura, a criação de aves caseiras destinadas a serem imoladas nas quatro festas do ano.” Os trabalhos subalternos cabiam às escravas (SOUZA, 1982, p. 18). Desse modo, as mulheres sertanejas tinham mais afazeres e maiores responsabilidades que as da cidade.

Enquanto isso, em 1817, a capitania aderiu à Revolução Pernambucana, instalando-se na cidade de Natal uma junta do governo provisório. Com o fracasso da rebelião, aderiu ao Império e tornou-se Província do Rio Grande do Norte em 1824, tendo ainda de enfrentar dificuldades de instabilidade política no período da Regência e II Reinado. Mas, conforme Homem (1976, p. 28),

[...] na segunda metade do século XIX veio a tranqüilidade experimentou-se certo surto de progresso. Intensificou-se o cultivo do algodão e apareceram os primeiros jornais. *O Natalense* é de 1832, mas atingiria a sua maior importância em 1872, quando passou a chamar-se *O Liberal*. Em 1869, apareceu *O Conservador*. Terra de muitos jornais de pouca duração e de amor à polêmica jornalística e à poesia, daí os versos anônimos: Rio Grande do Norte, capital Natal. Em cada esquina um

poeta, em cada rua um jornal [...].

Desse modo, em pleno domínio do século XIX verificou-se a formação de grandes fortunas em diferentes zonas onde se desenvolveu a cultura da cana, dentre elas, Souza (1982, p.13) aponta a riqueza dos Arco-verdes, lembrada pela tradição, provenientes desses engenhos de cana: léguas de fazendas, incontáveis escravos (ignoravam-se os nomes e as fisionomias), “o esbanjamento de baixelas de prata e ouro, de moedas de prata e ouro, semestralmente expostas a arejar sobre largos couros estendidos no terreiro da casa grande.”

Faziam Viagens a Recife em liteiras puxadas por cavalos cobertos com mantos de tafetá recamados de ouro. Assim,

[...] primavam pelo exagerado amor ao luxo, chamando a atenção por onde passavam, inclusive, do indígena humilhado. [...] Era enorme o séqüito de agregados de todos os matizes; a charanga, as barcaças de seda e toda a régia mumificência com que iam afrontando o humilde sossego das praias por onde passava tão fidalgo e ruidoso cortejo (SOUZA, 1982, p. 14).

Daí ele faz o contraste entre a plutocracia açucareira e a realidade do Seridó, onde não se verificava tal ostentação: “a sobriedade do sertanejo já havia acumulado no século XVIII haveres consideráveis que a seca de 1793 em grande parte reduziu dizimando os gados e despovoando as fazendas”. Ao invés de passeios de liteiras, os fazendeiros migravam para escapar da seca, a pé, sendo os escravos os cabeceiros das bagagens, pois haviam perdido na seca os animais de cargas. “Vida de insano labor e austera economia” contra as secas. Passada a calamidade, voltavam a refazer a vida se prevenindo de outras secas futuras (SOUZA, 1982, p. 14).

Nesse sentido ele mostra que o espírito prático do povo seridoense se explica devido aos “elementos étnicos mais aptos, para ali encaminhados logo aos primeiros dias do nosso povoamento.” E diz que esse povo era principalmente pernambucano, descendente de “homens bons” de Portugal, que chegou ao Seridó em fins do século XVII e povoou a região (SOUZA, 1982, p. 15).

No parágrafo anterior, percebe-se que Eloy não fala em raça, e sim, em elementos étnicos mais aptos, embora transparecendo um pouco a influência do evolucionismo da época. Analisando melhor, se evidencia a

adesão de Eloy ao pensamento racista hegemônico.

Continuando ele diz que, o resultado dessa herança cultural foi o surgimento de uma “civilização relativamente adiantada, assinalada pelo gosto para o estudo de humanidades, destacando-se o latim²⁴, ministrado até mesmo na escola elementar.” (SOUZA, 1982, p. 15).

Daí, explica a razão de existir no Seridó, “homens clarividentes, que figuraram na política²⁵, na administração, na magistratura; e, se lá não nasceram poetas nem artistas, as letras jurídicas tiveram entre os sertanejos cultores de merecido renome.” Com efeito, o resultado dessa herança cultural foi o surgimento de uma “civilização relativamente adiantada, assinalada pelo gosto para o estudo de humanidades, destacando-se o latim, ministrado até mesmo na escola elementar.” (SOUZA, 1982, p.15). Alguns mandavam seus filhos para estudar na metrópole ou na França. Aqui, novamente, se percebe a lógica do pensamento dominante nas afirmações de Eloy de Souza.

Assim, ressalta que, em 1909, data de sua palestra, começava-se a se notar mudanças nos costumes do Seridó: “o carrancismo dos velhos tempos de antanho desmanchou-se em carinho, doçura e camaradagem”. Vê a mulher sertaneja se emancipando:

[...] dona de casa, - antigamente escrava de seu dono – filha de seu pai, outrora serva de uma vontade inflexível - bastou deixar à mulher sertaneja o gosto de servir livremente na graça e na sedução de sua fragilidade dominadora para que o mundo que lhe era vedado pampeasse nas louçanias de uma civilização nova (SOUZA, 1982, p. 22-23).

Aos olhos de Eloy a mulher começava a agir livremente, revelando a sua peculiar hospitalidade feminina. Aliás, o tempo todo ele coloca em relevância as virtudes e atributos da mulher sertaneja, em detrimento da mulher natalense. Decidida, disposta para o trabalho, delicada e prestativa; enquanto diz que a mulher natalense, mesmo sendo de uma “cidade igualmente campestre e marítima, não existe talvez em toda ela três raparigas que saibam nadar ou vinte senhoras que montem a cavalo.” (SOUZA, 1982, p. 42-43).

Na verdade, euforicamente, ele ressalta o sertão, sobrepondo-o a qualquer outro lugar, ressaltando as boas qualidades do sertanejo, enquanto, paradoxalmente transfere à natureza o martírio da raça (aqui refere-se ao sertanejo), sem explicar as reais causas dos dilemas das secas,

como sendo mais de natureza estrutural, política:

Se quiseses amar de um amor melhor a nossa terra, ide ao sertão. Lá existem as nossas energias latentes e lá vivem as tradições que não prezamos uma coragem ignorada, a fortaleza dos simples, a bondade dos fortes, a alegria dos sãos e todo o lento martírio de uma raça em desesperada luta contra uma natureza madrasta (SOUZA, 1982, p. 23).

Embora a temática da palestra de Eloy de Souza fosse sobre “Costumes locais” que deveria centrar o foco em Natal, dado ao fato de ter sido proferida nessa cidade, no entanto, ele deu mais ênfase às peculiaridades do sertão do Seridó e vai sutilmente, procurando incutir uma mentalidade sertaneja sobrepondo-a à da cidade, pela construção de um discurso orgânico. Assim, passa a comparar os costumes do sertão com os de Natal, elevando as qualidades dos sertanejos, os seus valores e tradições populares.

Explicando a origem e o sentido das tradições populares, especialmente as do Brasil, Cascudo (1944, p. 300) em Antologia do folclore brasileiro, afirma que:

As tradições populares não se demarcam pelo calendário das folhinhas; a história não sabe o seu dia natalício, sabe apenas das épocas de seu desenvolvimento. O que se pode assegurar é que, no primeiro século da colonização, portugueses, índios e negros acharam-se em frente uns dos outros, e diante de uma natureza esplêndida, em luta, tendo por armas o obuz, a flecha e a enxada, e por lenitivo as saudades da terra natal. O português lutava, vencia, escravizava; o índio defendia-se, era vencido, fugia ou ficava cativo; o africano trabalhava, trabalhava [...].

²⁴ Francisco de Brito Guerra (Pe. Guerra), foi o grande professor de Latim, aceitando alunos de toda a região, internando-os e dando aulas de graça também para os da terra. Contribuiu como Deputado, para a oficialização da cadeira de Latim pelo Estado. Frequentaram, a famosa Escola de Latim, José Augusto, Manoel Dantas, os irmãos João Maria e Amaro Cavalcanti, dentre outros que se tornaram grandes personagens Seridoenses. (GURGEL, [2003?]).

²⁵ Dentre os políticos mais influentes do Seridó, no regime monárquico e republicano, destacam-se: O Senador José Bernardo de Medeiros (1837-1907), conhecido como o bispo, o papa do Seridó (de Caicó); Silvino Bezerra de Araújo Galvão (1836-1921), Chefe político de Acari (irmão de, Manoel Bezerra de Araújo Galvão, João Bezerra de Araújo Galvão, Cipriano Bezerra Santa Rosa e José Bezerra de Araújo Galvão); José Bezerra de Araújo Galvão, chefe político liberal de Currais Novos; Felinto Elísio, de Jardim do Seridó; Clementino Monteiro de Farias, de Serra Negra esses os mais antigos. Após a morte do Coronel José Bernardo, em 1907, Juvenal Lamartine e José Augusto ficaram sendo as principais lideranças, no âmbito estadual, da Região do Seridó. Ambos descendiam das primeiras estirpes familiares que ocuparam o Sertão, com ênfase na vida social, política e econômica do Seridó.

Para esse autor, o amálgama desses três grupos e a fusão deles em um só molde – a língua portuguesa formou as tradições populares no Brasil. Essas tradições segundo ele, obedecem também, às leis de seleção natural, ou seja, vão se adaptando ao meio, modificando-se e produzindo novos rebentos e novas vidas. E o europeu foi o concorrente mais robusto por sua cultura, deixando assim, mais tradições ao povo brasileiro (CASCUDO, 1944).

Por esse raciocínio, Manoel Diegues Júnior ressalta a herança portuguesa como fundamental para a formação da cultura brasileira: além da língua portuguesa, a organização social, a religião cristã, a vida em família, estilo das casas (sobrados), alimentação (farinha-do-reino, manteiga-do-reino, queijo-do-reino, azeite); e as tradições populares; lendas, contos, cantigas, adivinhas, estórias, festejos do Natal, Ano Novo, Reis e São João (DIÉGUES JÚNIOR, 1972).

Nesse sentido, Eloy de Souza aponta as festas tradicionais mais festejadas no sertão: As festas juninas (Santo Antonio, São João e São Pedro), destacando o São João por ser o santo dos vaticínios e dos encantamentos cujos costumes abarcam:

[...] as fogueiras crepitantes, o braseiro reacendido para por à prova a fé dos que não temem em pisá-lo, uma e mais vezes, descalços e vagarosos . No terreiro da casa grupos de crianças cantam a 'capelinha de melão'; moças, segredam à chama milagrosa o nome desejado; enquanto pelas quebradas da serra se vai repetindo, intermitentemente, no meio da paz e do silêncio da noite misteriosa, o troar das roqueiras festivas (SOUZA, 1982, p. 24).

Além das devoções religiosas não só dos três santos do mês de junho, os sertanejos do Seridó, especialmente Caicó, celebram louvores à Sra Sant'Ana, têm devoção a Nossa Senhora no mês de maio e “festejam as excelsas virtudes do seu rosário no mês de outubro”. Além das comemorações natalinas abrangendo, o presepe e a Missa do Galo.

Depois de discorrer euforicamente sobre o sertão, se detém aos costumes da cidade de Natal, mais precisamente do período compreendido entre 1846 e a proclamação da República, 1889 quando “a população estava desafogada dos males causados pela seca de 1845 e passou a fruir uma prosperidade de 32 anos, só interrompida em 1877.” (SOUZA, 1982, p. 31).

Afirma que nesse período, a vida de Natal girava em torno da Vila de Extremoz e o sítio/praias da Redinha e que lentamente se deu a sua evolução, no tempo, proporcionalmente em que ia perdendo seus traços culturais diante da comunicação com os centros mais adiantados.

Extremoz evolui de antiga vila para um lugar aprazível. “Passou a ser um lugar procurado para passatempos, pela benignidade do clima do verão, beleza e frescura da lagoa, doçura dos cajus, gosto ligeiramente acre das mangabas doiradas.” (SOUZA, 1982, p. 32).

Mas, a preferência dos habitantes era sempre pela praia da Redinha, frequentada pela alta sociedade. “Tão perto e tão bem repousada entre os

mc **TRADIÇÃO RELIGIOSA - NATAL** **TRADIÇÃO RELIGIOSA - SERTÃO DO SERIDÓ**) e
qu

a praias unânimes dos habitantes de Natal.” (SOUZA, 1982, p. 32) 13 de junho*

Romanças voltadas aos santos Reis São João 24 de junho
Era costume local poetas e trovadores frequentarem o palácio do governo, sendo também muito em voga, o recitativo, a modinha, o lundu. “Era usual as reuniões familiares em que se dançava a polka, a mazurka, o carangueijo não é peixe, a brincadeira de prendas.” (SOUZA, 1982, p. 34-35).
São Paulo 28 de maio
Natal 25 de dezembro

Escutar os poetas, repentistas e trovadores era um costume caro aos natalenses, sendo eles muito bem acolhidos nas casas dos políticos, frequentando inclusive, o palácio do governo, para cujas reuniões eram convidados, sendo os mais preferidos, conforme Eloy de Souza: Manoel Riachão, Lourival, Bajão, Francisco Otílio, João Elísio e Carlos Pinheiro,

Quadro 4. Festas Tradicionais Religiosas Natal/Sertão do Seridó - meados do século XIX e início do século XX.
Fonte: Quadro elaborado pela autora baseado em Souza (1982).

Manoel Tavares e Fabião das Queimadas (SOUZA, 1982, p. 34).

Mas, quem se tornou célebre entre a elite do Rio Grande do Norte e que Eloy de Souza destaca em *Costumes locais*, foi Fabião das Queimadas²⁶, que segundo Adriano Costa, sendo “Eloy grande admirador da sua inteligência e dos versos inspirados do poeta popular, providenciou que fosse tirada uma foto de Fabião, que hoje é sua única foto conhecida.” (COSTA, 2008).

De acordo com Adriano Costa, Fabião das Queimadas era acostumado a cantar na fazenda Cachoeira, em São Paulo do Potengi de propriedade do governador Alberto Maranhão bem como no Palácio do Governo. Porém, num desses dias, estando presente o Senador Eloy de Sousa, Fabião saudou a referida autoridade com a seguinte quadra: “*Seu doutô Eloy de Sousa, minha mãe sempre dizia, se o senhô não fosse rico, era da nossa famia.*” (COSTA, 2008).

Eloy não relata essa quadra, na qual Fabião das Queimadas implicitamente refere-se à sua cor, comparando com a de sua família de negros. Assim, Eloy parece não encarar a sua cor com naturalidade. Ele cita outras duas quadras que assistiu dele e Manoel Tavares sobre o amor dos velhos, que por sinal, as considerou formosíssimas:

“Fabião nós somos velhos, e velhos não valem nada; porque só vale quem ama, quem traz a alma enganada. Ao que o outro respondeu: A minha alma de velho, ainda agora renovada, que a paixão é como o sono, chega

sem ser esperada.” (SOUZA, 1982, p. 26).

O “recitativo é um trecho em poesia ou prosa declamado com acompanhamento de música; canto declamado, numa ópera, numa cantata ou num oratório, e que se caracteriza pela liberdade do ritmo e da melodia, e pelo assunto narrativo.” (FERREIRA, 2004, p.1710).



segundo Cascudo (1980) “é uma canção popular quase sempre amorosa e até erótica.” Cultivada, inicialmente, pelas classes mais abastadas, acabou se popularizando, até tornar-se, pouco a pouco, um gênero musical, tanto portuguesa quanto brasileira.

Foto 19: Fabião das Queimadas.

Fonte: Costa (2008)

no texto introdutório de sua antológica publicação *Modinhas Imperiais*, defende que o diminutivo “modinha” é diretamente relacionado com as características da música popular brasileira. Modinhas são comuns na cultura luso-brasileira: chamam-lhe Modinha (ANDRADE, 1980).

Sabe-se que a modinha é considerada o primeiro gênero de música popular brasileira. A autora desse trabalho lembra de várias modinhas cantadas por sua mãe Isabel, lembrando as serenatas feitas pelo seu pai Maciel, apaixonado às vésperas do casamento, sendo as mais repetidas contidas no livro, *Meu pai Maciel: memória rediviva*, de sua autoria, a exemplo de uma descrita a seguir:

Foi nesta quadra
 Foi nesta quadra, que eu ti vi ó bela
 Foi nesta quadra, que eu ti vi passar
 Foi nesta quadra, que flui-te amores
 Quando volvi-te o meu primeiro olhar!
 Extasiado eu fiquei ó bela!
 Ao contemplar-te consegui chorar
 Inebriado, de amor tão santo
 Quando volví-te o meu primeiro olhar!
 (FILGUEIRA, 2000, p.90).

²⁶ *Fabião de Barcelona*. Disponível em: <http://www.barcelona.educ.ufrn.br/fabiao.htm>. Acesso em: outubro de 2008. Fabião Hermenegildo Ferreira da Rocha, popularmente conhecido por **Fabião das Queimadas** nasceu em 1848, escravo, trabalhou na agricultura e foi vaqueiro. Com dez anos o poeta já cantava. Aos dezoito anos de idade, com algumas economias que fez, juntando dinheiro vendendo couro de animais, mel, legumes e frutas que plantava conseguiu comprar uma rabeça e saiu cantando e tocando suas toadas e seus repentes pelas vaquejadas, pelas casas e povoados da região. Foi descoberto pelo pesquisador Hugo Tavares. Fabião é poeta dos vaqueiros foi estudado por Ariano Suassuna e Origenes Lessa, além de ter sido musicado por Antônio Nóbrega (COSTA, 2008).

O lundu, conforme Cascudo (1980, p. 446) “é uma dança e canto de origem africana, trazida pelos escravos bantos, especialmente de Angola para o Brasil.” O escravo, mesmo em condições sub-humanas, sempre cultivou a música, seja em sua forma ritualística longe dos olhos ocidentais, ou como divertimento nos terreiros e praças públicas. Desta forma, sem querer adentrar as discussões sociológicas quanto às condições sociais das diversas camadas que residiam no Brasil nos séculos XVII, XVIII, ainda que altamente europeizada, a colônia, aos poucos, foi construindo seu próprio caminho musical à medida em que as vilas se desenvolviam, dando sua grande contribuição à cultura brasileira.

A polka é uma dança européia, de acordo com Cascudo (1980), proveniente da Boêmia e foi dançada pela primeira vez no Brasil em 03 de julho de 1845. Tornou-se famosa e dominou os salões na segunda metade do século XIX, igualmente a mazurka, originada de polaco, Mazurek, também muito difundida no Brasil.

Carangueijo não é peixe, é uma brincadeira de roda, com cantiga e coreografia próprias. Cantam versos, quadrinhas, variados, tendo ou não relação com o assunto, mas o estribilho caracteriza a ronda:

‘Carangueijo não é peixe,
 Carangueijo peixe é;
 Carangueijo só é peixe
 Na enchente da maré!
 Palma, palma, palma!
 Pé, ´ pé, pé!
 Carangueijo só é peixe
 Na enchente da maré!’
 CASCUDO (1980, p.195).

Eram também costumes da cidade de Natal à época, dizer **adivinhações** em reuniões de família, contar histórias, realizar **pagodes**.

“Adivinhações: assim chamam-se umas espécies de charadas propostas para se lhes descobrir o sentido. Caixinha de bem querer, todos os carapinas não sabem fazer. É o amendoim. Casa caiada, lagoa d’água. É o ovo.” E assim por diante (CASCUDO, 1944, p. 315).

Os pagodes, realizados na praia da Redinha, segundo Eloy de

Souza, “em nada pareciam com os pobres quase miseráveis, piqueniques de hoje, promovidos pelas pessoas mais gradas, neles tomando parte o que a sociedade do tempo possuía de mais seleta.” (SOUZA, 1982, p. 33).

A própria travessia em botes impelidos pelo pulso vigoroso dos nossos remadores como os não há mais resistentes, em canoas primitivas, no preguiçoso vagar de tartarugas e em jangadas ligeiras, a vela côncava ao suave contato terral - a própria - travessia era, por si só, uma festa pitoresca, na sua expansiva cordialidade uniforme. Três dias, às vezes semanas inteiras, e o pagode ainda durava. Alguns presidentes foram seus fervorosos devotos e tal sabor achavam nas carapebas do rio, e tão gostosos as paneladas que por lá ficavam pachorrentamente, assinando o expediente sobre as mesas toscas, cheias das vitualhas da farta comesaina (SOUZA, 1982, p. 33).

Diante do exposto, percebe-se que a empreitada eloyana corre no sentido de resgatar e preservar os costumes, dando suporte para se ter uma imagem do Rio Grande do Norte, contemplando o litoral e o sertão. Mas, na verdade, o tempo todo ele ressalta o sertão como um modelo a ser seguido, mediando e procurando inculcar uma visão de mundo homogênea e unitária, mesmo que imaginária. Configurava essa realidade, como o real, a partir do imaginário através do simbólico. Este representa um processo permanente de criação do fluxo imaginário em seu componente imaginável.

Castoriadis (1982), nas suas reflexões sobre a linguagem e os pensamentos, herdados ou construídos, que refletem as tendências da instituição da sociedade, afirma ser a sociedade produto resultante de uma instituição imaginária. A imaginação seria, portanto, o princípio fundador da sociedade, em uma dimensão de criação continuada.

4.:	REPENTISTAS TROVADORES E POETAS DO RN	LUGARES FREQUENTADOS EM NATAL	FOLCLORE EM NATAL	DIVERTIMENTOS PREFERIDOS EM NATAL
	Manoel Riachão	A cultura é a marca da sociedade humana, que distingue o homem dos outros animais.	Estremoz Trovadores	Pagode
	Lourival, Bajão	Praia Maré da Conceição Almeida	Caranguejo não é peixe	Recitativo
	Francisco Elfrido	Arbela Preta	Modinha	Passos de fronte e jangadas
	Carlos Pinheiro	Igreja	Adivinhações	Escutar poetas e repentes
	Manoel Tavares	Escola	Cavalhadas	Peixarias ao luar

Primeiramente, é importante ressaltar que a cultura é um fenômeno complexo, um enigma de difícil decifração, razão pela qual, sobre ela, deitam-se múltiplas interpretações em diferentes níveis de profundidade nas diversas áreas do conhecimento, principalmente nas chamadas Ciências Humanas. Inclusive, na Antropologia, verificam-se divergências em torno da compreensão do seu sentido e significado no que resultam em inúmeras concepções, por vezes concorrentes e antagonicas, mesmo que complementares, balizadas, por paradigmas conceituais distintos.

No evolucionismo, se sobressai o caráter de aprendizado da cultura, em oposição à ideia de aquisição inata transmitida por mecanismos biológicos, cuja influência foi visivelmente etnocêntrica, mais precisamente, eurocêntrica. No funcionalismo, as instituições sociais são funcionalmente integradas para formar um sistema estável, no qual uma mudança em uma instituição irá precipitar uma mudança em outras instituições. Na antropologia estrutural, o ser, a pessoa humana é resultante da construção de sistemas de relações de parentesco determinados pelo totemismo. O estruturalismo aproxima-se das visões de Marx (a infraestrutura econômica) e de Freud (o poder do inconsciente). Ambos, como se sabe, entendiam os fenômenos sociais ou comportamentais como obrigatoriamente

Fonte: Quadro elaborado pela autora baseado em Souza (1982).

condicionados por forças impessoais (o Capitalismo e o Superego, respectivamente), deslocando, desde então, o problema do estudo da consciência ou das escolhas individuais para um quadro bem mais amplo, dos macrossistemas. Os indivíduos, por conseguinte, nem produzem nem controlam os códigos e as convenções que regem e envolvem a existência social deles, sua vida mental ou experiência linguística. É o que Marx quis dizer quando afirmou que: “os homens fazem a história, mas não estão conscientes disso [...]” (MARX, 2000, p.15), pois, “[...] não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência.” (MARX; ENGELS, 2004, p. 52).

Strauss (1982), em *As estruturas elementares de parentesco* tenta marcar o surgimento da cultura, levantando a discussão da natureza e da cultura para a Antropologia, que é o momento da passagem do homem enquanto ser biológico, da natureza para a cultura, pelo tabu do incesto. Mediante essa regra, as famílias não se fechariam entre si, mas iriam constituir as alianças, as trocas e as circulações. Enfim, ressalta como questão central o fato de que, em todos os sistemas nos quais as sociedades se organizam refletem processos de comunicação. Os mais importantes seriam o de parentesco, como forma de circulação das mulheres; o econômico, como forma de circulação de bens, e a linguagem, como sistemas de trocas de palavras.

A idéia de cultura no pensamento levi-straussiano é vista como uma manifestação do mundo das idéias abstratas. Entendida como o funcionamento do espírito - do pensamento. Logo, primeiro é preciso entender o que os homens pensam, para entender o que fazem, como se organizam. No processo de aprendizagem da cultura, as pessoas acabam internalizando os valores e as regras pelo autoconvencimento, diante da eficácia da simbolização. Nessa perspectiva, o fenômeno da cultura fica caracterizado pelo domínio da regra, da simbolização, da significação da linguagem.

É interessante ressaltar que, uma discussão sobre o fenômeno da cultura, mesmo que breve, recai sobre a questão da diferenciação entre o natural e o cultural, que por sua vez, remete ao entendimento da especificidade humana. A herança da cultura grega em nosso pensamento: “o homem é um animal...”, também leva a uma reflexão do quanto o homem ainda é estranho a si próprio, do quanto o homem não reconhece a si próprio, do quanto não entende sua própria humanidade.

Para alguns antropólogos, somente o homem é um ser cultural, isto é, criador de “coisas”, que permanecem no tempo; um ser transformador da natureza, um ser histórico. Mas, há uma carência nas

ciências humanas, no que diz respeito a uma contribuição significativa e consistente quanto ao estudo da condição humana, precisamente porque estão desligadas, fragmentadas e compartimentadas, reféns dos códigos do pensamento relativista.

Averso à idéia da fragmentação, Ponty (2004), existencialista, que recebeu muitas e acentuadas influências tanto da fenomenologia, como da psicologia (gestalt) e da biologia, critica o racionalismo de Descartes – “a ciência clássica”, para ele - centrando-se na relação entre consciência e mundo, cuja existência é ser-no-mundo, enfrentando o mundo, sem contraposição entre alma e corpo, psíquico e físico, corpo e mente. Nessa relação ele vê dualidade dialética de comportamentos. Conforme Ponty (1999), não é possível falar do corpo e da vida em geral, mas do corpo animal, da vida animal, do corpo humano e da vida humana. O corpo então, torna-se um conceito central, já que este é o ponto de vista sobre o mundo, é o meio geral de ter o mundo. Existe-se, portanto, no espaço como seres corpóreos, encarnados.

Serres (2004), também dá uma centralidade ao corpo como um todo, ao afirmar que todo conhecimento passa pelo corpo inteiro, mediante a imitação (o outro serve de espelho para outrem, que o imita e o incorpora) que, por sua vez, também leva à criação. A memória da espécie corporal é memória encarnada, aprende-se mais do que se compreende. O corpo pensa? Não é a mente que pensa? A definição clássica do corpo - cabeça, tronco e membros - e a dualidade entre corpo e mente, sentimento e razão, não tem sentido para ele. Seu raciocínio, ante-linear, parece desmanchar, assim, a idéia do *Penso, logo existo*, recriando-a - *existo e sinto, logo penso*. Nesse novo paradigma, o modo de pensar o mundo é o modo de realizá-lo na carne.

Morin (1999), com sua nova percepção do mundo e da vida, rejeita o princípio da separatividade estabelecido pelo paradigma tradicional capaz de dividir realidades inseparáveis, como sujeito e objeto, mente e corpo, cérebro e espírito, consciente e inconsciente, cérebro direito e esquerdo, indivíduo e seu contexto, o ser humano e o mundo da natureza. Enfatiza o estado de interrelação e de interdependência essencial a todos os fenômenos físicos, econômicos, biológicos, socioculturais e, dentre eles, os psicológicos e educacionais. Tudo está relacionado, conectado e em renovação contínua. *O todo é a coisa fundamental*. Todas as propriedades fluem de suas relações. O universo é, portanto, relacional.

Para Morin (1999), três matrizes constroem as condições bio-antropológicas do conhecimento e da cultura: uma biologia fundamental;

uma animalidade; e, por fim, uma humanidade do conhecimento. A biologia do conhecimento ensina que todo ser vivo é auto-eco-organizador. Isto é, necessita extrair informações do exterior, mas as processa por si, em si e para si. Tendo por base essa aptidão dos sistemas vivos, Morin discute como o processo de produção de conhecimento depende, sobretudo, do sujeito. Cada um de nós trata por si as informações que nos chegam. Ninguém aprende por ninguém. A animalidade do conhecimento emerge do interior da biologia do conhecimento. Ela nos permite compreender que algumas das características da cultura e conhecimento humanos (como estratégias cognitivas, ação desinteressada ou intencional) se encontram de forma lata no mundo animal e se complexificam no domínio do humano. A humanidade do conhecimento emerge no processo de construção das sociedades humanas, mas mantém (agora em novos patamares de complexidade) as características gerais da biologia e animalidade.

Ainda numa perspectiva crítica, Bauman (1998) entende o conceito de cultura como uma seita de alfabetização, onde uns criam e outros executam - uma “fábrica de ordem”, cuja regra substitui o acaso; a norma ocupa o lugar da espontaneidade. Separa, portanto, de um lado, os que sabem e de outro, os que não sabem; treinadores e treinados. A cultura passa a ter o sentido de uma escola construindo uma visão de mundo; a fábrica da ordem visa a coerência, a reprodução de uma uniformidade, a continuidade e preservação do conhecimento. Para o autor, esse conceito de cultura não se sustenta mais, apontando como alternativa a “cooperativa dos consumidores”, como forma de resistência e mudança social. Quase isso, é o que propõe a concepção de Kristeva (2000), ao sugerir a cultura da revolta. Só assim, haverá possibilidade de o sujeito se revoltar contra a normalização da cultura da nova ordem mundial, agindo à semelhança da “cooperativa de consumidores”, visando estabelecer desordens difusas, imprimindo espontaneidades e dispersões, que escapam dos controles expressos nesse sistema cultural.

Mas, como se revoltar, se o sujeito hoje não se define mais por um espaço-tempo determinado? Na sobremodernidade onde prevalece o excesso de tempo, de ego e de espaço, criando os “não-lugares”, conforme Augé (1994), a vida seria uma viagem e o indivíduo um expectador. Ele, o indivíduo, livrar-se-ia do peso de ser um personagem, um ator, um sujeito, para assumir a liberdade de ser apenas um viajante, alguém que está de passagem pela vida.

E agora? Como conciliar as divergências teóricas das concepções sobre o fenômeno da cultura? Para Cyrulnik (1995, 1999), tudo está no

nível da ambivalência e da ambiguidade. Daí, ele propõe uma atitude etológica (estudo comparado do comportamento dos animais, evitando a evidência pela evidência) de observação meticulosa, permanente, não se detendo apenas nas teorias, para melhor apreender a “relação paradoxal, entre natureza e cultura; inato e adquirido”.

Pelo visto a discussão sobre o fenômeno da cultura é inesgotável e, portanto, não para por aqui, segue em ebulição. Tudo continua em transformação, tanto o homem como a cultura. Mas, por hora e de uma forma geral, os antropólogos afirmam que a cultura seria aquilo que especifica a condição humana, mais precisamente, como bem enfatizou a professora e antropóloga da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Dr^a Maria da Conceição Xavier Almeida, durante as aulas da disciplina Teorias Contemporâneas da Cultura, “a cultura é a marca da sociedade humana, que distingue os homens dos outros animais”. Logo, é o atributo humano, essencial, distintivo e identificador do homem entre os demais animais.

Para Eloy de Souza, cultura significa costumes, formas de vestir, de se alimentar, de habitar, o modo de conviver e de viver construídos socialmente, que fornecem traços identitários, promovendo a diferenciação dos mais diversos grupos sociais que ao correr dos anos podem sofrer modificações em uma dinâmica constante, promovida por elementos internos e/ou externos, contanto que sejam preservadas as estruturas arcaicas (SOUZA, 1930, 1969, 1975, 1982, 1983, 2003).

Ao tratar da cultura sertaneja, como já foi falado anteriormente, refere-se ao sertão do Seridó, que é marcada acima de tudo pela lida com o gado e a labuta na agricultura; caracterizada pelo modo de vida simples, alimentação típica, regional, farta e forte, à base de feijão, paçoca, rapadura, queijo, coalhada, cuscuz, leite, etc.; vestimenta sóbria, religiosidade aguçada e a peleja constante da vida adversa com o meio, o clima, o solo e a natureza, enfim.

Apesar de reconhecer todas as dificuldades enfrentadas pelo sertanejo Eloy vaticina o progresso merecido do interior, porém, sem jamais admitir que a civilização deturpe as “tradições que fazem o seu encanto e te deram essa alma forte pela bondade gerada e nutrida no amargo sofrimento de três séculos.” Assim o exalta: “Salve sertão terra melhor da minha terra bem amada.” (SOUZA, 1982, p. 30).

Mas, aqui, Eloy está se referindo ao sofrimento do sertanejo, “gente desvalida”, cuja situação é diferente dos remediados, os fazendeiros, que ele não esclarece a sua condição como diferente, não sofrendo nesses três

séculos o amargo sofrimento que o lavrador, pequeno agricultor vem enfrentando sem as devidas condições.

Aliás, a esse respeito, uma carta datada de 1877, publicada em *Carta da seca*, organizado por Oswaldo Lamartine (2005), de autoria de Targino Pires Pereira destinada ao seu parente, Antonio Pires de Albuquerque Galvão, já mostrava claramente, que as consequências das secas não eram iguais para todas as camadas da sociedade:

[...] a classe alta não soffre a fome! Oh! O azourague mais áspero e sanhudo do flagelo da seca!... esse não afeta a classe alta; porqtº., depositária dos recursos, q'o nossos ubertoso solo pode dar, está guarnecida da fome e da nudez, sentindo somente neste vácuo de misériasn'atualidade a qüinquagésima parte do que soffre a classe ínfima e média... Sim meu caro amº., qdº., um membro da classe mais alta da sociedade tiver fome, p' causa da seca actual, poucos rastos de pobres haverão sobre a face da terra (FARIA, 2005, p. 20).

A cultura sertaneja seridoense que Eloy trata é a parte do interior da Região Nordeste brasileira, mais atrasada e mais desprestigiada na época que hoje, estado do Rio Grande do Norte onde ele viveu na infância e adolescência. Por isso, busca superar tal atraso, exaltando-a, por um lado, a bondade, a coragem, a diligência do seu povo e a beleza dos seus campos por ocasião das chuvas, como uma compensação, talvez. Por outro lado, reclama inconformado a sua triste fisionomia frente à seca que só ocasiona, quando não a morte do sertão e do sertanejo, a sua penúria eterna.

Vale lembrar que, a cultura do sertão nordestino está intimamente ligada ao clima, à terra e à história de sua colonização, sendo o primeiro setor interiorano do Brasil a ser colonizado e muitos já falaram do sertão e da vida sertaneja que surgiu da expansão pastoril, quando se estabeleceram os currais e as fazendas de gado, tornando-se o principal centro social desta região. A pecuária ainda hoje é uma atividade importante da região, embora incipiente se comparada às regiões centro-oeste e sul, caracteriza o modo de ser do sertanejo nordestino.

O sertanejo que para Euclides da Cunha, apesar dos pesares, seria antes de tudo um forte; para Clarice Linspector (1920), seria um paciente; acima de tudo discriminado, e injustiçado para Eloy de Souza; também para Graciliano Ramos (1892-1953), que é nordestino do sertão de Alagoas, em seu livro *Vidas Secas* (1938), o sertanejo seria uma eterna

vítima da injustiça social. Retrato vivo da miséria, da fome, da desigualdade, da seca, o que nos remete à idéia de que o homem se animalizou sob condições sub-humanas de sobrevivência. Graciliano Ramos descreve de forma triste e dramática, a vida de uma família de sertanejos fugitivos da seca, sem destino e sem outras perspectivas para além da sobrevivência e do eterno retorno. Retrato puro do sertão - vida de luta e incerteza. Enquanto José Lins do Rego (1901-1957), nordestino do Engenho corredor da Paraíba, em *Menino de engenho* (1932) além de reforçar as desigualdades sociais verificadas no engenho, reproduz a linguagem do eito, da bagaceira, do nordestino, tornando-o, um dos mais legítimos representantes da literatura regional nordestina.

Nessa perspectiva, Souza (1982, p. 26-27) retrata a vida do sertão sob a dependência do meio, preso às condições climáticas, à mercê do inverno:

a beleza da vida do sertão está principalmente nos campos e nas fazendas; no trabalho das terras fecundas, quando molhadas pelo inverno criador, no roçado coberto pela lavoura viçosa, nas várzeas rebrilhando ao sol, na pompa dos milharais maduros, nesse grito enérgico e inconfundível do vaqueiro destemido a impelir para frente em vertiginosa carreira através do carrasco bravo, o touro impetuoso, no canto nostálgico e plangente modulado pelo sertanejo ao cair da tarde à hora de recolher do gado manso.

Reforçando, nesse sentido, parecendo até ser o eco de Eloy de Souza, mesmo em uma outra geração, Luiz Gonzaga (1912-1989)²⁷, é igualmente devotado ao sertão. Contribuiu para a resistência do sertanejo nos centros industriais do país desde os anos 1950 até o final do século XX. Através de sua leitura poético-musical, mesmo diante da incerteza do inverno, cantou o futuro do sertão, numa feição simbólica e imagética, exprimindo os sinais identificadores dos sertanejos, dos nordestinos afeiçoados à sua terra.

*A vida aqui só é ruim
Quando não chove no chão,
Mas se chover, dá de tudo,
Fatura tem de montão!
Tomara que chova logo,
Tomara, meu Deus tomara!
Só deixo o meu Cariri*

No último pau-de-arara!

No intuito de enfatizar suas idéias sobre a realidade do sertão, Eloy de Souza apresenta o canto do sertanejo numa triste poesia do seu irmão Henrique Castricano, retratando esse contexto, numa grande penúria. Nela está contida a submissão do poeta à cultura branca hegemônica, ressaltando os olhos azuis das crianças e o elogio à cor branca, próprio dos poetas românticos.

Ah! Como é triste o aboio! Ah! Como é triste o canto
Sem palavras – tão vago! – a saudade exprimindo
Das selvas do sertão, no mês de junho rindo
Pelos olhos azuis das crianças, enquanto
No tamarindo verde, asas abertas, trina
À beira dos currais, o galo-de-campina!
Por isso, quando a voz do sertanejo entoa
Seu gorjeado psalmo, a gente queda, cisma;
O nosso coração silencia e se abisma
No pego da saudade e, lá do fundo, arranca
Não sei que doce flor emurchecida e branca
A letra da canção ninguém, ninguém conhece,
Mas sabemos que ali chora e geme uma prece
Desolada e sem fim, cuja modulação
Se coubesse num ritmo, era o do coração!
(SOUZA, 1982, p.27-28).

Dando continuidade aos versos do irmão poeta, Eloy afirma que as vozes dolentes do aboio nele contidos, refletem a angústia do mísero sertanejo.

E é partir! É partir!
No alpendre desolado,
No rosto as duas mãos, recorda o seu passado
Ao sinistro clamor dos hirtos arvoredos,
Em cujos ramos nus diz o vento segredo.
Tudo por terra jaz, estarecido e morto:

²⁷ Em 1945, coincidindo com o fim da II Guerra Mundial, surge a figura do pernambucano de Exu, Luiz Gonzaga dentro do cancionero popular. Sua importância deve-se, sobretudo, por ter sustentado o ritmo e as origens brasileiras durante os anos de crise para a MPB, pois o fim da guerra indiretamente acarretou a avalanche de músicas exportadas pelos Estados Unidos e divulgadas em todo o mundo, inclusive no Brasil. Ele teve, assim, decisiva participação dentro da afirmação de uma cultura nacional mais ligada às fontes telúricas do Brasil.

Não sofreu mais Jesus na sombra do seu horto.
Desfeita, extinta a fé, exaurida a esperança,

mais evocativa do que a dessa toada (SOUZA, 2003, p. 25-27).

Outras figuras também povoam esse cenário para Eloy são: o comboieiro/tropeiro, o tangedor de comboio, ou seja, de tropas de animais de cargas; curandeiros, benzedeiros; o jagunço, homem de arma, capanga, que protege, seja o coronel ou alguém com quem tenha uma dívida de honra; acoitador, aquele que dá asilo ou esconde o criminoso.

Apesar de Eloy falar de alguns coiteiros que acolheram Jesuíno Brilhante, na Carta nº XVII do livro *Cartas de um sertanejo*, em *Memórias* ele diz que:

[...] na zona sertaneja não houve praticamente 'coiteiros', porque no Rio Grande do Norte, não se conheceram famílias poderosas com inimizades e ódios determinados de vinganças exterminadoras, ao contrário dos estados limítrofes [...]. O criminoso mais célebre, Jesuíno Brilhante, era um D. Quixote, vingador da honra das mulheres e viandante acariciador de crianças e respeitador da velhice (SOUZA, 1975, p. 73).

Acrescem outros personagens do mundo animal, cavalo, carneiro, sapo, galinha, porco, boi, animais abençoados, enquanto o gado caprino foi por muito tempo amaldiçoado no sertão, por ser um bicho danado, pulador de cerca, destruidor de roçados, na mentalidade popular, que dizem respeito ao sertão, que Eloy completa a sua descrição passando inclusive, uma visão ecológica dessa realidade (PEREIRA, 1982). Além da variedade de cobras (jararaca, cascavel), lagartos, lagartixas, gaviões, papagaios, emas, seriemas, carcarás (SOUZA, 1975, p. 92-94).

As estratégias usadas por Eloy para a construção da cultura sertaneja estão contidas nas categorias acima mencionadas, além de provérbios, aforismos, máximas, adágios, que refletem a vida sertaneja nas superstições, nas credences em mezinha ou medicina caseira.

Provérbio, para Cascudo (1980, p. 639), “do latim, *Pro verbum*, denuncia a oralidade funcional. Adágio, aforismo, máximas, anexim, valendo direção moral, conduta advertência, em breves palavras, facilitando memorização imediata.” Completado por Ferreira (2004, p. 1650), “[...] uma sentença de caráter prático e popular, comum a todo um

grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens; ditado, exemplo, refrão, refrém, rifão. Ex.: Casa de ferreiro, espeto de pau.”

Seguem alguns aforismos da cultura sertaneja por ele apontados e observe-se que todos estão voltados para a relação do homem com o clima.

Velho não é nada. A doença vem pela casa de Nosso Senhor Jesus Cristo e o corpo do velho já está pedindo rede e descanso. No inverno, é o reumatismo, quando não é o puxado ou estalício; na seca, é a afrontação do calor e o escurecimento da vista ou as malditas moradeiras, que não nos deixam sossegar, a velhice é a pior de todas as moléstias (SOUZA, 1969, p. 7).

A alegria dos campos é igual à alegria da gente. Nas minhas imaginações de sertanejo rude, quando a terra seca e preta começa a se cobrir de grama verde, eu penso que esse verde é como o riso dos que estavam doentes e ficaram bons, o contentamento dos que perderam um amor e acharam um outro amor (SOUZA, 1969, p. 7).

Com essas máximas procurava mostrar a influência do clima no comportamento das pessoas.

Sempre reparei que a propensão das crianças sertanejas acompanha as mudanças da natureza. Essas criaturas, pelo inverno, quando os campos e as serras, as várzeas e os cabeços estão cobertos de verduras, o braseiro da terra aplacado pela chuva e os rios cheios de barreira à barreira, são mansas e obedientes como cordeirinhos sem mãe e os seus brinquedos inocentes como os pensamentos próprios da idade. Trepam nas árvores em procura dos ninhos, correr pelos pátios atrás dos bezerros velozes, armar arapucas debaixo das favelheiras pra apanhar as asas brancas ariscas ou nas veredas nas cobertas pra

²⁸ Jesuíno Alves de Melo Calado (Jesuíno Brilhante) nascido em 1844, em Patu, Rio Grande do Norte, tornou-se chefe de cangaço por causa de intrigas com a família Limão. Jesuíno agiu no semiárido paraibano e potiguar de forma reta e justiceira, tirando do rico para dar ao pobre, punindo os maus e combatendo o erro. Jesuíno morreu no Riacho dos Porcos, em Belém do Brejo do Cruz, na Paraíba, no final da seca de 1879, atingido pelo visceral inimigo Preto Limão (NONATO, 2000).

Jesuíno Brilhante “foi o único cangaceiro saído dos nossos sertões e com o qual os sertanejos viviam em boa camaradagem, porque no seu ânimo nunca se apagaram completamente os sentimentos nobres da raça. [...] um homem meão de altura, cabelos castanhos e corridos, olhos azuis. [...]” (SOUZA, 1983, p.83-86). Observe-se aqui, Eloy elevando os sentimentos nobres, os cabelos e os olhos azuis da raça branca em consonância com os Pretos, Limão.

pegar os nambus desconfiados e sestrosas juritis. [...] Todas essas vadiações se passam em paz. Pela seca, entretanto, não sei se devido à força do sol, a irritação das crianças é permanente, sendo raro o brinquedo que não acaba por briga (SOUZA, 1969, p. 60).

Nesse sentido, Patativa do Assaré, poeta popular cearense, reforça o pensamento de Eloy de Souza: “Chegando o tempo do inverno, tudo é amoroso e terno, sentindo o Pai Eterno sua bondade sem fim. O nosso sertão amado, estrumicado, pelado, fica logo transformado no mais bonito jardim.” (ASSARÉ, 1978, p. 55).

Conforme Eloy a alteração do comportamento diante da mudança de clima ocorre também entre os adultos no sertão.

A mesma coisa sucede aos homens. Pacíficos e cordatos durante o inverno, ficam resiguentos, arengueiros e assomados no rigor da seca. Amigos de muitos anos, muitas vezes, se esfaqueiam por um simples mal entendido. Ao contrário disso, inimigos antigos se reconciliam quando as chuvas refrescam as terras e enchem de fartura a casa do sertanejo (SOUZA, 1969, p. 60).

Conforme Raimundo Nonato, no prefácio do livro de sua autoria, *Cartas de um desconhecido*, escrito sob o pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro,

[...] Meio a esse cenário de perspectiva impressionante, foi que ele se descobriu humano e sentimentalmente, o grande tipo característico da geografia nordestina, procurando dar aos seus problemas seculares solução mais razoável, inclusive com a recuperação e valorização de sua própria gente, sempre desamparada e esquecida (SOUZA, 1969, p. 4).

Assim procura desmanchar a fama de indolente e preguiçoso do sertanejo do Seridó, afirmando que:

O homem do Seridó trabalha sem descanso. Para ele não há dia, nem hora, nem chuva, nem sol. Mesmo no domingo, passada a hora da missa ele volta ao trabalho interrompido. Não existe naquela ribeira vadios, e por essa razão não há também quem peça esmola. Todos têm uma ocupação. As mulheres

cuidam da casa e dos filhos com amor e dedicação. Não há luxo nas habitações, mas a casa do sertanejo daquela ribeira é caiada por dentro e por fora, e o chão ladrilhado está sempre varrido. O terreiro é espaçoso e limpo à enxada (SOUZA, 1969, p. 47).

Continuando descreve de forma mais detalhada o trabalho feminino

Tanto quanto o homem, trabalha a dona de casa e trabalham as filhas. Nas famílias remediadas ou chamadas ricas, a ocupação das mulheres é propriamente caseira, sendo a mais pesada de todas e a mais trabalhosa o fabrico do queijo de manteiga. Dia de **queijo** é dia perdido pra tudo mais. Afora esse mister, mães e filhas costumam, fiam, fazem redes, cuidam da criação, ou tecem panos grosseiros de algodão. As mulheres pobres ajudam os maridos e pais na lavoura, trabalhando na enxada, na limpa dos roçados e durante a safra tomando a sua conta o encargo de apanhar o algodão, debulhar o milho, secar e bater o feijão e pilar o arroz. As próprias crianças têm uma tarefa qualquer (SOUZA, 1969, p. 47).

Ressalta em detalhe como é feita a coalhada e o queijo, alimentos regionais, dos mais fortes do sertão, que depende da árdua tarefa do vaqueiro no trato da vaca para produzir o leite.

A arrumação de um curral não é labuta leviana, principalmente quando há muitas novilhas pra amansar, algumas que só consentem arrear o bezerro passadas no mourão, outras que enjeitam os filhos para fugirem à mão dos tiradores de leite. Outras, por excessivamente amorosas, arremetem contra as pessoas que se aproximam nos primeiros tempos do bezerro ainda trôpego e meio abestado. As vacas mais velhas são, porém, em geral, pacíficas e habituadas à toada do próprio nome: quando o vaqueiro grita pelo bezerro da “Maravilha” ou “Ponta de Sede”, filho e mãe respondem à voz que os chamou, poupando ao vaqueiro o trabalho de tanger pelo curral afora o bezerro ainda inexperiente. Recolher a vacaria, enchequeirar os bezerros, tratar dos que ficam caruaras, curar os que apanham bicheira, habituá-los ao arreador, e ao apoiarem igualmente nos quatro peitos para não viciar a vaca a esconder o leite, eis a

canseira de uma fazenda ocupando quase noite e dia, os vaqueiros, os filhos, homens e meninos, o camarada e mesmo pessoas da vizinhança que por um pouco de leite dão até no serviço do campo. Além dessas obrigações há o tráfego do leite trazido do curral para os potes, onde é despejado pelo coador feito de um pedaço de algodãozinho amarrado à boca de cada um por uma correia fina quase sempre de couro de bode. Cobertas as vizinhas, somente à noite, a mulher do vaqueiro vai verificar qual dos potes está coalhado, escolhendo aquele que parece ter talhado primeiro. É essa a ceia do sertanejo – a coalhada branca e fresca comida com farinha grossa, com ou sem doce conforme as posses dão para comprar a rapadura ou algum açúcar mascavo (SOUZA, 1969, p. 52).

Depois de esclarecer minuciosamente toda essa trabalheira, diz o procedimento da feitura do famoso queijo do Seridó.

A coalhada dos potes restantes é, no dia seguinte, depois de desnatada, despejada dentro de sacos de algodão, os quais amarrados com reios na parte superior, são depois pendurados nos girais do quintal ou no alpendre da casa, onde ficam para escorrer o soro aparado em tigelas ou cuias grandes colocadas debaixo de cada uma. É essa a primeira parte do fabrico do queijo de manteiga, trabalho aborrecido, quase sempre feito pelas mulheres. Em seguida, a coalhada é escorrida, é fervida no leite e depois de espremida ainda quente é cortada em pequeninos pedaços, salgada, e então posta na manteiga derretida para cozinhar. Das tigelas de barro passa o queijo imediatamente pros cinchos ou marca onde adquire forma e resistência. O queijo feito em tacho de cobre, fica quase sempre muito cozido, e com um gosto de azinhavre desagradável pela dificuldade de asseio desse metal. A cor também é mais feia quer a da casca, quer a do miolo, que com o tempo se torna escuro e fedorento (SOUZA, 1969, p. 53).

Raimundo Nonato ainda afirma que essas cartas constituíram “durante um certo tempo da vida de *A República*, uma colaboração de notório interesse para os leitores do periódico da campanha republicana, pela seriedade dos comentários”, sobretudo por tratar de temas importantes

da Região Nordeste, especialmente dos sertões norte-rio-grandenses (NONATO, 1969, p. 3).

consideradas como um problema relevante no século XVIII, com a penetração da população branca nos sertões, com o aumento da densidade demográfica e com a expansão da pecuária bovina. Apenas quando entraram de forma permanente nos relatos históricos enfatizando a calamidade da fome e acusando os prejuízos dos colonizadores e das fazendas de gado.

Julgamentos superficiais sobre o fenômeno e interesses políticos locais conduziram à construção de explicações reducionistas dos problemas regionais como produtos de condições naturais adversas, do clima, da terra e de sua gente. A seca tornou-se vilã do drama nordestino, a principal imagem de “uma terra estorricada, amaldiçoada, esquecida de Deus” (CASTRO, 1967, p.168). “[...] Sofrimento que caminha para quatro séculos, nessa luta desigual do homem contra a 'natureza madrasta'.” (SOUZA, 1976, p. 8. Grifo do autor).

Do final do século XIX para o início do século XX, começaram os estudos mais sistematizados sobre a problemática quando as ocorrências de secas prolongadas colocaram em risco o povoamento e as atividades econômicas no sertão nordestino. Tentavam descobrir e explicar as causas naturais do fenômeno das secas no Nordeste. Tanto a visão parcial do Semiárido, como a região das secas, conduziu à adoção de soluções fragmentadas, cujo núcleo gerador é o combate à seca e aos seus efeitos.

Na primeira metade do século XX, surgiram outros olhares críticos sobre as causas estruturais e as consequências da miséria na região semi-árida, a exemplo de Josué de Castro, ao lançar os primeiros documentários que embasariam a sua *Geografia da Fome*. O autor desmistificava as causas dos surtos de fome nas secas atribuindo como a expressão da concentração fundiária, da renda e do poder (CASTRO, 2001).

Outra contribuição fundamental para desvendar essa situação foi dada pelo economista Celso Furtado (1959; 1989). Trata-se de um diagnóstico preciso da seca como crise de produção de uma economia débil, marcada pela baixa produtividade e pelo reduzido grau de integração nos mercados, sujeita a crises periódicas nas estiagens prolongadas. Porém, até hoje, reproduz-se o uso político da seca, transformando-a no “cavalo de batalha em cujos costados se põe toda a culpa da miséria

²⁹ Nesta obra dentre as 17 cartas de Eloy a Aduino da Câmara, destaca-se a carta nº 2, demonstrando a sua preocupação com a saúde do amigo, pela cura dos remédios caseiros: “Aduino, vai pelo portador um feixe de raízes de pega-pinto tirada do arisco de mão experiente. Não mando indicação do modo de usar porque você não ignora a manipulação deste e de outros remédios caseiros.” Essa é uma raiz que tem o poder de desobstruir o fígado, rins e bexiga, além de excelente depurativo do sangue (BRITO, 2001. p. 27-28).

nordestina.” (CASTRO, 1968, p. 90).

Outros autores desse período, também podem ser citados, Joaquim Alves (1982); Thomas Pompeu Sobrinho (1982); José Guimarães Duque (2001); Manuel Correia de Andrade (1999); Marco Antonio Villa (2000), entre outros.

As análises sociológicas ganharam destaque ao enfatizar a forma predominante de ocupação e exploração do território pelos colonizadores e seus sucessores que levaram à concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência da maioria da população sertaneja. Essa visão crítica da realidade desmistificou as ações de combate à seca que, além de ineficazes, reproduziam as estruturas locais de dominação.

A seca carrega consigo os marcos simbólicos da cultura do Nordeste, cujo nordestino se destaca como resistente por se readaptar aos lugares sem perder de vista, sem abandonar suas raízes, mesmo que fiquem latentes, hibernando para o acontecer do mito do retorno, quando voltará ao seu lugar de origem:

Rio de Janeiro bota um visgo na gente
 É terra boa pro caboco farrear
 Eu só num fico porque Rosa diz: Oxente!
 Será que o Zeca já deixou de me amar
 E desse jeito pode ser que que o diabo atente
 Minha Rosa, descontente, bote outro em meu lugá

Tal qual Eloy de Souza, Luiz Gonzaga mapeia a cultura sertaneja em suas diversas matizes e temáticas. Uma miscelânea de temas são explorados pelo compositor e ambos descrevem não só aspectos da paisagem natural do Sertão, mas também falam de experiências de vida próprias do homem do campo; de práticas sociais peculiares ao contexto político e econômico relativo às secas; de uma cultura que é comum à maioria da população regional.

Para o grupo social dos nordestinos ainda há uma relação importante com a natureza, com as paisagens ambientais como bem ressaltam Eloy e Gonzaga descrevendo, por isso, um gênero de vida: os atributos sociais, o trabalho, a cultura, todos os elementos que identificam o sertão e o sertanejo.

Ser nordestino, e a autoatribuição de sê-lo, para Gonzaga, é

também uma forma de resistência à rejeição e à desterritorialização. E, segundo Eloy de Souza, uma forma de resistência à discriminação social e regional. Ambos evocam um corpo imagético para dar sentido ao mundo, referenciais para entendê-lo, construindo uma “nova” realidade para o real já posto; uma identidade social, o seu lugar no mundo e novos significados fixados no imaginário coletivo.

Contudo, o foco de Eloy de Souza é na verdade a seca que não é dilema somente para ser enfrentado pelo vaqueiro, mas, também pela mulher sertaneja, que trabalha ao seu lado nesse desafio, que ele o tempo todo está a elevar o seu papel na sociedade brasileira, lembrando que o criador, o fazendeiro não sofre abalo igual numa seca que o sertanejo desarmado. Ele, o fazendeiro, como diz o matuto, tem “pano pras mangas”.

Aliás, a seca é um problema antiquíssimo, bastante polêmico por sinal, de muitas facetas, cujas discussões partiram de inúmeras pessoas gerando opiniões diversas a respeito. Muitos contribuem e agregam novos conhecimentos e novas visões. Conceituar seca é a primeira dificuldade que enfrenta quem escreve sobre o tema. Não há uma definição universalmente aceita.

No âmbito socioeconômico, uma seca está relacionada ao campo das atividades humanas afetadas, aos problemas sociais e econômicos gerados. Diversos outros pontos de vista poderiam ser enfocados, porém o que interessa aqui é a visão sócio-econômica e cultural da seca.

Pode-se dizer que há dois tipos de seca no Nordeste, a anual que dura de sete a oito meses, correspondendo ao longo período de estio entre dois períodos chuvosos de três a quatro meses, e que não é considerado um grande problema, de vez que o sertanejo já está adaptado a ela e dispõe de reservatórios de água que possibilitam atravessar este período. Ao lado desta existem as secas periódicas, que se efetivam quando em um período normalmente chuvoso - dezembro a março - não caem as chuvas esperadas, fazendo com que aquele período seco de sete a oito meses se estenda por dois e às vezes três a quatro anos.

Os dilemas das secas, ou seja, os problemas que elas acarretam, resultam em prejuízos econômicos e sociais, gerando efeito em cadeia. Assim, no Nordeste brasileiro, a palavra seca adquiriu uma conotação bem particular. A seca está intimamente associada à ausência de colheita, morte do gado, à falta de alimentos, fome e sede, desencadeando a inanição, fraqueza física, indisposição, predisposição às doenças (demandando médico, remédios, gastos), além de epidemias, êxodo rural, desvalorização

da mão-de-obra, desemprego, subemprego, prostituição, saques, roubos, flagelados, invasões de terras. E ainda, a xique-xique, penúria, aos carros pipas e às frentes de serviço.

Para o sertanejo, seca, dilemas e catástrofe social são sinônimos. Por sua vez, a palavra *inverno* também adquiriu um significado próprio distinto do seu sentido universal de uma das quatro estações do ano. Para quem desconhece o conceito regional, a afirmação de um ano sem inverno soa tão absurda à de um ano sem os meses de junho, julho e agosto. O nordestino entende *inverno* como a ocorrência de chuvas regularmente distribuídas ao longo do período tradicional de cultivo (fevereiro-maio, normalmente) em quantidade suficiente para proporcionar uma boa safra agrícola. É da ocorrência de um “bom inverno”, ou boa safra, que depende a subsistência de uma grande massa de agricultores que habitam a Região.

Para essa população um ano pode ser dividido em duas estações: inverno e verão ou seca (quando o verão é prolongado). Espera-se o inverno no primeiro semestre e verão (ou persistência da seca) no segundo semestre. Desse modo, o conhecimento da estação chuvosa, do total de chuva precipitada, de como elas se distribuem ao longo do tempo, são de primordial importância para que se possa majorar a produção agrícola em um dado local. A previsão do inverno, quando dentro de uma pequena margem de erro, poderá vir a constituir-se também em uma excelente ferramenta ao gerenciamento das águas pluviais.

O aspecto cultural da seca também está intimamente relacionado ao aspecto da religiosidade, pois o sertanejo com a sua fé em Deus acredita que o inverno é fruto da providência divina. Daí recorre-se outra vez à música de Luiz Gonzaga, que retrata este faceta da cultura sertaneja.

Asa Branca

Luiz Gonzaga

Composição: Luiz Gonzaga / Humberto Teixeira

Quando oiei a terra ardendo
Qual fogueira de São João
Eu perguntei a Deus do céu, ai
Por que tamanha judiação

Que braseiro, que fornaia
Nem um pé de prantação
Por farta d'água perdi meu gado

Morreu de sede meu alazão

Inté mesmo a asa branca

Bateu asas do sertão

"Intonce" eu disse adeus Rosinha

Guarda contigo meu coração

Hoje longe muitas léguas

Numa triste solidão

Espero a chuva cair de novo

Para eu vortar pro meu sertão

Quando o verde dos teus oios

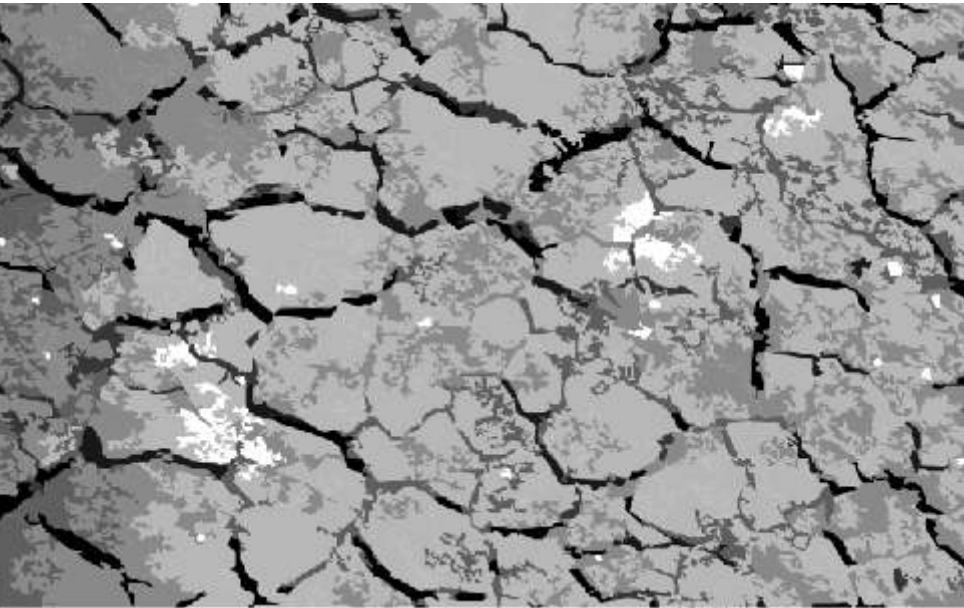
Se espaiar na prantação

Eu te asseguro não chore não, viu

Que eu vortarei, viu

Meu coração.

_capítulo 05



**O NORDESTE E A SECA:
UM PROBLEMA POLÍTICO**

5 O NORDESTE E A SECA: UM PROBLEMA POLÍTICO

Desde as primeiras iniciativas governamentais, pesaram os interesses políticos das oligarquias sertanejas no Nordeste, transformando o combate à seca em um grande negócio: esses donos da vida das terras e dos rebanhos agem sempre durante as secas, mais comovidos pela perda de seu gado do que pelo peso do flagelo que recai sobre os trabalhadores sertanejos, e sempre predispostos a se apropriarem das ajudas governamentais aos flagelados.

Darcy Ribeiro

Esta parte tratará do Nordeste e da seca como um problema político. Logo, não se considera a seca como a maior responsável pelo atraso da região. “Por trás da seca, e muito antes do seu aparecimento, existe e persiste uma estrutura social nacional que mantém o Nordeste numa situação de dependência e subordinação.” (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983, p. 7).

A questão da seca durante muito tempo foi abordada unicamente como um problema natural, pois muitos estudos ainda se prendem a uma visão do fenômeno como puramente climático. Porém, existe atualmente uma vasta literatura que pensa a seca como um problema com repercussões históricas e sociais, mas muitas ainda naturalizam o fenômeno, não o abordando como processo histórico de práticas e discursos, como uma “invenção histórica e social”, mas, como falta de água.

Segundo Andrade (1985, p. 7), a questão da seca não se resume tão somente à falta de água. A rigor, não falta água no Nordeste. Faltam soluções para resolver a sua má distribuição e as dificuldades de aproveitamento. É “necessário desmistificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a União [...]”, ou seja, desmistificar a idéia de que a seca, sendo um fenômeno natural, é responsável pela fome e pela miséria que dominam na região.

Conforme Maria Conceição Maciel Filgueira no seu livro, *Meu Pai Maciel*: memória rediviva, no final do século XIX para o início do século XX,

[...] era sacrificada a primeira área de povoamento do Brasil, a Região Nordeste, identificada como região

agrária, semi-feudal, escravocrata, monocultora, da caatinga, do semi-árido, das secas, da miséria, da fome, do latifúndio, das injustiças de toda sorte sobretudo, por parte do poderio das oligarquias (FILGUEIRA, 2000, p. 23).

Continuando ela explica que, essas oligarquias eram constituídas de famílias patriarcais que se ligavam aos governos estaduais ou nacionais visando deter o poder político em uma dada região, “através do oligarca ou coronel (termo este, advindo da patente de coronel que era dada ao chefe local da Guarda Nacional, que depois se estendeu a qualquer potentado local).” (FILGUEIRA, 2000, p. 23).

Para a referida autora

Era mesmo espantosa a força dos 'coronéis', a partir do final do Império e começo da República. Trazia no 'cabresto' a maior parte das pessoas da região, dominando principalmente a massa trabalhadora sem terra pela exploração do seu suor, pagando-lhe salários de fome além de manobrar as eleições no meio rural, sendo eleitos seus parentes ou protegidos 'a bico de pena', fortificando dessa forma, as oligarquias políticas (FILGUEIRA, 2000, p. 23-24, grifo do autor).

Nesse sentido, o Governo Federal, ao abdicar da adoção de medidas preventivas no combate à seca, colhe os benefícios da indústria de votos, uma tradição oligárquica nordestina, que sobrevive da miséria alheia.

Reforçando esse raciocínio, o engenheiro Roberto Duarte Vidal Filho prefaciando o livro, *A civilização da seca*, de autoria de Paulo de Brito Guerra, baseado no conteúdo desse livro, afirma que: /

[...] a atuação dos governos centrais sobre esta vasta região [...] se sucedem sempre de maneira igual: há seca, aplicam-se recursos para que brasileiros não morram à míngua; não há seca, a pobre região nordestina é abandonada à própria sorte; há seca, programas são criados, para serem desativados logo quando aparecem as primeiras chuvas do próximo inverno; não há seca, jamais procura-se investir na terra fértil, mas sedenta, para torná-la mais resistente a um flagelo climático futuro. E o que se observa é que a epopéia nordestina continua, sem que tenha havido, até hoje, uma firme resolução de mudar substancialmente o

quadro que apresenta esta grande extensão do território brasileiro, um dos maiores bolsões de pobreza do mundo (GUERRA, 1981, p. 17).

Contudo, não se pode negar que o Nordeste tem evoluído desde a primeira metade do século XX, a partir do DNOCS, o primeiro órgão federal de combate as secas, que não fez só obras para a irrigação. Também implantou obras de engenharia baseadas em pesquisas, geológicas, hidrológicas, botânicas, geográficas, mineralógicas, pois esse órgão desenvolveu a pesquisa antes mesmo das universidades, resultando em construção de estradas, estradas de ferro, açudes e hospitais, dentre outras. E ainda cuidou da educação. Essa região evoluiu, conforme Francisco de Oliveira em *A metamorfose da arribação* (1990), com a criação da SUDENE em 1959 e, sobretudo, com a adoção dos mecanismos de dedução fiscal para investimentos no Nordeste, conhecidos anteriormente, como dispositivo 34/18. Também com o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12.12.1974, graças ao qual, a região vem passando por importantes transformações econômicas e sociais, não dependendo apenas do setor primário.

No entanto, ainda não é prioridade nacional, pois o Governo Federal, ao invés de aplicar as diversas tecnologias disponíveis para sanar definitivamente a questão da água para as populações pobres do Nordeste, ainda opta por uma política assistencialista, que lhe garante votos em troca de precárias cestas básicas e frentes emergenciais de trabalho.

Mas, não se deve jogar a responsabilidade do descaso e atraso do Nordeste toda para o “alto”, ou seja, para o governo federal. Os governos estaduais e municipais também têm a sua parcela de inoperância frente aos dilemas das secas. Além do mais pesa, sobretudo, a existência de uma estrutura socioeconômica injusta e predatória, contribuindo para o próprio atraso dessa estrutura. Inclusive, os fazendeiros, melhor dizendo, os coronéis que imperavam na época não sentiam os efeitos das secas da mesma forma que os trabalhadores sofriam.

Desse modo, as ações, comportamentos, manobras, entendimentos e ou desentendimentos dos homens (os políticos) se dão em relação a essa área do país, tendo em vista a conquista, o interesse e a manutenção do poder, por vezes adotando uma forma de fazer política com o sofrimento e a miséria do povo, sobretudo, do sertanejo. Quanto ao sentido de política, para Nicolau Maquiavel (1469-1527), em *O Príncipe*, é a arte de conquistar, manter e exercer o poder, o governo (MAQUIAVEL, 1977).

Sendo assim, rejeita-se a noção propagada e esteriotipada do Nordeste como “região inviável”, rótulo este, que só distorceu e concorreu para alastrar e intensificar as dificuldades que essa região apresenta. Embora sofresse com a seca há tempos, o sertão transformou-se, a partir do século XIX, na principal imagem do atraso do Brasil.

Sabe-se que existe solução para o Nordeste, que ele é viável. O seu atraso são provenientes mais da ação ou omissão dos homens de governo e da concepção da sociedade que foi implantada, do que propriamente das secas de que é vítima.

As alternativas de solução existem, e não são implementadas a contento porque, na verdade, tem faltado aos administradores públicos ações palpáveis, estruturantes no semiárido. Ademais, as ações políticas dependem de vários fatores, como mobilizações, circunstâncias e de um conjunto de forças que se correlacionam no sentido de atender determinados interesses. E tem faltado porque concretizá-las significa contrariar interesses, muitas vezes situados na base de apoio parlamentar do governo.

Nesse sentido, entender o Nordeste e a seca como um problema político, implica no entendimento desses vários fatores que caracterizam a política.

Nessa perspectiva, esta parte que trata do reconhecimento das chagas da região, diante das mazelas sociais, será subdividida em mais três: a primeira abordará a ação de alguns interlocutores norte-riograndenses que se debateram sobre os problemas das secas do Nordeste, voltando-se para o Rio Grande do Norte. A segunda tratará da luta de Eloy para combater o problema da seca apontando algumas alternativas como a irrigação e discutirá os resultados alcançados com os seus projetos políticos e a terceira apontará os resultados do discurso de Eloy de Souza como intelectual orgânico.

5.1 INTERPRETAÇÕES DE ALGUNS NORTE-RIO-GRANDENSES SOBRE O NORDESTE E A SECA

[...] Será lícito ficarmos de braços cruzados, vendo imbecilmente a destruição de nossas riquezas, assistindo com o estoicismo de um fatalismo idiota, às devastações que o sol e os alísios ocasionam nesses campos.

Manoel Dantas

Sem portentosas obras de irrigação a nossa vida continuará precária e eternamente jungida a esse sofrimento que caminha para o quarto século, nessa luta desigual do homem contra a natureza madrastra.

Eloy de Souza

Aqui serão destacados alguns norte-rio-grandenses que não só se preocuparam com os problemas do Nordeste e os dilemas das secas no final do século XIX e início do século XX, mas que deixaram valiosas contribuições no intuito de solucioná-los, e que ainda são referências capitais, porquanto, substanciais e atuais.

Dentre outros, destacam-se, os precursores dessa temática no Estado, Manoel Dantas, Augusto Severo, Juvenal Lamartine, Oswaldo Lamartine, Tavares de Lyra, Felipe Guerra, Otto Guerra, Paulo Guerra, Joaquim Inácio, Eloy de Souza, Câmara Cascudo, e Raimundo Nonato, todos de uma geração que deve ser reconhecida como, os clássicos da seca.

Vale salientar que, grande parte desses autores que se dedicaram à questão tomaram, como referência, o Sertão do Seridó potiguar, fossem eles seridoenses ou não, a exemplo de Eloy de Souza, que mesmo não sendo desse local o ressalta em *Costumes locais*, *Cartas de um sertanejo* e *Cartas de um desconhecido*, como terra sua, tomando para si as suas dores e dissabores, na intenção de amenizá-las. Outros se ativeram a outras localidades como Mossoró, Martins, Augusto Severo, Assu e assim por diante.

O Seridó, de acordo com Manoel Dantas (1867-1924), em Homens de outrora, foi o último núcleo de povoamento do Estado a se formar, após o extermínio da população indígena, sendo o primeiro foco o litoral e o segundo, o da ribeira do Assu e do Apodi, que se ligava à capital pelas estradas do vale de Ceará Mirim e dos portos de Macau e Mossoró (DANTAS, 1941, p. 39).

Por conseguinte, seus primeiros povoadores no início do século XVIII foram paraibanos e pernambucanos que, diante desse constante contato, justificam a formação de uma “cultura intelectual pouco comum no alto sertão.” (DANTAS, 1941, p. 40).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, o Seridó situa-se na porção centro-meridional do Rio Grande do Norte e, atualmente é representado pelos territórios de dezessete municípios. Os municípios que compõem o Seridó Ocidental são: Caicó, Ipueira, Jardim de Piranhas, São Fernando, São João do Sabugí, Serra Negra do Norte e

Timbaúba dos Batistas; o Seridó Oriental tem os seguintes municípios na sua constituição: Acari, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó e São José do Seridó.

Porém, o Seridó e as demais localidades do Rio Grande do Norte são configurados pelos autores potiguares através de narrativa decorrente do discurso historiográfico, instituído na relação entre o lugar social desses autores e da prática discursiva, gerando um estatuto de autoridade do sujeito e de seu espaço.

O Seridó torna-se, então, o espaço da intimidade, traduzido em narrativa histórica particular e singular de cada um dos autores que sentem o desejo de falar de sua terra, de (re)afirmar um estatuto de mando fosse político, das letras ou econômico (BACHELARD, 1993).

Esses interlocutores delineavam um lugar próprio para tal locução, o do pertencimento. Vislumbrar a escrita é ver seus autores, sujeitos de discursos que expressam maneiras de subjetivação e vivência dos códigos que definem suas concepções.

Pensar a relação entre autor e texto significa considerar que sua função é caracterizar a existência e a circulação de certos discursos numa dada sociedade. Buscar o autor é dar visibilidade ao lugar particular do sujeito do discurso, os lugares de autoria, que estão articulados com a história das formas de pensamento.

Assim o espaço subjetivo era o que lhes davam a autoridade em seus escritos. Falar das lembranças, das secas como problema, divulgar o homem do Sertão como forte, afirmava para os autores o estatuto de autoridade em termos de escrever, representar e dizer o local. Daí, as configurações do Seridó no discurso historiográfico compoem um corpo, um corpo escrito (CERTEAU, 2002) e dessa forma, o espaço do eu se confunde com a escrita de si e a escrita da história.

Face ao exposto, inicia-se com Manoel Dantas (1867-1924), tratando da realidade do Seridó. Em *Homens de outrora*, apresenta a seca no seu discurso historiográfico, como a temática que envolve o espaço e os homens. Desse modo, afirma que as secas “[...] periodicamente flagelam os Estados do Nordeste que devem, por igual, preocupar governos e povos, todos eles sofrendo diretamente suas consequências.” (DANTAS, 1941, p. 111).

Quando ele discute a vida sertaneja, o problema das secas está pensando como o sertão está em toda parte, em cada vivente, como um espaço marcado pela prática da pecuária que precisa utilizar a técnica para possibilitar o progresso. Ele como Eloy de Souza vislumbravam o progresso da região; só que Eloy foi mais além, buscou soluções práticas, sendo considerado um dos maiores estudiosos do assunto da seca à época. Conforme José Augusto Bezerra de Medeiros (1884-1971) em *As secas do Rio Grande do Norte*, escrito em 1932: os grandes estudiosos nordestinos da questão regional e da seca à época chamavam-se Eloy de Souza e Felipe Guerra no Estado e Idelfonso Albano (1885-1957) no Ceará. (AUGUSTO, 1989).

José Augusto ao tratar do sertão, em Seridó (1954) faz um recorte espacial a partir de explicações históricas, econômicas e políticas, escrevendo e prescrevendo o Seridó, tornando-o vivo, ao mesmo tempo em que o apresenta como o espaço estorricado, seco e duro. Com efeito, sanar o flagelo das secas era fornecer ao homem as possibilidades de nela e dela viver, inserir-se a ela para extrair a vida. O Seridó é um desafio, é um lugar marcado por estiagens e a enunciação mais recorrente ao longo da obra é dar condições para o homem vencer a natureza, superar suas barreiras e fazer da terra plantio de produção do algodão de finas fibras. O sertão é um texto e o Seridó é a narrativa deste.

Mesmo não se considerando tão conhecedor quanto Eloy e Felipe Guerra acerca do assunto, se atreve a apontar as características econômicas do Seridó, historicizando os usos do espaço, imaginando-o como um grande palimpsesto com marcas de uma colonização através das fazendas de gado, da bravura dos vaqueiros, do cultivo do algodão, vislumbrando o progresso econômico. A natureza atravessa sua narrativa, ditando formas de pensar e agir sobre o espaço como objeto de análise.

A vida do Seridó na sua visão é, enfim, uma eterna peleja com o espaço, luta com a seca, enfrentando a aridez, levando a uma exigência de novas alternativas para dirimir o impasse existente entre a natureza e o homem

Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956) era outro seridoense, de Serra Negra do Norte preocupado com o sertão, ligando-o às suas vivências e desejos trazidos da memória, do viver e do rememorar de uma vida rural de muita labuta. É ele, o autor de *Velhos Costumes do meu Sertão*, cujo enredo é pautado nas lembranças das conversas no copiar da fazenda, nas histórias ouvidas em noites de luar, nas comidas e festas na infância e primeira juventude.

A narrativa de Lamartine é a voz do sertanejo contando os velhos costumes de seu sertão, composto de lugares de memória, lugares de uma

memória conservada por identificações quanto ao ser cultural preso às histórias do gado, do indígena, do senhor da fazenda, da devoção cristã, da intrepidez de uma terra que produz homens fortes, e assim por diante.

Para ele, a natureza tem o homem como o autor modelador, aquele que a transforma. Assim, via o homem como um dos agentes construtores de novas naturezas, que são configuradas a partir da noção de espaço transformado pelo homem. Ela seria envolvida pelo gesso da tradição, daí o autor evocar a necessidade de escrever sobre o sertão de outrora para fixar um espaço vivido e assim manter vivo os seus velhos costumes.

Seguindo a tendência do pai, o natalense, Oswaldo Lamartine de Faria (1919-2007), tinha suas raízes familiares em Serra Negra do Norte, região do Seridó. Caçula dos dez filhos do ex-governador Juvenal Lamartine de Faria e Silvina Bezerra de Faria, apesar de ter morado em lugares como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Fortaleza e Recife, nunca esqueceu de sua origem potiguar.

Durante anos se dedicou à fazenda Lagoa Nova, propriedade de sua família em São Paulo do Potengi-RN e lá começou a observar os costumes e a cultura do sertão, tornando-se grande estudioso da problemática da seca e do Nordeste brasileiro, priorizando a vida do sertão, a pescaria e açudes.

Começou sua produção literária a partir de 1940, consagrando-se como grande sertanista brasileiro, diante do trabalho etnográfico sobre a região em *Sertões do Seridó*.

Também, coloca-se como o locutor do *Sertão de nunca mais*, sucumbido pela terraplanagem cultural da eletricidade, da eletrônica, das estradas, dos meios de comunicação. O homem é sempre um interventor junto à natureza e suas possibilidades.

Tratando da realidade do Nordeste e da seca de um modo mais geral, o macaibense, Tavares de Lyra (1872-1958), historiador de renome nacional, político que em 1904-1906, governou o Estado em um período de seca, não se ateve apenas ao Seridó. Quando convidado pelo conselheiro Afonso Pena, ministro de Justiça e Interior exerceu tal função com eficiência até 1909, apoiando inclusive Eloy de Souza, na sua defesa em favor da região. Após a morte do presidente Afonso Pena, Tavares de Lyra abandonou momentaneamente a vida pública.

É autor dos livros, *Domínio holandês no Brasil especialmente no Rio Grande do Norte*, *História do Rio Grande do Norte*, sua obra mais

importante e também, *As secas do Nordeste*, ressaltando o descaso e a omissão do governo ao problema das secas, que assolavam periodicamente a região, desde os tempos coloniais.

Aponta ainda que a ação do governo nesse período era manifestada apenas pela distribuição tardia de socorros, quando a crise tinha atingido o maior grau de intensidade. Por conseguinte, “a imprevidência dos governos frente às secas tornou-se um legado que passou da Colônia para o Império e deste à República, não se tomando medidas definitivas, ao ponto de a situação atingir o auge de sua cronicidade.” (LYRA, 1981, p. 40-41).

Tavares de Lyra ainda apresenta um quadro demonstrativo das secas ocorridas nos séculos XVIII e XIX (LYRA, 1981, p. 42).

Tabela 1: SECAS DOS SÉCULOS XVIII E XIX

SÉCULO XVIII	SÉCULO XIX
1710-1711	1809-1810
1723-1727	1824-1825
1744-1745	1844-1845
1791-1793	1877-1879*
1777-1778	1888-1889

Fonte: Lyra (1981).

Nota: *Grifo nosso.

Diante desse quadro, é lamentável que, mesmo com o registro de todas essas secas, apenas em 1877-1879, pela primeira vez, se recebeu auxílios públicos, sem, no entanto, obter resultados eficazes (DANTAS, 1941, p.118-121).

Mas, a temática do Nordeste e da seca que assola essa região para Felipe Neri de Brito Guerra (1867-1951), era uma tônica da família. Remonta do seu bisavô paterno, Manoel Antônio Dantas Corrêa, de quem ele descreve uma crônica de 1847, de sua autoria, no seu livro clássico, *Secas contra seca*, tratando das calamidades ocorridas no ano de 1600 e as suas conseqüências, sobretudo, a fome e, por conseguinte, a morte do sertanejo e do gado (GUERRA; GUERRA, 1909).

No entanto, em *Secas do Nordeste* Felipe Guerra lamenta que “não exista uma história das secas do Nordeste nem mesmo uma cronologia completa.” Considera que o que há a respeito é uma “literatura fragmentária” que é mais abundante no Ceará. No Rio Grande do Norte se conhece muito pouco (GUERRA, 1951, p. 201).

Remontando ao século do descobrimento e ao seguinte, ele afirma que,

O Padre Serafim Leite, S. J. (História da Companhia de Jesus) alude a secas na Bahia e Pernambuco no século XVI, portanto no século do descobrimento, fazendo as crônicas referências aos anos de 1559, 1564, 1592. Passando ao século seguinte, João Brígido em seu 'Resumo da História do Ceará', diz que em 1600 houve uma grande seca. Em relação ao ano de 1692, essa publicação diz: 'Nesse ano deu-se uma seca na qual Pernambuco sofreu muito. Naturalmente esta seca se estendeu ao Ceará; e se na Província não há notícia dela, é que nada ficou nos seus arquivos e o Ceará tinha então mui diminuta população (GUERRA, 1951, p. 202).

Nesse sentido, percebe-se, que Felipe Guerra tinha razão ao dizer que praticamente eram inexistentes e incompletos os registros sobre as secas, pois desse período nada consta do Rio Grande do Norte e Paraíba, que segundo ele eram os chamados estados da zona central da seca, ao lado do Ceará.

Da mesma família de Felipe Guerra, era Francisco de Brito Guerra (1777-1845), Padre Guerra, que embora nascido na região de Assu, tornara-se um autêntico seridoense e a mais importante figura de político potiguar no Império, mantendo estreita amizade com o regente Diogo Feijó. Como Senador e Deputado, teve “a iniciativa de combater as mazelas da região pela ação de homem público, que na sede da nação ainda não federada, precisava mais que nunca de competência e habilidade para chamar a atenção do compromisso nacional para com o Nordeste.” (GURGEL, [2003?], p. 5-14). Além do mais “fundou a imprensa do Rio Grande do Norte e bateu-se pela abertura do porto de Natal.” (GUERRA, 2004, p.5).

Porém, dessa família, o que primeiro procurou abraçar a causa sertaneja foi Felipe Guerra, firmando-se em dois pontos básicos: a açudagem e a instrução pública.

Em todos os lugares em que tenho residido proponho-me a lecionar, fazendo o papel de mestre-escola,

quasi sempre gratuitamente. D'hai vários artigos publicados pela imprensa; e como meios de despertar espíritos já adultos, a propaganda sobre a açudagem (GUERRA; GUERRA, 1909, p. 4).

Conforme Eloy de Souza

Teve em nossa terra a primazia como propagandista da açudagem, único meio de atenuar os efeitos das calamidades climatéricas. Não se limitou a escrever artigos exaustivos para demonstrar essa iniludível verdade. Quando Deputado criou um projeto de lei concedendo prêmios aos fazendeiros e agricultores que construíssem pequenos reservatórios destinados aos rebanhos e ao plantio de vazante (SOUZA, 2003, p. 5-6).

Mas, o próprio Eloy afirma que esse projeto foi rejeitado, pois “os tempos ainda não estavam maduros para que pudessem vingar iniciativas consideradas meras divagações e sonho de um moço sertanejo.” (SOUZA, 2003, p. 6).

Após se reconciliar com Felipe Guerra, intermediado pelo seu filho Otto Guerra, Eloy escreve um artigo reconhecendo e enaltecendo o trabalho de Felipe pela causa do nordeste, publicado no jornal “Diário de Natal”, em 21-12-1947, que foi incluído no livro, *O Mossoroense Felipe Guerra*, organizado por Vingt-Un Rosado.

Nele SOUZA (2003, p. 9) afirma que:

O Desembargador Felipe Guerra tem sido no Rio Grande do Norte, o defensor mais atento e mais capaz dos interesses ligados à debelação das secas, não é menos verdade que por uma convicção igual coloca acima da solução desse problema a instrução e educação do povo. É ele quem o afirma em palavras muito precisas e numa demonstração percuciente. Na juventude ensinou em várias cidades do interior as primeiras letras a crianças que não podiam freqüentar escolas públicas, por falta de meios. Em Caicó fundou o Centro Educativo que inaugurou, pronunciando um discurso com idéias e compreensão dos caicoenses, instruídos ou não.

Além do livro clássico, *Secas contra as secas e Secas do Nordeste*, escreveu, *Ainda Nordeste*, no qual ele trava uma polêmica com o engenheiro Zenon Fleury Monteiro, autor de, *A margem dos Carirys*,

depreciando as qualidades dos nordestinos, após dois anos que passou nos Carirys da Paraíba como engenheiro das secas. Felipe também publicou, *Nordete Semi-árido* e *A seca de 1915*. O primeiro tratando mais precisamente do Semiárido e o segundo descrevendo o drama da seca de 1915 em Mossoró, onde ocupava o cargo de Juiz de Direito. Ali se empenhou no sentido de agilizar providências para a conhecida capital do Oeste Potiguar, ponto de convergência dos flagelados da seca das localidades circunvizinhas. “A cidade foi invadida por oito mil retirantes, famintos e andrajosos” (GUERRA, 1985, p. 12). A seca de 1915 é, sobretudo, um registro das providências não apenas para os efeitos da seca, como também uma peleja oportuna pela construção da Estrada de Ferro.

Seguindo a tradição da família, dois dos filhos de Felipe Guerra, mossoroenses, Otto de Brito Guerra (1912-1996) e Paulo de Brito Guerra (1914-2006), continuaram se dedicando aos estudos sobre o Nordeste e a seca.

Otto Guerra, natural de Mossoró-RN, destacou-se como advogado, professor, líder católico, jornalista e escritor, sobretudo tratando da questão do Nordeste, especialmente do Rio Grande do Norte. Publicou *O desenvolvimento a serviço do homem*, 1973, *Tragédia e epopéia do Nordeste*, 1983 e *Vida e Morte do Nordestino: análise retrospectiva*, 1989. Todos esses livros, geralmente fazem referências aos clássicos, como Felipe Guerra, Eloy de Souza, Joaquim Inácio, Juvenal Lamartine e José Augusto.

O primeiro livro vê o homem como o centro de tudo, demonstrando ser inconformado com a situação dos menos favorecidos, marginalizados e por isso, despreparados para o mercado de trabalho. Daí vislumbra o desenvolvimento harmônico, propiciando condições dignas para os pequenos.

O segundo é uma série de artigos publicados no Jornal, *A Ordem*, nos anos de 1948-1953, tratando dos efeitos das secas, sobretudo a de 1877, 1907 e a de 1915. Os dados alarmantes da mortalidade em massa e a migração forçada do Nordeste para a Amazônia e para o Sul e a sua correspondente discriminação e menosprezo, além da desigualdade no tratamento entre o imigrante estrangeiro e o trabalhador nordestino, ele chama de tragédia; e a resistência incomum, a luta heróica do sertanejo contra as secas, conseguindo manter-se no solo árido e cultivá-lo seria uma epopéia, que Ralph Sopper, um dos técnicos estrangeiros das secas afirmou, 'se constituir uma das páginas épicas da América Latina.' (GUERRA, 1983, p. 5).

O terceiro livro, *Vida e morte do nordestino*, foi inspirado no Livro *Vida e morte do bandeirante*, do autor, Alcântara Machado e baseado nos

estudos de Olavo Medeiros Filho sobre as antigas famílias do Seridó, seus inventários e testamentos; em estudos de Hélio Galvão sobre as famílias do litoral do Rio Grande do Norte (Goianinha e Arês) e nos de Sebastião Vasconcelos dos Santos e Nanci Neiza Wanderlei, a respeito de Mossoró (GUERRA, 1989).

A referida obra trata da vida dos povoadores dos locais estudados, suas raízes, costumes, características das famílias tradicionais que se sobressaíam à sujeição das mulheres e à morte desses povoadores, cujas causas, recaíam, à fome, escassez de médico, fatalidades, epidemias, doenças contagiosas, dentre outras, fruto do atraso e isolamento da região.

Paulo Guerra o caçula dos filhos de Felipe Guerra, natural de Mossoró, graduou-se pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Estado de Minas Gerais. Deu a sua parcela de colaboração para o desenvolvimento do Nordeste, ao compor a equipe de técnicos do IFOCS-DNOCS, na Paraíba e no Ceará. Foi assessor do BNB, especializando-se em irrigação e drenagem no Bureau of Reclamation em Denver, Colorado, tomando parte da discussão da Lei de Irrigação e do Projeto Sertanejo, em Recife, Rio de Janeiro e Brasília.

Sua obra principal é a *Civilização da seca*, na qual ele inicia fazendo uma caracterização da seca como “a falta de suprimento de água de uma região, causada pela ausência, insuficiência, interrupção ou má distribuição das chuvas.” (GUERRA, 1981, p. 22).

Continuando, ele faz uma retrospectiva histórica das secas, informando mais uma remota notícia das secas, ocorrida em 1583, em Pernambuco e Bahia, encontrada nos registros do padre jesuíta Cardim, publicada no livro, *História das secas*, de Joaquim Alves. Amplia, portanto, a pesquisa divulgada por Felipe Guerra, na qual o Padre Serafim Leite, faz referência a uma seca na Bahia, em 1559 (ALVES, 1953 apud GUERRA, 1981).

O referido autor ainda aponta registros de secas no século XVII, considerados por ele, “registros pobres”, oriundos dos cearenses, “Idelfonso Albano, Barão de Stuart e Thomas Pompeu de Souza Brasil afirmando a ocorrência de secas nos anos de 1603, 1614, 1645 e 1692.” (GUERRA, 1981, p. 24).

Assim, baseando-se nas pesquisas de Felipe Guerra e Paulo Guerra, a autora apresenta o seguinte quadro demonstrativo das secas ocorridas nos séculos XVI e XVII.

Tabela 2: SECA DOS SÉCULOS XVI E XVII

Século XVI	Século XVII
1559	1600
1564	1603
1583	1614
1592	1645
	1692

Conforme Guerra (1981, p. 227) foram as seguintes as secas do Nordeste que aconteceram nos séculos XVIII, XIX e XX:

Tabela 3: SECAS DOS SÉCULOS XVIII, XIX E XX

Século XVIII	Século XIX	Século XX
1723-1727	1808-1809	1900
1744-1746	1814	1902
1766	1817	1907-1908
1777-1778	1825-1826	1915
	1837	1930-1932
	1844-1845	1942
	1860	
	1868-1869	
	1877-1879	
	1885	
	1888-1889	
	1891-1892	
	1898	

Quanto à assistência dos governos ao problema das secas

Dizem as velhas crônicas e relatórios que a assistência do Governo às populações, até 1845, limitava-se à distribuição de esmolas, passando-se à construção de cadeias e igrejas, para dar trabalhos aos flagelados. A seguir o governo mandou que utilizasse a mão de obra em construção de açudes e estradas. Tais obras eram pobres, em técnica e em administração, esta a cargo dos chefes políticos (GUERRA, 1981, p.25-26).

Conforme Felipe Guerra só em 1877 surgiram as Comissões com notícias de defesa contra as secas; as secas de 1900, 1902, 1903 abriram caminho à Inspetoria de Obras Contra as Secas; com a seca de 1915 intensificaram-se as obras de infra-estrutura; durante as secas de 1931, 1932, 1933 houve a reestruturação da política governamental, chamada fase da diferenciação.

Outro norte-rio-grandense dessa geração de estudiosos das secas é Joaquim Inácio de Carvalho Filho (1888-1948), que nascera na fazenda Pico Branco, município de Martins, destacando-se com uma larga página de serviços desenvolvidos na vida pública do Estado.

Na esteira de Felipe Guerra se detém ao Nordeste, também, com o olhar direcionado ao Rio Grande do Norte. Fundamentado nos aspectos geográficos, sociais e econômicos, inquieta-se com a sujeição regional, tornando-se um forte aliado do sertanejo, protestando contra “as insinuações caluniosas, segundo as quais a região é mais trucidada pela indolência, pela preguiça do sertanejo, do que pelo azorrague da seca.” (CARVALHO FILHO, 1976, p.35).

Para ele, o sertanejo não é o entrave, não é o mal do Nordeste. Daí declara que é preciso acentuar bem, que “o maior mal, é o criminoso abandono, o terrível isolamento a que os poderes públicos, a União até bem pouco tempo, tinham condenado o brônzeo sertanejo tostado pelos sóis adurentes, tenham-no vilipendiado, degradando-o.” (CARVALHO FILHO, 1976, p.35).

Sensível ao problema, empreende estudos sobre, *O baixo Açú* e o *O vale do Upanema* apresentando uma solução notória a partir do aproveitamento dos vales úmidos, áreas úteis, fixando a população que vive em situação angustiosa e áspere, evitando migrações. Também estudou o Seridó, analisando o potencial econômico representado pelo algodão mocó.

Nessa perspectiva, em *O Rio Grande do Norte numa visão prospectiva*, deixa clara a sua vontade de ver o seu Estado independente, expressando “um pensamento quanto ao futuro do Estado, qual seja, o de virmos um dia não só a bastar-nos a nós mesmos, como a realizar grandes exportações.” (CARVALHO FILHO, 1976, p.17).

Dessa forma, Joaquim Inácio antecipava a cantora paraibana, Elba Ramalho, que em 1983 “sacudiu” a alma da região com a música Nordeste independente, expressando o grito, a dor da seca, a fome, as belezas e mitos culturais, de autoria de Ivanildo Vilanova e melodia de Bráulio Tavares.

Ele sonhava com o desenvolvimento harmônico, estável e consolidado das diversas zonas do Estado,

entre as quais, avulta preponderante a importante região do baixo Assu como todas as outras atualmente imersas naquele 'estado comatoso', a qual alude Roderic Grandall e do qual é preciso se libertarem para que o Rio Grande do Norte possa 'ser posto em plano igual ao dos mais adiantados Estados' (CARVALHO FILHO, 1976, p. 18).

Mas, o grande sonhador mesmo da redenção do Nordeste, tão quanto ou mais que Joaquim Inácio, ou mesmo, Felipe Guerra, Manoel Dantas, Juvenal Lamartine para falar da geração do século XIX, foi **Eloy de Souza** (1873-1959). No seu imaginário, um dia o sertanejo iria se tornar um verdadeiro cidadão brasileiro, ou seja, sujeito de direitos e deveres nacionais. As suas qualidades positivas, coragem, força, disposição para o trabalho, o elevariam à condição de cidadão. O sertanejo era a “raça” que Eloy pretendia libertar do sofrimento provocado pela seca.



Foto 20: Eloy de Souza.
Fonte: Cardoso (2006).

Na verdade a proposta de Eloy só pode ser admitida mesmo no campo simbólico, pois jamais o trabalhador do campo iria superar a sua condição de inferioridade social, apenas pela força do trabalho e virtudes positivas, numa estrutura social capitalista atrasada, que dificulta até a mobilização popular.

Nesse sentido, conforme Maria Fernanda Lombardi Fernandes, em Introdução à política brasileira organizado por Humberto Dantas e José Paulo Martins Júnior,

Movimentos populares eclodiram na Primeira República, mas geralmente eram esmagados pelas forças governamentais. [...] Quanto aos movimentos políticos propriamente ditos, estes ganharam corpo a partir da década de 10, principalmente no final, com a greve geral de 1917 e a Fundação do PCB, em 1922 (que cedo ganhou a clandestinidade) [...] (DANTAS; MARTINS JÚNIOR, 2007, p. 128).

Mas, Eloy demonstrava ser um verdadeiro apaixonado pela região, dizendo sentir um “alvorço” interior ao falar do sertão e do sertanejo. “Quando falo da nossa terra sinto na memória do coração o alvorço de todas as recordações que ali dormem acalentadas pela saudade.” (SOUZA, 1930, p. 1).

Dessa forma Eloy transparece em sua obra a pessoa que ele leva dentro de si. A esse respeito, a autora deste trabalho lembra de um comentário do escritor português José Saramago ao recolher em seu diário a frase de um estudante que assistira a uma palestra sua na Universidade de Valência, no ano de 1994: 'Gostei daquela sua idéia de que os livros levam uma pessoa dentro, o autor.' “Agradei-lhe ter-me compreendido.” (SARAMAGO, 1997, p. 169).

Contudo, existem livros que nem sempre levam dentro dele unicamente a pessoa do autor, já que por vezes o narrador desdobra o gesto autoral para criar um autor ficcional dotado de identidade e opiniões próprias, distintas daquela de seu criador literário.

Mas, este não é o caso de Eloy de Souza que é fortemente autoral em sua obra e revelador de suas opiniões e de uma personalidade emotiva, dinâmica, forte, tenaz. E mesmo quando ele usa o pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro em Cartas de um sertanejo e Cartas de um desconhecido, usando alguns artifícios para enfatizar determinadas situações, o autor

reflete e reforça as suas intenções, os seus ideais, as suas revoltas e contentamentos, o que significa dizer que Jacinto Canela de Ferro é o protótipo do sertanejo bravo, forte, a começar pelas pernas de ferro, resistentes, para aguentar as intempéries da seca e a rudeza do sertão. Desse modo, as características de Jacinto são idênticas ao do seu criador Eloy, inclusive, as suas opiniões, por vezes contundentes, drásticas, críticas.

Nesse sentido, *O calvário das secas*, sua obra clássica, resultado de 31 artigos publicados no jornal A República em 1937, revela o seu espírito combativo em defesa do Nordeste ao travar uma polêmica com o engenheiro da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Clodomiro Pereira da Silva (1987) que no seu livro *O problema das secas no Nordeste brasileiro*, discordava de seu projeto que deu origem a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS).

A ação da Inspetoria de Secas, como elemento civilizador e educativo foi e continua a ser formidável. O sertão de hoje, a todos os respeitos, não se parece com o sertão de vinte anos passados, quer no número de cidades e sua edificação, quer no conforto que elas oferecem, mesmo a forasteiros exigentes. O livro objeto destas linhas, a esse propósito, é anacrônico. O seu autor, por tantos títulos merecedor de nossa admiração, se viesse ao nordeste agora, não teria nenhum constrangimento em refundir suas opiniões, para ajustá-las à realidade (SOUZA, 1976, p. 28).

Cabe lembrar, ainda, que afora a idéia de Saramago de que os livros de qualquer gênero, “levam dentro”, a pessoa do autor, eles, os livros carregam inclusive, a leitura que o autor faz do tempo vivido e a sua inserção no tempo e do lugar de pertença. Assim, a obra de Eloy carrega as marcas do tempo da infância e adolescência impregnadas no convívio nas fazendas de gado do seu pai e avô materno no agreste e no sertão do Rio Grande do Norte e das influências de seu avô paterno, vaqueiro. Por outro lado, também trazia impregnados na memória os reflexos de uma educação familiar aristocrática e de uma convivência com influentes políticos do ciclo social paterno que lhe garantiam status social e lhe renderam prestígios futuros tornando-se político por uma identificação ao seu pai. O resultado disso foi constituição de um político devotado às coisas do sertão.



Foto 21: Vaquejada em homenagem à Eloy de Souza em Santana do Mato-RN.
Fonte: Cardoso (2006).

Desse modo, aprendeu a rotina da vida rural: levantar da rede antes do sol nascer, tomar banho de cuia nas cacimbas dos rios, ficar em guarda à porteira do chiqueiro dos animais, acompanhar a faina matinal da vaqueirice - arrear bezerros e tirar leite nas vacas, presenciando, inclusive, o abate das reses levadas ao triste sacrifício (Souza, 1975, p. 78-79).

O sertão e a vida das fazendas me atraíam por uma força atávica incoercível. Fui na juventude vaqueiro amador e como vaqueiro esportivo corri todos os riscos dos profissional da vaqueirice. Derrubei gado no pátio das nossas fazendas e das fazendas alheias. Corri no mato com o mesmo afã e esforço destemido (SOUZA, 1975, p. 65).



Foto 22: Eloy de Souza na porteira do curral.
 Fonte: Cardoso (2006).

Continuando ele revela a sua afoiteza, coragem e destreza na “pega do boi”, mesmo já Deputado Estadual.

Corri no mato com o mesmo afã e o mesmo impulso destemido. Quando fui a nossa fazenda “Tostado” passar alguns dias **em 1896**, incorporei-me, numa madrugada do mês de junho, aos vaqueiros que iam vaqueijar o gado para a próxima apartação. Ao serem tangidas as rezes amagotadas no rodeador para o pátio e curral da fazenda, vaquejador afora, coloquei-me numa das cabeceiras. Um boi arisco rompeu esta linha de defesa do magote em marcha. Persegui-o, sem detença, o que era dever e foi também vaidade (SOUZA, 1975, p. 65).



Foto 23: Eloy vaqueiro (o terceiro a cavalo da direita para a esquerda).
Fonte: Cardoso (2006).

Porém, a aventura de Eloy demonstrando sua habilidade no manejo do gado, teve por corolário, um arriscado acidente.

No intrincado da caatinga, uma galhada de jurema atingiu-me o pescoço e só não me causou dano maior, porque um outro galho portou valentemente nas rédeas, detendo o cavalo numa upa, libertando-me da gargalheira eriçada de espinhos. O sangue jorrou; mas, graças a Deus, os ferimentos não foram profundos e os olhos foram poupados (SOUZA, 1975, p. 65-66).

Por conseguinte, ficou impossibilitado de trabalhar devido a sua imprudência, reconhecida pelo próprio Pedro Velho.

Após alguns dias de tratamento, julguei-me capaz de participar dos trabalhos legislativos. Ao chegar a Macaíba, recebi, dois dias depois, a visita do dr. Pedro Velho. Verificou a minha condição de convalescente e intimou-me a só aparecer no Congresso quando os vestígios da imprudência se tivessem tornado menos visíveis (SOUZA, 1975, p. 66).

Conheceu de perto a bonança do inverno e o calvário das secas do sertão, quando viu retirantes caindo de fome na seca de 1877, presenciando impressionado a morte de um deles aos quatro anos de idade.

Do seca de 1877 guardo a reminiscência de ter visto morrer a primeira criatura humana, um pobre retirante abarracado nas proximidades da casa paterna em Macaíba [...] no subconsciente da criança que ainda não havia completado cinco anos, nunca mais se apagou a memória do quadro que não recordo sem o espanto próprio daquela idade e que fujo à amargura de descrever (SOUZA, 1976, p. 9).

Igualmente ou pior à imagem que teve da seca de 1877, foi assistir o drama terrível da seca de 1904 em Natal,

Natal viu, então, horas de grande aflição nos longos e intermináveis dias de sofrimentos cruciantes [...] Os bandos de maltrapilhos cobrem de luto a cidade. Nos abarracamentos a promiscuidade que não separava os sexos nem as idades, também não isolavam os doentes dos sãos. Aos gemidos dos adultos se misturava o choro das crianças, queimadas pela febre, o pranto das mães martirizadas pela angústia de não encontrarem no seio murcho uma gota de leite para matar a primeira fome do filho recém-nascido (SOUZA, 1976, p. 10).

Conforme Itamar de Souza e João Medeiros Filho, em *Os degredados filhos da seca*, em 1904 Natal dobrou a população devido a invasão dos flagelados, gerando problemas na cidade.

No dia quatro de abril de 1904 cerca de dois mil famintos – homens, mulheres e crianças – dirigiram-se à residência do Governador do Estado, Dr. Augusto Tavares de Lyra, implorando comida e trabalho, sua Excia respondeu, através do ajudante-de-ordens que não tinha comida nem trabalho para lhes oferecer. Diante dessa frieza, os flagelados saíram perambulando pelas ruas (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983, p. 52).

Conforme esses autores, passados vinte e três dias, os flagelados não suportando mais a fome, saquearam os sacos de farinha trazidos de Pernambuco pelo vapor Rio Formoso para a firma Melo & Companhia. (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983, p. 52).

No dia vinte e sete de abril foram novamente à residência oficial do governador reivindicar a comida para matar a fome. Sua Excia respondeu que nada podia fazer, que não recebera ainda nenhuma ajuda do Governo Federal. Saindo a multidão da casa do governador, dirigiu-se para o cais do porto, onde uma lancha descarregava farinha para a firma Alves & Companhia. Não obstante a presença da polícia no local, os flagelados avançaram sobre os sacos de farinha armados de cacetes, facas, e pedras. Travou-se uma luta violenta entre soldados do Batalhão de Segurança e os famintos saindo muitos feridos de ambos os lados (SOUZA; MEDEIROS FILHO, 1983, p. 52).

Percebe-se assim, uma negligência e por que não dizer hipocrisia, falta de sensibilidade e cinismo do citado governador, que fez parte do governo federal como ministro e era crítico desse governo, teórico da seca, não tomando nenhuma iniciativa emergencial, numa total postura de descaso, sequer uma campanha junto à população, pois a fome grita mais alto! O próprio Eloy nesse sentido, comenta que “[...] a imprensa desabridamente, ataca os governos estaduais e federais, sobretudo a este pela falta de auxílios e providências remediadoras.” (SOUZA, 1975, p. 37).

Ainda tratando da seca de 1904 Eloy de Souza foi testemunha, por ocasião do triste embarque dos retirantes saindo de Natal em busca das terras do Sul e do Norte.

Foi assim que cerca de vinte e cinco mil retirantes estacionaram aqui aguardando transporte para o Sul ou para o Norte. Perto de vinte e três mil saíram barra a fora ao léu da sorte. Muitos morreram nos seringais da Amazônia dos poucos que buscaram terras mineiras e paulistas, alguns regressaram desencantados, outros por lá viveram ou vivem ainda arrastando o infortúnio do trabalhador nordestino. Bem ou mal salvaram-se os que não partiram e puderam voltar aos lares temporariamente abandonados e ao calor da terra que tem nutrido tantas gerações para o calvário das secas (SOUZA, 1976, p. 11).

Eloy viu ainda, aumentando a desgraça dos miseráveis, a contaminação do surto de varíola ceifando centenas de criaturas. Então, sensibilizado, fez “parte da comissão vacinadora e como era relativamente moço e sadio, coube-me a tarefa de percorrer a cidade inteira, entre os

limites da Solidão, hoje Tirol, até entestar com as Dunas da Fortaleza. Vacinei cerca de 800 pessoas.” (SOUZA, 1975, p. 60).

Presenciando penúria igual em Natal, na seca de 1906, se dispôs ao trabalho de assistência, distribuindo roupas para as “pobres criaturas sem um trapo que lhes escondesse a nudez.” (SOUZA, 1975, p. 60), mas apavorou-se, quando foi praguejado pela sobrinha de Jesuíno Brilhante, pelo fato de ter acabado a remessa de roupas para doação aos flagelados, justamente quando chegou a sua vez.

Nunca mais me esqueci das pragas contra mim irrogadas na distribuição desses vestuários em frente ao Teatro Carlos Gomes por uma sobrinha de Jesuíno Brilhante: de joelhos, mãos postas, bradando aos céus, tudo por não poder ter sido possível dar-lhe um vestido destinado a mocinhas desnudas. – 'permita Deus que tenhas tanto sossego, como as ondas do mar; que aumentes tanto como correia no fogo e sejas consumido pelo fogo do inferno' (SOUZA, 1975, p. 60, grifo do autor).

Estarrecido, diante de tanto sofrimento e depois dessa praga, bastante abalado, Eloy de Souza fez um “juramento íntimo” a partir de então, de “propugnar com todas as minhas forças pelo paradeiro desta vergonha, menos das províncias esquecidas, do que da nação brasileira.” (SOUZA, 1975, p. 60).

Nesse sentido, em 28 de novembro de 1906 fez o seu primeiro grande pronunciamento no Congresso Nacional, que diante da grande repercussão nacional, posteriormente foi publicado em livro intitulado, *Seca do Norte e cabotagem nacional*. Assim, falou como representante de “um dos Estados mais flagelados pela visita periódica de crises climáticas, altamente prejudiciais ao desenvolvimento e ao progresso de uma vasta região do norte”, de forma sentimental e emotivo, na iminência de sensibilizar mesmo a plenária (SOUZA, 1906, p. 1).

É interessante observar, que Eloy de Souza atribui a causa do atraso da região, simplesmente ao problema das secas, omitindo os aspectos estruturais do modo de ocupação do espaço, de exploração dos recursos naturais e de subordinação da população. A questão é mais profunda, está na base da reprodução secular das condições de miséria que fragilizam as famílias sertanejas, impedindo-as de resistir aos efeitos das estiagens prolongadas.

Aliás, não só Eloy de Souza, como outros norte-rio-grandenses que interpretaram a questão das secas do Nordeste, a exemplo de Manoel Dantas, José Augusto, Juvenal Lamartine, Felipe Guerra, Otto Guerra, para não citar todos, se prendiam à natureza para explicar os seus dilemas. Essa era uma forma de desviar a causa da fome nos períodos de secas a uma estrutura de dominação tradicional que concentrava a terra, a renda e o poder, como bem dizia Josué de Castro na sua obra clássica, *Geografia da fome* (CASTRO, 2001). Sendo assim era natural que a economia do semiárido permanecesse tradicional e estagnada e a situação estrutural de pobreza ainda se transformasse em calamidade nas estiagens prolongadas, acentuando as desigualdades sociais.

Continuando, ele clama por uma solução urgente do governo, “a superioridade dos meus intuitos, quando venho dizer aos poderes públicos do meu país que é urgente e inadiável resolver eficazmente o problema das secas do norte, medida econômica de alcance incalculável.” (SOUZA, 1906, p. 3).

Nesse pronunciamento, Eloy critica a omissão dos governos com relação ao problema das secas, à migração forçada dos flagelados e propõe a solução baseado na realidade de outros países, como Colorado, Montana, Austrália, Argélia, Argentina, Índia, Arábia e Egito, a construção de grandes açudes que permitam governar pela irrigação as lavouras (SOUZA, 1906). Sou, Senhor Presidente, francamente partidário do consórcio hidráulico para a realização de tais melhoramentos (SOUZA, 1906, p. 10).

Essa chamada solução hidráulica, pela açudagem e irrigação, era defendida como a capacidade humana de modificar as condições naturais inóspitas, ou seja, como solução direta dos problemas das secas.

Mas, ao procurar resolver o problema através de técnicas modernas de irrigação, passa uma visão fragmentada e reducionista, como se soluções tecnológicas fossem a única e principal solução das secas. É claro que a água é indispensável à vida humana, porém o que está por trás de sua proposta é o utilitarismo economicista do combate à seca. Combater a seca é uma crença na capacidade do progresso, como solução técnica aos problemas que expressa as crenças e atitudes civilizatórias da modernidade. Sua finalidade implícita é modificar a natureza, conhecendo as causas naturais da seca e agindo sobre os seus efeitos para promoção do progresso da humanidade.

Segundo Capra (1999, p. 28), em *Ponto de mutação: a ciência a sociedade e a cultura emergente*, essa concepção inclui a crença de que

[...] o método científico é única abordagem válida do conhecimento; a concepção do universo como um

Continuando a mostrar os efeitos das secas, ele diz:

Chego, Senhor Presidente, à seca de 1877: e como não tenho o interesse nem a pretensão de emocionar a Câmara narrando o que foi essa inominada odisséia, contando as cenas de horror jamais excedidas e raramente igualadas na história do sofrimento humano, fujo com pena de mim mesmo à dor exaustiva de lembrar que um dia houve no meu país, em que o pai faminto devorara o filho pequenino, e fogueiras crepitaram em plena Fortaleza, num ensaio infeliz de incineração dos cadáveres que as valas extensas e profundas não mais comportavam (SOUZA, 1906, p. 6).

Prosseguindo na quantificação dos dados, ele afirma:

Em novembro de 1878 (pasmem a Câmara!) morreram na capital do Ceará 10.926 pessoas; em dezembro, 15.352; e, em um só dia deste mês, mil e doze criaturas foram devoradas pela varíola e outras epidemias. Computar em 90.000 os mortos do Rio Grande do Norte não será exagerado, atendendo-se a que, somente em Mossoró, pequena cidade do litoral sucumbiram a fome e de várias doenças 35.000 (SOUZA, 1906, p. 6).

Eloy de Souza afirma que Mossoró foi um verdadeiro horror, na seca de 1877.

Mossoró foi, nesta província, o teatro das mais tristes cenas da miséria. A nudez, a fome, as epidemias ceifaram grande número de vidas, e iam abrindo espaço aos recém chegados. De janeiro de 1878 até agora (27 de outubro de 1879) foram sepultados no cemitério público daquela cidade, conforme a relação de óbitos organizada pelo respectivo e muito digno vigário, 31 mil vidas, podendo, sem perigo de erro, calcular-se em cinco mil o número dos que foram enterrados fora do cemitério, pela impossibilidade de enterrar-se os cadáveres dos que morriam nos abairramentos situados a alguma distância da cidade (SOUZA, 1906, p. 7).

Nesse pronunciamento Eloy de Souza externa que sua preocupação é extinguir de uma vez por todas as secas periódicas, com o seu cortejo de desastres e de infelicidades, pois os governos só se lembram

de que há seca quando o flagelo assola regiões, matando milhares de pessoas, implantando a ruína, o desastre e a morte.

Ele também chama atenção para os problemas das enchentes já àquela época: “Será curioso, Senhor Presidente, para melhor destacar os caprichos do nosso regime climatérico, agrupar os anos diluviais, quase tão calamitosos como as maiores secas.” (SOUZA, 1906, p. 12).

Assim afirma que o seu desejo é sistematizar os serviços de tal forma, que se consiga impedir os efeitos da seca. Daí aponta como prioridade: a construção de grandes açudes que possibilitem processos modernos de irrigação. Além de barragens de rios, cultura intensiva, poços artesianos, um trabalho intenso, que mesmo um governo futuro se veja obrigado a concluir e construção de estradas de ferro (SOUZA, 1906).

Enfim ele reforça o seu pleito perante a Câmara dos Deputados nos seguintes termos:

Tomo, entretanto, a liberdade de ponderar a Sua Excelência que não o exclua do seu plano de obras preventivas contra os efeitos das secas a grande açudagem. Não a quero nem a pleitearia jamais como tipo comum e normal; mas ela se recomenda e impõe em pleno coração da terra sertaneja para evitar que nas calamidades excepcionais busquem o litoral, favorecendo as epidemias, as grandes massas tangidas pela fome (SOUZA, 1906, p. 13).

Esse pronunciamento, “grito de alerta”, espécie de “medida de choque”, ousado, decisivo, corajoso, do neófito representante de um Estado pequeno, desprestigiado, sem repercussão política, gerou na verdade impacto nacional, provocando uma tomada de posição urgente e eficaz do problema.

Dando prosseguimento aos intérpretes norte-rio-grandenses sobre o Nordeste e a seca, o natalense, Luiz da Câmara Cascudo (1898-1986), etnógrafo, folclorista, historiador e memorialista, bebendo na fonte de Eloy de Souza e de Joaquim Inácio, e tantos outros que lhe antecederam no Estado, iniciou aos vinte anos sua carreira de escritor como cronista no jornal A Imprensa. Esse jornal foi fundado em 1914 por seu pai, o Coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo e por ele mantido até 1927 para que, em suas páginas, seu único filho pudesse realizar o sonho de ser escritor.

Talvez esteja entre os mais propagados cronistas brasileiros e que logo começou a esboçar seu perfil de escritor polifônico, ao publicar comentários sobre os mais diversos temas. Estreou na crônica (permaneceu fiel ao gênero até o fim de sua longa vida) quando assumiu no jornal do pai a coluna Bric-à-brac, inicialmente assinando com seu nome próprio e, a partir de 1921, utilizando por vezes apenas seu primeiro nome, Luiz ou suas iniciais L.C.C. ou ainda os pseudônimos Danton de Castro, Paulo Zoya ou Exalmir.

Cascudo inclui-se entre os clássicos das secas, sobretudo pelas suas obras, *Viajando o sertão* (1934), *Vaqueiros e cantadores* (1937) e *História do Rio Grande do Norte* (1955).

Viajando o sertão, é, praticamente, uma síntese da vida sertaneja, através da qual Cascudo demonstra seu desejo de testemunhar o observado, de eternizar pela escrita o que é efêmero, de preservar o vivido do esquecimento e da ação corrosiva do tempo.

Esse livro foi o resultado de uma série de crônicas divulgadas pelo jornal A República, em 1934, posteriormente reunidas em livro com o título de *Viajando o sertão*, e consta de dezoito crônicas escritas como relato de uma viagem pelo sertão, feita em junho de 1934, juntamente com o interventor federal, Mário Câmara, e outras autoridades locais.

O autor insiste em afirmar que a intenção é registrar, esquecendo como cronista de que, seu registro é, como todo registro, uma leitura, e, portanto, uma tradução pela via da representação escrita. Nas suas crônicas, o tempo vivido e narrado se sobressai nas entrelinhas, e isso faz delas um objeto relevante para a história social da cultura brasileira.

Considerando que o tempo da história se imiscui no que o autor pretende registrar é possível destacar uma segunda razão que sublinha o interesse dessa série de crônicas para os leitores. *Viajando o sertão* aguça a curiosidade do leitor para identificar as convicções integralistas de Cascudo naquele momento uma vez que ele deixa transparecer a sua adesão ao Integralismo no Rio Grande do Norte, caracterizando dessa forma, o seu conservadorismo.

Compreende-se, daí, a força que a cultura sertaneja - vista como algo sobrevivente ao tempo, com suas tradições intocadas - exerce sobre grande parte dos integralistas, entre os quais, Cascudo. Aos 36 anos, militante e chefe provincial integralista, ainda que desdenhe a política partidária - o autor partilhara das

belezas que encontra nos pequenos povoados, enfatizando os aspectos mais importantes da vida do sertão. O registro, quase sempre ao longo da jornada está voltado para o resgate do conjunto das tradições e saberes do sertanejo (BARBOSA, 2003, p. 295).

Outro interesse histórico dessas crônicas reside em Cascudo empreender uma cartografia simbólica do sertão que o transforma no lugar, por excelência, onde o Brasil revela sua identidade particular e também onde é possível encontrar os nexos entre essa particularidade e o que, para ele, se apresenta como o universal da cultura.

No conjunto das crônicas, no entanto, o caráter oficial da comitiva, as circunstâncias políticas que a cercaram, o evidente alinhamento de seus companheiros de jornada no novo quadro desenhado pela revolução de 1930 no que diz respeito ao poder das oligarquias estaduais, e mesmo a pauta integralista e a declaração pessoal de adesão ao integralismo se diluem. No primeiro plano, o que o cronista pretende registrar é o sertão.

Em *Vaqueiros e cantadores*, Cascudo Instigado por Mário de Andrade, numa carta de 1937, iniciou sua vasta bibliografia de folclore, com a publicação desta obra em 1939. Nela ele reúne a poesia sertaneja sobre animais e literatura de cordel. É um extenso documentário sobre a arte poética da cantoria do Nordeste, reflexo cristalino da mentalidade do Brasil sertanejo. É com essa obra que seu nome é visto como uma legenda no estudo do saber do povo nordestino.

História do Rio Grande do Norte, publicado em 1955, sem comentários, traz uma panorâmica geral da história do Estado do início da colonização à década de 1950.

Encerrando com “chave de ouro” o elenco dos intelectuais que se debruçaram sobre a realidade nordestina, destaca-se um dos mais autênticos clássicos das secas, Raimundo Nonato da Silva (1907-1993), pelo fato de ter sido um retirante, personagem, portanto, desse drama, deixando sua contribuição através de sua própria história em *Memória de um retirante*.

Natural de Martins, proveniente de uma família pobre, menino subnutrido, aos 10 anos de idade havia escapado da seca de 1915. Daí, quando iniciou a seca de 1919, “não contou conversa”, com apenas doze anos de idade, acompanhou um grupo de retirantes anônimos, de sua terra, a pé, caminhando sete dias, até Mossoró, “atraído pela grande cidade”, ponto de convergência dos flagelados.

Em Mossoró, iniciou a vida como engraxate, alfabetizando-se aos treze anos, custeando seus estudos na velha Escola Normal e depois, foi professor da própria Escola Normal, na União Caixeiral, acabando formado em Direito galgando a magistratura.

Estreou como escritor em 1949, no Rio de Janeiro onde residiu durante vários anos, com o romance, *Quarteirão da Fome*, lançando mais de quarenta obras entre livros e folhetins, sendo os que mais tocam a realidade nordestina, além dos já citados, *Jesuíno Brillhante*: cangaceiro romântico; e *Lampião em Mossoró*, fazendo um apanhado histórico sobre o tema do cangaço. Contudo, sua obra ainda é um tanto desconhecida pelos intelectuais da província. Depois de aposentado foi morar no Rio de Janeiro, mas anualmente vinha visitar a terra quente, rever amigos onde ele teve oportunidade de passar a ser gente, pois antes se considerava “anônimo” na multidão.

Diante dessa linhagem de intelectuais, estudiosos da causa do Nordeste e seus dilemas das secas, Eloy se sobressai com os seus projetos beneficiando a região e o Estado do Rio Grande do Norte.

5.2 ELOY DE SOUZA: A LUTA CONTRA AS SECAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES: A IRRIGAÇÃO

[...] tendo a honra de ter feito o primeiro regulamento da Inspeção de Obras Contra as Secas e ser o autor que serviu de base a Lei Epitácio Pessoa [...] ninguém mais do que eu é partidário das rodovias.

Eloy de Souza

Nunca conheceu repouso, férias, despreocupação. Viveu intensamente, ligados os motores em pleno rendimento mental, desde 1887. A vida não se esgotou. Abandonou o lidador sem pausa em serviço da terra comum.

Câmara Cascudo

A luta de Eloy de Souza em defesa do Nordeste não foi fácil, pois sendo parlamentar de um Estado periférico, não tinha muito peso, apesar do prestígio, do lastro que herdara de Pedro Velho e de ele próprio saber muito bem fazer a sua parte. Porém, desde a Proclamação da República a bancada cafeicultora paulista exercia um forte poder no país, assegurando a eleição do Presidente da República e garantindo o Tesouro.

Entrando na Câmara Federal em 1897, aos vinte e quatro anos, na época da chamada República Oligárquica, durante sua vida política conviveu com os seguintes presidentes: Prudente José de Moraes Barros (1894-1898), o primeiro civil, paulista; Manoel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), paulista; Francisco de Paulo Rodrigues Alves (1902-1906), paulista; Afonso Augusto Moreira Pena (1906-1909), mineiro; Nilo Procópio Peçanha (1909-1910), Rio de Janeiro; Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-1914), Rio Grande do Sul (exceção solitária); Wenceslau Brás Pereira Gomes (1914-1918), mineiro; Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa (1919-1922), paraibano, apoiado por Minas Gerais; Artur da Silva Bernardes (1922-1926), mineiro; Washington Luís Pereira de Souza (1926-1930), Rio de Janeiro e Getúlio Dorneles Vargas (1930-1934), (1934-1937), Rio Grande do Sul. Vale saber que as exceções da alternância “café e leite” foram escolhas em momentos de crises, impedindo acordos paulistas e mineiros. No caso do fluminense Nilo Peçanha, justificou-se por ele ser o vice do mineiro Afonso Pena.

Eloy de Souza encontrou uma República com resquícios do Império, adotando o uso da “máquina eleitoral”, ou seja, “eleição a bico de pena” (eleição fraudulenta), o “voto de cabresto” (controlado pelo Coronel), e a partir de **Campos Sales**, a “política dos governadores” favorecendo São Paulo e Minas Gerais, os dois Estados mais populosos e poderosos econômica e politicamente. Esta era a conhecida política de “café com leite”, que prolongou a prática do “coronelismo” na República Velha, anulando a oposição ao Governo Federal e beneficiando as oligarquias estaduais.

Contudo Eloy começa a se projetar através de um novo grupo, que surgiu pouco antes do governo de Afonso Pena constituído de jovens deputados, figuras proeminentes, talentosas e cultas, mais ou menos da sua idade, cheios de idealismo e entusiasmo, como “Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Carlos Peixoto, João Pinheiro, Celso Bayma, Miguel Calmon, João Luiz Alves, o almirante Alexandrino de Alencar, Ministro da Marinha, James Darcy, Barbosa Lima”, que se reuniam no Grande Hotel, para discutir assuntos de interesse político e jornalístico (SOUZA, 1975, p.45-46).

Segundo Eloy de Souza esse grupo foi batizado pelo deputado Augusto de Freitas, em discurso memorável, dizendo que “o General Pinheiro Machado era um prisioneiro de nova raça, parecidos como de improviso na representação dos poderes públicos, convertendo este país em um verdadeiro Jardim da Infância.” (SOUZA, 1975, p. 45).

Conforme Renato Mocellin, em *História crítica da nação brasileira*, Afonso Pena se apoiou e foi apoiado por essas novas lideranças políticas.

Para diminuir a força das oligarquias estaduais no congresso, notadamente a influência do Senador Gaúcho Pinheiro Machado, Afonso Pena procurou apoiar-se em novas lideranças políticas, fazendo do jovem, de 24 anos, Carlos Peixoto Filho, Presidente

³⁰ Rodrigues Alves, depois do mandato de Wendeslan Braz, foi eleito Presidente pela segunda vez, porém, morreu antes de tomar posse vítima da gripe espanhola, assumindo provisoriamente o cargo o presidente Cláudio Moreira, mineiro, que foi impedido de se manter no poder diante da Constituição de 1891, determinar um prazo de noventa dias para a realização de novas eleições em caso de o Presidente haver governado menos de dois anos.

da Câmara dos Deputados. A oposição clamava ironicamente de “Jardim da Infância” o legislativo que apoiava Afonso Pena (MOCÉLLIN, 1958, p. 170. Grifo nosso).

Malgrado a morte de Afonso Pena, “acreditei-me em uma nova no campo eleitoral” (SOUZA, 1975, p. 46).

Eloy afirmou que não definiu os seus pontos nas discussões, em reuniões secas, já esboçadas na Câmara dos Deputados.

Diante dos estudos dos Estados Unidos, Argentina e realidade do Nordeste, os intérpretes do Nordeste demonstrando profunda iminência de adequação à realidade brasileira.

Aliás, no Brasil, os estudos de combate aos efeitos das secas começaram em 1904, no Governo Rodrigues Alves, com a instalação da “Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas” e depois com a criação da “Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas” em 1906, no Governo Affonso Penna.

Visando pôr em prática seus estudos e depois do discurso de 28 novembro de 1906, ele começou sua luta, firmando compromissos com as pessoas mais influentes a fim de criar um órgão federal encarregado de resolver definitivamente a questão.

Os compromissos do Dr. Afonso Pena relativos à solução do problema das secas foram manifestados em Natal ao Dr. Tavares de Lira, seu Ministro da Justiça quando da Presidência. Compromissos igualmente foram tomados comigo em conversas anteriores no Rio de Janeiro. Estava assim eu certo de que o assunto não demoraria a ser tratado, tanto mais quando, era, o Dr. Miguel Calmon, íntimo amigo meu e igualmente empenhado pela redenção do Nordeste (SOUZA, 1975, p. 57).



Foto 24. Eloy de Souza caminhando no Rio de Janeiro, capital da República.
 Fonte: Cardoso (2006).

³¹ José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915), advogado, agropecuarista, líder político do Rio Grande do Sul e bastante influente no cenário nacional à época, sobretudo, controlando as bancadas dos estados médios e pequenos, era amigo íntimo de Pedro Velho, por conseguinte atencioso com Eloy de Souza.

Continuando ele mostra o desenrolar dos acontecimentos.

Desta sorte, julguei-me autorizado a lembrar ao Presidente Afonso Pena, em fevereiro de 1907, as providências iniciais com aquela finalidade. Prometeu-me que o primeiro despacho falaria com o Dr. Miguel Calmon e realmente o fez. No dia imediato fui por este procurado e dele recebi a incumbência de redigir, dentro do prazo de quinze dias, um projeto de organização da Inspetoria de Obras contra as Secas que abrangesse todas as modalidades do problema e sua execução administrativa. Não cheguei ao fim do prazo estipulado. Tinha a matéria estudada e meditada, assim pude no prazo de cinco dias desincumbir-me da tarefa que pessoalmente fui levar no Ministério da Viação, com um longo relatório justificativo das medidas propostas (SOUZA, 1975, p. 57).

Prosseguindo, ele destaca que no dia 03 de julho de 1907 *O Jornal do Comércio* havia inserido a este propósito a seguinte 'vária', que segue na íntegra:

Na legislatura passada, na Câmara dos Deputados, entre os inúmeros discursos pronunciados um houve que despertou a atenção de seus membros, entre os quais figurava o Dr. Miguel Calmon, hoje Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. **O orador foi o deputado Eloy de Souza**, representante do Rio Grande do Norte, que pronunciou um discurso sobre a seca implacável que há muitos anos vem assolando o seu Estado natal, Ceará e Paraíba e outros. Neste discurso, depois de exórdio mostrando a situação aflitiva e desoladora dos nossos patrícios do Norte, o Sr. Deputado Eloy de Souza encarou a questão sob o ponto de vista técnico e científico, reclamando do Governo providências salvadoras. Agora o Sr. Ministro da Viação, recordando-se das palavras do seu então colega, encarregou-o de fornecer ao Governo dados técnicos para bases regulamentares que permitissem organizar de vez um serviço preventivo e eficaz contra aquele flagelo. Estas bases já estão organizadas de acordo com a **Lei de 1904** e autorização da vigente orçamentária. Elas definem os trabalhos para combater o mal e as condições pelas quais o governo tem de as executar, bem como as relações da União e dos Estados para este fim. Na quinta feira da próxima semana o sr. Ministro da Indústria submeterá à

assinatura do Chefe do Estado as referidas bases regulamentares (SOUZA, 1975, p. 58, grifo nosso)

Apesar da promessa, o regulamento não foi expedido, havia sido adiado, pois o Presidente resolveu passá-lo por um Parecer de uma Comissão formada pelos seguintes profissionais: Euclides da Cunha, Gravatá, Sampaio Correia (engenheiro do Rio de Janeiro), Paulo de Frotin (engenheiro carioca), Francisco Sá, dentre outros entendidos no assunto, que ao analisarem o regulamento não fizeram alteração em seu conteúdo.

Nessa tramitação, o Presidente Afonso Pena falece sendo Nilo Peçanha quem vai expedir o Decreto que criou a Inspetoria de Obras Contra as Secas do Norte, de acordo com o regulamento elaborado pelo deputado, Eloy de Souza. Vale salientar que o Ministro da Viação, Francisco Sá (engenheiro, político e jornalista mineiro) foi quem viabilizou a criação do referido órgão, uma vez que já conhecia o regulamento.

Depois de tudo passado Eloy de Souza analisa consciente e orgulhosamente os saldos obtidos de sua difícil empreitada.

Aquele meu discurso de 1906 se é certo que considerou o lado emotivo e sentimental do problema, não é menos certo que talvez pela primeira vez no Parlamento da Monarquia e da República o problema tivesse sido encarado do ponto de vista geográfico e humano, considerados o valor da vida humana, a capacidade de trabalho do sertanejo em condições normais de saúde, o montante de salário como fator de economia doméstica, a produtividade agrícola e o desfalque incomensurável deste conjunto econômico da vigência das secas calamitosas. Conhecia, eu, a literatura demográfica do problema. Dele tinha informações precisas dos trabalhos do Senador Pompeu, ilustre estadista e político cearense que estudara o problema desde o século XVIII até o XIX (SOUZA, 1975, p. 59).

Assim, ficou consumada a criação de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) em 21 de outubro de 1909, através do Decreto Presidencial nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Em 1919, passou a se chamar IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), conforme Decreto 13.687 e de acordo com o Decreto-Lei 8,846 de 28-12-1945, DNOCS.

Observe-se que a luta institucional organizada de combate às secas, deflagrou-se com o advento da Inspetoria de Obras Contra as Secas,

criada em 21 de outubro de 1909, no Governo Nilo Peçanha, sob a persistência e tenacidade de Eloy de Souza, Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte e do empenho do mineiro, Dr. Francisco Sá, Ministro da Viação e Obras Públicas (genro de Nogueira Accioly, grande oligarca cearense).

O Engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa foi o primeiro Inspetor Geral da IOCS, permanecendo no cargo, respectivamente, nos governos de Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Destacou-se com o mais consistente plano para soerguer o Nordeste, iniciando-se, assim, os estudos básicos de apoio ao desenvolvimento do semiárido, na tentativa de torná-lo economicamente viável e menos dependente às oscilações climáticas da região.

Ainda no governo, Hermes da Fonseca, dirigiu a IOCS, o Eng. José Ayres de Souza, natural de Santana do Acaraú no Ceará.

Mas o verdadeiro salto no que diz respeito ao tratamento do semiárido na perspectiva da sustentabilidade, viria em 1919, com a eleição do notável brasileiro, Epiácio Pessoa, procedente de Umbuzeiros, sertões paraibanos, elegendo-se Presidente da República para o quadriênio 1919-1922. Assume a Presidência, no epicentro de uma das mais terríveis secas do século XX, no Nordeste, o “Dezenove”, alimentada que foi pelos resquícios maléficos da inesquecível “Seca do Quinze”. Com a transformação da IOCS em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), o Engenheiro José Luiz Mendes Diniz é nomeado o primeiro Inspetor Geral da IFOCS.

Inicialmente, a IOCS teve importante papel na produção de conhecimento, promovendo pesquisas antes mesmo das universidades. Realizou uma série de estudos geológicos, hidrológicos, botânicos, geográficos, mineralógicos sobre a região e desenvolveu uma política predominantemente hídrica. Por esta política foram detectados, nas grandes bacias dos rios temporários, locais que fossem favoráveis à construção de barragens, sendo, ainda, construídos açudes de grande capacidade de retenção de água. Ainda planejou uma educação preocupada com o trabalhador, tendo em vista as relações de trabalho fabril, possuindo um projeto, que considerava a ciência como responsável por resolver os problemas sociais através do estudo sobre a região e da participação efetiva da engenharia civil, que além da construção dos açudes, teria a “missão” de educar o povo da região. A criação desta instituição estava ligada a uma idéia de modernização, de levar o progresso ao semiárido resolvendo um problema social por meio da ciência.

Arrojado Lisboa representava uma linha de pensamento que acreditava no “combate às secas” através da ação do Estado e por meio da engenharia, uma forma de educar o povo para o progresso. Esta foi à base de atuação da IOCS nos dois períodos em que este engenheiro esteve no comando da instituição. Em conferência publicada pela Biblioteca Nacional em 1913, publicada em *Memória da seca* Arrojado Lisboa faz um panorama sobre as atividades da IOCS.

Sobre a ação técnica, o engenheiro apresenta diferentes planos, uma vez que percebia a região como heterogênea. Cada Estado possuía peculiaridades que evidenciavam a importância de projetos distintos. As ações da Inspetoria foram iniciadas com base em estudos realizados pelas comissões que a antecederam, assim como pelo conhecimento produzido a partir da implantação da mesma. Foi organizado um corpo de especialistas, entre eles: engenheiros, topógrafos, economistas, sanitaristas, geógrafos e muitos outros profissionais, que foram responsáveis por produzir um rico relato científico sobre a região. A ação priorizada pela Inspetoria, no Ceará, foi à construção de açudes de pequeno, médio e grande porte, através de investimentos totais da União, em cooperação com fazendeiros da região ou ainda realizando somente os estudos e ficando a obra por conta de particulares. Estas ações eram planejadas segundo uma percepção de que somente por meio da ciência a região semiárida teria as condições necessárias de desenvolvimento e progresso.

No processo de implantação deste Projeto torna-se visível a vasta produção científica sobre a região, e coloca em destaque outra face da IOCS, deixando claro que sua atuação não se restringia somente a dirigir e fiscalizar as ações da União no “combate às secas”.

Nesse sentido, Duque (2001, p. 61) afirma que,

O seu primeiro Inspetor, Eng. Miguel Arrojado Lisboa organizou um estudo de pluviometria, fluviometria, topografia, geologia, botânica, reflorestamento e projeto de barragens. Também cuidou da construção de ferrovias, de estradas e da perfuração de poços. Os técnicos brasileiros e estrangeiros, integrantes da IFOCS, publicaram muitas monografias sobre geologia, água subterrânea, botânica e mapas topográficos dos estudos. No Governo Epitácio Pessoa, foram começadas grandes obras de açudagem por firmas estrangeiras, infelizmente paralisadas no governo seguinte.

Conforme Souza (1990), tudo iniciou com um levantamento de um novo mapa dos Estados assolados pela seca, recomendado pelo Dr. Francisco Sá, ficando o Dr. Arrojado Lisboa e Dr. Orville Derby, chefe do Serviço Geológico e Minerológico do Brasil, encarregados deste serviço.

Para tanto, foi organizada uma turma de geólogos, topógrafos e auxiliares, dirigida conjuntamente pelos americanos Horace Williams e Roderic Grandall.

O Sr. Williams seguiu diretamente para Fortaleza, tendo sido proficuamente auxiliado, no trabalho notável que ali realizaram pelos Srs. William Lane, Francisco Coutinho e Francisco Boa Nova no trabalho de topografia e pelos Drs. Eusébio Paulo de Oliveira e Aberto Berlim Paes Lemos na geologia. [...] As séries de determinações de coordenadas geográficas no Ceará, aos Drs. Gastão Gomes e Arnaldo Pimenta da Cunha. Para o Norte o Sr. Alberto Lofgren, incugido de estudar a flora nordestina, as possibilidades de reflorestamento da região e adaptação de plantas estrangeiras economicamente proveitosas, aos estados flagelados (SOUZA, 1990, p.216)

Por outro lado, o geólogo Roderic Grandall seguiu o seguinte percurso:

Iniciou sua viagem pelo Estado de Pernambuco [...] entrou na Paraíba, pelo Piancó, atravessou Brejo de Santos, Milagres e Icó, localidades estas situadas no Ceará. Daí se encaminhou para Cajazeiras e Souza, que lhe abriram caminho para o Rio Grande do Norte, por Pau dos Ferros e Apodi, em direção a Mossoró, onde permaneceu durante vários dias. Jornadiou para Campina Grande, via Caicó, de onde rumou para Baturité, Patos, Pombal, Martins, angicos, Limoeiro e Russas (SOUZA, 1990, p.216-217).

Nesse sentido, Souza ressalta a facilidade de adaptação à região, a sensibilidade humana e sobretudo, a competência e operosidade de Grandall no que se refere às pesquisas e relatos sobre a região. “A sua brochura intitulada, *Geografia, geologia, suprimento d'água, transporte e açudagem*, constituirá, por muitos anos, o repositório de consulta mais proveitosa aos estudiosos da vida do Nordeste [...]” (SOUZA, p. 217).

Continuando, Souza (1990, p. 219) afirma: “Ninguém ainda fez demonstração mais convincente das vantagens da estrada de ferro de Mossoró e da construção do porto de Areia Branca, do que Roderic Grandall.”

Nessa perspectiva a Inspetoria de Obras Contra as Secas de uma forma abrangente, porém, faltou, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma política de caráter social, fazendo com que a população da área se beneficiasse da obra pública em que eram investidos milhões de cruzeiros sem que a população recebesse em troca áreas onde se cultivasse, com irrigação, produtos alimentícios. Na verdade, os grandes proprietários eram os verdadeiros beneficiários da ação do governo.

Com efeito, conforme Guimarães Duque no seu livro, *Solo e água no polígono das secas* foi necessário que os técnicos da própria Inspetoria, hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), advogassem o desenvolvimento da agricultura irrigada, utilizando-se os sangradouros dos açudes (DUQUE, 1980).

No entanto essa era uma questão complicada, uma vez que o governo não tinha poder político suficiente para desapropriar os grandes latifúndios, os coronéis, antes da construção dos açudes, ficando impossibilitado de desenvolver uma política social. A política dos governadores era ancorada no compromisso coronelístico (LEAL, 1975), compromisso este firmado no voto, que à época não era secreto e só homens adultos maiores de 21 anos, alfabetizados podiam votar, só que, a maioria da população era analfabeta. E os que podiam votar, normalmente, eram comprometidos com o sistema ou então não tinham suficiente politização para assim usá-lo. Dessa forma, o sistema era conivente com a formação dos “currais eleitorais”, controlados pelos chefes políticos locais, que funcionavam como base de sustentação das oligarquias estaduais, e estas, das federais.

O prestígio e o poder dos coronéis eram medidos pelo número de votos que ele controlava. Era o chamado “voto de cabresto”, ou seja, o eleitor votava, abertamente, no candidato que o coronel indicava, em troca de favores pessoais. Toda a estrutura de poder político no Brasil apoiava-se no domínio político dos fazendeiros, fosse, em nível local, estadual ou federal. Logo, não havia justiça eleitoral, ficando a fiscalização das eleições a cargo das milícias estaduais e locais, que controlavam o eleitor, diretamente. Tratando-se dos parlamentares, existia a Comissão Verificadora de Poderes que se utilizava de um instrumento legal, responsável pela “lisura” das eleições e encarregada de dar ou não o diploma para o eleito, a “degola”, que geralmente não eram diplomados oposicionistas, não sendo reconhecida a sua vitória eleitoral, alegando-se fraudes. Geralmente era controlado pelo partido dominante, da maioria, o PRP. Em suma, as eleições de um modo geral, eram a “bico de pena”, ou seja, fraudulentas.

De acordo com Maria Fernanda Lombardi Fernandes, em *Introdução à política brasileira* organizado por Humberto Dantas e José Paulo Martins Júnior, “os coronéis controlavam o processo, as eleições eram decididas pela mesa, eram freqüentes os ‘fósforos’, eleitores que votavam no lugar de outros, várias vezes. [...] nas zonas urbanas os efeitos do coronelismo eram menos sentidos.” (FERNANDES, 2007). Esse era o quadro síntese, da República Oligárquica, do domínio dos “coronéis.

Vale ressaltar que uma das vantagens da política da IOCS era dar trabalho aos sertanejos na própria da área seca, evitando que eles se deslocassem para o litoral e congestionassem as grandes cidades, ameaçando-as com saques, doenças e dificuldades de abastecimento. As estradas de rodagem também facilitariam a chegada ao Sertão dos auxílios enviados nos períodos de seca.

Diante do exposto e fazendo um balanço da atuação de Eloy de Souza como parlamentar representante do Rio Grande do Norte, reconhece-se que ficava difícil para ele se desvencilhar desta estrutura de mando, principalmente por estar nela inserido, e dela se beneficiando ao tempo em que, também era um eterno dependente. Malgrado essa situação, Eloy de Souza se sobressaiu, perante os seus contemporâneos com as propostas inovadoras, modernizadoras como a irrigação, visando resolver o problema do Nordeste e os dilemas das secas, mas evitando falar em redistribuição de terras e socialização eqüitativa de bens.

Nesse sentido, segundo Benedito Vasconcelos, professor universitário de Mossoró, cientista e pesquisador do semiárido, ressalta que, “[...] o convite feito a Eloy de Souza para redigir o regulamento para a criação do IOCS foi a maior prova de que, naquela época, ele era considerado autoridade em assunto de seca.” (MENDES, 2001, p. 70).

O DNOCS se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste sendo de 1909 a 1959, praticamente a única agência governamental federal executora de obras de engenharia no Nordeste, na extensa área assolada pelas secas, que compreendia partes diversas dos estados de, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, a qual ficaria conhecida como polígono das secas (DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, 2007).

Não se contentando em apenas contribuir para a criação desse tão importante órgão de combate às secas, continuou a luta, procurando viabilizar as obras contra as secas. Em 1910, a conselho de Afrânio Peixoto Eloy de

Souza visita o Egito para observar barragens e sistemas de irrigação. Aproveitou para ir a Paris, a Alexandria, Jerusalém, Lausanne e Interlaken, na Suíça.

pecuária sendo uma questão presente ainda nos debates atuais. Precisa apenas de um tratamento racional a essas atividades, especialmente no aspecto ecológico.

O Nordeste e a seca são problemas políticos! Secas são problemas porque não existe uma séria política oficial para a região, que respeite a realidade em que vive o nordestino, dando-lhe condições de acesso à terra e ao trabalho. Soluções existem, porém, não se teria, na verdade, uma solução plausível, antes de se fazer, efetivamente, uma profunda transformação na economia agrária.

Sabe-se que a concentração de terras no Brasil é decorrente da estrutura de poder e que a luta pela Reforma Agrária assume características essencialmente anticapitalistas (confronto com o capital), diferente de muitos países que já realizaram a reforma agrária.

O domínio do poder e da terra no país tem suas origens na própria formação do Estado Brasileiro, plasmando uma sociedade onde a estrutura de poder das oligarquias está extremamente ligada à estrutura de poder do estado. E, desde o início, a estrutura montada para a acumulação do capital está diretamente ligada a terra.

A distribuição da terra no Brasil é um problema histórico, resultado do modo como no passado ocorreu a posse de terras ou como foram concedidas. A distribuição teve início ainda no período colonial com a criação das capitânicas hereditárias e sesmarias, caracterizada pela entrega da terra pelo dono da capitania a quem fosse de seu interesse ou vontade, em suma, como no passado a divisão de terras foi desigual os reflexos são percebidos na atualidade e é uma questão extremamente polêmica e que divide opiniões.

Enfim, perpassa por uma sequência de fatos históricos, capitânicas hereditárias, sesmarias, reduções, engenhos, rendeiros/meeiros, quilombos, comunidades indígenas, leis de terras, imigração européia e seus colônios, Canudos, Contestado, ligas camponesas, demarcação das terras indígenas, luta dos povos da floresta e movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

A história da reforma agrária, no Brasil, é uma história de oportunidades perdidas. No período colonial, o Brasil não teve os movimentos sociais que, no século XVIII, democratizaram o acesso à propriedade da terra e mudaram a face da Europa. No século XIX, os avanços sociais da Europa não cruzaram o Oceano Atlântico, para desfazer no Brasil sua injusta concentração de terras. E, ao contrário dos Estados

Unidos que, no período da ocupação dos territórios do nordeste e do centro-oeste, resolveram o problema do acesso à terra, a ocupação brasileira - que ainda está longe de se completar - continuou seguindo o velho modelo do latifúndio, sob o domínio da mesma velha oligarquia rural.

As revoluções socialistas do século 20 - russa e chinesa, principalmente - embora tenham chamado a atenção de parcela da elite intelectual brasileira, tiveram apenas influência teórica. O Brasil também não passou pelas guerras que impulsionaram a reforma agrária na Itália e no Japão, por exemplo. Tampouco fez uma revolução de bases fortemente camponesas, como a de Emiliano Zapata, no México do começo do século.

Na Primeira República ou República Velha (1889-1930), grandes áreas foram incorporadas ao processo produtivo e os imigrantes europeus e japoneses passaram a desempenhar um papel relevante. O número de propriedades e de proprietários aumentou, em relação às décadas anteriores, mas, em sua essência, a estrutura fundiária manteve-se inalterada.

A revolução de 1930, que derrubou a oligarquia cafeeira, impulsionando o processo de industrialização, reconheceu direitos legais aos trabalhadores urbanos e atribuiu ao Estado o papel principal no processo econômico, mas não interveio na ordem agrária. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil redemocratizou-se e prosseguiu seu processo de transformação com industrialização e urbanização aceleradas. A questão agrária apesar de ser discutida com ênfase era tida como um obstáculo ao desenvolvimento do país. Vários projetos de lei de reforma agrária foram apresentados ao Congresso Nacional. Nenhum foi aprovado.

No final dos anos 50 e início dos 60, os debates ampliaram-se com a participação popular. As chamadas reformas de base (agrária, urbana, bancária e universitária) eram consideradas essenciais pelo governo, para o desenvolvimento econômico e social do país. Entre todas, foi a reforma agrária que polarizou as atenções. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária - SUPRA, com a atribuição de executar a reforma agrária.

Em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, regulando as relações de trabalho no campo, que até então estivera à margem da legislação trabalhista. Um ano depois, em 13 de março de 1964, o Presidente da República assinou decreto prevendo a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. No dia 15, em mensagem ao Congresso Nacional, propôs uma série de providências consideradas "indispensáveis e inadiáveis

para atender às velhas e justas aspirações da população." A primeira delas, a reforma agrária. Porém, no dia 31 de março de 1964, caiu o Presidente da República e teve início o ciclo dos governos militares, que duraria 21 anos.

Desse modo, a estrutura fundiária, a forma como as propriedades agrárias estão organizadas, isto é, seu número, tamanho e distribuição social, é um dos grandes dilemas agrários do Brasil. A estrutura fundiária: de um lado, um pequeno número de grandes proprietários de terras - os latifundiários -, que monopolizam a maior parte das propriedades rurais; no outro extremo, milhões de pequenos proprietários que possuem uma área extremamente pequena - os minifúndios -, insuficiente para permitir-lhes uma vida digna.

Na gestão dos militares a reforma agrária destacou-se entre suas prioridades, sendo sancionada a Lei nº 4.504, que tratava do Estatuto da Terra. Constituiu-se na primeira proposta articulada de reforma agrária, feita por um governo, na história do Brasil.

Em vez de dividir a propriedade, porém, o capitalismo impulsionado pelo regime militar brasileiro promoveu a modernização do latifúndio, por meio do crédito rural fortemente subsidiado e abundante. O dinheiro farto e barato, aliado ao estímulo à cultura da soja - para gerar grandes excedentes exportáveis - propiciou a incorporação das pequenas propriedades rurais pelas médias e grandes: a soja exigia maiores propriedades e o crédito facilitava a aquisição de terra. Assim, quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia e mais terra podia comprar.

Nesse período, toda a economia brasileira cresceu com vigor - eram os tempos do "milagre brasileiro" -, o país urbanizou-se e industrializou-se em alta velocidade, sem ter que democratizar a posse da terra, nem precisar do mercado interno rural. O projeto de reforma agrária foi esquecido e a herança da concentração da terra e da renda permaneceu intocada. Enfim, o Brasil chega ao século 21 sem ter resolvido um problema com raízes no século XVI.

5.3 RESULTADOS DO DISCURSO DE ELOY DE SOUZA COMO INTELECTUAL ORGÂNICO

Eloy de Souza foi na verdade um intelectual orgânico, na medida em que, se colocou a uma determinada distância do real, criando uma certa visão de mundo, perpassando, o tempo e as gerações.

Hermano Machado Ferreira Lima

Apesar de pertencer à elite agrária nordestina, Eloy de Souza não era oligarca, fazendeiro, nem senhor de engenho, mas se destacou como político e intelectual, deixando o reflexo de suas palavras em ações. Sabe-se que as palavras têm conseqüências, elas se materializam em atos e seu discurso em favor do Nordeste e das secas, ao lado das mobilizações políticas, resultaram em vários atos, encravados em anais, em comissões, nas constituições, em órgãos públicos, com ressonâncias no Estado Nacional.

Desse modo, as suas palavras tiveram conseqüências efetivas no que diz respeito à política, comprovada pela notória atuação no parlamento, cujo percurso por ele seguido, passou por embates, jogo de forças, enfrentando muitas oposições, a fim de fazer valer as suas argumentações.

Teve um papel decisivo nos debates do Parlamento, sendo as suas palavras incluídas na coletânea dos discursos, projetos e leis que tramitaram como documentos envolvidos na dinâmica do Processo Legislativo Brasileiro e se reuniram ao registro oficial, mediante a participação em sessões realizadas durante sua vida política, nos plenários do Senado Federal e do Congresso Nacional. Agregaram o completo teor das Atas das reuniões plenárias, contendo as mensagens dos Presidentes da República, os pareceres, os projetos de lei, os projetos de decretos legislativos, os projetos de resolução, as indicações, os requerimentos, os discursos parlamentares, as discussões e votações em matérias.

As idealizações de Eloy de Souza perpassam o tempo, perpassam gerações, tendo ressonâncias nos dias atuais.

Inicialmente como observador, em início de carreira política, primeiro mandato de Deputado Federal 1898-1999, assistiu perplexo a atitude insensível e inflexível do Presidente de Campos Sales (1898-1902) no que diz respeito a grande seca ocorrida, justamente nesse período.

Esta seca foi assoladora principalmente nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. O parlamento votou um crédito, creio que de dez mil contos para socorros às populações atingidas pela calamidade. Apesar dos telegramas insistentes e angustiados dos governadores dos Estados o Presidente Campos Sales trancou os ouvidos e não socorreu. Na sua ausência em retribuição ao General Roca, Presidente da Argentina, assumiu o governo o Vice-presidente Rosa e Silva, que abriu um crédito de mil contos para socorrer os Estados flagelados. Quando Campos

Sales regressou, as parcelas que restaram distribuir foram mandadas aplicar exclusivamente em passagens, de preferência, para o sul do país (SOUZA, 1975, p. 31).

Eloy de Souza nunca teve relações estreitas com esse Presidente, contudo, acompanhava *pari passu* as suas decisões e muitas de suas atitudes lhes eram confidenciais por Tobias Monteiro, jornalista e historiador, seu grande amigo do Rio Grande do Norte, que era íntimo de Campos Sales, podendo assim melhor compreender o seu comportamento político.

Conforme Souza (1975), isso aconteceu porque Campos Sales procurando resolver as dívidas com a Inglaterra contraídas depois de eleito, buscou equilibrar as finanças, diminuindo as despesas em defesa do crédito do Brasil. Contudo, reconhece que esse governo provocou muitos descontentamentos, sendo “[...] açoitado pela imprensa do tempo por uma linguagem de ira e fogo [...]” e que essa política econômica, tendo à frente Joaquim Murinho, Ministro da Fazenda, mais agradava os banqueiros europeus. Segundo ele, um telegrama do Governador Pedro Borges do Ceará e a carta eloqüente que escreveu Francisco Sá, àquele Presidente por conta de sua inflexibilidade diante da questão da seca “[...] são, documentos, que as almas sensíveis não recordam ainda hoje sem angústias.” (SOUZA, 1975, p. 31-32).

Eloy de Souza logo se revelou como um político de uma visão além de sua época, bastante articulado, se utilizando de uma retórica cortês, civilizada, cuja polidez lhe favoreceu penetrar e circular entre os diversos grupos políticos. No Governo do rico latifundiário paulista, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), sendo reeleito como Deputado Federal, logo granjeou a sua confiança e amizade.

[...] De todos os Presidentes do meu conhecimento e amizade foi o único que nunca encontrei mal-humorado, o único de quem nunca ouvi palavras indiscretas, nem sobre fatos nem sobre pessoas. Deu-me a honra de sua amizade e sempre na sua casa na Rua Senador Vergueiro recebeu-me afetosamente [...] (SOUZA, 1975, p. 39).

Também tinha um bom relacionamento com os assessores de Rodrigues Alves, a exemplo de Lauro Muller, Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, do engenheiro Sampaio Correia, do engenheiro Paulo de Frontin e do médico sanitarista Oswaldo Cruz, Diretor da Saúde Pública,

sendo Eloy, nesse período, membro da Comissão de Finanças da Câmara, juntamente com Barbosa Lima (amigo do “jardim da infância”).

Enquanto membro dessa Comissão se revelou como hábil conciliador, uma vez que conseguiu aproximar Barbosa Lima de Oswaldo Cruz, que não lhe era simpático e que por isso, sempre vetava suas solicitações de crédito. Daí solucionou a incompatibilidade entre ambos, quando chegou um pedido de crédito de 600 contos para Manguinhos, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, onde se instalava a Fundação Oswaldo Cruz, de referência nacional em microbiologia, parasitologia e saúde pública.

Para evitar o veto de Barbosa de Lima, Eloy combinou com Oswaldo Cruz que iria anunciar na sessão em que o assunto seria discutido, que ele era convidado de honra de Oswaldo Cruz para visitar Manguinhos e o desfecho acabou sendo satisfatório: a Comissão, acatando a sugestão de Barbosa Lima, determinou que Eloy fosse o visitante em nome de todos os membros, devendo apresentar um relatório para ler na sessão seguinte.

Após a visita a Manguinhos, Eloy se expressa;

Nunca tinha visto Manguinhos e de lá voltei com uma impressão deslumbrante de tudo que vi como suntuosidade arquitetônica e técnica dos laboratórios. Fiz na sessão próxima, uma exposição verbal e a conclusão a que havia chegado. Depois de lido o meu parecer, submetido a discussão, Barbosa Lima perguntou: - 'Você acha que 600 contos bastam? E as pazes com Oswaldo Cruz ficaram feitas (SOUZA, 1975, p. 37),

Conforme Souza (1975), o governo de Rodrigues Alves foi bastante proveitoso para o Rio Grande do Norte, podendo o Governador Tavares de Lyra, contar por ocasião da seca de 1904, com as providências do engenheiro Sampaio Correia, amenizando o sofrimento dos retirantes, ao realizar serviços permanentes, principalmente de ajuda e construção de estradas de ferro. Por conseguinte, outros técnicos também vieram para o Estado, como Henrique de Novaes e José Luiz Batista, sendo, nessa ocasião, abertas as estradas de Lages, Ceará Mirim, Santa Cruz, Baixa-Verde Lages, em direção ao Seridó.

Durante essa seca, Eloy, sempre vigilante, com a sua vivacidade, conseguiu na Câmara dos Deputados, uma emenda para a não restituição de determinada quantia recebida a mais, pelo Governo do Rio Grande do Norte, por equívoco telegráfico. “[...] Esta emenda ao chegar no Senado ia

ser retirada do orçamento por proposta do Senador Urbano de Gouveia, cunhado do Ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, o relator daquele orçamento.” (SOUZA, 1975, p. 38).

Pelo fato de antecipadamente, ter tratado da questão com o Ministro da Fazenda, bem como com Rodrigues Alves, obtendo a aprovação de ambos e, por conseguinte, comunicado a boa notícia ao Governador, Tavares de Lyra, Eloy de Souza ficou muito magoado ao saber do outro encaminhamento que estava sendo dado ao dinheiro e imediatamente foi comunicar o caso ao Presidente, dele ouvindo o seguinte: - “O caso vai ter remédio’. Tomou de uma folha de papel e escreveu ao Ministro da Fazenda palavras decisivas, dizendo que o compromisso era seu e o que devia ser feito o foi.” (SOUZA, 1975, p.38-39).

Nesse sentido as palavras de Eloy resultaram em ações. Por conseguinte, as palavras do Presidente calaram fundo, numa época em que a mídia pouco mostrava, portanto, a eloquência era a arma maior dos tribunos. Suas palavras propiciaram ações desenvolvidas pelo Estado Nacional, numa perspectiva histórica, se deram para corrigir as distorções espaciais, econômicas e sociais do semiárido nordestino.

Ele acreditava que o flagelo da seca seria enfrentado com a magnitude e seriedade que o problema exigia e também, que o Chefe da Nação revestia-se de valores para tal. Por isso, avigorou-se nas potencialidades econômicas do Nordeste; na vulnerabilidade de seu processo produtivo; no acudimento social do peso da população humana e, sobretudo, nos papéis indutor e corregedor do Estado Nacional nas distorções econômicas, sociais e espacial da Nação.

No seu entusiasmo e eloquência, como intelectual, interpretou os universos de situações. A história, como nos diz Eric Hobsbawm, não compete inventar nada, e, sim, revelar o passado que controla o presente às ocultas, trazendo à tona fatos por vezes esquecidos.

Mas, o discurso, a palavra, desnuda os fatos, populariza-os e alardeia-os aos quatros cantos da terra! E foi assim que se operou o grande espetáculo de Victor Hugo, na França e Charles Dickens, na Inglaterra, quando dispensaram um olhar diferenciado para conjuntura de sua época e perceberam a dicotomia que separava os patrícios dos plebeus, os afortunados dos miseráveis.

O mesmo poder-se-ia dizer de Juan Rulfo, no México, Manuel Scorza, no Peru, Garcia Marquez, na Colômbia, Rachel de Queiroz, Josué de Castro e Eloy de Souza, no Brasil.

Todavia, esses iluminados pensadores, quando ousaram olhar a pobreza do mundo, o fizeram com um olhar tão penetrante, que não se limitaram a ver apenas as feridas do corpo, mas radiografaram a alma dos desfavorecidos. Chocaram sua geração, incomodaram os reis, encantoaram a igreja, abalaram o parlamento, mas denunciaram parte da miséria da humanidade!

O Governo do Dr. Nilo Peçanha, não teria instalado Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1909, repartição pública destinada a promover todas as providências então julgadas úteis, para prevenir ou anular os efeitos perniciosos das secas calamitosas, se o discurso de Eloy não tivesse tido eco e o seu projeto consistência. Razão do apoio e interesse do Ministro da Viação e Obras Públicas, o Engenheiro Francisco Sá.

Ao ser incumbido da tarefa de elaborar o projeto para tirar o Nordeste da situação de emergência através da irrigação, pelo Dr. Miguel Calmon, provocou uma ação do estado brasileiro no “combate às secas”, recebendo os reconhecimentos de diversas autoridades.

Trechos de uma carta dirigida ao *Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro, pelo geólogo americano Roderic Grandall, e publicada na edição de 22 de setembro de 1911, foram publicados no livro, *Eloy de Souza e Mossoró*, destacando as vantagens do seu projeto:

Uma das provas mais importantes deste progresso do Brasil, manifesta-se no programa de desenvolvimento dos Estados menos favorecidos pela natureza, que foi recentemente apresentado ao Congresso pelo Dr. Eloy de Sousa, Deputado pelo Rio Grande do Norte. A intenção desta lei no seu todo é de, se aprovada, permitir a construção de obras de irrigação e prevenção de todo o gênero, em qualquer Estado que delas vinha a precisar, ao mesmo tempo ativando, auxiliando e promovendo a introdução de métodos agrícolas novos e mais adiantados, que trarão consigo uma melhor escala de vida e de educação. [...] O fim desta lei é o estabelecimento de um fundo permanente, do qual possam ser retiradas as quantias necessárias à construção de diversas obras ao passo que forem precisas. [...] Este projeto de lei se for aprovado como está, ou antes, com pequenas modificações, permanecerá um monumento ao estadista que o concebeu e projetou e ao Congresso que for bastante esclarecido para votá-lo. (SOUZA, 1990, p. 222).

Da mesma forma o Engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, que, além de geólogo estudioso, experimentado, homem viajado e dinâmico recebeu do Sr. G. A Waring, uma carta com os seguintes elogios a respeito do projeto de irrigação de Eloy de Souza em carta:

Caro senhor, com grande interesse acabo de ler o projeto de lei apresentado ao Congresso pelo Sr. Eloy de Souza, para construção de obras de irrigação no nordeste do Brasil. [...] Examinei com cuidado cada artigo da lei proposta. Algumas disposições são necessariamente diferentes das contidas na lei da Reclamation Service dos Estados Unidos, mas tanto quanto me permite julgar o conhecimento que tenho das condições no Brasil, os detalhes do projeto me parecem conducentes ao desenvolvimento adequado das regiões a serem irrigadas.[...] Depois, porém, que esteja conhecido em outros países quanto é saudável o clima do nordeste do Brasil, a região terá um rápido desenvolvimento agrícola; é assim que as grandes obras, com quanto só produzam uma renda pequena durante alguns anos, mais tarde se tornarão grandemente e permanentemente valiosa.[...] No seu conjunto creio que este projeto oferece a única solução do problema das secas. Este se tornou um problema sério no Brasil, mas não acredito que a sua solução, por meio de obras de irrigação, seja mais dificultosa do que tem sido em outras regiões áridas; e não creio que haja outra alternativa a seguir. Vosso G. A. Waring, em 11 de Setembro de 1911. (SOUZA, 1976, p. 195-196).

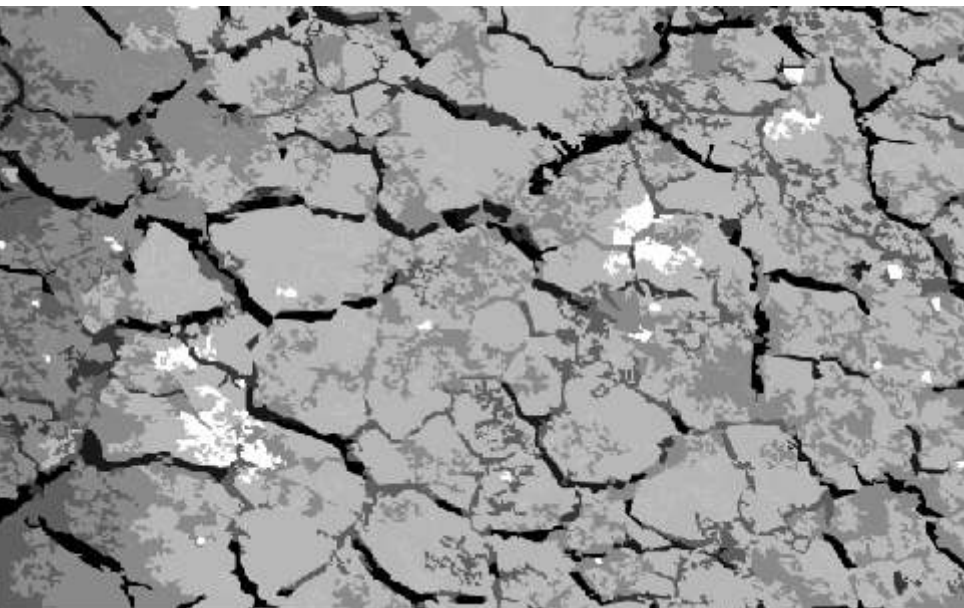
A Projeto de Lei de 30 de agosto de 1911 do Deputado Eloy de Souza, constituindo o Fundo de Irrigação, também foi transformado em ato através da Lei Epitácio Pessoa no Senado e na Câmara. “É uma obra de admirável previsão política, que ficou sendo o ponto de partida de todas as providências capitais a serem adotadas para a defesa eficaz do Nordeste [...] (Anais do Senado - dezembro de 1919).” (SOUZA, 1979, p. 198-199).

Ainda se destacou com o parecer nº 88-1935, juntamente com Nero de Macedo (Presidente), sendo o Relator, juntamente com Nilo Gonçalves e Cesário Melo e em janeiro de 1955, redigindo a Última Lei

contra a seca, que regula o Dispositivo no Art. 177 da Constituição, buscando regulamentar a utilização deficiente de obras e serviços de cooperação para a implementação dos serviços da Inspetoria de Obras contra as Secas.

As palavras de Eloy tiveram efeito e os fatos falam por si. As idéias perpassam o tempo e as gerações.

_capítulo 06



CONCLUSÃO

6 CONCLUSÃO

Sou um homem de partido, e sou, sobretudo, um homem escravizado aos interesses sadios do Rio Grande do Norte.

Eloy de Souza

Discutiu-se o Nordeste preso à herança de uma sociedade patriarcal, escravocrata, monocultora, aristocrática e latifundiária e a um passado colonial que deixou marcas até os dias atuais.

Sobressaíram-se os entraves existentes numa sociedade de relações assimétricas, gerando vários tipos de desigualdades, não se limitando apenas a fatores raciais, econômicos e sociais, como também, destacaram-se, as desigualdades entre regiões, enfrentando sérias discriminações.

As desigualdades regionais aqui tratadas se relacionaram ao Sudeste em consonância ao Nordeste, no período compreendido entre o final do século XIX até 1937, quando o governo republicano priorizou o Sudeste, face à expansão cafeeira e industrial paulista, em detrimento do desenvolvimento do Nordeste.

São Paulo e Minas Gerais, por serem os dois Estados mais populosos e poderosos, econômica e politicamente, garantiram a maioria dos presidentes na República Velha, que, por conseguinte, eram manipulados por esses Estados hegemônicos, como reféns de suas exigências, ficando impedidos de abrir espaço para os Estados periféricos.

Esse cenário refletiu luzes para se situar a interpretação de Eloy de Souza, sobre o Nordeste e seus dilemas das secas, como jornalista e político, um parlamentar representante do Rio Grande do Norte, intelectual orgânico da elite agrário-comercial do Nordeste brasileiro.

Procurando tecer algumas considerações conclusivas, sem, no entanto, pretender esgotar esta temática, constatou-se a sua inegável contribuição no intuito de dirimir o “calvário das secas”, baseado na sua produção desenvolvida no início de 1906 a 1937.

Para tanto, através da análise de conteúdo, verificou-se como se deu a constituição do pensamento político de Eloy de Souza e quais as suas principais vertentes; investigou-se o discurso jornalístico, cultural e literário, buscando compreender a elaboração e/ou reiteração de categorias, de

representações e de valores; interpretou-se o discurso parlamentar, presente em intervenções no plenário, participação em comissões e em seus projetos, particularmente na área temática das secas.

Com efeito, percebeu-se que o pensamento dele foi marcado pelo processo de socialização, oriundo de uma família de negros fidalgos e aristocráticos, possuidora de escravos, o que não era comum para a sociedade da época; foi, portanto, elaborado no convívio da infância e juventude nas fazendas do avô materno e do pai, considerando a sua inserção no ciclo social da elite econômico, social, política e cultural do Rio Grande do Norte.

Acresce o relacionamento com o avô paterno, vaqueiro, “Felix do Potengi Pequeno”, da ribeira do Jundiá e a influência de uma educação matriarcal recebida da sua mãe-avó-madrinha, Dindinha, mulata caridosa, equilibrada e altruísta, da qual Eloy de Souza absorveu as atitudes humanísticas, a autoestima e determinação para superar todas as perdas de entes queridos da família, na infância e adolescência, sequencialmente. Ficou sem mãe aos 6 anos, sem pai, aos 8 anos, sem o avô materno, aos 9 anos e sem o irmão Irineu, aos 14 anos. Procedente de uma família de cinco irmãos, Eloy foi o mais longevo (viveu 86 anos), destacando-se politicamente no “Palácio Monroe”, no Rio de Janeiro, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Por conseguinte, a vivência entre Recife e Macaíba lhe ampliou a visão acerca do litoral e do interior, passando a se preocupar, quando político, com os problemas do Nordeste e das secas, criando um mundo abstrato, simbólico, fictício, para aglutinar o sertão e o sertanejo ao litoral, no intuito de dar vida a uma identidade sertaneja nordestina, integrada à cidade e ao cidadão. Afinal, é uma prerrogativa do ser humano imaginar, dar luz a mundos novos pela manipulação ativa de símbolos, ou seja, como forma de comunicar e representar o mundo vivido, dando-lhe significado.

Quanto ao teor do seu discurso, não se observou diferença significativa, tanto, no âmbito jornalístico, cultural, como, em termos, literário ou político. Aliás, toda a obra de Eloy de Souza, foi o resultado de artigos jornalísticos, palestras e projetos parlamentares os quais, giravam em torno de suas principais vertentes; Nordeste, secas, sertão, sertanejo sofredor, flagelado, natureza madrastra, retirantes, vaqueiro, estando implícitas nessas categorias, suas representações e valores.

Assim, pautado nas suas convivências e levando em conta as suas idiossincrasias, Eloy de Souza elaborou o seu pensamento colocando em

evidência o universo miserável e “martirizado” do sertão e do sertanejo, frente à “natureza madrasta”, submetidos à violência, à fome, à opressão política, à marginalização econômica e ao descaso dos governos, central, estaduais e municipais.

Contudo, a ênfase maior deveria ter recaído menos para a “natureza madrasta”, como forma de violência contra o homem, esta é de possível solução, só depende de uma vontade política; e mais para violência do homem para com o homem, um problema antigo que não tem mais fim: a exploração, a opressão dos coronéis subjungando os setores subalternos.

Ressaltar a elaboração intelectual eloyana, feita em torno da questão do Nordeste e o drama das secas, sobretudo, o sofrimento no sertão, a questão da imigração, ou seja, a visão que ele transmite do padecimento sertanejo, expressa uma certa idealização de um estilo de vida que corresponde a uma forma de dominação tradicional, que ele está preocupado em que seja reproduzida.

Manteve-se, obstinadamente fiel à Oligarquia Maranhão, pagando “a dívida divina” ao venerado Pedro Velho por lhe ter introduzido na política, passando a se aliar, à Oligarquia do Seridó, liderada por José Augusto e Juvenal Lamartine, quando a primeira perdeu espaço para a segunda em 1914. Essa mudança, em praticamente nada alterou a sua prática política, pois, internamente essas oligarquias não se opunham. Dessa forma Eloy de Souza foi sempre o porta-voz, seja dessas duas grandes forças que dominaram a cena política do Estado do Rio Grande do Norte, seja de outras que emergiram sucessivamente.

Porém, isso não impediu, por outro lado, que ele buscasse a modernização da economia, com a adoção de métodos mais avançados à época. Desse modo, propôs medidas solucionadoras para o semiárido, a exemplo da construção de açudes e barragens para irrigação, de estradas, perfurações de poços artesianos, propiciando a policultura, a fruticultura - que é uma questão presente e premente na sociedade contemporânea, mas dentro de um determinado marco; modernizar, porém conservando uma estrutura arcaica.

Esse era o pensamento de Eloy de Souza e de uma geração de intelectuais, da qual ele fez parte, ou seja, de uma elite esclarecida que teve uma importância significativa na Primeira República que pensava modernizar o Rio Grande do Norte, cujas figuras, mais proeminentes, foram Pedro Velho, Alberto Maranhão e o próprio irmão Henrique Castriciano.

Dessa forma, no O Rio Grande do Norte os ares da modernidade se apresentavam no espaço urbano no início do século XX, no governo de Alberto Maranhão, diante do crescimento demográfico, provocando melhorias em termos de infra-estrutura básica, construindo escolas e propiciando treinamento aos professores. Enquanto isso, Henrique Castriciano como Vice-governador (1900-904), procurou modernizar as estruturas da capital, sugerindo o plano diretor da cidade de Natal baseado nas experiências de viagens feitas para a Europa e Oriente, priorizando a educação feminina.

Soma-se a esse quadro de intelectuais considerados avançados para a época, os interlocutores do Seridó, como José Augusto, Joaquim Inácio, Manoel Dantas, Juvenal Lamartine, dentre outros.

Nesse sentido, a oligarquia do Rio Grande do Norte se modernizou, estudou na Europa, estando em sintonia direta com as últimas transformações, não só no plano material, desse continente, mas também no tocante ao mundo da cultura e das artes, visando adequá-las à realidade local. Assim, construiu teatro, pois tinha visões futurísticas. A obra de John Dewey (1859-1952), filósofo progressista, que se tornou um dos maiores pedagogos americanos, adotando o pragmatismo, foi lida em Natal antes de ter sido lida em São Paulo.

A modernidade está, portanto, associada a uma conotação mais profunda em termos histórico, social, econômico, cultural, advinda dos séculos XVII e XVIII, a uma visão eufórica do progresso, considerando-a como a inauguração de uma época de desenvolvimento técnico ilimitado. Porém, o recorte histórico da modernidade está longe de ser consensual. Considera-se essa época do acesso do homem, ao livre uso da razão e à conseqüente autonomia em relação aos entraves que o impedem de escolher e de seguir por si próprio o seu destino e assim, a modernidade não é senão outra designação do Iluminismo.

Trata-se de uma modalidade da experiência marcada pela ruptura para com a tradição ocorrida sempre que os fundamentos e a legitimidade da experiência tradicional dos seus valores e das suas normas perdem a sua natureza indiscutível e deixam, por conseguinte de se impor a todos, com obrigatoriedade.

Pode-se dizer que a modernidade se instaura sempre que a experiência tradicional atinge o limite, no sentido etimológico deste termo, de algo que perdeu ou esqueceu o sentido originário, *a arque*, ou a memória da sua razão de ser.

Quanto ao espírito de modernidade de Eloy de Souza vale enfatizar: por um lado, tomou por base, as inovações existentes em países desenvolvidos como a Europa, Estados Unidos, além da intenção de adequar o sistema eficaz de irrigação introduzido no Egito, percebido *in loco*, quando das suas viagens ao Oriente, para solucionar as repetidas crises do sertão e do sertanejo; mas, por outro lado, sua preocupação prendia-se à perspectiva de reproduzir a dominação da burguesia agrário-comercial do Nordeste brasileiro, na qual estava inserido e que era como político, parlamentar, o seu intelectual orgânico.

O seu sentido de moderno reside na sua permanente tendência de busca incessante de uma criação inovadora, mas, legitimadora tanto da dimensão simbólica como da dimensão pragmática, tanto de um sentido para o discurso como de um sentido para a ação, incluindo as duas dimensões da experiência cultural (material e imaterial).

Por essa via, deixa transparecer a real preocupação acima de tudo, com a conservação da hegemonia política econômica e cultural dessa elite, que implica na garantia do processo de integração dos setores subalternos, estando aí, a razão de se voltar para o sertanejo, as secas, a imigração do nordestino, a vida sertaneja, enfim. Como intelectual, elaborou, um discurso consensual, tentando harmonizar essas categorias, visando manter coeso o bloco histórico.

Foi, contudo, pioneiro no sentido de idealizar e elaborar projetos garantindo a viabilização de atividades permanentes contra as secas, o que resultou na criação do IOCS, mediante Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909. Em 1919, passou a se chamar IFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas), conforme Decreto 13.687 e de acordo com o Decreto-Lei 8,846 de 28-12-1945, DNOCS.

Em 1911, cria o Projeto Eloy de Souza que é transformado na Lei Epiácio Pessoa de nº 3.965, de 25 de dezembro de 1919, também chamada Lei de Natal, criando um Fundo de Irrigação também denominado Caixa das Secas.

Eloy de Souza ainda foi relator do Parecer 88, que fundamentou a Lei 175, regulamentando o Art. 177 da Constituição Federal de 1934, sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas em 7 de janeiro de 1936. Essa lei estabeleceu o Plano sistemático de defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Nordeste previsto na Constituição. (SOUZA, 1976). “Delimitou o Polígono das Secas e incluiu o sistema de Apodi, bacia do rio Mossoró/Apodi, como um dos Sistemas Hidrográficos a ser beneficiado com

as verbas do Governo Federal para a construção de açudes e outras obras pela IFOCS.” (MENDES, 2001, p.72).

Todavia, a política de combate às secas na República Velha se caracterizou pelo descaso e morosidade dos presidentes, sendo, simplesmente, “uma oportunidade para o Governo Central fazer um ato de caridade para com os nordestinos.” (SOUZA;MEDEIROS FILHO, 1983, p.68-71).

Nesse período, apenas no Governo Epitácio Pessoa, único nordestino que conseguiu chegar à Presidência da República à época, o IOCS foi contemplado com recursos significativos para o combate às secas. Foi dele a denominação de Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) Nesse sentido, a voz de Eloy ainda tem eco na atualidade, posto que, o Nordeste ainda continua com o mesmo padecimento em pleno século XXI. Depois dele, muitas outras vezes se lhes seguiram, na peleja contra as secas, por vezes até tirando proveito da situação, não a resolvendo definitivamente.

Na verdade, não se pode negar a importância de Eloy de Souza, considerado um dos maiores parlamentares da República Velha pela elaboração de um visão de mundo, buscando orientar o pensamento dos homens.

Foi notório o seu esforço, como dirigente político-cultural para assegurar a hegemonia do bloco agrário-industrial, através do consenso, ou seja, procurando igualar o sertanejo ao cidadão do litoral.

Porém, apesar de Eloy de Souza ter sido um parlamentar extremamente importante, caracterizando-se como representante e intérprete da hegemonia, como um intelectual orgânico da burguesia agro-mercantil do Nordeste brasileiro, não teve o devido reconhecimento por ser um parlamentar de um Estado que não tinha visibilidade.

Neste 2009, serão comemorados os 50 anos da morte de Eloy de Souza (07-10-1959) e este trabalho se apresenta como uma pequena contribuição, visando acender as discussões em torno de sua obra, bastante extensa e esparsa. Nada de conclusões, apenas algumas constatações provisórias, abertas a novas contribuições.

referências

OBRA DE ELOY DE SOUZA

FERRO, Jacinto Canela de [Eloy de Souza]. *Cartas de um desconhecido*. Natal: Fundação José Augusto, 1969.

SOUZA, Eloy. *Secas do Norte e cabotagem nacional*. [Rio de Janeiro], [s.n.], 1906. Discurso pronunciado no Congresso Nacional, na sessão de 28 de novembro de 1906. Digitalizado.

_____. *Alma e poesia do litoral do Nordeste*. Natal: [s.n.], [1930]. Conferência em benefício da construção da Capela de Santa Terezinha, Natal, 29 de abril de 1930.

_____. Uma carta de Dr. Eloy de Souza. In: ALVES, Aluísio. *Angicos*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.

_____. Uma carta do Dr. Eloy de Souza (ditada para Manoel Rodrigues de Melo, sobre Tavares de Lyra em 17 de fevereiro de 1959. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal: Tipografia Centro de Imprensa S/A, v. LII. p.48-52, 1960. Penúltimo trabalho de autoria de Eloy de Souza.

_____. Entrevista: aniversário do Jornal *A República*. *Jornal A República*, Natal, 01 jul. 1959. Última publicação.

SOUZA, Eloy. *Memórias*. Natal: Gráfica Manibu, 1975.

_____. *O calvário das secas*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque. Mossoró-RN, 1976. (Coleção Mossoroense, v. XXXVIII).

_____. Conferência em Lages. In: *Memória da seca*. Mossoró-RN: Fundação Vingt-un Rosado, 1980 (Coleção Mossoroense, v.134).

_____. Um problema nacional: projecto e justificação. (Sessão de 30 de agosto de 1911), In: Vingt-un Rosado (Org.). *Memorial da seca*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981 (Coleção Mossoroense, v.163).

SOUZA, Eloy. *Costumes locais e outros temas*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXXIV).

_____. *Cartas de um sertanejo*. Brasília: Gráfica do Senado, 1983.

ARANHA, Tereza de Queiroz (Org.) *Economia das secas*: artigos de Eloy de Souza. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1986.

SOUZA, Eloy. Jerônimo Rosado. In: Guerra, Otto (Org.). *20º Livro das secas*. 2. ed. Mossoró: [s.n.] (Coleção Mossoroense, 1989).

ROSADO, Vingt-un (Org.). *Eloy de Souza e Mossoró*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1990. (Coleção Mossoroense, Série “C”, v. DLXXIV).

SOUZA, Eloy. Cartas a Adauto da Câmara (17 cartas). In: *Uma viagem pelo arquivo epistolar de Adauto da Câmara*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2001. (Coleção Mossoroense, Série “C”, v. 1246).

_____. Felipe Guerra. In: ROSADO, Vingt-un. *O mossoroense Felipe Guerra*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003. (Coleção Mossoroense, Série “C”, v. 1371).

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos – República 1889-1917*. Rio de Janeiro: M. Abranches, 1918.

AB'SABER, Aziz Nacib. *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 1, n.1, p.7-68, 1987.

_____. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 28, p. 111-120, 1994.

_____. *Nordestino, uma invenção do falo, uma história do gênero masculino* (Nordeste 1920-1940). Maceió: Catavento. 2003.

_____. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, Ângela. *Encantaria de Pedra: o espaço estético do sertão e na obra de Flávio Freitas*. Natal: NAC/UFRN, 2002.

ALVES, Aluísio. *Angicos*. Rio de Janeiro: Pogetti, 1940.

_____. Entrevista Tv. Universitária. In: LYRA, Carlos (Coor.) *Memória viva de Aluísio Alves*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 1998.

ALVES, Joaquim. *História das secas: séculos XVII a XIX*. 2. ed. Mossoró: Esam, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXV).

ANDRADE, Manoel Correia de. *A produção do espaço Norte-rio-grandense*. Natal: Ed. Universitária, 1981.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Seca: realidade e mito*. Pernambuco: ASA, 1985.

_____. *A problemática da seca*. Recife: Líber, 1999.

ANDRADE, Mário de. *Modinhas Imperiais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

_____. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. 2.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARANTES, P. E. O Positivismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, p. 185-194, 1988.

ARAÚJO, Douglas. *A morte do sertão antigo no Seridó: o desmoroamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânea*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Nordeste, Nordeste, que Nordeste?* In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *Federalismo no Brasil. desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap/Ed. Unesp, 1995.

_____. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: Banco do Nordeste v. 30, n. 2, p. 144-161, abr/jun. 1999.

ASSARÉ, Patativa. *Cante lá, que eu canto cá: filosofia de um trovador nordestino*. Petrópolis: Vozes, 1978.

AUGÉ, Marc. *NÃO-LUGARES: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi Editor, 1954.

_____. *A Região do Seridó*. Natal: Edições Cactus, 1961.

AUGUSTO, José. As secas do Rio Grande do Norte (1932). 2. ed. In: Guerra, Otto (Org.). *20º Livro das secas*. Mossoró [S.N.], 1989. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. CDLXXII).

_____. *A Região do Seridó*. Natal: Edições Cactus, 1961.

BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BADALONI, Nicola, et.al. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. Vaqueiros e Cantadores. In: SILVA, Marcos (Org.) *Dicionário crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva; Natal: Edufrn/Fundação José Augusto, 2003.

BASTOS, Elide Rugai Bastos. *Gilberto Freyre e o tema da miscigenação: intérpretes do século XX*. [S.n.: s.l.], [1999?]. 1CD-ROM.

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGHE, Pierre van der. Race: perspective two. In: CASHMORE, Ellis (Org.). *Dictionary of race and ethnic Relations*. 4. ed. Routledge: London and New York, 1996.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re)visão historiográfica: da gênese aos novos paradigmas*. São Paulo: UFSM, 2004.

_____. *Região: desafios e embates contemporâneos*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_67/meri_lourdes_bezzi.pdf> Acesso em: 25 abr. 2008.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BORDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992a.

_____. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1992b.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BOTTOMORE, Thomas Burton. *Introdução à sociologia*. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade & etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, C. A. *Território de desenvolvimento: entre o local e o Global*. Campinas: EDU/Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério de Integração Nacional. *Plano Estratégico de Desenvolvimento sustentável do Semi-árido*. – PDSA. (Versão preliminar para discussão). Brasília, 2005.

BRITO, Raimundo Soares de. *Legislativo e Executivo de Mossoró*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1985. (Coleção Mossoroense, Vol CCXXXVII).

_____. *Uma viagem pelo arquivo epistolar de Adauto Câmara*. 2. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2001. (Coleção Mossoroense, Série "C" v.1.246).

BUCI-GLUCKSMANN, Cristine. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CALVINO, Ítalo. *Palomar*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970*. 3. ed. São Paulo: Global; Campinas: Ed. UNESP, 2007.

_____. *Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005*. 3. ed. Ver. e amp. São Paulo: UNESP, 2008.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Rejane (Coord.). *400 nomes de Natal*. Prefeitura Municipal de Natal, 2000.

CARDOSO, Rejane. *Eloy Castriciano de Souza: cronologia*. Natal, 2007. Texto digitalizado.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. *Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza*. [Blog] Eloy de Souza, Natal, 2006. Disponível em: <<http://photos1.blogger.com/x/blogger/4828/4248/1600/628775/eloy0.jpg>>. Acesso em: 23 jun. 2009. O Blog Eloy de Souza é editado com o auxílio da jornalista, Rejane Cardoso.

CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975. v. I.

CARONE, Edgar. *A República Velha: evolução política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983. v. II.

CARVALHO FILHO, Joaquim Inácio. *O Rio Grande do Norte em visão prospectiva*. Natal: Fundação José Augusto, 1976.

CARVALHO, Otomar de. *Economia política do Nordeste: seca irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CARVALHO, Otomar de. Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Figueiredo (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

_____. Nordeste semi-árido: nova delimitação. *Boletim Regional: (Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional)*, [Brasília], p. 8-17, 16 maio 2006. Publicação quadrimestral do Ministério da Integração.

CARVALHO, Renata Passos Filgueira de. *Núcleo Temático da Seca/RN: uso do acervo informacional*. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Martins Editora, 1944.

_____. *Nota e documentos para a História de Mossoró*. Mossoró: [s.n.], 1953. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. II).

_____. *Antologia de Pedro Velho*. Natal: Departamento da Imprensa, 1954.

CASCUDO, Luís da Câmara. Eloy de Souza, jornalista. *A República*. Natal, 08 out. 1959. Acta Diurna.

_____. *Vida breve de Auta de Souza*. Recife: Imprensa Oficial, 1961.

_____. *História da República no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Ed. Val, 1965a.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Nosso amigo Castriciano: 1874-1947: reminiscências e notas*. Universidade do Recife: Imprensa universitária, 1965b.

_____. *Jerônimo Rosado (1861-1930): uma ação brasileira na província*. Rio de Janeiro: Potengi, 1967. (Coleção Mossoroense. Série "C", v. XVIII).

_____. *Nomes da terra: História, Geografia e toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

_____. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1972.

_____. *Viajando o sertão*. Natal: Gráfica Manibu, 1975.

_____. *O Livro das Velhas Figuras: pesquisas e lembranças na História do Rio Grande do Norte*. Natal: Instituto Histórico e Geográfico, 1977. v.3.

_____. *Dicionário do folclore brasileiro*. 5. ed. rev. aum. São Paulo: Melhoramentos, 1980.

_____. Memórias de um velho. In: _____. *Livro das velhas figuras*. Natal: IHGRGN, 1989. v.5.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Achémé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

- _____. *História da cidade de Natal*. 3. ed. Natal: RN Econômico, 1999.
- _____. *Vida breve de Auta de Souza*. Natal: EDUFRRN UFRN, 2008a.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: EDUFRRN, UFRN, 2008b.
- CASCUDO, Luiz da Câmara; SILVA, Raimundo Nonato da; MEDEIROS, Tarcísio da N. NECROLOGIA: Eloy de Souza (sócio fundador). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, Natal, v. LIII. p. 153-155, 1960.
- CASTELLS, MANUEL. *O poder da identidade*. 3.ed. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Tradução de Guy Renaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *O mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto III*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- _____. *Documentário do Nordeste*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- _____. *Geografia da fome: o dilema brasileiro, pão ou aço*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERVO A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CHINOY, Ely. *Sociedade: uma introdução à sociologia*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1967.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências sociais e humanas*. São Paulo: Cortez, 1991.
- COMTE, Auguste. *Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).
- CONTI, J.B.; FURLAN, S.A. Geocologia: o clima, os solos e a biota. In. ROSS, J.L.S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- COSTA, Adriano. *Fabião "de Barcelona": a história de um dos maiores poetas potiguares que viveu e está sepultado em Barcelona*. [Barcelona, RN], [2008?]. Disponível em: <<http://www.barcelona.educ.ufrn.br/fabiao.htm>.> Acesso em: 18 out. 2008.
- COSTA, M. C. C. *Sociologia: uma introdução à ciência da sociedade*. São Paulo Moderna, 1985.
- COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente; PATRIOTA NETO, Nelson Ferreira. *Vozes do Nordeste*. Natal: EDURNE, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Fontes do pensamento político: Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1981.

_____. *A democracia como valor universal*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CRONOS: Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN. . Natal: EDUFRN, v.1, n.2, jul-dez, 2000. *Visões do Brasil*.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Cultrix-MEC, 1973.

CYRULNIK, Boris. *Os alimentos do afeto*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Memória de macaco e palavra de homem*. Lisboa: Piaget, 1999.

DANTAS, Humberto; MARTINS JÚNIOR, José Paulo. (Orgs.) *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

DANTAS, Manoel. *Homens de outrora*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti. Natal: Nordeste Gráfica, 1941.

_____. *A vida sertaneja*. In: DANTAS, Edgard. *Projeto de recuperação da memória e produção intelectual de Manoel Dantas*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1996. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. 887). p. 03-22,

DARWIN, Charles Robert. *A origem das espécies*. 5. ed. São Paulo: Hemus, 2000.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIÊGUES JÚNIOR, Manuel. *Etnias e culturas no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paralelo, 1972.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. *DNOCS: origem e desenvolvimento*. Fortaleza, 2006. Disponível em: <<http://www.dnocs.gov.br/>>. Acesso em: ago. 2007.

DUQUE, José Guimarães. *Solo e água no polígono das secas*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1980. (Coleção Mossoense, v. CXLII).

_____. *Perspectivas nordestinas*. 2. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2001

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociedade*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

EAKIN, Marshall C. Prefácio. In: VIEIRA, Vinícius Rodrigues. *Democracia racial, do discurso à realidade: caminhos para a superação das desigualdades sociorraciais brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2008.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Cortez, 1995.

FARIA, Juvenal Lamartine de. *Velhos costumes do meu sertão*. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

_____. *Em apendres d'Acauã*: conversa com Oswaldo Lamartine de Faria. CAMPOS, Natércia (Org.). Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC; Natal: Fundação José Augusto, 2001.

FARIA, Oswaldo Lamartine de (Org.) *Carta da seca*. Mossoró-RN: Fundação Vingt-un Rosado. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

FERNANDES, Fernanda Lombardi Fernandes. Histórico da participação político-eleitoral no Brasil republicano. In: DANTAS, Humberto; MARTINS JÚNIOR. *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração dos negros à sociedade de classes*. São Paulo: FFLHCH/USP, 1964.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.

FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. *Meu pai Maciel*: memória rediviva. Mossoró: Gráfica da CEFET, 2000.

_____. *Dominação política e universidade*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2006. (Coleção Mossoroense).

FOSTER, J. Belamy. *A ecologia de Marx*: materialismo e natureza. Tradução de Maria Tereza Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. 2 tomos.

_____. *Sobrados e mocambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

_____. *Interpretação do Brasil*: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. SECAS. Recife, [2007?] Disponível em: <fundaj.gov.br.> Acesso em: 15 maio 2007.

FURTADO, Celso. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

FURTADO, Cels. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Subdesenvolvimento e estagnação na América latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

_____. *O mito do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Análise do modelo brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O Brasil pós-"milagre"*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1981b.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 22.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

_____. *A fantasia desfeita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, João Maria. *Vertentes: memórias*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1976.

GALEANO, A. Guilherme. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

GAY, Peter: *Freud: uma vida para o nosso tempo*. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GICO, Vânia; SPINELLI, Antônio; VICENTE, Pedro (Orgs.). *As Ciências Sociais: desafios do milênio*. Natal: EDUFRN, 2001.

GOMES, Ana L. P. Auta de Souza e a escrita feminina nos oitocentos. *CRONOS: Revista do Progragma de Pós-graduação em Ciências Sociais*. Natal, v.1, n .2, jul./dez., 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. *A questão meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Concepção dialética da história*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1995a.

_____. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.6.

_____. *Cadernos do Cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v.2.

_____. *Cadernos do Cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007. v.3

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste, 2. ed. Recife: Sudene, 1967.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções do Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

GUERRA, Felipe; GUERRA, Teófilo. *Secas contra as secas – Rio Grande do Norte - secas e invernos, açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos*. Rio de Janeiro: Cruz Coutinho, 1909.

GUERRA, Felipe. *Secas do Nordeste: resumos históricos: anos de 1559-1942*. Natal: Centro de Imprensa, 1951.

GUERRA, Felipe. *Nordeste semi-árido: velhos problemas sempre atuais*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1980. (Coleção Mossoroense)

_____. A seca de 1915. In: ROSADO, Vingt-un; ROSADO, América. *11º Livro das secas*. Mossoró-RN: [s.n.], 1985. (Coleção Mossoroense, v. CCCV).

_____. *Ainda Nordeste*. 3. ed. Mossoró-Rn: [s.n.], 1987. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. CCCL).

GUERRA, Otto de Brito. *No centenário de Eloy de Souza*. Natal, 1973. Palestra proferida na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras em 10 de abril de 1973.

_____. A batalha das secas: o Nordeste e a missão do Departamento de Obras Contra as Secas. In: ROSADO, Vingt-un (Org.). *Memorial da seca*. Mossoró-RN: Fundação Vingt-un Rosado, 1981. (Coleção Mossoroense, v. CLXIII).

_____. *Tragédia e epopéia do Nordeste*. Natal-RN: Clima, 1983.

GUERRA, Otto de Brito. (Org.) *20º Livro da seca*. 2. ed. Mossoró-RN: [s.n.], 1989a. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. CDLXXII).

GUERRA, Otto de Brito. *Vida e morte do nordestino: análise retrospectiva*. Natal: UFRN/PROED, 1989b.

GUERRA, Otto et al. *Felipe Guerra: o jornalista guerreiro na defesa do semi-árido*. Mossoró-RN: Fundação Vingt-un Rosado, 2004. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. 1389).

GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981.

_____. *Irrigação em quatro doses*. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1983.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. *Revista brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 3, v.3, n.2, p. 318-373, trimestral, 1941. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao/digital/publicacoes/multiplo.php?link=RBG&titulo=Revista%20Brasileira%20de%20Geografia%20-%20RBG>> Acesso em: 13 maio 2008.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e desenvolvimento. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento: (Federalismo no Brasil)*. São Paulo: Fundap/Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

GURGEL, Tarcísio. *Os Seridoenses*. Natal-RN: Editora o Diário, [2003?]. (Coleção Gente Potiguar, IV).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRSCHMA, Albert O. *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

HOBBSAWM, Eric (Org.) *História do marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOMEM, Homero. *Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. *Marx: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1972.

_____. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Geografia do Brasil: grandes regiões: Meio Norte e Nordeste*, Rio de Janeiro, 1962. (Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A, v.3, n.17).

_____. *Divisão da Região Nordeste*. [S.l.; s.n.], [2007?]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 16 abr. 2007.

KRISTEVA, Julia. Que revolta hoje?. In: _____. *Sentido e contra-senso da revolta: (discurso direto): poderes e limites da psicanálise*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LANNA, Carlos. *A dívida divina: troca de patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1995.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. *O que é imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Ed. Artes Sul; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 5. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LÉVY-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

LÉVY-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1982./

LINDOSO, José Antonio Spinelli. *Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha República*. Natal: CCHLA/UFRN, 1992. (Coleção CCHLA).

_____. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935*, Natal: EDUFRN, 1996.

_____. *Coronéis e oligarquias na primeira República*. Disponível em: <[www.fundaj.gov.br/observanordeste/textos especiais](http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/textos_especiais)>. Acesso em: 15 nov. 2007.

LISBOA, Miguel Arrojado. O problema das secas. In: *MEMÓRIA da seca*. 2. ed. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003.

LUZ, Nícia V. *A luta pela industrialização do Brasil: 1908 a 1930*. 3. ed. São Paulo: Alfa-ômega, 2004.

LYRA, Augusto Tavares de. As secas do Nordeste. In: *Memorial da seca*. Mossoró-RN: Fundação Guimarães Duque, 1981. (Coleção Mossoroense, v.CLXIII).

_____. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

LYRA, Carlos (Coor.) *Memória viva de Aluizio Alves*. 2. ed. Natal-RN: EDUFRN, 1998.

MACÊDO, Muirarytan Kennedy. *A penúltima versão do Seridó: espaço e história no regionalismo seridoense*. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 6. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia M. Neves. *Introdução à Antropologia*. São Paulo: Atlas, 1985.

MARIZ, Marlene da S. *A Revolução de 30 no Rio Grande do Norte – 1930-1934*. Recife: UFPE; Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MARIZ, Marlene da S.; SUASSUNA, Luiz E. B. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MARX, KARL *O capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos e outros temas escolhidos*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

_____. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Lisboa: Escriba, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 8. ed. São Paulo: Hemus, 1977.

MEDEIROS, Rildecir; GALVÃO, C. A. P.; ARANHA, T. de Q. *Otto Guerra: bibliografia e uma visão do semi-árido*. 55 anos de produção. Brasília: Senado Federal, 1991.

MEDEIROS, Tarcísio. *Aspectos geopolíticos e antropológicos da história do Rio Grande do Norte*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

MELO, Evaldo Cabral. *O norte agrário e o Império*. 1891-1889. 2. ed. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da Imprensa no RN*. Natal: Fundação José Augusto; São Paulo: Cortez Editora, 1987.

MELO, Veríssimo. *Patronos e acadêmicos: Academia Norteroiograndense de Letras (analogia e biografia)*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974. v. I e II.

MENDES, Benedito Vasconcelos. Eloy de Souza: sua luta contra as Secas. In: _____. *O semi-árido na visão de três grandes homens*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2001. (Coleção Mossoroense, Série “C”, v.1225).

_____. *Reflexões sobre o Nordeste*. Mossoró-RN: Fundação Vingt-um Rosado, 2003. (Coleção Mossoroense, Série “C”, v.1358).

- MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *As globalizações e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Arténova, 1970.
- MESQUITA, Zilla. Descobrir-se pela arte na escola. Isto é possível? *Arte & Educação em Revista*. Porto Alegre, N.4, p.71-80, 1977.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1929-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MINAYO, M. C. de Sousa. *Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1996.
- MOCELLIN, Renato. *História crítica da nação brasileira*. São Paulo: Editora do Brasil, 1958.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 2.ed. Natal-RN: Cooperativa Cultural, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). *Ratzel: coletânea*. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, REGINALDO; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Veras B. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOREIRA, Moreira. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MORIN, Edgar. *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MOTA, C. Guilherme (Org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1974.
- _____. *A ideologia da cultura brasileira – 1933-1974*. São Paulo: Ática, 2002.
- NADAI, E.; NEVES, J. *História do Brasil: da colônia ao Império*. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- NOGUEIRA, Marcos Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, Marcos Aurélio (Org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- NONATO, Raimundo. Prefácio. In: Carta de um desconhecido. Natal: Fundação José Augusto, 1969.
- _____. *Jesuíno Brillhante, o cangaceiro romântico*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2000.
- _____. *Memórias de um retirante*. 3.ed. Mossoró-RN: Fundação Guimarães Duque, 2001. (Coleção Mossoroense. Série “C”. v. 1235).

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, planejamento e conflito de classes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. (Coleção Biblioteca de Economia, v.1).

_____. *A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulamentação autoritária na expansão econômica do Nordeste*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo: CEBRAP, 1990.

OLIVEIRA, Elvira. F. de Araújo; FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. *Primeiros passos da iniciação científica*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2004. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 1412).

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed. In: Coleção Repertórios. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas-SP: Pontes, 1996.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas: UNICAMP, 1998.

PECAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PÊCHEUX, M. *O Discurso - estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1983.

_____. *Análise do discurso: três épocas (1983)*. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997. p. 61-151.

PEREIRA, Francisco das Chagas. *Eloy de Souza: textos regionalistas*. Natal: Editora Universitária, 1982.

PEREIRA, Francisco das Chagas. Apresentação. In: SOUZA, Eloy. *Cartas de um sertanejo*. Brasília: Gráfica do Senado, 1983.

PEREIRA, Luiz. *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

PEREIRA, Targino P. *Carta a Antonio Pires d'Albuquerque Galvão*. In: FARIA, Oswaldo Lamaratine (Org.) *Carta da seca*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2005.

PINHEIRO, Rosa Aparecida. *Educação e modernização em Henrique Castriciano*. Natal-RN: EDUFRRN, 2005.

- POMPEU SOBRINHO, Tomas. *História das secas: século XX*. 2. ed. Mossoró: Esam, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXVI).
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POINTY, Merleau. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Conversas: 1948*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Esboços dos fundamentos da teoria econômica*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- _____. *História econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *A revolução brasileira*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 1992.
- RAMOS, Arthur. *Introdução à antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. *Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Rita de Cássia. *Eloy de Souza: sociologia de um sertanejo*. 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROMERO, Sílvio. *Ensaio de sociologia e literatura*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.
- _____. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- RICHARDSON, F. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSADO, Vingt-un. *O mossoroense Felipe Guerra*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. 1371).
- SARAMAGO, José. *Cadernos de Lanzarote*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. *As globalizações e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SEREJO, Vicente. Há sessenta anos. *Jornal de Hoje*, Natal, 25 jul. 2003.a. Cena urbana. Digitalizado.

_____. Eloy de Souza vive. *Jornal de Hoje*, Natal, 03 set. 2003b. Cena urbana Digitalizado.

SERRES, Michel. *Variações sobre o corpo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SILVA, Clodomiro Pereira. *O problema das secas do Nordeste brasileiro*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1987. (Coleção Mossoroense, v. CCCXLIII).

SILVA, Janice Theodoro da. *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930)*. São Paulo: Livraria Ed. Ciência Humana, 1978.

SILVA, Marcos Antonio. História do Rio Grande do Norte. In: SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

SILVA, Marcos (Org.). *Dicionário crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva; Natal: Edufrn, 2003.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SKIDMORE, T. E. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 106-117.

SOARES, Antônio. *Dicionário histórico e geográfico do RN*. Natal: [s.n.], 1930.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SOUZA, Itamar. *Migrações para Natal*. Natal: UFRN, 1976.

_____. *Migrações internas no Brasil*. Petrópolis; Vozes/Natal: Fundação José Augusto, 1980.

_____. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

SOUZA, Itamar; MEDEIROS FILHO, João. *Os degredados filhos da seca*. Petrópolis: Rio: Vozes, 1983.

- SPENCER, H. *Lei e causa do progresso*. Rio de Janeiro: Laemmert, [1896?].
- SPINELLI, José Antonio; LYRA, Rubens Pinto. Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas. *Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*. Natal, v.8, n.2, p. 567-587, jul./dez. 2007.
- TAKEYA, Denise M. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1980-1915)*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985. (Documentos do Nordeste, 4)
- TAKEYA, Denise M.; LIMA, Hermano, M. F. *História político-administrativa da agricultura do Rio Grande do Norte – 1982-1939*. Natal: Ed. Universitária, 1986.
- TRIVIÑOS, A.N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: positivismo, fenomenologia e marxismo*. São Paulo: Atlas, 1990.
- VELLOSO, Mônica. *Que cara tem o Brasil? As maneiras de pensar e sentir o nosso país*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- VIANA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- VIEIRA, Vinícius Rodrigues. *Democracia racial, do discurso à realidade: caminhos para a superação das desigualdades sociorraciais brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2008.
- VILLA, Marco Antonio. *Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.
- VINTE ANOS DE ESTUDO DA SECA PELO NUT-SECA: diagnóstico e proposições para reativação. Disponível na Internet. Disponível em: <<http://www.nutseca.ufrn.br/>>. Acesso em 27 maio 2007.
- NUT-Seca: *O Que é? Repensar a seca: uma função da Universidade*. Disponível em: <<http://www.nutseca.ufrn.br/>>. Acesso em: 30 maio 2009.
- VIOTTI DA COSTA, E. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SENADO FEDERAL

Períodos Legislativos da Primeira República - 1912-1915

• Senador Eloy de Souza

Eloy Castriciano de Souza

Nascimento: 4/3/1873

Natural de: Recife - PE

Filiação: Eloy Castriciano de Souza e Henriqueta Leopoldina Rodrigues

Falecimento: 7/10/1959

Histórico Acadêmico

Secundário - Instituto Acadêmico

Direito - Faculdade de Direito

Cargos Públicos

Delegado de Polícia em Macaíba

Diretor da Imprensa Oficial do Estado

Presidente do Conselho Consultivo do Estado

Diretor da Caixa Econômica Federal

Profissões

Jornalista

Servidor Público

Mandatos

Deputado Estadual - 1895 a 1897

Deputado Federal - 1897 a 1899

Deputado Federal - 1900 a 1911

Deputado Federal - 1912 a 1914

Senador - 1914 a 1921

Deputado Federal - 1927 a 1930

Senador - 1921 a 1927

Senador - 1935 a 1937

Trabalhos Publicados

- Getúlio Vargas e o Estado Nacional.

- Calvário das Secas.

- Costumes Locais.

- Conferências: Almas e Poesia do litoral do Nordeste (1930).

- Cartas de um sertanejo, com o pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro.

- Biografia de Tobias Barreto, Jornalista e Historiador. Tip. do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 1942.

- A Habitação no Rio Grande do Norte em 'A República' e na Revista 'Bando'.

- Artigos: a Assistência dos Retirantes dentro e fora das Zonas Flageladas pela seca (1909);
- Um Problema Social; Irrigação na Economia do Nordeste (1916);
- A Política Financeira e as Caixas Econômicas.
- Memórias (Inéditas), publicada pela fundação José Augusto em 1975. Natal-RN.

Pronunciamentos

Proposições”

- Informações fornecidas pela Subsecretaria de Arquivo



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA LEGISLATIVA**

CERTIDÃO

*CERTIFICO, para os fins que se fizerem necessários, que dando busca nos arquivos da Diretoria de Registro e Arquivo desta Secretaria Legislativa, constatei que o Senhor **ELOY CASTICIANO DE SOUZA**, foi eleito para exercer o mandato de Deputado Estadual, no período 1895 à 1897.*

Certifico ainda, que nos arquivos desta secretaria não consta nenhuma propositura de deputados desta época, uma vez que todos os processos de proposições dos senhores deputados da época, eram arquivados no arquivo geral do estado.

*O referido é verdade e dou fé
Natal-RN, 26 de setembro de 2007.*


CARLOS JOSÉ FERNANDES
Secretário Legislativo

PARTE DO DISCURSO PRONUNCIADO PELO DEPUTADO FEDERAL ELOY DE SOUZA NO CONGRESSO NACIONAL NA SESSÃO 28 DE NOVEMBRO DE 1906.

Senhor Presidente, não será um discurso. Trouxe-me à tribuna tarefa mais modesta, circunscrita à justificativa de emendas que entendem com a realização de serviços no Estado, que tenho a honra, bem imerecida, em verdade, de representar nesta Casa.

Duas destas emendas, pela natureza dos melhoramentos que elas visam prover, merecem considerações, embora desvaliosas, mas em todo caso necessárias, ao menos como informação no voto que a Câmara tiver de proferir para aprová-las ou rejeitá-las.

Uma refere-se ao problema da secas; a outra diz respeito ao porto de Natal, oferecendo-me o ensejo de discutir o contrato do Loyd, os seus fretes, os ônus e obstáculos opostos à navegação nacional, no pensamento de que resultará desta crítica algum bem à nossa cabotagem, que pode e deve viver como complemento de uma política econômica, racional e eficaz.

Relativamente às secas, a circunstância de representar um Estado dos mais flagelados pela visita periódica de crises climatéricas, altamente prejudiciais ao desenvolvimento e ao progresso de uma vasta região do norte, me fez vencer a natural timidez, reflexo de uma incompetência que não dissimulo, para vir dizer, sinceramente e sem paixão, o meu depoimento, na esperança de ver problema de tal relevância definitivamente resolvido.

Tenho, Sr. Presidente, uma grande e imensa fé na obra da federação.

Não desdenhando o passado, antes o amando no quinhão de glórias por ele conquistadas para a civilização – formando, à custa do tato dos grandes homens, que o serviram uma nacionalidade forte, tolerante e culta – estou, entretanto, convencido de que encontramos na federação a forma definitiva de governo, o aparelho mais perfeito para atingirmos melhor e mais depressa os altos destinos que nos estão reservados. (Muito bem).

É tão certo não devermos à República os predicados primordiais do nosso caráter no que respeita à bondade nativa, à probidade nos negócios, à moralidade na família, ao carinho na hospitalidade, à confiança no acolher e amar o estrangeiro, como é certo o termos adquirido com a nova forma de governo qualidades dinâmicas, assinaladas por uma atividade mais vasta, ambições legítimas e maiores, melhor compreensão dos deveres do Estado, apego mais forte e interesse mais acentuado pelos negócios públicos. Assim enriquecidas as forças ativas da nação puderam contribuir para um progresso material acelerado e ascendente, tanto mais real e positivo, quanto o vemos realizado, ainda nas menores circunscrições políticas.

Criando um patriotismo novo, o do amor a terra onde cada um de nós nasceu ou elegeu por sua, a federação vai assegurando, com a prosperidade década um dos Estados, a prosperidade da própria nação, transmutando assim para breve tempo uma desarmonia aparente na mais perfeita unidade.

Não sou dos que pensam que preferências geográficas tenham deixado os Estados do norte na situação de inferioridade em que muitos ou quase todos se encontram, em confronto com os seus irmãos do sul, alguns dos quais fazem justamente o nosso orgulho.

Prefiro buscar entre as causas de retardamento do progresso do norte aquela que, sendo a mais antiga e constante, melhor parece explicá-lo – um passado de lutas, em verdade orientadas pela missão que durante largos anos nos coube de defender o litoral, para que se pudesse realizar, com o sucesso conhecido, a obra dos bandeirantes, na áspera conquista do sertão.

Duas vezes precisamos assegurar a integridade da Pátria, e, quando o sangue das três raças que entraram na nossa formação étnica ensopava o solo de onde o estrangeiro invasor teve de recuar desbaratado e vencido, mal sabiam os que o derramaram, na inconsciência com que os fatos sociais se processam, o extraordinário valor que aquele obscuro sacrifício representava para a nossa grandeza comum.

Os que me ouvem sabem os vícios de organização que daí resultaram, já influido no modo definitivo por que se operou o povoamento daquela região, já criando um regime econômico e social determinante de reações políticas posteriores, se bem que justificadas pela grandeza dos sentimentos que as ditaram; em todo caso, mal objetivadas e desastrosas, se, porventura, o sonho daqueles patriotas se houvesse realizado.

Encaro, Senhor Presidente, esses fenômenos da nossa vida nacional, aqui imperfeitamente esboçados, com a calma de quem, os tendo meditado com o desejo de tirar deles algum ensinamento, chegou à convicção profunda de que uma fatalidade histórica criou para o norte um ambiente político-social em que o homem, possuidor de qualidades intelectuais superiores, somente agora as vai disciplinando para as lutas da vida prática, produtiva e fecunda.

Deixando consignadas estas idéias, o meu fim principal é assinalar a superioridade dos meus intuitos, quando venho dizer aos poderes públicos do meu país que é urgente e inadiável resolver eficazmente o problema das secas do norte, medida econômica de alcance incalculável, como pretendo demonstrar. Desejando tratar o assunto, sob todos os seus aspectos, embora sucintamente, releve-me a Câmara começar por fazer o resumo de algumas daquelas calamidades que mais prejuízos acarretaram aos povos da bacia do São Francisco, segundo o excelente testemunho do Senador Pompeu e dos documentos, crônicas e tradições a que recorri.

Um fato, Senhor Presidente, cumpre destacar desde logo, e é que nas repetidas secas que têm assolado o norte do Brasil, desde os tempos coloniais até hoje, a intervenção do Governo pouco tem aproveitado, e, por mais de uma vez, foi de efeitos desastrosos, pela falta de método na distribuição dos dinheiros públicos, sempre a título de socorros, enviados às regiões flageladas, à hora nona do seu aniquilamento, quando não é possível aplicá-los convenientemente. Foi assim em 1791 a 1793, por ocasião da grande seca, que, abrangendo toda a antiga capitania geral de Pernambuco, começando na Bahia e Sergipe, estendeu-se até o norte do Maranhão e Piauí, nada poupando, nem homens nem terras, combatendo a vida

onde quer que ela existisse. As crônicas desses tempos remotos narram tragédias que nenhuma imaginação ousaria criar.

Ayres do Casal afirma que sete das freguesias existentes no Ceará ficaram desertas. A viúva do capitão Nobre de Almeida, de Pernambuco, em um memorial dirigido a El-Rei, diz que muitas pessoas, famílias inteiras, que não puderam emigrar a tempo, foram encontradas mortas pelos caminhos e casas. Seu marido, proprietário no Recife, possuidor de muitas fazendas na Paraíba e Ceará, tendo ido ao sertão com sua família, pereceu com as pessoas que o acompanharam, todos vítimas da inominável calamidade. Uma informação do capitão general de Pernambuco a El-Rei assegura que mais de um terço da população da capitania foi dizimado pela seca. O padre Joaquim José Pereira, do Rio Grande do Norte, diz, em uma memória dirigida ao ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho, que, além do flagelo da seca, apareceu nos sertões do Apodi uma tal quantidade de morcegos, que mesmo à luz solar, atacavam as pessoas e os animais, já inanidos pela fome, não tendo mais força nem ânimo de afastá-los: homens, mulheres e crianças eram encontrados pelas estradas mortos e moribundos; a par de cadáveres em putrefação se achavam miseráveis ainda vivos prostrados no chão ou no leito, cobertos pelos vampiros, que as vítimas não podiam sequer enxotar.

Ao caírem as primeiras chuvas, em 1793, verificou-se que tinha morrido quase todo o gado da capitania: o comércio das carnes secas extinguiu-se; e a população continuaria a sofrer, se os raros a quem a fortuna ainda permitiu alguns recursos não fossem ao Piauí fazer compras de reses para o consumo e para recomençar a criação.

A farinha elevou-se de \$240 a 8\$ o alqueire.

O sertão ficou deserto e a morte colheu no caminho muitos dos que procuravam refugiar-se no litoral.

O capitão-mor Francisco Gomes da Silva, dono de uma das mais abastadas casas do Seridó, foi obrigado a emigrar a pé para o litoral, fazendo transportar pelos escravos o resto dos seus haveres, em sacos com moedas de ouro e prata.

Não sei de que ordem foram os recursos enviados aos colonos, tão impiedosamente castigados pelo clima ingrato e incerto. As crônicas falam apenas de alguns barcos mandados ao Aracati, conduzindo cereais de Pernambuco e Maranhão. A medida mais notável do governo colonial, em época tão remota, assinala-se pelas cartas régias de 17 de março de 1796, nomeando um juiz conservador das matas, e a de 11 de junho de 1799, decretando que se “coíba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes (da Bahia e Pernambuco) que têm assolado a ferro e fogo preciosas matas... que tanto abundavam e já hoje ficam a distâncias consideráveis”, atribuindo assim o fenômeno climatérico à destruição das florestas, assunto que o vinha preocupando desde 1713, como salienta Euclides da Cunha no seu forte e formoso livro “Os Sertões”.

De um século antes (1692), data a primeira seca verificada no Ceará, comum, ao que parece, a toda a bacia do São Francisco. Em Pernambuco, segundo refere Gama nas suas Memórias Históricas, “constantemente os socorreu o bispo,

mandando a sua custa conduzir em barcos farinha para distribuir com a pobreza”. Seguiram-se outras secas até a época a que aludi, mais ou menos extensas, mais ou menos perniciosas na sua obra de devastação.

Entre essas cumpre destacar a de 1722 a 1727, que não só compreendeu todo o Rio Grande do Norte e Ceará, mas ainda o Piauí e a Bahia, onde até as fontes da capital ficaram estanques, conforme refere o Senador Pompeu.

No Ceará, o gentio que habitava o interior emigrou para as serra mais frescas. Os brejos e correntes do Cariri, região abundante, de fertilidade pasmosa, secaram a tal ponto que os habitantes de Missão Velha mudaram-se a falta de água.

Morreram numerosas tribos indígenas; as aves e as feras eram encontradas mortas por toda parte. O sol era tão abrasador que abriu largas e profundas tendas no solo ressequido, por uma extensão de muitas léguas.

No Rio grande do Norte, refere Ignácio Nunes Correa de Barros, “morreram muitas criaturas humanas a fome a necessidade, e outras escaparam sustentando-se em couros e bichos imundos”.

A Câmara da capital representou à metrópole contra o lançamento do imposto pelo capitão-general de Pernambuco para aumentar o donativo destinado ao casamento dos príncipes, alegando a extrema miséria a que a capitania havia ficado reduzida, após seis anos de uma seca, na qual os gados se tinham perdido quase totalmente, decrescendo os emolumentos das carnes de 800 a 160 réis por cabeça de gado vacum.

No século passado, os anos de 1824 e 1825 foram de excepcionais sofrimentos para as populações de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Além dos horrores da seca e das epidemias, a calamidade maior que todas – a guerra civil – infringiu, principalmente às dos dois últimos Estados mencionados as mais dolorosas provações. E pior que o castigo do sol inclemente foi a maldade dos homens. Não era só o morrer a fome e a sede pelas estradas pedregosas e escaldantes, mas o sucumbir testemunha da desonra da mulher e das filhas, estupradas pelos assassinos que em numerosos bandos cruzavam, em toda as direções, aquelas míseras províncias.

Uma só a intervenção do governo: vingar a rebeldia dos patriotas que haviam ousado sonhar uma reforma política que lhes desse melhores e mais felizes dias, proclamando essa efêmera e desventurada Confederação do Equador. Ao bastava criar comissões militares em Pernambuco e Ceará; fuzilar doze dos chefes da mal lograda revolução; recrutar os poucos braços validos que haviam sobejado da terrível crise climática, era preciso mais, era preciso favorecer o roubo e o assassinato com a idéia preconcebida, senão de exterminar, ao menos de afligir e torturar aquela sub-raça de fortes e trabalhadores. É assim que o interior da província quase ficou despovoado, tantos os criadores e fazendeiros que procuraram no litoral abrigo contra os audaciosos quadrilheiros, tanto mais destemidos e perversos, quanto maior era a certeza da impunidade. O Senador Pompeu, fazendo a narração desses amargos e tristíssimos tempos, acrescenta: “Os infelizes que fugiam aos ladrões e à fome corriam em bandos aos grandes povoados; e, pelas estradas, pelos campos, praças e ruas, iam deixando inssepultos os cadáveres dos que não podiam resistir.

A intervenção que houve em Sobral, em Fortaleza e, provavelmente, em outros grandes povoados, consistiu em mandarem as municipalidades cercar de estacas um campo, para nele sepultarem-se os cadáveres que se encontravam nas praças e ruas”. E acrescenta: “O governo geral só em fins de 1826 ou já em 1827 quando o mal passou, mandou alguma farinha para o Ceará, que nada aproveitou”.

O ano de 1845 foi também calamitoso.

No Ceará, algumas ribeiras sofreram graves perdas nos seus gados; e se não houve grande mortandade, deve-se à compaixão das províncias irmãs, e ao auxílio do poder público.

O Rio Grande do Norte, porém, sofreu mais duros rigores, e não só a criação ali ficou muito reduzida, como no alto sertão, morreram muitas pessoas a fome e a moléstias próprias da miséria.

Chego, Senhor Presidente, à seca de 1877: e como não tenho o interesse nem a pretensão de emocionar a Câmara narrando o que foi essa inominada odisséia, contando as cenas de horror jamais excedidas e raramente igualadas na história do sofrimento humano, fujo com pena de mim mesmo à dor exaustiva de lembrar que um dia houve no meu país, em que o pai faminto devorara o filho pequenino, e fogueiras crepitaram em plena Fortaleza, num ensaio infeliz de incineração dos cadáveres que as valas extensas e profundas não mais comportavam. Deixo que fale a eloquência incontrastável dos algarismos.

Em novembro de 1878 (pasmee a Câmara!) morreram na capital do Ceará 10.926 pessoas; em dezembro, 15.352; e, em um só dia deste mês, mil e doze criaturas foram devoradas pela varíola e outras epidemias.

Os cemitérios de Lagoa Funda e São João Batista, receberam, nesse ano, 118.927 cadáveres. Não é absurdo calcular a mortandade da província, durante a seca, em 180.000 pessoas, e o número das que emigraram em 60.000, aproximadamente. Computar em 90.000 os mortos do Rio Grande do Norte não será exagerado, atendendo-se a que, somente em Mossoró, pequena cidade do litoral sucumbiram a fome e de várias doenças 35.000. Ouçamos o Dr. Rodrigo Lobato, ilustre e benemérito paulista, então presidente da província:

“Mossoró foi, nesta província, o teatro das mais tristes cenas da miséria. A nudez, a fome, as epidemias ceifaram grande número de vidas, e iam abrindo espaço aos recém chegados. De janeiro de 1878 até agora (27 de outubro de 1879) foram sepultados no cemitério público daquela cidade, conforme a relação de óbitos organizada pelo respectivo e muito digno vigário, 31 mil vidas, podendo, sem perigo de erro, calcular-se em cinco mil o número dos que foram enterrados fora do cemitério, pela impossibilidade de enterrar-se os cadáveres dos que morriam nos abairramentos situados a alguma distância da cidade”.

Desprezando o lado moral, encaro a questão, Senhor Presidente, sob o ponto de vista econômico, aplicando, aliás, com propriedade, o mesmo processo dos higienistas contemporâneos que, para tornarem mais positivos os prejuízos causados à sociedade pelas doenças evitáveis, atribuem um certo valor monetário à vida humana, calculando por ela a perda sofrida.

Esse valor, como Vossa Excelência sabe, pode ser considerado.

1.º. – Em fração de riqueza pública, isto é, cada pessoa vale a riqueza nacional dividida pelo total dos habitantes do país. É bem de ver que, sem estatísticas capazes de marcar certamente o divisor, sem uma noção exata do dividendo – a riqueza nacional – nenhum cálculo, mesmo provável, poderia, por tal feição, ser tentado no Brasil;

2.º. – (Engel). Em custo de criação e educação, isto é, do nascimento até à idade útil à produção, o homem consome para sua instrução, tamanho, cultura, quantia que é o seu custo, ou indiretamente o seu valor. Esse cálculo pode ser tentado com a imensa relatividade do preço de alimentação, habitação, vestuário e educação nas várias zonas do país;

3.º. – Em valor ou juro de produção, isto é, o homem é um utensílio de trabalho ou um capital capaz de produção; o seu trabalho é o juro ou prêmio do seu valor. Conhecido um, pode-se calcular o outro. Onde o trabalho é mais barato, o homem vale menos. Tendo em vista o juro normal do nosso dinheiro em média e a média do salário, tem-se facilmente o valor de cada homem.

Convém neste cálculo levar em conta o sexo e a idade, em que não são iguais às condições de trabalho útil. A idade útil de 16 a 60 anos figura como 84% da população (16% representam os menores de 16 e maiores de 60). Dos maiores de 16 e menores de 60, 57% são homens e 43% mulheres de pouca utilidade produtiva, pelas nossas condições sociais. Entre nós tem-se tentando cálculos dessa natureza, especialmente em relação à febre amarela.

Cálculo do Dr. Aureliano Portugal, adotado pelo Dr. Carlos Seidl. Rio de Janeiro, juro 12%, salário médio 1\$500 (Portugal).

Homem	4\$000 (Seidl)
Mulher	2\$000 “
Valor do homem	8:333\$340 (Seidl)
Valor da mulher	4:166\$670 “

Cálculo do Dr. Carneiro de Mendonça:

Levando em conta a quantidade de trabalho, segundo as idades, e o custo da vida, segundo as mesmas.

Dos 16 aos 55 – valor da vida do homem pelo que produziu.....32:120\$000

Dos 16 aos 55 – valor da vida da mulher pelo que produziu..... 21:413\$000

Variando-se os dados, outros números se obterão; mas, mesmo um menino qualquer, é útil para, flagrantemente, perceber-se o prejuízo material que nos custam a doença e a morte.

Ainda uma observação: se nas enfermidades é mister juntar a esse prejuízo a chamada taxa de invalidação e despesas com a doença (médico, remédios, dietas, etc), que é dinheiro perdido, deve-se, no caso das calamidades naturais, igualmente computar os lucros cessantes, as criações e plantações perdidas, emigrações e outros prejuízos.

Para não ir além, compare-se o brasileiro flagelado pelas secas com o imigrante. Este nada nos custou até o momento de ser válido e deixar a mãe-pátria; despendemos com passagem, alimentação e vários encargos com o seu primeiro estabelecimento um conto de réis, arriscando-nos a perder esse dinheiro por morte precoce ou inadaptação do mesmo imigrante, o qual, se nos dá a sua atividade, ordinariamente envia para o país do seu nascimento o dinheiro ganho entre nós, repatriando-se muitas vezes.

Com o brasileiro, é bem diverso o caso, ele custou dinheiro nacional, até ser útil, nada despendemos com a sua instalação ou estabilidade, não corremos o risco, relativo ao imigrante, de perder o conto de réis, se morre precocemente, sendo que é um aclimado e, como tal, mais valioso, além de incorporar a sua fortuna à fortuna nacional.

Pois bem, embora esse real valor do indígena sobre o estrangeiro - real sob o ponto de vista em que nós estamos colocados - demos, para o cálculo, que o brasileiro aclimado, que nos custou dinheiro para produzir, que será sempre fração da nossa nacionalidade política e econômica, valha, apenas, o conto de réis despendido com o transporte e colocação do estrangeiro, e teremos, como se vai ver, um prejuízo material assombroso.

Considerando que no Brasil existem mais homens do que mulheres (na Capital Federal, 57 homens para 43 mulheres), em falta de dados estatísticos exatos, tomarei para calcular a média de 50 para 50%, de preferência a essa averiguada no Rio de Janeiro.

Assim figuremos a idade útil de 16 a 60 anos como 84%. Destes, 50% são homens e 50% mulheres, o que equivale a 42% em condições de produzirem utilmente.

Na seca de 1877 a 1879, o Ceará e o Rio Grande do Norte perderam 270.000 habitantes; 42% de 270.000 é igual a 113.400 homens de utilidade produtora.

O prejuízo material é igual a 113.400:000\$.

Tomarei outro número, preferindo por sua simplicidade o salário valorizado em 1\$000.

Assim, em 250 dias úteis do ano, cada um terá ganho 250\$000 ou seja o total de 113.400 homens a soma de 28.350:000\$000.

Se considerarmos um acréscimo de população de 4%, temos no período de 1879 a 1905 uma perda de trabalho em valor de salário correspondente à fabulosa soma de 1.105.650:000\$000.

Com relação à agricultura, poderemos tomar o algodão para exemplo. Supondo que um homem produza 81 quilogramas, teremos que os 113.400 homens teriam produzido 9.185.400 quilogramas por ano, 358.230.600 quilogramas, de 1879 a 1905, admitindo o mesmo crescimento de população. Dando ao quilograma de algodão o valor mínimo de 400 réis (quer dizer 6\$000 por 15 quilos) temos que o prejuízo no período referido seria de 143.292:240\$000.

Como a Câmara sabe, o Império não teve mãos a medir nos socorros enviados no Ceará.

Impressionado pelos justos reclamos da imprensa, diante das notícias emocionantes que dali chegavam, dia a dia mais terríveis e dolorosas, a bondade natural do Imperador foi por tal forma dadivosa que mandou vendessem as jóias da coroa, quando o erário público não mais pudesse socorrer às populações famintas.

Simplesmente, isto se fez, Senhor Presidente, sem orientação nem resultado. Em vez de aproveitar a calamidade para a construção de obras defensivas contra os efeitos das secas futuras, como a Inglaterra faz na Índia, desde muitos anos, deu-se a esmola aviltante, mal e injustamente distribuída, origem de conflitos e acusações nada abonadoras da probidade de muitos comissários.

E foi assim, Senhor Presidente, que o Ceará e o Rio Grande do Norte consumiram, em pura perda, 79.000:000\$000.

É curioso calcular que, se esta quantia tivesse sido aproveitada em estradas de ferro e obras hidráulicas, dando-se metade a cada aplicação, ter-se-iam 1.000 quilômetros de estradas, e açudes e poços com uma capacidade produtiva equivalente a 400 bilhões de litros por ano.

Diante desta narrativa seria natural que a Câmara perguntasse pelas causas dessas crises e pelos remédios aconselhados para extingui-las.

Não tenho, Senhor Presidente, opinião formada sobre as causas determinantes das secas do norte, coisa, aliás, nada estranhável em um profano, quando os homens do ofício, não só em nosso país, em relação às nossas crises, como na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, em relação às da Argélia, Índia, Austrália e Far West, nada sabem, que as explique completamente.

Entre essas causas mencionam os cientistas as manchas solares, os ventos reinantes e a devastação das florestas. Não me proponho discutir nenhuma delas; apenas lembrarei que o homem é impotente para mudar a direção dos ventos, e regular a marcha do sol.

Quanto à desflorestação, a Câmara já viu que em períodos os mais remotos o fenômeno climatérico se repetiu com a marcha cíclica que o caracteriza.

Pelo conhecimento que tenho do interior do Estado do Rio Grande do Norte, ousou afirmar não haver ali o menor vestígio de matas que o homem tivesse

feito desaparecer. A própria natureza do solo e da vegetação parece antes indicar que ainda se está processando naquela zona um fenômeno geológico primitivo. A luta das cactáceas, lichens, pormelias, e verrucarias, com o granito e seus decompostos confirmarão talvez esta minha incompetente afirmativa.

Não quer isso dizer, porém, Senhor Presidente, que desconheça o elemento salutar das florestas na climatologia de uma dada região, já como fator importante na conservação da umidade do solo, já impedindo a sua erosão, com o corrigir o regime torrencial das grandes chuvas. Resta, pois, e é isto o que nos importa, indicar os remédios aconselhados para atenuar os efeitos das secas.

Em 1878, o assunto foi largamente debatido no Instituto Politécnico. A discussão foi luminosa e nela tomaram parte os homens mais competentes daquele tempo, alguns dos quais ainda vivem cercados da estima e do respeito dos seus concidadãos, prestando ao país os serviços de uma larga experiência aliada a um grande saber.

As providências insistentemente recomendadas, quase que em sua unanimidade, acertaram em indicar a grande e pequena açudagem como os meios mais eficazes para resolver o problema.

Vejamos a opinião de alguns desses ilustres cientistas. O Dr. Jozimo Barroso: “Tenho para mim que na construção de açudes em grande escala está o principal remédio ao mal. Superfícies de evaporação entretendo um certo grau de umidade atmosférica, além de produzirem permanentemente grande bem a vegetação, fornecerão os vapores aquosos necessários à formação das chuvas... No meu entender, a construção de açudes na província do Ceará, principalmente, é obra de grande alcance... A província do Ceará deve ter um serviço especial de açudes, assim como a Holanda tem seu serviço de diques”.

O Sr. Conselheiro Rohan: “Consistem os melhoramentos que proponho no estabelecimento, em larga escala, de açudes e na plantação de arvoredos em torno deles...”.

O Dr. Coutinho: “Mostra-se favorável à construção de alguns grandes açudes, de uma e duas léguas de extensão, que serão considerados como centros de abastecimento, sendo para esse fim escolhidas localidades convenientes”.

O Dr. Buarque de Macedo: “Não conheço país nenhum do mundo onde se tenha podido modificar o regime das causas naturais, que são as únicas inevitáveis... Felizmente, não são estas que mais atuam na província do Ceará.

Referindo-se às medidas mais próprias a serem tomadas, acrescenta:

“As mais urgentes, não há duvidar, são os açudes, a estrada de ferro de Baturité. Os que conhecem os sertões do norte sabem que a medida pela qual mais pugna o sertanejo é a construção de um açude na sua localidade.

Creio que não exagero lembrando que se poderiam construir cerca de 200 açudes na província do Ceará, com capacidade não inferior a 100 milhões de litros e com o dispêndio de dez mil contos”.

O Dr. Álvaro de Oliveira: “É dos açudes que devemos tratar; não em número de 5 ou 6... Os açudes devem ser feitos nos vales dos rios, nos sítios, nas fazendas, em todos os pontos do sertão...”.

Na representação enviada ao governo imperial pelo Instituto, entre outras medidas indicadas, destaca-se: “construir, quanto antes, no interior da província do Ceará e outras assoladas pela seca, represas nos rios e açudes nas localidades que para esse fim forem mais apropriadas”.

Anteriormente, o Dr. Antonio de Macedo e o Senador Pompeu tinham escrito duas eruditas monografias em que a construção da grande e pequena açudagem era recomendada como bastante para resolver o problema.

A Câmara compreende que, falando em açudagem como um dos meios de se obter água para as necessidades da lavoura e da indústria pastoril em uma região como a de que me venho ocupando, é do meu dever provar que esta região não é desfavorecida pela queda de chuvas.

A Câmara vai ver que, tomadas as médias quinquenais dos invernos do Ceará (o mais seco dos Estados da bacia do São Francisco), a altura da chuva caída é muito superior às necessidades da sua vida pastoril e agrícola.

É assim que temos de 1850 a 1855 as médias seguintes:

1850 a 1854	1.354,6
1855 a 1859	1.444,8
1860 a 1864	1.434,4
1865 a 1869	1.488,2
1870 a 1874	1.719,7
1875 a 1879	951,6
1885 a 1889	1.088,8

Média geral	1.348,7

Convém salientar que, de 1849 a 1877, só duas vezes a média anual foi inferior a 1.000 milímetros; em 1857, de 883 milímetros e em 1874 de 855 milímetros.

Será curioso, Senhor Presidente, para melhor destacar os caprichos do nosso regime climatérico, agrupar os anos diluviais, quase tão calamitosos como as maiores secas.

Assim é que tivemos:

1776	1819	1866
1782	1826	1872
1797	1832 a 1839	1873
1805	1842	874 a 1876

Nas crônicas e documentos antigos, há impressionantes vestígios dos prejuízos causados por esses invernos à população do Rio Grande e Ceará.

Como prova ainda mais robusta do que venho afirmando, devo dizer à Câmara que, de 1724 a 1877, período correspondente a 153 anos, tivemos 136 anos mais ou menos chuvosos contra 19 que o não foram.

Comparando o Estado do Ceará com algumas zonas do país, verifica-se que ali a altura média de chuvas durante 28 anos foi maior do que em outros lugares.

Média de chuvas em 28 anos, comparada com a média de alguns lugares do país em anos favorecidos.

LUGARES	ANOS	MÉDIA
Fortaleza	28	1.489 mm
Que luz (Minas)	1	1.460 mm
Tatuí (São Paulo)	1	1.393 mm
Barbacena (Minas)	1	1.342 mm
Itabira do Campo	1	1.300 mm
Cuiabá	3	1.166 mm
Rio de Janeiro	36	1.123 mm
Rio Grande do Sul	8	912 mm
Araçuaí (Minas)	-	252,6 mm
Sant'Anna do Sobradinho (Bahia, junho de 1883 a dezembro de 1886)	3	371 mm
Alagoinhas	-	542,9 mm

O ilustre Dr. Thomaz Pompeu, um trabalhador e um capaz, a quem o Ceará deve os melhores serviços, oferece o seguinte interessante quadro comparativo entre a quantidade de chuva caída no Ceará e em diversas regiões do mundo:

REGIÕES	CH. ANUAL em Mill..
Colorado (Estados Unidos)	175
Barnal (Ásia Cont.)	190
Sind (Índia)	200
Nevada (Estados Unidos)	200
Iakustsk (Sibéria)	225
Califórnia (Estados Unidos)	230
Salamanca (Espanha)	250
Murcia (Espanha)	334
Kazan (Rússia)	350
Breslau	353
Athenas	382
Cidade Real (Espanha)	382
Praga	388
Upsal	397
Punjab (Índia)	400
Orenburgo	432
S. Petersburgo	432
Vienna (Áustria)	446
Londres	489
Marselha	512
Berlim	522
Stockolmo	530
Maiaga	532
Christiania	538
Paris	538
Palermo	579
Copenhague	583
Abo (Finlândia)	602
Barcelona	607
Hobart-Town (Tasmânia)	610
Stuttgart	615
Pekin	620
Toulouse	626
Edimburgo	632
Metz	660
Lisboa	638
Dijon	696
Cabo (África)	700
Bruxelas	723
Dublin	740
Nancy	751

Lannaston (Tasmânia)	760
Ruão	784
Gand	777
Roma	785
Geneve	821
Montpellier	822
Pádua	862
Manchester	902
Florença	931
Turim	954
Milão	967
Lauzanne	1.021
Bogotá	1.107
P. Arthur	1.143
Besançon	1.163
Taiti	1.210
Nantes	1.303
Ceará	1.315
Genova	1.345
S. Cerque	1.345
Buenos Aires	1.345
Sandwich	1.400
Nocolaief	1.598
Bergen	1.853

É possível que se objective serem as médias referidas limitadas à chuva caída no litoral e terras vizinhas, ficando o interior, mesmo nos anos mais favorecidos, muito aquém daquelas cotas. Não contesto o fato, antes o confesso, Senhor Presidente, como intuito lealmente prometido de trazer à Câmara o maior número de informações, para melhor exame da matéria.

É assim que, segundo os dados que passo às mãos dos colegas, tão bondosos em escutar-me, a média verificada no observatório de Quixeramobim, durante seis anos, é apenas de 651,6 mil. Mas á anotar: primeiro, que esse período compreende uma grande e ma pequena secas; segundo, que, ainda assim, esta média é muito superior a dos 16 Estados e territórios que formam a região árida e semi-árida da União Americana.

A TABELA DETALHADA DE QUIXERAMOBIM É A SEGUINTE

	1897	1898	1899	1900	1901	1902
Janeiro	59.5	1.5	82.8	63.6	19.1	32.9
Fevereiro	103.6	169.7	206.1	91.4	130.2	19.8
Março	270.3	52.6	277.4	40.4	213.8	52.0
Abril	122.2	120.4	145.7	25.9	108.4	97.6
Maio	285.8	14.3	78.1	24.3	66.0	111.0
Junho	119.4	9.1	129.5	9.9	52.9	2.2
Julho	35.1	1.7	73.2	3.9	33.9	16.1
Agosto	25.4	0.0	14.3	0.0	0.0	9.0
Setembro	0.0	0.0	0.0	0.0	3.4	0.0
Outubro	0.2	0.0	0.7	0.0	0.0	1.2
Novembro	1.0	2.2	0.2	0.1	8.1	0.2
Dezembro	0.0	61.8	0.5	167.8	0.0	0.9
Total	1.022.1	4333.3	1.048.4	427.3	635.8	342.9

Esses dados mostram, Senhor Presidente, que naquela extensa zona não há escassez de chuvas; há, sim, uma demorada estiagem que normalmente se prolonga por sete meses no sertão, e cinco a seis meses no litoral, durando o inverno quatro meses apenas; acrescentando ainda que as chuvas caídas nesse espaço de tempo são inconvenientemente distribuídas. Muitas vezes acontece (eu tenho testemunhado o tato) uma ou duas chuvas bastarem para fazer transbordarem todos os riachos e rios, sem proveito para as plantações, enquanto que um excelente inverno criador, abundante e farto não chega sequer a encher os pequenos lagos existentes nas fracas depressões das chapadas.

Conhecido o relevo do solo sertanejo, sua impermeabilidade, a miséria da vegetação dos tabuleiros, o declive desses para o talweg dos rios e dos rios ainda mais acentuadamente para o mar, denunciando um franco regime torrencial, claro é, Senhor Presidente, que a natureza está indicando ao homem que o único meio de retardar a precipitação das águas é fazer a açudagem onde e como for possível.

O Sr. J. J. Revy assim se exprime a respeito da impetuosidade das enchentes no norte:

“O suprimento de água, provindo de chuvas, é, em regra, abundante; a quantidade de água que o vale do Jaguaribe recebe anualmente é muito superior às necessidades das mais alta agricultura estendida a cada hectare das suas vastas e férteis planícies. Assim, em anos regulares, chuvas torrenciais e enchentes fornecem a rega durante três meses; durante seis meses não há chuva alguma de valor para a agricultura”.

O marechal Beaupaire Rohan, contando a sua viagem pelo Piauí, diz com muita observação:

“Tive ocasião de notar que a palavra rio nem sempre exprime naquelas paragens a idéia de um curso de água permanente. Entendem por ela as grandes torrentes que se formam na estação pluvial. Verdade é que essas torrentes tomam então dimensões consideráveis, que as tornam bem semelhantes aos mais caudalosos rios; mas, logo que cessam as chuvas que as alimentam acidentalmente, sem que nenhum obstáculo se oponha à sua corrente, a pouco e pouco, vão diminuindo as águas, até desaparecerem completamente, à exceção de certos lugares mais depressos do leito, nos quais, por efeito da impermeabilidade do terreno, se conservam alguns meses e se tornam o único recurso da população ambiente”.

Outro observador inteligente, competência profissional das mais subidas, o Dr. Gabaglia, acrescenta:

“Profundamente convencido de que o céu concede ao solo cearense água em abundância, e que as condições topográficas e geológicas concorrem para que o precioso líquido seja na sua maior porção improfucamente restituído ao primitivo leito, o oceano, acrescento que o homem nada ou pouco mais de nada tem feito para aproveitar-se do que a Providência lhe concede, asseguro que a questão se reduz aos limites de distribuição de águas, pois fica nos raios do trabalho de engenharia”.

Por tal forma demonstrada, Senhor Presidente, que na zona assim flagelada periodicamente as secas raramente duram mais de dois anos; verificada a possibilidade de reter as águas pluviais ali caídas em abundância nos invernos regulares, resta examinar as vantagens daí resultantes, e eu o farei com o exemplo do que se há obtido em regiões de clima muito mais ingrato que praticam a irrigação por meio de poços, açudes e canais.

Começarei pelos Estados Unidos.

Antes da construção da estrada de ferro, todo o comércio do Kansas, entre o Atlântico e o Pacífico, era feito pela velha estrada de rodagem de Santa Fé, através do grande deserto americano, cujas planícies infindas, varridas pelo vento impetuoso e mortífero, lembravam o Saara estéril. Quem quer que visitasse aquela região jamais poderia supor que terra tão desfavorecida passasse da fase pastoril em que sempre tinha permanecido. Pouco e pouco, porém, à medida que a construção da estrada caminhava, a idéia da possível fertilidade da zona começou a tomar vulto, e milhares de dólares foram infrutiferamente despendidos no aproveitamento das águas do rio Arkansas, que nasce nas montanhas Rochosas. Verificado, porém, que o rio secava quando a água era mais preciosa, o desânimo não abateu os audaciosos empreendedores do arrojado tentamen, e, em 1889, a irrigação com a água do subsolo começou a ser experimentada. As bombas, acionadas por moinhos de vento, começaram a trazer do fundo dos inúmeros poços, perfurados em grande parte da região, a água destinada a fazer a sua prosperidade. Os fazendeiros abandonaram a mania de cultivar grandes extensões e atiraram-se resolutamente à policultura com o mais notável sucesso. É verdade que a aprendizagem custou muitos sacrifícios; mas a compensação não se fez esperar, e a zona, dentro em pouco, tornou-se notável pelo crescimento das suas árvores e riqueza das suas culturas. Os moinhos custam de

100 a 200 dólares. Acionados por vento ordinário, enchem um reservatório (de terra ou madeira) de 75 por 150 pés e 6 de profundidade, em dois dias. Um moinho e um reservatório dão água suficiente para irrigar de 10 a 20 acres. O sucesso de Garden City (nome dado à cidade por um desconhecido, que, parecendo um sonhador, foi profeta) teve amais larga repercussão, determinando uma salutar e benéfica imitação.

O Colorado é outro exemplo frisante dos milagres da irrigação. É sabido que entre os Estados das terras áridas esse é um dos menos favorecidos, bastando dizer que a chuva anual é ali de 175 milímetros. Terreno arenoso, estéril e rochoso, onde só brotavam cactus e plantas miseráveis, era pelos naturais chamado, com justiça, o esquecido da natureza.

Solo absolutamente safaro, a opinião geral só o julgava propício à vida de certas plantas, capazes de medrar no deserto, tal como era considerada aquela vasta extensão do oeste. O Congresso de Irrigação, discutindo as diversas faces do problema, viu as suas resoluções aprovadas pelo povo e sancionadas pelo Congresso Federal, que expediu o ato de 17 de junho de 1902, estabelecendo, clara e positivamente, que o dinheiro proveniente da venda das terras públicas seria aplicado na construção de barragens, reservatórios e canais, para serem usados na irrigação dos distritos áridos do oeste. Graças a esta e a outras providências já anteriormente tomadas, a terra maldita tornou-se próspera e fecunda, e os Estados assim melhorados (Montana, Idaho, Wyoming, Colorado, Utah, Nevada, Arizona, Novo México, os dous Dakotas, Kansas, Califórnia, Washington, Oregon, Oklehoma e Texas) adquiriram uma importância extraordinária, pelo aumento da produção e rapidez assombrosa do seu povoamento.

Um canal trazido de 60 milhas do rio Colorado beneficiou o vale do sueste da Califórnia, e dezenas de milhares de poços completaram a obra econômica e civilizadora. Conforme refere Leroy Beaulieu, em onze desses Estados, onde a colonização só começou depois de 1870, não se encontrava, nessa época, pelos três milhões de quilômetros quadrados, mais que 990.000 habitantes, dos quais 560.000 somente na Califórnia, para onde as minas de ouro tinham atraído, desde o meado do século, uma importante imigração. Os 430.000 restantes eram distribuídos pelos outros dez Estados.

Em 1880 a população da mesma região não passava de 7.767.000 almas, das quais 903.000 fora da Califórnia. Já em 1890 esta cifra elevava-se a 3.102.000 habitantes, para atingir em 1900 a 4.091.000 habitantes. Este efetivo humano, continua Leroy Beaulieu, relativamente fraco, já tem obtido resultados surpreendentes.

Aí vivem nove milhões de bovinos e caprinos, e mais de 33 milhões de carneiros. A irrigação estendeu-se por 2.900.000 hectares e as colheitas produzidas em 1899 atingiram ao valor de 437.000.000 de francos. Um acre de terra pobre não vale mais de 100 dólares, enquanto que a mesma quantidade de terra irrigada, como acontece na Califórnia, vende-se por 1.800 dólares, assegurando uma produção quinze a vinte vezes maior do que a das regiões que dependem exclusivamente das chuvas. Segundo dados publicados em 1900 pela

repartição respectiva, a proporção das terras irrigadas e das denominadas melhoradas – improved land é a seguinte: Nevada, onde a quantidade de chuva anual não excede de 200 milímetros, 88% das terras melhoradas são irrigadas; no Wyoming, 80%; em Arizona, a proporção é de 72%; no Colorado 71%; no Novo México, 62%; no Utah, 61%.

Em Montana, onde a quantidade de chuva caída é um pouco maior e melhor a sua distribuição, esta proporção é ainda de 54%; e no Idaho, cuja parte de noroeste compreende altas encostas onde as nuvens do Grande Oceano se vêem condensar, ela desce a 43%.

Sobre 2.863.000 dólares, que valiam em 1899 as colheitas do Nevada, 2.853.000 provinham das terras irrigadas. No Colorado, que tem a produção agrícola mais importante da zona árida (excetuados os Estados do Pacífico), 15.100.000 dólares dos seus produtos, sobre, 16.860.000, foram colhidos nas terras irrigadas em uma proporção de 90%. No Arizona, Utah, Wyoming, a proporção do valor das colheitas produzidas pelas mesmas terras era igualmente superior a 90%; em Montana, atingia 70 e no Idaho 60%. Na Califórnia, ainda que as terras irrigadas não formem mais que um oitavo do conjunto das terras melhoradas, o valor dos produtos obtidos sobre as primeiras atingiam a mais do terço do valor total: 33 milhões de dólares sobre 93 milhões e meio.

O número dos agricultores que se entregam à irrigação na zona árida era de 102.819, em 1899, contra 52.584, dez anos antes. As superfícies irrigadas passaram, no mesmo decênio, de 1.436.000 a 2.905.000 hectares.

Quanto à percentagem da produção, as vantagens da irrigação são extraordinárias. No Colorado um hectare irrigado dá 19 hectolitros de trigo, mais que a média em França, sendo que nesse mesmo Estado os raros hectares de trigo cultivado sem irrigação não produzem mais que cinco hectolitros e meio. O que espanta, porém, é chegarmos à evidência de que as despesas com todos os serviços de irrigação realizados até 1899 atingiram apenas a 64.289.000 dólares, cifra inferior a 30% do valor das colheitas dos terrenos irrigados.

Passemos à Austrália, onde o clima, como se sabe, é dos piores.

Os poços artesanais ai quer públicos, quer privados, atingiram em 20 anos a mais de 2.000. Exceção de Victória, eles têm prestado, em todas as outras colônias, à lavoura e à indústria pastoril, os mais assinalados benefícios, resolvendo, por assim dizer, o problema agrícola daquela desfavorecida região. Das duas bacias artesanais, aí encontradas, a maior e a mais abundante é a que está colocada no flanco ocidental da cadeia chamada “Dividing Range”.

Estende-se por uma superfície duas vezes maior do que a França e compreende uma larga parte das províncias de Queensland, da Nova Gales do Sul e da Austrália Meridional. O preço da perfuração dos poços varia conforme a natureza do sub-solo, a sua profundidade, e o maior ou menor afastamento das estações dos caminhos de ferro, ou portos fluviais, sendo que estas duas últimas condições representam obstáculos que muito encarecem ali a construção de tais obras. No “Far-West”, por exemplo, é preciso contar com despesas excessivas, devido à

carestia dos transportes, feitos em costas de camelos. Pode-se, porém, avaliar o custo médio de um poço em 25 a 50 mil francos. A duração dos trabalhos não é

Área inundada – 1.452.000 metros quadrados.

Comprimento da barragem – 330^m; altura – 7^m7; espessura da base – 30^m,8.

A barragem é toda de terra e o custo de construção foi apenas de 8:000\$000.

Rendimento:

A sua renda líquida tem sido, desde 1903, época em que foi construído, de 20:000\$000, incluída a produção do terreno de jusante, correspondente a 841.840 metros quadrados, irrigados com a água do açude.

O proprietário dividiu todo o terreno cultivável em pequenos lotes que distribuiu com famílias pobres para trabalharem de parceria.

Produção:

140.000 litros de arroz, a 100 réis o litro (metade) 7:000\$000.

6.000 arrobas de algodão, a 3\$, 15 quilogramas (metade) 9:000\$000.

Cereais e engorda do gado, 4:000\$000.

Um Sr. Deputado – Mas isto é prodigioso!

O Sr. Thomaz Cavalcanti – Mas é a expressão da verdade.

O Sr. Eloy de Souza – Ainda no município do Acari existe o açude dos Garrotes, construído pelo Sr. Félix de Araújo Pereira.

A sua barragem é de terra e tem 214 metros de comprimento e 13^m,20 de altura.

Preço da barragem – 12:500\$000. É o açude mais bem construído do Rio Grande do Norte.

Rendimento:

Não obstante a grande profundidade e, conseqüentemente, o maior volume de água, esse açude fertiliza uma área menor do que o do Cauassú, do Sr. Joaquim da Virgem Pereira, porque o vale é mais estreito.

A sua renda líquida pode ser avaliada em uma média de 10:000\$ anuais, incluído o peixe. Produz muito bem o algodão, cana de açúcar e arroz.

No município do Caicó há também dois açudes regulares. Um deles, o do Sr. Januncio Salustiano da Nóbrega, além de produzir admiravelmente cereais, e cana, é riquíssimo em peixe.

Seu proprietário já tem conseguido realizar pescarias, na época apropriada, de outubro a dezembro, que lhe têm rendido até 10:000\$000. Ano já houve em que foram apanhados 80.000 peixes.

Quem conhece, Senhor Presidente, a zona do Seridó, áspera e desnudada, habitada por um povo viril, trabalhador e honesto, sabe os sacrifícios que a ele tem custado a construção das barragens ali existentes e graças às quais puderam melhorar as condições da vida, fundando um centro de trabalho digno da imitação dos conterrâneos.

O Sr. Juvenal Lamartine – Muito bem.

O Sr. Eloy de Souza – Um rápido exame do crescimento da população nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, o aumento da sua riqueza, acumulada nos anos normais, para quase desaparecer na voragem das secas, embora a deficiência dos dados que passo a oferecer à Câmara, darão bem a idéia do quanto venho afirmando.

É assim, Senhor Presidente, que em 1845, a exportação do Ceará foi de 124.757 quilogramas e em 1871, apesar dos prejuízos causados pela calamidade daquele ano, ela atingia a 7.906.944 quilogramas.

O dizimo do gado grosso, que rendeu em 1846, 6.180\$300, em 1865, no curto espaço de 19 anos, chegou a produzir 124.309\$629, para baixar em 1878, na constância do flagelo de 1877 a 1879, à miserável quantia de 1:199\$800.

A fortuna pastoril era avaliada, em 1876, em 22.388:000\$000; em 1878 não valia mais que 31:300\$000.

A população duplicou em menos de 25 anos nos dois estados referidos.

Documentos antigos dão os seguintes algarismos para o Ceará:

1775	34.000
1810	130.000
1812	149.000
1819	201.170
1835	240.000
1857	486.000
1860	504.000

Em 1876 não era exagerado calcular a população deste Estado em 750.000 almas.

No Rio Grande do Norte, dados colhidos em documentos de 1844 dão à província uma população de 149.072 habitantes; em 1876 esta população era estimada em 253.000 habitantes, atualmente não é exagero calculá-la em 400.000 criaturas.

O seu orçamento era de 45:085\$826. Após a seca, a receita orçada para 1846 a 1847 reduziu-se a 19.504\$000; em 1876 a receita orçada foi de 291:277\$000 e a arrecadada de 332:258\$136.

O gado bovino, depois da seca de 1845, ficou reduzido a 42.000 cabeças; em 1876 esse número podia ser razoavelmente avaliado em 500 mil reses.

Estes algarismos evidenciam, Senhor Presidente, que a prosperidade desses Estados irmãos, rivalizaria com os mais felizes do país, se a orientação dos governos os houvesse melhor acautelado contra crises remediáveis, dever que hoje, mais do que ontem, se impõe, dada a multiplicidade dos exemplos conhecidos.

Cumpro um dever de lealdade agradecendo ao governo passado o início de um serviço sistemático contra os efeitos da seca no Estado que represento.

O Dr. Rodrigues Alves e seu digno e competente ministro da Viação, compenetrados da necessidade de prover eficazmente o desastre de calamidades futuras, nomearam uma comissão de engenheiros para construir a estrada de penetração, do Natal ao Seridó, e projetar as obras que fossem necessárias.

O chefe desta comissão foi o Dr. Sampaio Correia, profissional que, pelos seus talentos, dentro em breve será uma glória da engenharia brasileira.

O Sr. James Darcy – V. Ex.^a pode afirmar eu já o é.

O Sr. Eloy de Souza – V. Ex.^a faz uma justa correção que a nossa conhecida estima por esse ilustre professor e o nosso agradecimento pelos bons serviços que tem prestado ao Rio Grande do Norte poderiam tornar suspeita.

Graças à sua atividade, zelo e probidade, correspondida pela dedicação e esforço dos seus dignos auxiliares, em pouco tempo pudemos, com notável economia, inaugurar o trecho da estrada que já está servindo ao vale do Ceará-Mirim.

Além deste melhoramento, cuja importância para o progresso da nossa vida econômica seria ocioso encarecer, o referido profissional projetou cinco açudes em vários municípios do Estado.

Ainda hoje li, com sumo prazer, na Gazeta de Notícias, as seguintes palavras do Dr. Miguel Calmon:

“Uma das minhas preocupações é o problema do norte – a extinção das secas periódicas, com o seu cortejo de desastres e de infelicidades. Os governos só se lembram de que há seca quando o flagelo assola regiões, mata milhares de pessoas, implanta a ruína, o desastre e a morte. O meu desejo é sistematizar os serviços de tal forma, que se consiga impedir os efeitos da seca. A maneira pela qual se há de fazer isso? Açudagens, barragens de rios, cultura intensiva, poços artesianos, irrigações, um trabalho intenso, que mesmo um governo futuro se veja obrigado a concluir.

Essa sistematização pode bem ser chamada: o problema do norte. Só quem conhece as riquezas daquela vastíssima região é que o pode avaliar.

Depois, pelos processos modernos de irrigação não há mais terreno safaro. Veja os resultados obtidos na Índia, no Egito, na América do Norte.

Os americanos têm mesmo uma frase: “Irrigação não é sucedâneo de chuva, chuva é que o é de irrigação. Nas secas do norte os governos, no fundo, esperam a chuva e o bando precatório”.

Sua Excelência, que é, entre os mais formosos talentos desta geração formosíssima; dotado de uma atividade pouco comum, aliada ao trato prático das questões de governo, filho de uma terra igualmente sofredora, muito poderá fazer, e certamente o fará, em benefício daquelas populações (Apoiados gerais).

Tudo leva a crer que Sua Excelência já tem mesmo um vasto plano metódico e profícuo, tanto mais acertado quanto o vem meditando desde os tempos em que serviu como titular da pasta da Agricultura no seu glorioso Estado.

Consola assinalar, Senhor Presidente, a perfeita identidade entre os francos desejos do jovem ministro e a promessa que, com o mesmo liberado propósito, o Senhor Presidente da República, na visão do conjunto que tanto o distingue, fez inserir como programa de governo na plataforma de outubro do ano passado. (Muito bem).

Tomo, entretanto, a liberdade de ponderar a Sua Excelência que não o exclua do seu plano de obras preventivas contra os efeitos das secas a grande açudagem.

Não a quero nem a pleitearia jamais como tipo comum e normal; mas ela se recomenda e impõe em pleno coração da terra sertaneja para evitar que nas calamidades excepcionais busquem o litoral, favorecendo as epidemias, as grandes massas tangidas pela fome.

Dois grandes açudes no Rio Grande do Norte, com os médios e menores que em maior número se poderão construir, e teremos resolvido o problema no sertão propriamente dito.

Na zona a leste da Borborema, na faixa mais próxima ao litoral, eu preferiria os poços tubulares.

A açudagem aí não tem provado bem.

Os açudes secam como por encanto, devido à dupla perda pela evaporação e infiltração, o que não acontece no interior onde a impermeabilidade do solo quase os preserva desta última. Além de que, Senhor Presidente, eu não creio que em terreno de formação primitiva se possa encontrar água o subsolo. Não fora esta vã suspeita, e motivo de orgulho seria para todos nós vermos o vento terrível que varre aquelas paragens em um sopro de morte, transformado no auxiliar poderoso da nossa vida, movendo por toda parte as asas dos moinhos benfazejos.

Entre os açudes projetados pelo Dr. Sampaio Correia, um existe para cuja construção eu ousarei pedir a boa vontade do governo. Referi-me ao açude de Sabugi, no município do Caicó, cuja bacia hidrográfica tem 700 milhões de metros

quadrados, sendo o volume de água a armazenar de 106 milhões de metros cúbicos.

A capacidade da área de irrigação é de 5 mil hectares, ou uma faixa cultivável de 50 quilômetros de comprimento por um quilômetro de largura.

Admitindo que o açude deva resistir a três anos de seca e distribuindo a água em proporção conveniente às diversas culturas próprias da zona, a área irrigada pode fornecer produtos cujo valor de venda no mercado mais próximo é de cerca de 720 contos.

Supondo que os gastos de produção e transporte, bem como o benefício do plantador, correspondam a 80% do valor do preço de venda, os 20% restantes representam uma taxa de arrendamento do terreno irrigado, equivalente a 150 contos anuais.

Os quatro restantes são médios e com uma capacidade variável de 59 a 60 milhões de metros cúbicos.

A Câmara não vá supor que o cálculo da produção equivalente a 720 contos tenha sido feito de acordo com os dados, para muitos exagerados, que serviram na avaliação da renda dos açudes do Acari.

Não. O tipo que preferi foi o das terras do Egito, muito inferiores às nossas, utilizando-me para tal fim dos algarismos extraídos do livro de Julien Barois “Irrigação no Egito” e que por interessante passo a ler à Câmara.

Rendimento das terras:

Segundo Girard, da expedição francesa, a distribuição para cultura de 100 hectares de boas terras, bem situadas no Delta, fazia-se outrora do seguinte modo:

hectares	
Trevo	25
Cereais	30
Cevada	10
Trigo e cevada misturados	35
	100

Dentre 100 hectares, um quarto recebia culturas de estio e outono, seja:

Em milho	13
Em sesamo	6
Em algodão	6

Atualmente 100 hectares de boas terras do Delta podem ser cultivados do modo seguinte:

Milho, uma seção de trevo e algodão.....	33
Cereais	33
Favas	17
Trevo	17
	100

A proporção das culturas do estio está, pois, atualmente aumentada consideravelmente, em consequência dos trabalhos compreendidos durante o século último.

Para as boas terras médias do baixo Egito, bem situadas em relação ao nível das águas dos canais de irrigação, eis, aproximadamente, como se pode estabelecer a proporção atual da sua cultura, com a divisão para a cultura indicada acima, e no caso de um grande domínio explorado diretamente pelo proprietário:

Despesa para uma superfície de 100 hectares:

Francos

1.º Sementes	3.000
2.º Jornal do pessoal	2.500
3.º Despesas de irrigação a máquina.....	1.500
4.º Nutrição dos animais Durante o estio, à razão de duas cabeças por hectare	1.900
5.º Salário dos trabalhadores pelo amanho, plantação, colheita, etc.....	8.800
6.º Despesas gerais, amortização das construções e do material, etc	2.500
Despesa total, não compreendidos os Impostos.....	19.400

Receita para uma superfície de 100 hectares:

1.º Colheita de milho sobre 33 hectares, deduzida a despesa de armazenagem	2.723
2.º Trevo cultivado junto ao milho (33 hectares).....	3.630
3.º Algodão (33 hectares)	27.687
4.º Colheita de cereais (33 hectares)	8.415

5.º Favas (17 hectares)	3.805
6.º Trevo, deduzida a ração dos animais	120
7.º Locação ao camponês de 8 hectares e 50 ares, a 100 francos o hectare	850
Receita total	47.830
Deduzida a despesa de	19.400
Saldo	27.830

O que representa uma receita de perto de 180 francos por hectare, não compreendido o pagamento de impostos ou de 190 francos por hectare, deduzidos os impostos.

Para um domínio do Egito médio, onde se cultiva a cana de açúcar, podem-se admitir as cifras seguintes, supondo que, como na região do canal de Ibrahimich, não há despesas de elevação de água.

Despesas para uma superfície de 100 hectares:

Cana do primeiro ano, despesas de cultura	7.600
Cana do segundo ano, despesas de cultura	3.600
Terras em repouso (2 hectares)	3.600
Cultura nili e chetoui sobre 40 hectares.....	3.100
Amortização das construções e dos materiais.....	1.100
Despesa total, não compreendidos os impostos.....	15.400

Receita para uma superfície de 100 hectares:

Canas do primeiro não, compreendidas as folhas, 68 toneladas a 15 frs., 75 cada uma	21.792
Canas de segundo ano (compreendidas as folhas no valor de 12 frs., 40) 38 toneladas a 15 frs., 75 cada uma.....	12.218
Produto das culturas do Nilo e chetoui	12.400
	46.410

Diferença que representa um produto de 310 francos por hectares, não incluídos os impostos, ou de 220 francos por hectare, deduzidos estes.

Quando se é obrigado à irrigação por meio de máquinas a vapor, que utilizam as águas do Nilo, é preciso deduzir destas somas perto de 85 francos por

hectare de cana e 50 francos por hectare de cultura de Nilo e chetoui (culturas de inverno e intermédias) pela despesa de elevação d'água, o que, em relação à superfície total de 100 hectares, dá uma média de 54 francos de redução de renda, por hectare.

As melhores terras de irrigação no baixo e no Egito médio arrendam-se a 300 francos o hectare, dedução feita do imposto e as boas terras a 220 francos; as boas terras de inundação a 180 francos o hectare.

Compreendendo, por conseguinte, de acordo com as cifras acima, que o ideal de todo o egípcio é possuir uma porção de terra no vale do Nilo.

É como a Câmara vê, mais um valioso subsídio para provar as vantagens da irrigação.

Sinto na própria fadiga, Senhor Presidente, o enfado dos meus colegas.

O Sr. Simões Lopes - A atenção e o prazer com que o estamos escutando são uma prova do contrário.

O Sr. Eloy de Souza – Agradeço a gentileza de V.Ex.^a e passo a dizer, ligeiramente, embora, como penso que essas obras altamente produtivas devem, pela sua urgência ser construídas.

Sou, Senhor Presidente, francamente partidário do consórcio hidráulico para a realização de tais melhoramentos.

Atendendo por um lado ao custo elevado dessas obras, e por outro lado à presa que devemos ter em atacar o problema enérgica e resolutamente, entendo que, tanto os Estados, como a União e mais remotamente os Municípios devem concorrer para elas.

Aliás, Senhor Presidente, não é outro o intuito do ilustrado relator deste orçamento, quando, no número XIX, autoriza o governo “a entrar em acordo com os governos dos Estados e dos Municípios, para a construção e conservação de açudes, aberturas de poços e aplicação de outras medidas tendentes a prevenir os efeitos da seca”.

A emenda que ofereço completa esse dispositivo salutar, facultando ao poder público os meios que permitirão agir proveitosamente.

Em todos os países não é por outra forma que a espécie tem sido resolvida.

Dentro das leis e dos regulamentos da França na Argélia, da Inglaterra na Índia, da Austrália, dos Estados Unidos, da Itália e do Egito, a União e os Estados encontrarão certamente um tipo que servirá de modelo a um acordo útil e profícuo.

O que não desejo é ver a demora indefinida na realização desses melhoramentos; o que não quero é assistir ainda uma vez ao sacrifício dos dinheiros públicos com os resultados negativos conhecidos.

O meu desvalioso concurso, dentro dos moldes assim superficialmente esboçados, está por tal forma posto ao serviço de causa tão patriótica.

INCUMBÊNCIA PARA ORGANIZAR O PRIMEIRO REGULAMENTO DA INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Na Legislatura passada, na Câmara dos Deputados, entre os inúmeros discursos pronunciados, um houve que despertou a atenção dos — membros, entre os quais figurava o Sr. Dr. Miguel Calmon, hoje ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas.

O orador foi o deputado Eloy de Sousa, representante do Rio Grande do Norte, que pronunciou um discurso sobre a seca implacável que há muitos anos vem assolando o seu Estado natal, o Ceará, a Paraíba e outros.

Nesse discurso, depois do exórdio mostrando a situação aflitiva e dolorosa dos nossos patrícios do Norte, o Sr. Deputado Eloy de Sousa encarou a questão sob o ponto de vista técnico e científico, reclamando do governo providências salvadoras.

Agora, o sr. Ministro da Viação, recordando-se das palavras do seu então colega, encarregou-o de fornecer ao governo dados técnicos para umas bases regulamentares que permitissem organizar de vez um serviço preventivo e eficaz contra aquele flagelo. Essas bases já estão organizadas de acordo com a lei de 1904 e autorização da vigente lei orçamentária. Elas definem os trabalhos para combater o mal e as condições pelas quais o governo tem que as executar, bem como as relações da União e dos Estados para esse fim.

Na quinta-feira da próxima semana, o Sr. Ministro da Indústria submeterá à assinatura do chefe do Estado as referidas bases regulamentares.

Vária do Jornal do Comercio de 3 de junho de 1907.

PROJETO APRESENTADO À CÂMARA DOS DEPUTADOS EM AGOSTO DE 1911

O deputado pelo Rio Grande do Norte, sr. Eloy de Souza, apresentou, ontem, justificando, o seguinte projeto de lei:

Art. 1.º – O governo construirá as obras de irrigação necessárias ao desenvolvimento agrícola do país.

1.º – As obras de que trata o presente artigo serão construídas, de preferência, nos Estados que se comprometerem a contribuir, durante dez anos, com cinco por cento do total de sua renda ordinária.

2.º – A contribuição dos Estados poderá ser feita em dinheiro, anualmente, ou de uma só vez em terras devolutas.

3.º – Nos casos em que a contribuição dos Estados for feita em terras devolutas, a área total dessas será determinada segundo a média da receita geral do Estado no último decênio anterior ao ato de cessão, e pelo preço das tabelas oficiais, em vigor ao tempo da promulgação da presente lei.

Art. 2.º – As despesas de construção e do custeio que houverem de ser executadas, correrão por conta duma caixa especial, denominada “Fundo de Irrigação”, e constituída com os recursos seguintes:

1.º – 2% da receita geral da República, durante dez anos, sob a base arrecadação do ano anterior;

2.º – 5% da receita ordinária dos Estados que quiserem concorrer, durante dez anos, para a constituição e contribuição da caixa, na forma do disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. primeiro;

3.º – produto da venda das terras cedidas pelos Estados;

4.º – renda proveniente da exploração das obras de irrigação;

5.º – contribuições ou donativos de qualquer procedência.

Art. 3.º – As obras de irrigação poderão ser construídas diretamente pelo governo; contratadas com quem melhores vantagens oferecer em concorrência pública; ou ainda por associações ou companhias que se proponham executá-las mediante o pagamento em apólices da dívida pública, contanto que neste caso os compromissos anuais daí decorrentes não excedam as forças do “Fundo de Irrigação”.

Parágrafo único – A exploração das obras em caso algum poderá ser atribuída às empresas construtoras.

Art. 4.º – As quantias do “Fundo de Irrigação” serão depositadas no tesouro federal e não poderão ser aplicadas para fins diferentes dos da presente lei.

Art. 5.º – São consideradas de utilidade pública, para os efeitos da desapropriação, todas as terras irrigáveis; as necessárias à construção das barragens e obras complementares; as inundadas; e bem assim indispensáveis à manutenção dos cursos d’água.

Parágrafo único – As terras dos proprietários que se comprometerem a pagar as taxas de irrigação, e a conservação das obras, não serão desapropriadas, salvo caso de falta ao compromisso, ficando convencionado que, nesta hipótese, a desapropriação será feita por uma avaliação correspondente ao estado anterior das mesmas terras.

Art. 6.º – A União terá a administração e exploração das obras, até pagar-se da importância que houver despendido, entregando-a a cada Estado, logo que a exploração de todas ou de parte, houver coberto das despesas efetuadas.

Art. 7.º – O Governo cobrará taxas anuais de arrendamento das terras irrigadas, taxas de fornecimento de água para irrigação e taxas de conservação das obras.

Art. 8.º – As taxas de irrigação serão calculadas sobre o custo total de cada obra, e divididas por anuidades, fixas por hectare.

Parágrafo único – Uma vez e por esta forma pago do custo total da obra, o governo deixará de perceber a taxa da irrigação respectiva.

Art. 9.º – A taxa de conservação será permanente e cobrada simultaneamente com a de irrigação, e corresponderá à décima parte desta.

Art. 10.º – A taxa de arrecadação deverá guardar uma relação determinada pelo valor da desapropriação, não podendo exceder a 10 % desse valor.

Art 11.º – o modo de percepção dessas taxas será regulado pelo governo.

Art 12.º – A terras desapropriadas serão vendidas ou arrendadas, preferentemente a famílias de agricultores, e por um prazo fixo nunca superior a dez e inferior a quatro anos.

Parágrafo único – Todas serão vendidas ou aforadas, com direito a irrigação, que será obrigatória.

Art. 13.º – No caso de venda, as terras deverão ser pagas em quotas anuais, começando o pagamento no ano imediato à primeira colheita, e entregue o título de prosperidade depois de satisfeita a última prestação.

Art, 14.º – A família proprietária ou arrendatária deverá residir no terreno adquirido.

Art. 15.º – A falta de pagamentos de alguma das quotas anuais determina a perda de direito à terra vendida, sem que o prejudicado possa reclamar ao “Fundo de Irrigação” as anuidades já pagas.

Art. 16.º – O proprietário que deixar de cultivar sua porção pelo espaço de dois anos, será desapropriado pelo preço por quanto a houver adquirido, acrescido da importância das benfeitorias, segundo avaliação judicial.

Art. 17.º – A taxa de arrendamento começará a ser paga no primeiro ano após a colheita, e nos subsequentes, semestralmente.

Art. 18.º – A inovação de arrendamento não poderá ser recusada, salvo por falta de pagamento de algumas das quotas.

Art. 19º. – A família arrendatária terá preferência na aquisição definitiva do seu quinhão.

Art. 20º. – O governo continuará a premiar os indivíduos, municipalidades ou sindicatos agrícolas, que construírem açudes médios e pequenos, na forma e segundo as condições dos artigos 37 a 47 do regulamento expedido com o decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909 e, bem assim, a executar todas as obras destinadas a atenuar os efeitos das secas, e constantes do mesmo regulamento.

Parágrafo único – Para esse fim, o “Fundo de Irrigação” contribuirá anualmente com uma importância nunca inferior a 70% de sua receita, até a completa ultimateação dessas obras.

Art. 21º. – Os estudos, projetos, construção exploração das obras ficarão a cargo da atual Inspeção de Obras Contra as Secas, que passará a denominar-se “Inspeção de Irrigação”, continuando subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único – O governo poderá aumentar o número de secções regionais da Inspeção, conforme a necessidade e desenvolvimento do serviço.

Art. 22º. – Esta lei entrará imediatamente em execução, independente dos atos que o governo tenha de expedir para a sua regulamentação.

Art. 23º. Revogam-se as disposições em contrário.

DUAS OPINIÕES VALIOSAS

1) Trechos da carta dirigida ao Jornal do Comercio, do Rio de Janeiro, pelo geólogo Roderic Grandall, e publicada na edição de 22 de setembro de 1911, a propósito do projeto apresentado pelo deputado Eloy de Sousa sobre irrigação.

“Uma das provas mais importantes deste progresso do Brasil, manifesta-se no programa de desenvolvimento dos Estados menos favorecidos pela natureza, que foi recentemente apresentado ao Congresso pelo Dr. Eloy de Sousa, Deputado pelo Rio Grande do Norte.

A intenção desta lei no seu todo é de, se aprovada, permitir a construção de obras de irrigação e prevenção de todo o gênero, em qualquer Estado que delas vinha a precisar, ao mesmo tempo ativando, auxiliando e promovendo a introdução de métodos agrícolas novos e mais adiantados, que trarão consigo uma melhor escala de vida e de educação.

Tais resultados não poderão ser imediatos, mas demandarão tempo, e uma década ou uma geração não será período demasiado para permitir que sejam realizados os resultados de tais obras.

O fim desta lei é o estabelecimento de um fundo permanente, do qual possam ser retiradas as quantias necessárias à construção de diversas obras ao passo que forem precisas.

Este dinheiro não é dado pelo governo, mas simplesmente emprestado aos Estados, temporariamente, sem juro, e será mais tarde restituído. Isto equivale às condições em que nos Estados Unidos foi adiantado dinheiro ao “Reclamation Service”, pelo governo federal.

As disposições do Artigo 1.º determinam que parte das despesas seja feita pelos Estados a serem beneficiados, o que é como dever ser. Isto é semelhante ao que tem sido feito nos Estados Unidos, mas lá o dinheiro do Fundo de Irrigação era obtido pela venda de terras federais dentro dos limites dos Estados, que desde então têm sido auxiliados pelas obras de irrigação.

As condições do artigo 5.º que permite ao proprietário de terras reter todas as suas propriedades e receber água para elas, não parecem apropriadas às necessidades do caso. É fácil de imaginar um caso extremo desta disposição, em que toda a terra esteja nas mãos de um só homem e o governo construa um sistema de irrigação para beneficiar e enriquecer o proprietário somente. O que é muito desejável é que as grandes propriedades sejam um pouco retalhadas, de modo que a gente mais pobre possa ao menos ter a oportunidade de tentar ser proprietária de terras. Por esta razão, uma certa área deveria ser desapropriada e vendida ou arrendada aos que quisessem obtê-la e em termos razoáveis. Como os atuais proprietários são presentemente os mais competentes e sem dúvida alguma os mais capazes de desenvolver a região, parece justo permitir-lhes possuir ou reter áreas equivalentes a várias vezes a área que será vendida ou arrendada como uma unidade.

O artigo 6.º estipula a retenção das obras pela União até que tenha sido feito o pagamento completo das mesmas, transferência delas ao Estado em que estiverem situados, depois de feito esse pagamento. Considerando as reconhecidas condições atuais de muitos dos governos dos Estados, e a extensão em que poder de fiscalização de obras irrigação pode ser usado como uma política, parece que melhor política estatuir o regime que foi adotado pelo congresso dos Estados Unidos, na letra de sua lei de irrigação. Com as disposições daquele ato, a posse de todas as obras é dada ao Governo Federal até a ocasião de ser feita nova disposição especial.

No artigo 9.º poderia com mais vantagem ficar estabelecido que a verba de conservação para cada projeto fosse determinada pelo cálculo das verdadeiras necessidades de obras em questão, em lugar de ser fração da taxa de água, com a qual não tem necessariamente relação alguma definida.

As disposições dos artigos 10 a 20, relativas aos direitos do individuo, no que diz respeito a água e terra, não deixam nada a desejar.

O artigo 20 estipula a continuação da concessão de auxílios a indivíduos para a construção de açudes pequenos, o que constitui parte muito importante do trabalho presente da Inspetoria, tão importante mesmo que merece o aumento de verbas, que serão afetadas a isso na legislação proposta.

Este projeto de lei se for aprovado como está, ou antes, com pequenas modificações, permanecerá um monumento ao estadista que o concebeu e projetou e ao Congresso que for bastante esclarecido para votá-lo.”

2) Ao Sr. Dr. Arrojado Lisboa, Inspetor de Obras Contra as Secas, dirigiu o Sr. G. A Waring a seguinte carta:

“Caro senhor – Com grande interesse acabo de ler o projeto de lei apresentado ao Congresso pelo Sr. Eloy de Souza, para construção de obras de irrigação no nordeste do Brasil.

Os lucros que ele apresenta como devendo ser obtidos pela irrigação, são favoravelmente dignos de confiança, mas o modo pelo qual ele apresenta o assunto tende a criar a opinião de que uma grande renda imediata advirá dali ao Governo Federal. Não acredito que isto aconteça, pois a população atual da região é muito exígua para o cultivo de áreas extensas. Depois, porém, que esteja conhecido em outros países quanto é saudável o clima do nordeste do Brasil, a região terá um rápido desenvolvimento agrícola; é assim que as grandes obras, com quanto só produzam uma renda pequena durante alguns anos, mais tarde se tornarão grandemente e permanentemente valiosas”.

Examinei com cuidado cada artigo da lei proposta. Algumas disposições são necessariamente diferentes das contidas na lei da Reclamation Service dos Estados Unidos, mas tanto quanto me permite julgar o conhecimento que tenho das condições no Brasil, os detalhes do projeto me parecem conducentes ao desenvolvimento adequado das regiões a serem irrigadas.

No seu conjunto creio que este projeto oferece a única solução do problema das secas. Este se tornou um problema sério no Brasil, mas não acredito que a sua solução, por meio de obras de irrigação, seja mais dificultosa do que tem sido em outras regiões áridas; e não creio que haja outra alternativa a seguir.

Os projetos de irrigação devem ser construídos porque são necessários:

1.º – Para proteger a população atual contra os períodos de fome; 2.º – Para permitir o desenvolvimento natural da região, pois esta não pode progredir nem como região agrícola, nem como região de criação de gado sem possuir um suprimento permanente de água.

O custo total dos projetos de irrigação será grande, mas não serão eles mais dispendiosos do que têm sido os semelhantes em outros países, e enquanto eles não forem construídos, o Governo Federal estará sujeito a grandes e contínuas despesas com a concessão de auxílios à população em tempos de seca. Vosso G. A. Waring, em 11 de Setembro de 1911.”

LEI EPITÁCIO PESSÔA

Autoriza a construção de obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis no nordeste brasileiro e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos no Brasil:

Faço saber que o congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º – O governo construirá por administração ou por contrato e, neste caso, mediante concorrência pública, sempre que for possível, as obras necessárias à irrigação de terras cultiváveis no nordeste brasileiro, nelas compreendidas todas as que forem julgadas preparatórias e complementares da sua execução, mantidas, igualmente, aquelas de que trata o decreto n.º 13.687, de 9 de julho de 1919.

Art. 2.º – As despesas de construção, de custeio e de conservação das obras e serviços mencionados no art. precedente correrão por conta de uma caixa constituída com os seguintes recursos:

- a) operações de crédito externas ou internas que o governo fica autorizado a realizar até o máximo de duzentos mil contos e nunca excedente de quarenta mil contos em cada exercício;
- b) dois por cento da receita geral da República;
- c) dois até cinco por cento da receita ordinária dos Estados em que as obras e serviços terão de ser executados, entrando para este fim o Poder Executivo em acordo com os respectivos Governos e podendo receber a mesma contribuição em terras devolutas e irrigáveis;
- d) produto da venda ou do arrendamento das terras cedidas pelos Estados e das que forem desapropriadas nos termos desta lei;
- e) rendas provenientes das obras e serviços mencionados no art. 1.º
- f) contribuições e donativos de qualquer outra procedência.

Parágrafo único – Os recursos compreendidos nas letras b, c, d e e, serão também destinados ao serviço de juros e amortização dos empréstimos autorizados na letra a.

Art 3.º – São consideradas de utilidade pública, para os efeitos da desapropriação, as terras necessárias à construção das barragens e obras complementares e preparatórias, as inundadas, as irrigáveis e bem assim as florestas indispensáveis à manutenção dos cursos de água.

§1.º As terras irrigáveis, porém, somente serão desapropriadas quando seus proprietários se recusarem a entrar em acordo com o Governo sobre a construção das obras necessárias à irrigação, deixarem de pagar durante dois anos as taxas de que trata a presente lei, ou não cultivarem as mesmas terras segundo as determinações constantes dos regulamentos que forem expedidos.

§2.º – Esta obrigação constará de termos de compromisso que deverão ser assinados após a aprovação dos projetos de cada obra.

§3.º – No caso dos parágrafos primeiro e segundo deste artigo, a importância da indenização será determinada pelo valor das terras antes da aprovação dos projetos de captação e irrigação conseqüente, devendo este valor constar dos termos de compromisso.

Art 4.º – A União terá a administração e exploração das obras, até pagar-se da importância que houver despendido, entregando-as aos Estados respectivos logo que a exploração delas houver coberto as despesas efetuadas.

Art. 5.º – O governo cobrará as taxas que forem fixadas em regulamento, tendo em vista as despesas efetuadas, de capital e de conservação e custeio das obras e, bem assim, a natureza das culturas exploradas nas zonas irrigadas.

Art. 6.º – As terras irrigáveis que forem desapropriadas serão cedidas por venda ou arrendamento, mas sempre em pequenos lotes e, de preferência, a agricultores residentes nos respectivos Estados.

§1.º – No caso de venda, as terras terão o valor da desapropriação e deverão ser pagas em quotas anuais e por prazo nunca superior de dez anos, começando o pagamento no ano imediato à primeira colheita.

§2.º – No caso de arrendamento, as prestações deverão ser pagas anualmente, a partir do fim da primeira colheita, devendo o Governo, para fixar o seu preço, atender também ao valor da desapropriação.

Art 7.º – O Governo providenciará para que os serviços agrícolas na região tenham a assistência de agrônomos e veterinários, e também para que aos lavradores sejam fornecidos, por venda ou arrendamento, os instrumentos, sementes, adubos e outros auxílios necessários à maior produção do solo, conservação, beneficiamento, transporte e colocação comercial dos produtos.

Art. 8.º – O Governo expedirá regulamentos para o funcionamento da caixa especial, para a arrecadação das taxas e prestações e para a exploração e administração das obras, providenciado para que os contratos de que fala o art. 1.º tenham a mais ampla publicidade.

Art 9.º – Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1919,

98 da Independência e 31 da Republica

EPITÁCIO PESSÔA

J. Pires do Rio

A LEI EPITÁCIO PESSÔA NO SENADO E NA CÂMARA

“O relator da lei Epitácio Pessoa, no Senado, depois de fazer uma síntese brilhante sobre os esforços empregados para a solução do problema escreveu o seguinte: – É para consegui-la que o Sr. Presidente da Republica tomou a corajosa e benemerita iniciativa de pedir a colaboração do Congresso Nacional para um esforço decisivo no Senado, de dar ao angustioso problema a solução que as crises recentes tornaram inadiáveis. A esse patriótico apelo, respondeu a Câmara dos srs Deputados, aprovando projeto de lei em que se concretizaram as medidas arbitradas pelo chefe do Poder Executivo. Delas, a fundamental, a criação dos recursos financeiros que a execução dos trabalhos planejados reclama, e a instituição de uma caixa especial, constituindo Fundo de Irrigação, segundo as bases calcadas no projeto de 30 de agosto de 1911, do então deputado sr. Elói de Sousa, obra de admirável previsão política, que ficou sendo o ponto de partida de todas as providências capitais adotadas para a defesa eficaz do Nordeste, pois que assegura a continuidade de ação que a inconstância dos programas governamentais e parlamentares não tem até agora permitido” (Anais do Senado 12- 1919).

Final do brilhante parecer do deputado Otacílio de Albuquerque, membro da Comissão Especial das Secas sobre a Lei Epitácio Pessoa.

Filho da região varrida repetidas vezes, em intervalos variáveis, pelo sopro da implacável desdita, o dr Epitácio Pessoa está aparelhado com o conhecimento direto e exato que tem da intensidade do fenômeno e da extensão das necessidades do nosso malsinado sertão, para agir resolutamente, estabilizando no solo, onde nasceu, uma população de mártires, em luta continuada com a natureza inclemente, mas ainda assim sempre nobre nos estos de seu patriotismo e altiva na consciência de sua força, como parte integrante da comunhão brasileira.

E, encaminhando os seus esforços, a sua vontade enérgica, o seu patriotismo a melhor política, “ que é a que melhor governa a que suaviza as formas matérias da existência, a que sabe desentranhar das situações difíceis, das atualidades adversas, dos momentos de confusão e perigo, germens de prosperidade, elementos de ordem, meio de governo”, o sr. presidente da Republica terá os aplausos da nossa nacionalidade e o apoio franco, leal, decidido do Congresso Nacional para quem, mais uma vez apelamos, submetendo à sua douda apreciação o seguinte projeto de lei, onde estão compreendidas as idéias contidas na mensagem que, sobre as secas, dirigiu ao parlamento o chefe do Poder Executivo, combinadas com as disposições magistralmente estabelecidas no projeto do ilustre senador Eloi de Sousa.

(Do Jornal do Comercio, do Rio, 28-9-1919).

SENADO FEDERAL

PARECER N. 88-1935

O projeto que apresentei à Câmara dos Deputados em agosto de 1911 sobre irrigação ainda hoje continuaria esquecido se o Presidente Epitácio Pessoa não o tivesse adotado como base da lei que o Congresso votou em dezembro de 1919.

A adaptação de leis então vigorantes em vários países, notadamente nos Estados Unidos, aquele meu Projeto se houvesse sido aprovado representaria, praticamente, do ponto de vista financeiro e até mesmo econômico, um esforço precário, se leis posteriores não o modificassem com medidas mais adequadas às condições peculiares ao Nordeste.

O que sucedeu nos Estados Unidos com a lei votada em 1902, teria sucedido, com maioria de razão, a respeito das providências estatuídas naquela minha iniciativa e sucederá, fatalmente, com a lei Epitácio Pessoa, quando algum dia as obras de irrigação forem concluídas e os ônus da amortização e juros do capital empregado tiverem de pesar sobre os agricultores situados na zona irrigável.

Não é a primeira vez que abordo esse aspecto do problema. Já o fiz em outra oportunidade, como jornalista, para o fim de confessar o erro de quem se louvou nas cifras dos documentos ali publicados até a data apresentação do meu projeto.

Esses documentos ainda tiveram confirmação no relatório que o Sr. Arthur Dawes, então diretor da “Reclamation Service”, apresentou ao Secretário do Interior em 1919 e no qual a prosperidade da região beneficiada pela irrigação apresentava vantagens surpreendentes em relação ao custo das obras executadas.

É assim que a barragem “Salt River”, na qual o governo despendeu a soma de 10 milhões de dólares (números redondos), teve o valor das suas colheitas elevado em 1918, à importância de 18 milhões.

A produção agrícola da barragem o Yuma, naquele mesmo ano, foi de 15 milhões, quando o custo de sua construção pouco excedeu de 9 milhões. O reservatório de Jakima, cujo preço de construção não alcançou 10 milhões e meio, produziu, entretanto, em um só ano quase oito milhões, guardando mais ou menos a mesma proporção, o resultado obtido em outras obras de maior ou menor importância. Se acrescentarmos ao valor das colheitas o aumento dos rebanhos, devido ao cultivo de pastagens mais ricas e água melhor e mais abundante, claro é que os coeficientes citados atingem uma relação muito mais elevada, sem falar na renda proveniente da produção da energia obtida dos volumes acumulados nos reservatórios. Basta considerar que só a Barragem de Arrowrock produz 20.000 cavalos vapor; a de Pottfinder, 60.000 e a de Shorhone, 40.000 para não falar de outras, tanto e até mais importantes do que elas.

Vale a pena recordar que, de uma parte considerável da região beneficiada pela irrigação disse no Senado, Dantel Webster, o maior orador dos Estados Unidos no seu tempo, que nada se podia fazer de vastos e impenetráveis terrenos situados num deserto de pó, cactos e ervas daninhas, grandes solidões onde cordilheiras de montanhas nunca se despiam de neves eternas, acrescentando na condenação

definitiva daquela região: “Sr Presidente, eu nunca votarei um centímetro para o tesouro público colocar a costa do pacífico uma polegada mais perto de Boston do que ela está hoje”.

Não de outro modo pensava Thomaz Benton, senador pelo Missouri, quando afirmava de modo peremptório que a cordilheira das montanhas rochosas devia ser o conveniente, natural e nunca transposto limite daquele país. “Ao longo desta cumiada, dizia ele, o limite ocidental da República deve ser traçado e a estátua do Deus Terminus erguida no seu pico mais elevado para nunca mais ser transposto”.

Do Oregon sentenciou o Senador Dickerson, que nunca poderia ser um Estado federado; e se os Estados Unidos estendessem até lá as suas leis devia ser para considerar esse território como uma simples colônia.

Não vale a pena citar outros vaticínios ou condenações irrevogáveis de homens eminentes daquele país, a propósito de terras consideradas daninhas e que, beneficiadas pela ciência e pela vontade perseverante do homem, constituem nos dias de hoje fontes de riqueza coletiva e mansão de milhões de lares felizes e prósperos. Também entre nós não têm faltado vozes, para proclamar que o nordeste é uma região na qual a Nação não deve gastar alguns milhares de contos em melhoramentos que a redimam das secas devastadoras, sob o fundamento de haver no país áreas imensas e vastas, onde os nordestinos encontrariam solo fértil, favorecido por condições climáticas insuperáveis.

Não é preciso refutar agora, e mais uma vez, essa tese defendida pela ignorância de mãos dadas com a falta de visão política e econômica dos que ainda a sustentam, malgrado a Constituição haver considerado as obras preventivas contra os efeitos das secas um dos grandes problemas nacionais, cuja solução ela deixou de modo sistemático e permanente a cargo da União.

As grandes obras de irrigação dos Estados Unidos foram empreendidas, como é sabido, com a finalidade de localizar nas terras irrigáveis colonos que deviam pagar, dentro de 20 anos, o seu custo, sem prejuízo do bem estar e felicidade que o governo americano prometeu aos que, confiantes nessa promessa, foram fundar ali novos núcleos de produção, aumentando ao mesmo tempo a riqueza pública. O relatório de 1919, a que fiz menção dá, realmente, a quem o lê sem o conhecimento exato do fato econômico, tal como o governo americano sempre o encarou, a impressão de uma prosperidade iniludível, quando, em verdade, condições várias e iniciais determinavam a necessidade de uma revisão geral da legislação, para aliviar os agricultores de encargos acima de suas possibilidades.

O pragmatismo americano para corrigir as lacunas verificadas, não se empenhou em nenhuma discussão na qual erros técnicos ou de outra natureza fossem debatidos, com o fim de demolir a reputação dos que tiverem ali a responsabilidade direta dos projetos e sua execução. Tudo se resolveu dentro das boas normas administrativas, tendo cabido ao Presidente Coolidge, a iniciativa da reforma mediante providências sugeridas na mensagem enviada ao Congresso, em 21 de abril de 1924, de acordo com as conclusões a que havia chegado a comissão, nomeada pelo Secretário do Interior em 1923, para estudar o assunto e indicar as medidas adequadas à sua solução.

Nessa mensagem o Presidente assinalou a precariedade de muitos ocupantes das terras irrigáveis do oeste e a penúria financeira que os incapacitava para o pagamento dos compromissos assumidos.

Alguns deles viviam em terras irrigadas em condições que lhes era de todo impossível acudir normalmente às necessidades domésticas e ao mesmo tempo saldar o que deviam ao governo. A situação era de tal ordem - e os colonos estavam tão perto da miséria – que o Presidente não julgava bastante para remediá-la uma suspensão temporária dos encargos, que serviria apenas para aumentar as dívidas e agravar-lhes as aflições.

O que se impunha, como providência eficiente, era o cancelamento das dívidas e uma assistência temporária que lhes permitisse o desenvolvimento das culturas e o aumento e a melhoria dos rebanhos.

Várias causas contribuíram para esse relativo desastre, sumariamente expostas na mensagem, e devidamente examinadas pela comissão de técnicos no relatório aludido. A causa primordial, porém, estava na fixação anual que os ocupantes deviam pagar sobre o custo de construção das obras, independentemente da capacidade produtora das terras. A substituição dessa forma de amortização se impunha; e a única maneira razoável seria subordinar os pagamentos a uma produção provável, tendo em vista a qualidade do solo.

A alta de juros, além das dificuldades agrícolas, que incapacitavam os agricultores para a obtenção de empréstimos como auxílio temporário, levou o Presidente Coolidge a solicitar do Congresso a criação de um fundo de crédito pelo governo, no qual os colonos pudessem obter o capital destinado a auxílios permanentes para compra de gado e utensílios indispensáveis à manutenção produtiva das fazendas.

A mensagem punha em relevo a circunstância de se encontrarem atingidos por tais condições mais de 30.000 consumidores de água e insistiu pela urgência de meios que assegurassem a prosperidade dos prejudicados.

Na sua opinião, os prejuízos verificados não significavam de modo algum que a irrigação do oeste tivesse falido. A soma total dos benefícios já verificados em construção de cidades, cooperação agrícola e considerável aumento de produção, eram enormes; e uma nova legislação se fazia necessária e urgente para que a irrigação das terras áridas da região alcançasse o seu máximo desenvolvimento.

A situação desse serviço era, entretanto, conforme acentuou a comissão dos peritos, a mais grave. Três projetos já tinham sido abandonados. Se medidas de caráter permanente não fossem desde logo adotadas, muitos outros se tornariam ineficientes e a iniciativa do governo federal, inspirada no mais elevado alcance, não se salvaria de um ruidoso descrédito.

Financeiramente, os números divulgados pelos peritos mostraram a errônea previsão das estimativas. O custo líquido dos projetos construídos e sujeitos a reembolso até 30 de junho de 1932, era de 143 milhões de dólares, dos quais apenas 101 milhões estavam garantidos por contratos da água para irrigação, restando 30 milhões sem essa garantia.

Em todo o período da existência do serviço até aquela data, 10,9 por cento do total do custo de construção sujeito a reembolso, tinham sido devolvidos ao fundo de irrigação.

Quatorze e dois décimos por cento estavam em mora ou fossem: 537.222,46 dólares, aos quais cabia acrescentar o atraso das contribuições de operações e manutenção das obras, que representavam 17,6 por cento ou fossem mais 2.423.640,6 dólares. Impunha-se sorte aproveitar a lição de uma experiência que já contava 21 anos.

Cumpria eliminar as causas do fracasso, e essa providência não admitia demora, porquanto o que importava era adoção de medidas capazes de atingir essa finalidade, salvando a situação individual dos colonos e com ela a prosperidade de toda a região.

Para que tiremos o maior proveito da lição americana, vale a pena considerar outros aspectos da questão, os quais não deixam, em uma certa medida, de entrelaçar os dois casos, muito embora as diferenças que marcam os motivos determinantes dos respectivos empreendimentos.

Quando foi conhecida nos Estados Unidos a lei que mandava construir obras de irrigação nos 16 Estados nela mencionados e na proporção de venda das terras publicas ali existentes, foram inúmeras as propostas da aquisição imediata. A área de captação das águas havia sido estudada e bem assim a localização dos reservatórios. Não é possível negar que as condições do solo tivessem sido examinadas antes da passagem da lei. As informações, porém, relativas às condições agrícolas e às vantagens econômicas justificativas da escolha de cada qual dos 24 projetos aprovados, não tiveram base científica. Vinte desses projetos foram simultaneamente construídos e acarretaram uma despesa de 150 milhões de dólares. Essa construção em bloco prejudicou a experiência, certamente obtida se as obras tivessem obedecido a um programa gradativo e metódico. Daí, as despesas terem excedido os orçamentos respectivos, exaurido os fundos destinados a custear os serviços de irrigação, determinando um empréstimo de 20 milhões, autorizado pelo congresso para que pudessem ser continuadas. Essa imprevidência determinou maior demora nas construções e os erros irremediáveis das locações primitivas aumentaram o seu custo e, como conseqüência, os encargos dos colonos, comprometidos a reembolsar as despesas nessa base, sem outra renda senão a da produção da terra cultivada. Acresce que foram incluídas no cômputo para o reembolso, obras imprevistas, algumas de caráter monumental.

Desta sorte, muitos colonos foram surpreendidos com um aumento sensível de contribuição, fonte de ataques constantes e justificados contra o serviço de irrigação e descontentamento dos colonos, cujas reclamações encontraram eco na opinião pública.

Calcular as estimativas com mais cuidado e conduzir a construção com a necessária rapidez, era assegurar, no conceito daqueles peritos, uma concordância razoável entre os orçamentos e o custo real das obras.

A base científica dos projetos era, assim, o único meio de habilitar o colono a reembolsar o preço da construção e ganhar o bastante para viver com o produto da irrigação das terras.

Este princípio hoje adotado na irrigação do oeste americano muito nos interessa porque, sem a sua observância, a mesma precariedade que atingiu aqueles colonos nos atingirá igualmente, como será fácil demonstrar.

A discussão travada a propósito das obras do nordeste, principalmente no tocante à construção das grandes barragens para fins de irrigação, foi longa; e bem pode acontecer que a qualquer momento venha a ressurgir. A crítica feita, entretanto a esse serviço, só numa proporção mínima visou corrigir erros ou indicar uma orientação mais proveitosa ao fim colimado.

Os contratos com os quais a Inspetoria de Obras Contra as Secas procurou garantir a ultimação de todos os reservatórios reconhecidamente indispensáveis à redenção econômica do nordeste, foram combatidos com desusada veemência e injustificados motivos.

As próprias percentagens atribuídas às firmas contratantes e que foram até consideradas leoninas e desonestas, ficaram, todavia, muito aquém das vantagens comumente obtidas em concorrência pública para construção de estradas de ferro ou rodovias. Ninguém, porém, quis ver esse aspecto contratual; e creio até que nos debates em torno do assunto ficou esquecida essa comparação, por si só bastante para destruir a acusação infundada. Se as obras a executar eram, no seu conjunto, em maior número do que os recursos financeiros disponíveis permitiam, não nos devemos esquecer de que sendo o Presidente Epitácio Pessoa nordestino, o seu empenho foi, principalmente, assegurar, contratando-as de uma só vez, a execução de todas elas.

Se o quinquênio estipulado não bastasse, novos prazos seriam abertos, mas as construções teriam de prosseguir até sua conclusão.

A alegação de falta de recursos seria procedente se outras obras tivessem sido suspensas para atender a economias impostas pela nossa má situação financeira. A verdade, porém, é que a suspensão radical só atingiu as grandes barragens do nordeste, sendo para notar que outras obras de vulto foram na mesma época iniciadas no sul, sem oposição da imprensa e mesmos ainda do parlamento que para elas votou os créditos necessários. Basta assinalar que naquele mesmo ano o orçamento consignava 83 mil contos para obras novas. E, se estou em erro, nada menos de 35 mil contos se destinavam à construção de caminhos de ferro num determinado Estado Meridional.

É força confessar, entretanto, que o Presidente Epitácio Pessoa e o Dr. Arrojado Lisboa viram com muita clareza a necessidade de apressar a construção das barragens, por isso que, concluiu-las no menor prazo, não somente contribuía para reduzir os encargos dos agricultores situados nas terras irrigáveis, como atendia sem maiores delongas aos fins humanitários e, sobretudo, econômicos da região. No passo de tartaruga em que se vão arrastando esses serviços, quando as obras chegarem a termo, as taxas a cobrar, sobre o seu custo total, serão tão elevadas que a água por tal preço não encontrará consumidores. Incluí no meu projeto e defendi com convicção a amortização das barragens e obras complementares em vinte anos. Depois do exemplo americano, que dilatou esse prazo para o duplo, e da prática adotada por outros povos de visão mais larga ou maior experiência do problema na sua aplicação prática, estou hoje convencido de que a lei revisora deve dilatar a amortização para igual ou maior período, principalmente depois do encarecimento

do custo das obras por uma demora imprevisível. Penso, aliás, que o alvitre melhor, mais conveniente e mais produtivo seria adotar o regime vigorante do Egito, onde o governo inglês não tece a preocupação de reembolsar os milhões despendidos com as obras e os serviços de irrigação naquele país.

Os lucros indiretos provenientes de várias fontes, o objeto humanitário do problema e sua finalidade política têm compensado de sobra os capitais ali investidos para destino tão reprodutivo.

Não me consta, tão pouco, que a França tenha seguido critério diferente nas suas colônias, ou a Itália no saneamento das lagoas Pontinas, empreendimento este que, embora diferente quanto à natureza das obras é, todavia idêntico nos seus fins. Penso que os nordestinos, e conosco a Nação, devemos todos ter a coragem de defender esse ponto de vista, perfeitamente honesto uma vez que tais obras em nada diferem de tantas outras pagas com as rendas da Nação, para o desenvolvimento das regiões a que servem, sem a cláusula de reembolso das quantias nelas despendidas.

Já encarei o assunto mais com sentimento de filho da região do que à luz da meditação agora escoimada de interesses nativistas, do quais graças a Deus me emancipei, para uma melhor compreensão do fato econômico em sua correlação com o maior proveito coletivo. Hoje reconheço que o problema da irrigação do nordeste é complexo e contém aspectos de ordem social, econômica e jurídica da maior relevância. A lei destinada a regulá-lo deve abranger todas essas modalidades, para evitar injustiças e entraves individuais em detrimento do esperado e desejado proveito. Os peritos americanos assinalaram no referido relatório que a iniciativa do Presidente Roosevelt veio demonstrar que o governo podia construir obras de irrigação difíceis e perfeitas, mas ainda estava por demonstrar que os agricultores das terras irrigadas pudessem reembolsar o custo das construções dentro de um limite de tempo razoável. Além das causas do insucesso, existiam outras, que também igualmente nos tocam, e são por condições peculiares ao meio econômico de mais difícil solução. Lá as terras pertenciam à União e os colonos eram admitidos sob a fiscalização direta do governo que os podia selecionar em harmonia com a finalidade econômica determinante da construção das obras. Bastou que em muitos casos essa seleção não se tivesse feito, consideradas devidamente a habilitação do colono para o cultivo da terra pela irrigação e sua capacidade financeira, para que da ausência desses fatores resultasse, em grande parte, o insucesso do empreendimento. Muitos ali se estabeleceram por mera aventura, sem a menor noção dos obstáculos que iam encontrar na fundação de uma lavoura que reclama alguma coisa mais do que os conhecimentos rudimentares da agricultura corriqueira. O governo, por sua vez, não lhes deu conselhos prudentes, nem meios financeiros para ajudá-los a vencer as primeiras dificuldades.

Casos houve em que não faltavam ao colono coragem individual e reconhecida honestidade, mas nem sempre essas virtudes por si sós asseguraram o sucesso no exercício das atividades pacíficas, principalmente no cultivo da terra.

Entre nós não haverá colonos a localizar, mas proprietários das áreas irrigáveis a quem o governo terá de fornecer a água necessária para fins agrícolas. Só esse aspecto do problema nos sugere dificuldades que não autorizam pensar em soluções remediáveis pelos dispositivos da lei atual, já bem distanciada dos princípios

modernos que regulam o direito de propriedade em função do interesse coletivo. O que aí se encontra a esse respeito, nem por ser matéria transplantada do meu aludido projeto para o estatuto em vigor, é motivo para que eu lhe não reconheça a ineficiência para o destino econômico de tais obras. A própria Constituição autoriza modificações assecuratórias desse interesse, e tanto mais quanto se trata de empreendimentos que custaram o dinheiro da nação, visando fins econômicos e sociais que não é lícito deixar ao critério individual, nem embaraçar e menos ainda obstar sob a proteção de um direito em franca evolução socialista.

Tratando-se de secas e obras de irrigação, não devemos deixar em esquecimento como lição proveitosa os milhões que a Inglaterra tem despendido com essa finalidade na Índia, além dos gastos formidáveis com outras formas de assistência fartamente liberalizadas por ocasião das secas que ainda, vez por outra, assolam aquele imenso país. Antes da ocupação, como é sabido, períodos de onde e doze anos dizimaram, aos milhões, populações inteiramente desamparadas. Em 1770 um terço da província de Bengala, ou fossem dez milhões de habitantes, morreu de inanição, e em 1792, a maior calamidade registrada pela história, fez ali um tão grande número de vítimas que a “fome das caveiras” como é conhecida pela tradição, ainda é hoje lembrada como terror supersticioso dos que teimam em vislumbrar na região maldita espectros da catástrofe remota. Foi naquele ano que o governo de Madras fez diligências no sentido de socorrer os famintos.

Desde que Warren Hastings iniciou o domínio britânico na Índia, já lá se vão mais de 150 anos, o número de secas calamitosas pode ser calculado em 25, senão acima dessa estimativa.

Parece que os governos nacionais daquele país nunca empregaram meios para aliviar os sofrimentos dos famintos na vigência das calamidades. O próprio governo inglês até 1811, ainda não tinha criado o “policiamento da fome” iniciativa do povo britânico que, por ocasião da seca daquele ano, ocorrida na província do Orrissa, forçou o parlamento a nomear uma comissão presidida por Sir. George Campbell. A ele se deve a primeira organização de socorro aos famintos, a que se seguiram outras providências destinadas a resolver o problema de modo proveitoso e definitivo. Em 1879 Lord Lytton instituiu uma forma de seguro contra a fome, que deu origem à “Caixa da Fome”, cujos fundos eram destinados a uma assistência direta por ocasião das crises e igualmente utilizados na construção de canais, estradas de ferro e outros trabalhos capazes de atenuar os efeitos de calamidades futuras. Outras providências e outras leis foram decretadas em 1880, 1898 e 1901 e de sua aplicação seguida e metódica resultaram tais benefícios que, na calamidade ocorrida nesse último ano, aliás das mais violentas, a mortandade foi apenas de 3%, ou sejam 30 vezes menos do que o número de mortos verificado na fome de Bengala, no ano de 1770 a que já fizemos referência. Estradas de ferro, trabalhos de irrigação, perfuração de poços, desapropriação de terras baldias para formação de pastos subsidiários e obtenção de lenha, introdução de melhoramentos agrícolas, multiplicação das indústrias locais, são os meios empregados pelo governo inglês para que mais rapidamente seja atingida a solução em marcha acelerada. A função dos caminhos de ferro na distribuição rápida dos cereais tem sido ali tão importante como a função dos serviços de irrigação no aumento das colheitas regionais. Faço essas referências com o propósito de por em relevo a obra realizada pela Inglaterra num país colonial, em contraste com quase nada que tem feito a nação brasileira para redimir uma vasta região brasileira, ainda quatro séculos após o descobrimento sujeita ao flagelo

de secas impiedosas. Na Inglaterra é a própria nação que se comove e obriga o governo a tomar medidas eficientes em benefício de um povo conquistado. Aqui, quando um Presidente, filho do nordeste, tomou a peito resolver o problema, não faltaram vozes que de lá mesmo prestigiassem os inimigos das obras iniciadas, num alarido tão desatinado que deu azo justificado à sua suspensão, sem que a outras vozes ponderadas fosse dado reclamar contra a injustiça clamorosa.

Graças à sabedoria do governo britânico o rendimento das colheitas na Índia tem aumentado numa proporção de 50 e 60 por cento, milagre da irrigação obtida por meio de poços, reservatórios e canais. Os poços e os pequenos e médios reservatórios, como, aliás, sucede no nordeste, são de propriedade individual. Em Bengala, e no Pendjab os agricultores se reúnem em cooperativas de irrigação, modalidade inexistente entre nós, à falta de iniciativas, que uma legislação mais adequada podia e pode proveitosamente estimular. Quando aos canais, eles são quase todos construídos e mantidos pelo Estado.

Em 1921, a irrigação proveniente dos poços era estimada em 29 e 6 décimos, a dos reservatórios (açudes) em 14 e 8 décimos, a dos canais governamentais em 43%, representado os canais privados ou cooperativas, apenas 5 e 2 décimos por cento. Foi sobretudo do fim do século passado para cá que a irrigação progrediu vertiginosamente, graças à coragem com o que o governo inglês se resolveu a empreender obras formidáveis, que tanto têm concorrido para diminuir a assistência aos necessitados, aumentando a produção agrícola em extensão e rendimento. A superfície irrigada, que em 1890 era de 29 milhões de acres, atingia em 1921 a 51 milhões, beneficiados por 67. 000 milhas de canais, representando o valor das colheitas mil e quatrocentos milhões de rúpias.

Pendjab, Madras, as Províncias Unidas que antigamente se contavam entre as unidades mais devastadas pelas secas, estão hoje transformadas em celeiros, cuja produção a irrigação normalizou. Naquela primeira província, o famoso deserto de Syalle foi conquistado pela irrigação e tornou-se uma das regiões mais férteis da Índia. Atualmente três grandes projetos estão em via de execução: a barragem de Sukkur para irrigar 5 milhões de acres, que ainda estão na dependência de chuvas da monção e irrigará mais 4 milhões de acres presentemente incultos. Por sua vez o grande reservatório de Covery em Madras, permitirá regularizar a distribuição de água a um milhão de acres e estenderá o seu benefício a trinta mil acres de terras novas. Enquanto por toda parte, irrigação e agricultura são hoje termos correlatos, ainda há no Brasil homens cultos (até parece mentira) que reclamaram a construção de qualquer das grandes barragens do nordeste, para que, feita a demonstração de suas vantagens, fossem então construídas as restantes,

Há milhares de anos que essa demonstração está feita. Infelizmente existe, na atividade pública, muito letrado que ignora os nossos problemas capitais e também porque desconhecem a hegemonia de certos povos da antiguidade, riem-se quando lhes falam nos milagres da irrigação e também nas condições excepcionais com que a natureza nos favoreceu, para transformarmos, por esse meio, as terras do nordeste num dos centros mais opulentos do nosso país.

Muito devemos esperar do dispositivo constitucional que consigna recursos permanentes para as obras do nordeste e a cuja distribuição atende a proposição, a respeito da qual esta comissão é convidada a interpor parecer.

Essa proposição é, como se sabe, da autoria do eminente Deputado Sampaio Correa, que além de engenheiro e professor emérito, conhece o problema das secas

outras condições além das estabelecidas no art. 21 do regulamento da Inspetoria de Obras contra as Secas; e até estou convencido de que o governo só teria a lucrar, adiantando o dinheiro necessário aos agricultores que tivessem em suas propriedades lugares apropriados à construção de açudes daqueles tipos, mas não possuíssem os meios necessários para custear as respectivas despesas iniciais.

O auxílio do poder público em tais condições seria uma forma de cooperação altamente vantajosa à economia geral do nordeste.

O rendimento dos açudes particulares autoriza esse adiantamento e sua influência como elemento fixador das populações na vigência das calamidades é tão notório e importante, que sua disseminação evitaria, numa considerável proporção, o êxodo dos habitantes atingidos pela calamidade.

Por ocasião da última seca, defendi a conveniência do governo estudar uma forma de empréstimo aos fazendeiros ou agricultores, em condições morais e materiais de assumirem o compromisso da manutenção de famílias proporcionalmente à extensão de suas propriedades, mediante remuneração razoável aos elementos úteis empregados na construção de obras, que beneficiariam certamente os proprietários, mas aproveitaria por igual a coletividade, retendo os braços destinados aos trabalhos da lavoura e da criação, uma vez passada a calamidade.

Estão nesse caso, a pequena e média açudagem, a perfuração de poços e outras obras de interesses da comunhão. Acredito que não estará longe o dia em que, para estimular o cooperativismo, em matéria de irrigação, tal como ele existe na Índia, ou fomentar o consórcio hidráulico por uma adaptação do modelo italiano ao meio nordestino, o governo do país venha a liberalizar favores pecuniários sem a preocupação de reembolso apressado, certo de que realiza uma economia em confronto com as despesas de emergência a que é obrigado por ocasião das calamidades devastadoras.

Não tomo a iniciativa de elevar o prêmio para a açudagem particular, de 50 para 70% nos termos acima referidos, mas não hesitarei em aconselhar esse aumento se com ele estiver de acordo a comissão.

Se me alonguei nessa exposição não o fiz senão com o intuito de comunicar aos meus colegas de comissão e ao Senado que, dentro das idéias aqui enunciadas, pretendo apresentar um projeto na próxima sessão, remodelando a legislação vigente, o que antecipo para lhes pedir sugestões que me possam melhor orientar.

Precisamos, nós, os filhos do nordeste, dar à nação, por uma lei proveitosa e um trabalho perseverante e honesto, a prova de que somos dignos dos recursos com que ela atendeu aos nossos reclamos, na constituição de 16 de julho; e é para a elaboração dessa lei que convocamos os legisladores brasileiros.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1935.

Nero de Macedo, Presidente. – Eloy de Sousa, Relator – Ribeiro Gonçalves – Cesário de Melo.

AS SECAS E A DEFESA NACIONAL

Final de uma longa carta do Capitão José de Figueiredo Lobo a propósito do artigo “As secas e a defesa nacional”

De tudo quanto se vem referindo, conclui-se como concluiu em seu trabalho o coronel Dr. Artur Lobo, que a altura mínima brasileira é de 1m.54 para o Exército, podendo ser elevada a 1m.56, porque ela deve ser sempre 10 centímetros abaixo da media total da estatura da população, que no Brasil é de 1 m.65.

Mas 1m.54 para o Sul e não para o Norte, onde a estatura decresce sensivelmente para 1m.52

Juntando-se a essa altura o peso e o perímetro torácico mínimo de 0,78. para os de média altura ou pequena, teremos as bases do incapaz para o serviço militar. No brasileiro a média do índice é de 0,891. Com isso, podemos nos calcar no princípio: “As proporções do corpo humano dependem do desenvolvimento de seus órgãos, assim como das proporções dos órgãos deriva-se o valor fisiológico do corpo”. Para a vida militar, esse princípio é básico, fundamental.

Parece que no Nordeste, ou mesmo no norte, a baixa estatura está ligada não só ao fator raça, como também a outras causas acidentais, tais como insalubridade das zonas, gênero de trabalho, espécie de alimentação, vida sedentária, condições morais, etc. Ora, à estatura segue-se o peso, que é importante, porque um soldado leva às costas o seu equipamento e outros apetrechos que não devem ser superiores ao terço do peso do individuo, porque seria inútil e contraproducente qualquer esforço na guerra a falta de observação desse preceito de higiene militar. No norte os brancos têm 23,3 de soldados de pequeno peso, enquanto que no sul desce a 16,3%. Os de grande peso no norte se encontram na razão de 8,8% e no sul eleva-se a 17%. Como se vê, os fatores da estatura estão ligados a fatores variáveis, entre eles o da alimentação, que não poderá deixar de ser um motivo para o desenvolvimento do homem no norte. Se essa alimentação é escassa em consequência de fatores vários, entre eles as secas, aridez, clima, etc., não há dúvida que a precariedade na estatura se reflete, bem como no peso e no perímetro, vindo tudo isso recair contra os interesses da defesa nacional com os homens procedentes das regiões mártires.

Terminando essa longa carta, com o auxílio dos mestres e técnicos militares, creio ter dado uma idéia do que se passa em nosso Exército e espero que do pouco esclarecimento que prestei ao amigo algo se salvará pela sua benévola amizade, felicitando-o pelo vigor por que tem tratado o assunto. Todos só podemos ser-lhe gratos, pelo relevante serviço prestado com os artigos públicos, defesa salutar e patriótica rincões, que amamos e estremecemos.

Com um forte abraço de admiração, sou seu amigo certo e leitor Cap. José de Figueiredo Lobo.

A ÚLTIMA LEI CONTRA AS SECAS

REGULA O DISPOSTO NO ART. 177 DA CONSTITUIÇÃO

O presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º) O plano sistemático da defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Nordeste, de que trata o art 177 da Constituição compreende.

I – Obras e serviços de execução normal e permanente

II – Obras de emergência e serviços de assistência às populações durante as crises climáticas que, pela sua intensidade e pela extensão de área então flagelada, exijam imediato socorro às populações.

Art 2.º) A área dos Estados do norte a considerar no plano referido no art 1”, é limitada pela poligonal cujos vértices são os seguintes: cidades de Aracati, Acarau e Camocim, no Ceará intersecção do meridiano de 41 W. G com o paralelo de 9o., intersecção do mesmo meridiano, com o paralelo de 11 e cidade de Amargosa, no Estado da Baia; cidade de Traipu, no Estado de Alagoas, cidade de Caruarú, no Estado de Pernambuco; cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, e cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

§1.º A lei poderá alterar os limites assim fixados se novas observações revelarem a manifestação das secas em outras zonas dos Estados no Norte, com os mesmos característicos já observados na área delimitadas neste artigo.

§2.º O Governo providenciará para que sejam construídos ou terminados os açudes e estradas projetados ou iniciados, na data desta lei, embora não incluídos na área delimitada neste artigo.

Art 3.º As obras e serviços considerados no no. I do art I serão projetados e executados com os recursos orçamentários correspondentes a três por cento da receita tributária federal, sem aplicação especial e os considerados no n II do mesmo art I, com os recursos provenientes dos saldos do depósito formado pela contribuição de um por cento da referida receita tributária federal, sem aplicação especial.

§lo. As leis de orçamento incluirão, na despesa, as importâncias correspondentes às determinações deste artigo e subordinadas ao titulo geral Obras e serviços prescritos no art 177 da Constituição dividido nos dois subtítulos seguintes, respectivamente Obras e serviços de execução normal e permanente e Obras de emergência e serviços de assistência.

§2.º As importâncias correspondentes ao subtítulo Obras e serviços de execução normal e permanente serão distribuídas nas leis de orçamento, de acordo com as regras prescritas no art 6.

§3.º As importâncias correspondentes ao subtítulo Obras de emergência e serviços de assistência – não serão distribuídas nas leis de orçamento, ficando em depósito no Tesouro Nacional, e só poderão ser aplicadas na forma e nas épocas determinadas nesta lei.

Art 4.º) As obras e serviços considerados no n. II do artigo 1º só poderão ser executados após autorização expressa do Poder Executivo, em decreto fundamentado e especial, referendo pelos ministros da Fazenda e da Viação e Obras Publicas, e que deverá fixar, em cada caso, o limite das despesas a realizar por conta dos saldos do depósito referido no art. 3.º e a área da região, então flagelada, em que se impõe imediata assistência às respectivas populações.

§1.º O decreto de que trata este artigo, deverá ser submetido à aprovação do Senado, dela independento, entretanto, a sua execução, enquanto sobre ele não se manifestar o Senado.

§2.º Para os fins da aplicação do disposto neste artigo o Poder Executivo enviará anualmente à Câmara dos Deputados, conjuntamente com a proposta do orçamento, a conta de movimento, no exercício anterior, do depósito referido no art. 3º, com demonstração do saldo existente, acompanhadas do respectivo parecer do Tribunal de contas.

§3.º As despesas a realizar por conta dos saldos do depósito referido no art. 3.º serão feitas mediante distribuição de crédito de tomada de contas ou mediante adiantamentos, nos casos para esse fim especificados no decreto fundamentado e especial prescrito neste artigo.

Art 5.º) As obras e serviços de execução normal e permanente, consideradas no número I do art 1.º compreendem:

1 – a regularização e a derivação de rios para fins de irrigação ou outros, nelas incluídos os canais adutores, as barragens, a elevação mecânica das águas, o preparo e a drenagem das áreas irrigáveis e, bem assim, quaisquer outras obras e serviços complementares ou conexos;

2 – a perfuração de poços e a abertura de galerias de captação de água para os mesmos fins, considerados no número anterior, nelas também incluídos as obras de serviços complementares ou conexos;

3 – a piscicultura nos rios, lagos e açudes, para seleção e melhoramento das espécies de peixes, e as instalações próprias ao preparo e à conservação do pescado;

4 – o estabelecimento e a cultura de hortas florestais e de campos de forragem, para seleção das espécies vegetais recomendáveis na área assolada pelas secas e para distribuição de sementes e mudas;

5 – o estudo e a sistematização dos métodos e processos de irrigação, para conveniente orientação dos agricultores no aproveitamento das áreas irrigadas;

6 – a construção e conservação das rodovias precisas à execução e à utilização eficiente das obras e serviços considerados nesta lei;

7 – a coleta sistemática, com as instalações dos postos de observações necessários, de dados e informações sobre a geologia, a hidrologia e a meteorologia da área delimitada no art 2.º;

8 – a organização sistemática de estatística dos dados e informações previstos no número anterior e, bem assim, das obras e serviços projetados e executados.

Parágrafo único. As obras e os serviços considerados nos ns. 3 e 4 deste artigo serão de preferência executados sobre o regime admitido no art. 8.º

Art 6.º) O subtítulo de orçamento, obras e serviços de execução normal e permanente – considerado no §1.º do art. 3.º deverá ter as duas dotações seguintes:

I – Inspetoria Federal de Obras contra as Secas.

II – Obras e serviços novos em prosseguimento.

§1.º a importância relativa à dotação n. I deste artigo será sempre distribuída discriminadamente nas leis de orçamento quer quanto a pessoal, quer quanto ao material e compreenderá despesas necessárias ao projeto e à execução das obras e serviços considerados nos ns. 3, 4, 5, 7 e 8 do art. 5º. e ao projeto das obras e serviços considerados nos ns. 1, 2 e 6 do mesmo artigo 5º.

§2º. A importância relativa à dotação n. II deste artigo será destinada à execução das obras e serviços considerados nos ns. 1, 2 e 6 do art. 5.º e assim será distribuída nas leis de orçamento:

a) cinquenta por cento para a regularização e derivação de rios (artigo 5.º n.1) nas seguintes bacias ou sistemas hidrográficos:

1 Sistema do Jaguaribe, no Estado do Ceará.

2 Sistema do Alto Piranhas, no Estado da Paraíba.

3 Sistema do Baixo Piranhas, e do Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte.

4 sistema do Acaraú, no Estado do Ceará.

b) quinze por cento para regularização e derivação do rio São Francisco (art 5º., n1), nos Estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe;

c) quinze por cento para obras e serviços considerados no n. 1 do artigo 5.º dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí.

d) dez por cento para as obras e serviços considerados no n. 6, do art 5º, principalmente para a construção e a conservação das linhas tronco de viação rodoviária, previstas no art. 14 do regulamento aprovado pelo decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, nelas incluindo o prolongamento até Petrolina;

e) dez por cento nas obras e serviços de cooperação considerados nos artigos 7º, 8º e 9º seguintes:

§3.º Nas obras e serviços referidos nas letras a, b, e c. do parágrafo anterior, consideram-se incluídas as rodovias de acesso às mesmas obras e serviços.

Art 7.º) Os governos do Estados e os Municípios poderão solicitar do Governo Federal a execução de qualquer das obras e serviços considerados nos ns. 1, 2 e 6 do art 5º, desde que se proponham contribuir com cinquenta por cento do orçamento do respectivo custo provável de execução.

§1.º os estudos, projetos e orçamentos das obras e serviços considerados neste artigo serão feitos sem ônus algum para os governos que os solicitarem.

§2.º a execução das obras e serviços considerados neste artigo depende da aprovação, por decreto do poder Executivo, dos projetos e orçamentos respectivos, e da assinatura de consequente contrato de cooperação, em que os governos solicitantes se obriguem:

I – ao pagamento, por conta, dos recursos prescritos no §3º do art.177 da Constituição, de cinquenta por cento do orçamento aprovado, em prestações equitativamente distribuídas pelo tempo de execução da obra ou do serviço;

II – à conservação e a administração da obras ou do serviço executado pelo Governo Federal, a isso destinando parte dos recursos prescritos no §3.º do art. 177 da Constituição.

§3.º As disposições deste artigo são também aplicáveis às ampliações e obras e serviços estaduais ou municipais já existentes;

art 8.º) Os particulares ou sindicatos, as cooperativas e as empresas privadas, de fins agrícolas ou pastoris, poderão requerer ao Governo Federal a execução de qualquer das obras ou serviços considerados nos números 1 e 2 , do art 5.º, desde que instruem o pedido com prova da propriedade das terras a beneficiar e se proponham contribuir com trinta por cento do orçamento do custo provável de execução.

§1. Os estudos, projetos e orçamentos das obras e serviços considerados neste artigo serão feitos gratuitamente pelo Governo Federal, mas sempre a juízo exclusivo deste.

§2. A execução das obras projetados e orçados nos termo do parágrafo anterior, depende da aprovação dos projetos e orçamentos respectivos pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, e da assinatura de consequente contrato de cooperação em que o interessado se obrigue ao pagamento aprovado em prestações equitativamente distribuídas pelo tempo de execução da obra ou do serviço, e de que uma será efetiva em dinheiro, antes de iniciada essa execução.

§3.º o pagamento da porcentagem estipulada no parágrafo anterior, quando houver de se realizar por particulares, individualmente, poderá ser feito em dinheiro, ou em material de construção ou serviços, observadas as normas adotadas pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas.

§4.º A entrega das obras ou serviços considerados neste artigo só se tornará efetiva após o pagamento da última prestação.

§5.º As disposições deste artigo são também aplicáveis às ampliações de obras e serviços já existentes.

Art 9.º) A cooperação do Governo Federal na execução das obras e serviços referidos no artigo anterior poderá ser prestada se assim o requererem os interessados, de conformidade com as regras e prescrições constantes dos arts. 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29 e 30 do regulamento aprovado pelo decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931.

Art 10) As obras e serviços de que trata esta lei serão administrados, construídos ou fiscalizados pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, diretamente subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art 11) O Governo providenciará para que haja sempre, em qualquer ocasião, um conjunto de obras e serviços definitivamente projetados, pronto para imediata construção durante as crises climáticas consideradas no n .II do art 1.º e de modo a permitir a colocação rápida de, pelo menos, trinta mil operários não especializados em cada um dos Estados do Norte referidos nesta lei.

§1.º As obras e serviços de que trata este artigo serão de preferência as barragens de terra e as rodovias.

§2.º Os estados e projetos das obras e serviços considerados neste artigo correrão por conta da dotação número 1, referida no art. 6.º, relativa à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas.

Art. 12) O Governo proporá à Câmara dos Deputados, até o início da sessão legislativa de 1936, as alterações a introduzir no quadro do pessoal e na distribuição dos serviços a cargo da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, no sentido de adaptá-los às prescrições desta lei.

Art 13) O Governo poderá assinar acordos ou convênios, com um ou mais de um dos Estados do Norte considerados nesta lei, no sentido:

a) de sistematizar a execução das obras e serviços que aos mesmos Estados cumpre fazer, “ex-vi” do disposto no §3.º do art 177 da Constituição e com recursos nele prescritos, afim de enquadrá-los no plano geral decorrente desta lei;

b) de regular a utilização eficiente das obras e serviços de cooperação considerado no art 7.º

Parágrafo único. Acordos ou convênios, e com os mesmos objetos poderão ser assinados com os Governos dos Municípios.

Art 14) As disposições desta lei não derogam as dotações e discriminações de verbas, consignadas na lei de orçamento para o exercício de 1936 .

Art 15) Continuam em vigor, quando não colidirem com esta lei, a disposições constantes do regulamento aprovado pelo decreto n. 19.726. de 20 de fevereiro de 1931.

Art 16) Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de Janeiro de 1936, 115o. da Independência e 48º da Republica

GETÚLIO VARGAS

Marques dos Reis

(Publicada no “Diário Oficial” de 16 de janeiro de 1936, às páginas 1266 e 1267, e retificada no “Diário Oficial” de 20 de janeiro de 1936, às páginas 1538 e 1539, e, e no de 3 de fevereiro de 1936, na página n. 2569.

SENADO FEDERAL



Primeira sessão da undécima legislatura do Congresso Nacional

63ª SESSÃO, EM 1 DE AGOSTO DE 1921

PRESIDENCIA DO SR. BUENO DE PAIVA, PRESIDENTE

A's 13 horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. Cunha Pedrosa, Hermanegildo de Moraes, Mendonça Martins, Sylvério Nery, Indio do Brasil, Godofredo Vianna, José Euzébio, Felix Pacheco, Antonino Freire, João Thomé, Benjamin Barroso, Francisco Sá, Eloy de Souza, Antonio Massa, Venancio Neiva, Manoel Borba, Eusebio de Andrade, Araujo Góes, Gonçalo Rollemberg, Bernardino Monteiro, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Miguel de Carvalho, Paulo de Frontin, Sampaio Corrêa, Irineu Machado, Alfredo Ellis, Alvaro de Carvalho, José Murtinho, Pedro Celestino, Carlos Cavalcanti, Generoso Marques, Lauro Müller, Vidal Ramos, Felipe Schmidt, Soares dos Santos, Carlos Barbosa e Vespucio de Abreu (39).

Doixam de comparecer com causa justificada os Srs. A. Azeredo, Abdias Neves, Alexandrino de Alencar, Lopes Gonçalves, Justo Chermont, João Lyra, Tobias Monteiro, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Oliveira Valladão, Siqueira de Menezes, Antonio Moniz, Moniz Sodrô, Ruy Barbosa, Nilo Peçanha, Modesto Leal, Raul Soares, Bernardo Monteiro, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Ramos Calado, e Xavier da Silva (22).

E' lida e sem reclamação approvada a acta da sessão anterior.

O Sr. 1º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Telegrammas:

Do Sr. presidente do Supremo Tribunal Federal, agradecendo as manifestações de pesar do Senado pelo fallecimento do Sr. ministro Pedro Lessa. — Inteirado.

Do Sr. Eurides Cunha, 2º Vice-Presidente do Estado do Paraná, participando haver deixado o exercicio do cargo de Presidente do Estado por havel-o reassumido o Sr. Munhoz da Rocha. — Inteirado.

S. — Vol. IV

1

O SR. PAULO DE FRONTIN — Muito bem.

O SR. MONIZ SODRÉ — Isto, senhores, seria voltarmos aos processos inquisitoriais da idade medieval. Demais, o simples facto de punirem-se officiaes por faltas só existentes em regulamentos do Poder Executivo já é uma sobrevivencia do direito antigo, direito anacrónico e odioso, em que o poder social se revela pelas ordenações do rei, ao passo que hoje, nas sociedades modernas, elle se manifesta pelas leis votadas, pelos representantes do povo. O phenomeno mais notavel de evolução juridica que se observa através de lutas seculares, na conquista dos direitos individuaes e politicos do cidadão, é exactamente o que consiste na substituição do regimen das ordenações do rei, que traduz a vontade pessoal do Chefe do Estado, pelo imperio da lei, que traduz a vontade collectiva da Nação. (Apoiados.)

Pois é possível que nos conformemos com esta volta aos tempos omnicosos da idade média, em que a idéa de Parlamento era ainda um sonho, uma aspiração?

Não quero, Sr. Presidente, alongar-me por mais tempo na tribuna, abusando da paciência do Senado. Mas o que preciso accentuar é quanto ha de contrario á lei e de profundamente injusto, nas punições infligidas aos officiaes que se manifestaram, individual ou collectivamente, em favor da candidatura do Sr. Nilo Peçanha ou da do Sr. Arthur Bernardes. Preciso ainda accentuar é que estes castigos, além de violadores das nossas leis existentes...

O SR. PAULO DE FRONTIN — Muito bem.

O SR. CARLOS BARBOSA — Apoiado.

O SR. MONIZ SODRÉ — ... foram vicivamente a senso moral da nossa paiz. (Muito bem; muito bem. Palmas no recinto e nas galerias.)

O SR. PARSIPPENTE — As galerias não podem manifestar-se, approvando ou reprovando as palavras de qualquer Senador. Chamo a attenção para que não continuem a manifestar-se, para que a Mesa não tenha necessidade de mandar evencual-a.)

O SR. MONIZ SODRÉ — Sr. Presidente, esses actos são violadores dessas idéas e sentimentos que constituem o substrato moral de todos os cidadãos, sentimentos fundamentais de liberdade e de justiça, que são incontestavelmente a base, em que se estejam todas as nações fortes e todos os povos cultos.

Preciso accentuar ainda, Sr. Presidente, que enquanto não se vier demonstrar que existem leis no paiz que punem tais manifestações, a sua punição será um acto de força, aliás perigoso, porque todos sabemos que é da psychologia humana nos revoltarmos sempre que nos sentimos victimas conscientes de uma iniquidade.

O SR. CARLOS BARBOSA — Muito bem.

O SR. BENJAMIN BARBOSA — É uma provocação.

O SR. MONIZ SODRÉ — É uma provocação, como muito bem diz o nobre Senador pelo Ceará. Mas não é nossa, porque aqui somos os elementos conservadores, somos os paladinos da integridade dos direitos publicos e politicos dos cidadãos brasileiros; somos os defensores das instituições republicanas,

zelamos pelo proprio Governo da Republica, chamando-lhe a attenção para esses erros, mostrando o perigo imminente que corre a ordem publica, porque não podemos acreditar que um paiz civilizado, em um povo culto, se mantenha inerte e indifferente, vendo-se violentos conscientes do arbitrio do poder.

Estamos, portanto, Sr. Presidente, neste momento, defendendo todos esses principios, que constituem a base essencial da civilização moderna, da verdadeira civilização que nada mais é que uma ascensão continua para essas montanhas de eterna luz que se chamam — Justiça e Liberdade! (*Muito bem; muito bem. Palmas nas galerias.*)

O Sr. Presidente — Attenção! As galerias não podem se manifestar.

Si o fizerem serei obrigado a executar o regimento, fazendo retirar os assistentes.

1 ORDEN DO DIA

Votação, em discussão unica, da redacção final da proposição da Camara dos Deputados n. 62, de 1910, emendada pelo Senado, creando o serviço florestal do Brasil.

Approvada; vai ser remetida á sancção.

Votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 111, de 1921, autorizando o Governo a fazer estudos sobre a incorporação da Estrada da Ferro do Rio do Ouro á Central do Brasil.

Rejeitada; vai ser devolvida á Camara dos Deputados.

Votação, em discussão unica, do parecer da Comissão de Justiça e Legislação n. 395, de 1921, opinando que seja deferido o requerimento em que o agente da Estrada de Ferro Rio do Ouro, Agostinho Martins da Costa, solicita aposentadoria nesse cargo.

Approvado.

Votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 124, de 1921, que abre, pelo Ministerio da Guerra, o credito especial de 62:7928, para pagamento da diaria a alumnos da Escola de Sargentos de Infantaria.

Approvada.

Votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 125, de 1921, que abre, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, o credito especial de 6.400:000\$, para attender aos pedidos de auxilios feitos por empresas que exploram a industria siderurgica e carbonifera

Approvada.

Votação, em 3ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 210, de 1921, autorizando o Governo a transferir ao Estado de Minas Geraes o material existente no rio São Francisco, destinado á navegação do mesmo rio.

Approvada; vai ser submetida á sancção.

e dos Estados, reguladas por uma lei federal que é a lei outubro de 1892.

Entendo eu que, não estando ainda elaborado o plano de navegação e viação ferrea, e não se tratando de um caso estratégico ou de conhecido interesse publico por deliberação legislativa, que o Congresso Nacional não poderia conceder licença para a abertura desse canal, utilizando-se de aguas desses dois rios domesticos, sem que se ouvissem os Estados do Paraná e S. Paulo.

Ora, a Commissão de Finanças, bem como a de Constituição, não tem absolutamente elementos para decidir definitivamente a questão.

Quando se for abrir esse canal, bem pôde acontecer que qualquer um dos Estados, ou ambos, tenham feito cessar das aguas para força motora, irrigação de campos ou de terras destinadas á lavoura, ou mesmo á pecuaria.

Por consequência, Sr. Presidente, ha no caso uma invasão do poder federal contra a autonomia dos Estados. Presentes os representantes do Paraná e de S. Paulo, de sejaría, para deliberação em definitivo sobre o meu voto eu separado, que me dissessem si, de facto, os dois Estados estão de accordo com a abertura de semelhante canal ou existe alguma lei autorizando os Governos dos mesmos fazer cessar das aguas desses dois rios.

A questão que eu levanto é simples. Não se trata de ri interestadual, nem de rio internacional, isto é, de rio que banha dois Estados ou que se dirija do Brasil á fronteira de qualquer paiz estrangeiro; trata-se, como disse, de rio privativamente paulista, e não norte, e privativamente para naense, e do sul.

Por consequência, entendo que, de accordo com a Constituição, de accordo com o preceito do art. 13, combinado com o art. 34, § 6º, ainda de accordo com o art. 64 da Constituição, que apenas restringe á União o poder de abrir canaes na porção de territorio nacional destinado á defesa, sem annuência dos Estados, que interpretei bem esse artigo nos seus principios estabelecidos.

Assim, pois, tem toda a procedencia a duvida levantada pela Commissão de Finanças, razão pela qual divergi do parecer dos meus dignos companheiros, e que já havia sido levantada na Camara pelo digno e eminente constitucionalista Sr. Carlos Maximiliano.

Por essa razão, Sr. Presidente, foi que offereci meu voto em separado, julgando dessa forma resguardar o preceito constitucional e com elle a autonomia dos dois Estados.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem.)*

O Sr. Eloy de Souza (*) — Sr. Presidente, duas palavras apenas nos termos estrictos, do regimento, para encaminhar a votação da proposição n. 11, deste anno.

Tive eu a honra, Sr. Presidente, de ser o relator do parecer sobre esta proposição na Commissão de Constituição. Não sei, porém, se logrei a fortuna de ser o meu parecer lido pelos Srs. Senadores.

(*) Não foi revisto pelo orador.

Votação, em 3ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 83, de 1921, que autoriza a modificar o projecto e o orçamento das obras do porto de Paranaguá, de que é cessionario o Estado do Paraná.

Approvada; vae ser submettida á sancção.

Votação, em 3ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 82, de 1921, autorizando o Governo a prolongar a linha telegraphica de Lavras a Carmo do Rio Claro e em outras localidades, dentro da verba orçamentaria.

Approvada; vae ser submettida á sancção.

Votação, em 3ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 4, de 1916, estabelecendo medidas no intuito de impedir a falsificação da banha de porco, dos vinhos e dos adubos ou fertilizantes.

Approvada; vae á Commissão de Redacção.

Votação, em 3ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 197, de 1920, autorizando o Governo a mandar entregar, annualmente, 120:000\$ aos Estados do Pará e de Goyaz, para serem applicados na desobstrucção dos rios Tocantins e Araguaya.

Approvada; vae á Commissão de Redacção.

Votação, em 2ª discussão, do projecto do Senado n. 14, de 1911, autorizando o Governo a abrir o credito necessario para pagamento dos funeraes do general Marciano de Magalhães.

Rejeitado.

E' annunciada a votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 34, de 1921, autorizando o Governo a conceder a construcção de um canal destinado a ligar as bahias de Cananéa e de Paranaguá.

O Sr. Lopes Gonçalves (*) — A douta Commissão de de Finanças, em sua alta sabedoria deliberou a respeito desta proposição, ouvir a Commissão de Constituição. E o ponto capital suggerido pela mesma Commissão de Finanças, era o seguinte: que, tratando-se da construcção ou abertura de um canal communicando as bahias de Paranaguá e Cananéa, aproveitando-se para esse fim das aguas de dous rios domesticos e do vasadouro de S. Paulo e do vasadouro do Paraná, a Commissão de Finanças afigurou-se que o Poder Federal não podia conceder autorização sem que o Congresso Nacional tivesse sciencia e certeza absoluta de que os poderes estaduais, as Assembléas Legislativas do Paraná e S. Paulo, tivessem autorizado o Governador a entrar em accôrdo sobre a construcção de semelhante canal. Considerou, de accôrdo com o art. 13 da Constituição, que estabelece que a viação ferrea e navegacão fluvial serão da competencia da União

(*) Não foi revisto pelo orador.

do não prestou nenhum serviço durante o tempo correspondente á duração da acção.

As ponderações que acabo de fazer levam-me a concluir contra o *veto*, não pela circumstancia especial da pessoa a quem elle se refere, e muito menos em relação a qualquer disposição pre-estabelecida relativamente ao illustre Prefeito Federal. Teria a maior satisfação em poder, como já tenho feito muitas vezes, votar de accordo com S. Ex., mantendo os seus *votos*. Mas, trata-se de uma questão de doutrina. Penso de modo inteiramente diverso ao manifestado nas suas razões do *veto*, e, nestas considerações, acho que não podemos, não quanto ao Poder Legislativo Municipal, mas quanto ao Poder Legislativo Federal, votar a favor, porque se as mesmas razões fossem para elles tornadas extensivas, cercada e de modo notavel ficaria a attribuição que nos é dada de legislar para casos particulares ou concretos derogando disposições de leis gerais.

Como disse, sou obrigado, hem a meu pesar, a votar contra o parecer subscripto pelo honrado relator da Comissão, illustre representante do Estado do Rio Grande do Norte. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. ELOY DE SOUZA (*) — Sr. Presidente, não fallo senão porque a tanto sou obrigado, citado nominalmente, como fui, pelo representante do Districto Federal, a cujo talento e a cuja efficiencia parlamentar sou o primeiro a render o preito da minha justiça e da minha admiração.

O SR. PAULO DE FRONTIN — Muito obrigado a V. Ex.

O SR. ELOY DE SOUZA — O parecer impugnado por S. Ex. é effectivamente da minha lavra; fui eu quem o elaborou. Mas, Sr. Presidente, em o fix por determinação expressa da Comissão da Constituição, e é assim que tem elle a unanimidade dos votos desta Comissão.

Não valem, a meu ver, precedentes. É verdade que a respeito de casos identicos o Senado tem tido deliberação opposita áquella que agora lhe offerece a Comissão de Constituição. Mas devo declarar ao Senado que logo na nossa primeira reunião resolvemos, nós, os membros da Comissão, adoptar uma norma inflexivel em relação a todos os casos iguaes ao que ora é trazido ao conhecimento do Senado. Para logo decidimos que nós não tinhamos de conhecer do merecimento da causa, mas de nos cingirmos exclusivamente á materia constitucional, na defeza dos principios da Constituição, na defeza das suas doutrinas, porque nem para outra coisa somos membros da Comissão de Constituição.

O SR. LOPES GONÇALVES — Muito bem.

O SR. ELOY DE SOUZA — Porque, Sr. Presidente, se de outra sorte quizessemos ter encarado a materia para sobre ella formularmos o nosso parecer, então ter-me-hiam incumbido, a mim, o seu relator, de vir dizer ao Senado que o *veto* do

(*) Este discurso não foi revisto pelo orador.

Prefeito, no que respeita ao caso concreto, é um voto perfeitamente justo, que S. Ex. o Sr. Prefeito não podia adoptar outro procedimento senão o que adoptou negando senção á resolução do Conselho Municipal.

Trata-se, Sr. Presidente, em verdade, do seguinte caso que é edificante exemplo de tantos outros diariamente trazidos ao nosso conhecimento nos *votos* do Prefeito. Trata-se, nada mais nada menos, de uma resolução do Conselho Municipal que visa aproveitar a um funcionario demittido, por abandono de emprego, o que durante 13 longos annos não reclamou — porque não podia reclamar — a sua reintegração; mas que em dias do anno passado foi bater á porta do Conselho Municipal, que lh'a abriu, concedendo-lhe um favor escandaloso!

O SR. LOPES GONÇALVES — Fazendo o Conselho uma ampliação.

O SR. ELOY DE SOUZA — A situação é de tal ordem Sr. Presidente, que mais dia, menos dia, difficilmente se encontrará um homem de respeitabilidade e de responsabilidade que queira exercer o cargo de Prefeito do Districto Federal...

O SR. A. AZEVEDO — Neste ponto V. Ex. está enganado.

O SR. ELOY DE SOUZA — ...taes são as incursões do Conselho Municipal nas attribuições do chefe do Executivo, violando, claramente, expressamente, abusivamente, a Lei Organica do Districto Federal.

O SR. PAULO DE FRONTIN — V. Ex. não tem a menor razão.

O SR. IRINEU MACHADO — V. Ex. esquece-se de que o Sr. Carlos Sampaio sofre de *vetomania*.

O SR. ELOY DE SOUZA — Sr. Presidente, precisamos desde já, accentuar, uma vez por todas, que não ha, absolutamente, paridade entre o Estado e o Conselho Municipal, embora se trate do Conselho Municipal do Districto Federal, em relação ao qual ha effectivamente uma organização de ordem especial.

O Districto Federal, como todos os municipios dos Estados, paga-se, não por direito proprio, mas por direitos que lhe são outorgados pelo Congresso Nacional.

O SR. IRINEU MACHADO — Não senhor; V. Ex. não tem razão, comparando o do Districto Federal aos de outros Estados do Brasil.

O SR. ELOY DE SOUZA — E tanto isso é verdade que todos os municipios dos Estados do Brasil...

O SR. PAULO DE FRONTIN — Qual o municipio que tem representação no Senado?

Está ahí a resposta.

O SR. ELOY DE SOUZA — ...estão subordinados á fiscalização directa do Poder Executivo dos Estados. Todas as suas leis, todas as suas resoluções podem ser suspensas pelo Poder Executivo, em alguns Estados, em outros, pelas suas assembleas, ou pelo Poder Judiciario.

O SR. IRINEU MACHADO — Isso também as nossas.

O SR. PAULO DE FRONTIN — O Poder Judiciário pôde suspender tudo.

O SR. ELOY DE SOUZA — Sr. Presidente, nós precisamos — e são estes os desejos formulados pela Comissão de Constituição — adstringir-nos aos princípios, respeitar, neste caso, como em outros, que têm sido trazidos ao conhecimento do Senado, fazer com que o Conselho Municipal do Districto Federal respeite os princípios cardiaes contidos na Constituição, que se resolva, a reger-se, uma vez por todas, pela lei da organização municipal.

O SR. PAULO DE FRONTIN — O Conselho Municipal costuma respeitar. Pôde errar, mas disso não está isento o Congresso Nacional.

O SR. ELOY DE SOUZA — No caso, Sr. Presidente, trata-se — e esta é a regra em todos os paizes — de uma interpretação que por sua natureza só pôde ser restricta, que não pôde ser lata. O Conselho Municipal tem attribuições para regular as nomeações, as suspensões e as demissões dos funcionarios municipaes, mas não tem, nem podia, nem nos cabia dar-lhe, attribuições para regular a reintegração dos mesmos.

O SR. PAULO DE FRONTIN — Mas a reintegração é uma restituição de direito.

O SR. ELOY DE SOUZA — Allega-se, Sr. Presidente, que essa resolução é tudo quanto ha de mais innocente, porque se trata de uma autorização, que, porque ella não obriga, o Senado deve approval-a.

Puro engano, Sr. Presidente. Certamente a lei não obriga, mas deixa uma porta escancarada para que outros prefeitos, menos esculpulosos do que o actual...

O SR. PAULO DE FRONTIN — Os prefeitos de amanhã que agradeçam o conceito que V. Ex. está externando.

O SR. ELOY DE SOUZA — ...porventura, menos esculpulosos, digo eu, porque julgo na hypothese falta de esculpulo — permitta-me S. Ex. que diga com a coragem que me é propria — um prefeito qualquer que elle seja, mandar reintegrar um funcionario que abandonou o emprego ha 13 annos porque as portas do Conselho se abriram para uma reintegração como a de que se trata, que considero absolutamente injusta.

O SR. IRINEU MACHADO — O Sr. Ubaldino do Amaral reintegrou o Sr. Medeiros e Albuquerque que se tinha exonerado a pedido.

O SR. LOPES GONÇALVES — Mas, um abuso não justifica outro.

O SR. ELOY DE SOUZA — Mas um abuso não justifica outro, como muito bem diz o nobre Senador pelo Amazonas.

Sob qualquer face porque se encare a resolução, a situação della decorrente não é, como parece ao nobre Senador pelo Districto Federal, innocua, mas lesiva aos cofres municipaes, no dia de amanhã, quando um prefeito menos esculpulo, como disse e repito, se resolver a cumpril-a.

O Sr. PAULO DE FRONTIN — Quando houver um prefeito como V. Ex., julga, elle não votará — estará de accôrdo com o Conselho Municipal e V. Ex. e a Comissão de Constituição não serão ouvidos.

O Sr. LOPES GONÇALVES — Sim, porque só podemos dizer sobre o caso através do *vêto* do prefeito.

O Sr. ELOY DE SOUZA — Os abusos são de tal ordem que é bastante qualquer de nós abrir os orçamentos municipaes, como, por exemplo, o do anno passado — refiro-me a esse por ser o mais próximo — para ver a quanto têm conduzido os abusos das reintegrações, os abusos das addições.

O Sr. PAULO DE FRONTIN — Menos que as sentenças do Poder Judiciario contra o Poder Executivo Federal.

O Sr. ELOY DE SOUZA — Os funcionarios addidos e que estão percebendo vencimentos pelos cofres municipaes representam uma importancia de perto de seiscentos contos de réis.

O Sr. PAULO DE FRONTIN — Em perto de cincoenta mil contos importam as indemnizações provenientes de actos do Executivo Federal em virtude de sentenças do Poder Judiciario.

O Sr. ELOY DE SOUZA — Tudo quanto venho de dizer é bastante para que o Senado approve o parecer da Comissão de Constituição, concordando com a opposição do *vêto* do prefeito. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — Se não houver mais quem queira usar da palavra, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Está encerrada.

Os Srs. que approvam o *vêto* queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Foi approved e vai ser devolvido ao Sr. Prefeito.

O Sr. Irimes Machado (*pela ordem*) — Sr. Presidente, requero verificação da votação.

O Sr. Presidente — Queiram levantar-se os Srs. que votaram a favor do *vêto*. (*Pausa.*) Queiram agora levantar-se os que votaram contra. (*Pausa.*)

Votaram, a favor, 30 Srs. Senadores e, contra, 4.
Foi approved o *vêto*.

O Sr. Lopes Gonçalves (*pela ordem*) — Sr. Presidente tendo sido lido um parecer da Comissão de Finanças relativo á proposição n. 42 da Camera dos Deputados, sobre taxas telegraphicas, requero a V. Ex.; que consulte o Senado sobre se concede urgencia para que a mesma proposição entre immediatamente em discussão, sem prejuizo da primeira parte da ordem do dia, que depende apenas da votação.

Vem á Mesa, é lido e approved o seguinte

REQUERIMENTO

Requero urgencia para discussão e votação da proposição n. 42, deste anno, com parecer favoravel da Comissão de Finanças do Senado.

Sala das sessões, em 30 de agosto de 1921. — *Lopes Gonçalves.*

FIXAÇÃO DE TAXA TELEGRAPHICA

2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 42, de 1921, fixando a taxa telegraphica e radio-telegraphica dentro do territorio nacional.

Approvada.

O Sr. Presidente — Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão.

Designo para ordem do dia da seguinte:

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 42, de 1921, determinando que em qualquer percurso, dentro do territorio nacional, o serviço telegraphico e radio-telegraphico, isolado ou combinadamente, será cobrado á razão de duzentos réis por palavra (com parecer favoravel da Comissão de Finanças, n. 207, de 1921);

Discussão unica do *vêto* do Prefeito, n. 35, de 1920, á resolução do Conselho Municipal regularizando o funcionamento das padarias (com parecer favoravel da Comissão de Constituição n. 137, de 1921);

Discussão unica do *vêto* do Prefeito, n. 32, de 1921, á resolução do Conselho Municipal creando duas escolas profissionais para o preparo de individuos destinados á industria da pesca e outras derivadas e correlatas (com parecer favoravel da Comissão de Constituição n. 169, de 1921).

Levanta-se a sessão ás 15 horas.

34ª SESSÃO, EM 31 DE AGOSTO DE 1924

PRESIDENCIA DO SR. BUENO DE SAIVA, PRESIDENTE

Às 13 $\frac{1}{2}$ horas abre-se a sessão, a que concorrem os Srs. A. Azeredo, Cunha Pedrosa, Hermenegildo de Moraes, Mendonça Martins, Sylvio Nery, Lopes Gonçalves, Justo Chermont, India do Brasil, Felix Pacheco, Antonio Freire, João Thome, Benjamin Barroso, Francisco Sá, Eloy de Souza, João Lynn, Tobias Monteiro, Antonio Massa, Manoel Borba, Euzebio de Andrade, Bernardino Monteiro, Paulo de Frontin, Irineu Machado, Raul Soares, Bernardo Monteiro, Alfredo Ellis, José Martinho, Carlos Cavalcanti, Generoso Marques, Vidal Ramos, Felipe Schmidt, o Vespucio do Abreu (30).

Deixam de comparecer com causa justificada os Srs. Abdias Neves, Alexandrina de Alencar, Godofredo Vianna, José Euzebio, Costa Rodrigues, Venancio Neiva, Carneiro da Cunha, Rosa e Silva, Aracjo Góes, Oliveira Valladão, Gonçalo Hollemberg, Siqueira de Menezes, Antonio Moniz, Moniz Sodré, Ruy Barbosa, Jeronymo Monteiro, Marcilio de Lacerda, Nilo Paganha, Modesto Leal, Miguel de Carvalho, Sampaio Corrêa, Francisco Salles, Adolpho Gordo, Alvaro de Carvalho, Pedro Coelastino, Ramos Caiado, Xavier da Silva, Lauro Müller, Soares dos Santos e Carlos Barbosa (31).

É lida, posta em discussão, e sem reclamação aprovada a acta da sessão anterior.

O Sr. 1.º Secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Sr. Ministro das Relações Exteriores enviando a mensagem com que o Sr. Presidente da Republica submetta á consideração do Senado, na fórma do art. 48, n. 12 da Constituição, o acto pelo qual é nomeado o Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal. — A' Commissião de Constituição.

O Sr. 3.º Secretario procede á leitura e são postos em discussão, ficando adiada a votação por falta de numero, os seguintes

PARECERES

N. 230 — 1921

A proposição n. 210, de 1920, da Camara dos Deputados autoriza o Governo a transferir ao Estado de Minas Geraes, mediante accordo com o respectivo Governo, o material existente no Rio S. Francisco, destinado á navegação desse rio, resalvados os direitos de terceiros.

Não tendo o Relator elementos para julgar das vantagens da medida proposta, requer seja o Governo ouvido sobre o assumpto, por intermedio do Sr. Ministro da Viação e Obras Publicas.

Sala das sessões, 29 de agosto de 1921. — *Alfredo Ellis*, Presidente. — *Sampaio Corrêa*, Relator. — *José Euzébio*. — *Justo Chermont*. — *Bernardo Monteiro*. — *Felippe Schmidt*. — *Irineu Machado*.

N. 231 — 1921

Antes de emitir parecer acerca do requerimento sob numero 17, de 1920, em que as filhas do tenente-coronel de engenheiros Sebastião de Souza Mello, DD. Francisca Peregrina de Souza Mello e Francisca Idalina de Souza Mello, solicitam melhoria de pensão de 40\$ mensaes que percebem, a Commissão de Finanças opina no sentido de dizer primeiramente sobre o assumpto a de Marinha e Guerra, á qual devem ser enviados não só os esboços prestados pelo Ministerio da Guerra como tambem a fé de officio daquella official.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1921. — *Alfredo Ellis*, Presidente. — *Irineu Machado*, Relator. — *José Euzébio*, *Felippe Schmidt*. — *Sampaio Corrêa*. — *Justo Chermont*. — *Bernardo Monteiro*.

N. 232 — 1921

A Comissão de Finanças é de parecer que seja primeiramente solicitada a audiência da Comissão de Justiça e Legislação sobre o projecto do Senado n. 73, de 1920, autorizando o Presidente da Republica a mandar rever a reforma do Major Rodolpho Homem de Carvalho, para mandar consi-deral-o como reformado no posto de tenante-coronel, como se major que de facto era quando foi compulsado como ca-pitão, em 9 de janeiro de 1918.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1921. — *Alfredo Ellis*, Presidente. — *Irineu Machado*, Relator. — *José Euzébio*. — *Felippe Schmidt*. — *Sampaio Corrêa*. — *Justo Chermont*. — *Bernardo Monteiro*.

N. 233 — 1921

E' a Comissão de Finanças de parecer que seja enviada á Comissão especial incumbida de estudos dos montepios militar e civil, a proposição da Camara dos Deputados n. 44, de 1904, que estude aos paes decrepitos ou invalidos que não tiverem outro amparo os favores concedidos á mãe, viúva ou irmã solteira, para o effeito da percepção do montepio mi-litar, considerados tambem como laes os que se não tiverem habilitado de accordo com a disposição vigente, a contar de 26 de agosto de 1890.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1921 — *Alfredo Ellis*, Presidente. — *Irineu Machado*, Relator. — *José Euzébio*. — *Felippe Schmidt*. — *Sampaio Corrêa*. — *Justo Chermont*. — *Bernardo Monteiro*.

E' igualmente lido, posto em discussão, ficando adiada a votação por falta de numero, o seguinte

REQUERIMENTO

N. 10 — 1921

O projecto n. 138, de 1920, providencia:

a) sobre augmento da dotação consignada no orçamento vigente para o pessoal administrativo da 5ª divisão provi-soria da Estrada de Ferro Oeste de Minas (continuação do ramal de Barra Mansa a Angra dos Reis);

b) sobre o augmento da verba 6ª, n. II, do mesmo orça-mento (Ministerio da Viação e Obras Publicas), para cons-trução do ramal de Barbacena;

c) sobre a reorganização dos serviços da Estrada de Ferro Oeste de Minas, devendo ser expedido novo regula-mento para a mesma estrada.

O relator, para omillie parecer sobre o projecto, entenda Ferro Oeste de Minas, devendo ser expedido novo regula-ções do Ministro da Viação e Obras Publicas.

Sala das Sessões, 29 de agosto de 1921. — *Alfredo Ellis*, Presidente. — *Sampaio Corrêa*, Relator. — *José Euzébio*. — *Bernardo Monteiro*. — *Justo Chermont*. — *Irineu Machado*.

O Sr. Francisco Sá (*)— Sr. Presidente, por não ter lido a convocação publicada no *Diário do Congresso*, não pude comparecer á reunião extraordinária da Comissão de Finanças, ante-hontem. Por esse motivo sinto necessidade de declarar que, se estivesse presente, daria o meu voto á moção allí apresentada pelo Senador Irineu Machado, em reconhecimento dos serviços que prestou o Sr. Alfredo Ellis, illustre presidente daquella Comissão, quando conseguiu que no projecto de lei iniciado no Senado em 1917, para a defesa militar e economica do paiz, se incluíssem recursos destinados á valorização do café, que então se realizou, graças á essa iniciativa de S. Ex.

O Sr. A. AZEREDO — Apoiado.

O Sr. João Lyra — Subscreevo as declarações de V. Ex.

O Sr. FRANCISCO SÁ — Cumpro-me fazer esta declaração porque por um motivo circumstancial, estava especialmente habilitado a dar o testemunho da acção que então teve o honrado Senador.

Fui, com effeito, relator daquelle projecto, que nasceu da conferencia realizada entre a Comissão de Finanças e o Sr. Presidente da Republica, do então, o Sr. Wenceslau Braz. Nessa conferencia ficou resolvido adoptarem-se não sómente providencias de ordem militar, mas, tambem outras que, procurando desenvolver a produção do paiz, o tornassem capaz de fazer face ás difficuldades economicas resultantes da guerra. Para isso era necessario autorizar uma emissão de papel-moeda sobre a importancia dessa emissão houve grande incerteza que foi resolvida, como costumam ser todas as tentativas de emissão de papel-moeda do Thesouro, por um criterio um tanto arbitrario. Começou-se por dizer que a emissão seria de cem mil contos, para depois elevar-a a duzentos mil e, por fim, fixar-se em trezentos mil contos.

A Comissão de Finanças deu seu assentimento á essa ultima elevação, attendendo á proposta feita pelo honrado Senador, o Sr. Alfredo Ellis, de se habilitar o Governo com os recursos necessarios a valorizar o café, cuja produção, cujo commercio estava já áquella época a braços com uma grande crise.

E'-me agradavel fazer esta declaração, realçando toda a liberdade de opinião que mantenho relativamente á intervenção directa do Governo na produção e no commercio de exportação do café.

O Sr. A. AZEREDO — E' justiça que V. Ex. está fazendo ao Senador por S. Paulo que se interessou sempre pela valorização do café desde o Convenio de Taubaté.

O Sr. FRANCISCO SÁ — Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Alfredo Ellis (*) — Sr. Presidenta, as palavras do honrado Senador, Vice-Presidente da Comissão de Finanças, não podiam, nem podem deixar de me commover, tanto mais quanto S. Ex. acabou de prestar o seu testemunho á

(*) Este discurso não foi revistó pelo orador.

acção obscura (*não optados*) que eu tive no seio da mesma Commissão, para que se elevasse de cento e cincoenta mil a trezentos mil contos a emissão destinada a deixar o paiz em condições de entrar na guerra, e tambem amparada fosse a produção do café, salvando aquelle aparelho de produção das garras dos especuladores daquelle época.

Agradecendo ao nobre Senador pelo Districto Federal o elogio que S. Ex. me fez na ultima reunião da Commissão de Finanças, eu disse a S. Ex. que o meu acto era a expressão do cumprimento do dever que nos leva ao sacrificio da propria vida em defesa, não só dos nobres ideaes, como dos da propria patria.

O reconhecimento dos serviços prestados ao paiz, principalmente por aquelles que collaboraram nesses mesmos ideaes, não pôde tambem deixar de emocionar profundamente a consciencia dos homens publicos tanto mais quanto, neste paiz, muitas vezes se nega justiça a uns, para lisonjear, para endeusar a outros que não a merecem.

Sr. Presidente, desta tribuna trago os meus agradecimentos ao nobre Vice-Presidente da Commissão de Finanças, agradecendo as expressões e o testemunho que S. Ex. acaba de externar em favor da acção que exerei para aquelle resultado magnifico. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Paulo de Frontin (*) — Sr. Presidente, não pude hontem responder ao honrado Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte, digno relator na Commissão de Constituição, de um veto que era objecto de discussão. Terminado o periodo de tempo, dentro do qual não tinha numero para ser votada a lei urgente do inquilinato, a minha intervenção na tribuna, mesmo que fosse *pela ordem* ou para *uma explicação pessoal* demoraria a resolução do Senado sobre o assumpto, de natureza urgente, como tambem não me cabia fallar segunda vez sobre a proposição.

Aproveito, portanto, a oportunidade para, na hora do expediente de hoje, pedir ao nobre Senador que não mantenha o conceito que hontem emittiu a proposito do Poder Legislativo Municipal. S. Ex. o honrado Senador pelo Rio Grande do Norte, pela sua alta cultura, pelos serviços que tem prestado ao paiz, necessita, nesse caso especial, não se deixar levar por considerações de ordem pejorativa que communmente são feitas na Capital Federal em relação ao Conselho Municipal).

Esse corpo deliberativo, o que succede com todos os demais, é alvo, muitas vezes, de censuras justas, em relação a actos que pratica. Com relação, porém, ao Conselho Municipal desta Capital a acção systematica de certa corrente de opinião, orientada principalmente por alguns órgãos da imprensa, tem sido de criticar, com ou sem justiça, tudo quanto é originario dessa corporação.

Ora, o electorado do Districto Federal não é tão inopeto que não saiba esculhir os seus representantes, que, não poucas vezes, são racionales, significando isto que elles lealdadem realmente a opinião dos que, pela Constituição, têm o direito de se manifestar quanto á organização do Poder Legislativo do Districto.

(*) Este discurso não foi revisto pelo orador.

Portanto, manda quem pôde. E' o eleito do Districto que escolhe a sua representação, e esse eleito do Districto que julga essa representação.

Não é justo que se reproduzam juízos, adduzidos, muitas vezes, lottivamente, em relação ao procedimento dos Intendentes, para se vir da tribuna do Senado confirmar, como uma opinião de valor, como é a do honrado Senador, aquillo que não mereceria ser tomado em consideração.

Realmente, S. Ex. manifestou-se de modo excessivamente contrario ao que tem feito o Conselho Municipal.

Diz S. Ex.:

«Os abusos são de tal ordem que é bastante qualquer de nós abrir os orçamentos municipaes, como, por exemplo, o do anno passado — refiro-me a este por ser o mais proximo — para ver a quanto têm conduzido os abusos das reintegrações, os abusos das addições».

Em primeiro lugar, a questão dos addidos não foi absolutamente submettida á consideração do Senado. Houve, por consequencia, a plena comitvencia, o pleno assentimento dos Prefeitos, que não são eleitos pelo povo e, sim, nomeados pelo Presidente da Republica, tanto no decurso a que S. Ex. se refere, como no decurso actual. Não se pôde considerar tudo isso como sendo de responsabilidade do Conselho Municipal. A responsabilidade deste, naquelle terreno, é muito diminuta, porque ou o Prefeito concordou, e, neste caso, não é exclusivamente do Conselho Municipal, ou o Prefeito concordou e neste caso assumiu parte da responsabilidade, ou discordou, velando o acto, e, assim, a responsabilidade é tambem do Senado, rejeitando o *veto*.

Vê-se, portanto, que não se deve arremessar pedras exclusivamente sobre o Conselho Municipal. Necessariamente este ha de ter um aliado que com elle divida a responsabilidade. Na primeira hypothese, será o Prefeito que sancionou o acto e, na segunda, o Senado, que rejeitou o *veto* do Prefeito. (*Apoiados.*)

Não me parece, portanto, que mesmo encarando o problema sob este ponto de vista se possa sempre condemnar o Conselho Municipal, attribuindo-lho a inteira responsabilidade de tudo que possa existir de anormal no orçamento municipal.

Mas encaremos a questão sob outro aspecto. O orçamento da Municipalidade attinge a quasi sessenta mil contos.

Qual a somma de despeza que determinou a exclamação pejorativa do honrado representante do Rio Grande do Norte, em relação ao Conselho Municipal? A seiscentos e tantos contos de réis!

S. Ex. devia, com mais razão e justa repulsa, antes de se espantar com esta verba, ver o que representam outras, as relativas a addidos, a inactivos, a extinctos, a reformados, a compensados, etc., que figuram no orçamento federal. S. Ex. que, como Senador, acredita, tem uma parte, pelo menos uma porção da responsabilidade nesses casos, precisa ter mais cuidado em atirar as suas pedras, quando, como se vê, temelhado de vidro.

Nestas condições, sou obrigado a defender o Conselho Municipal em relação aos conceitos hontem externados por S. Ex.

O Sr. ELOY DE SOUZA — Se V. Ex. me permittir, direi que a casa não é minha; é de todos nós.

O Sr. PAULO DE FRONTIN — Mas S. Ex. é tambem um de seus moradores.

De modo que, como disse, se S. Ex. não tem a responsabilidade integral, tem pelo menos uma parte.

O Sr. ELOY DE SOUZA — Comprometto-me a responder a V. Ex. opportunamente, deixando de o fazer nesta occasião, porque não gosto, em obediencia ao Regimento, de discutir o vencido.

O Sr. PAULO DE FRONTIN — Mas eu não estou discutindo o vencido. Refiro-me a conceitos de S. Ex. sobre actos do Conselho Municipal que não estão sujeitos ao Regimento do Senado.

O Senado approvou o *veto* do Sr. prefeito a uma resolução do Conselho, não querendo assim dividir a sua responsabilidade com o mesmo, e eu fui vencido.

O Sr. ELOY DE SOUZA — No caso tratava-se de uma resolução que importava em augmento de despeza.

O Sr. PAULO DE FRONTIN — S. Ex. desculpar-me-ha; não estou tratando da questão do *veto*. Este está resolvido. O Senado em sua alta sabedoria entendeu que devia approval-o e eu curvo-me á sua opinião.

O Sr. ANTONIO AZEREDO — Apoiado, E' materia vencida.

O Sr. PAULO DE FRONTIN — Não estou absolutamente censurando; não me estou manifestando contra o acto do Senado. Fui vencido, mas não estou convencido; como me cumpre, respeito a decisão da Casa, que é soberana.

Estou agora analysando os conceitos de S. Ex., que não se referem a este caso, mas a outros anteriores, em que a responsabilidade é do Prefeito com o Conselho, ou do Senado com o Conselho.

O que está approvando no orçamento municipal para o exercicio corrente, é o resultado de actos anteriores, que tiveram, necessariamente, a não suspensão ou o não *veto* do Prefeito ou a rejeição do *veto* do Senado.

São actos em que o Conselho Municipal se honra de ter como companheiros na censura, os Prefeitos anteriores ou o actual, ou o Senado, nas suas deliberações anteriores ou nas da propria sessão legislativa vigente.

Quanto a esta parte, eram estas as ponderações que julguei necessario fazer, em defeza do Conselho Municipal do Distrito Federal. Passarei agora á segunda parte.

Esta refere-se a um argumento apresentado por S. Ex., o honrado Senador pelo Rio Grande do Norte, do que tambem não tentaria se se limitasse ao caso que hontem foi resolvido. Mas como envolve uma questão de doutrina que ainda po-

falta de escrupulos do futuro Prefeito o Presidente da Republica, que o mantivesse, apesar dessa falta de escrupulo, como administrador da Capital Federal.

As allegações, portanto, que eu apresentei eram perfeitamente justificaveis porque eu declarei que as medidas votadas pelo Conselho Municipal eram autorizativas e não imperativas. Ao Prefeito, autorizado pelo Conselho, competia tomar a decisão mais conveniente aos cofres municipaes. Se elle entendesse que a não devia usar, não a usaria; se julgasse que devia pol-a em pratica, seria porque, examinando, o caso concreto, verificaria a razão de ser da medida, e daria cumprimento á autorização como menos nociva aos interesses dos cofres municipaes do que uma possível sentença judicial, que determinaria então o dispendio de uma somma vultuosa, de indemnizações pelas quaes seria o responsavel.

Não estou dizendo uma novidade, porque é sabido que factos semelhantes têm já onerado os cofres da União, em quantias avultadas, e tambem os municipaes.

Combatendo a approvação do *veto*, quiz evitar que, mais uma vez, a fazenda municipal fique na imminencia de nova sangria. Isto tem, por vezes, acontecido á União e á Prefeitura deste Districto.

O SR. A. AZEREDO — V. Ex. poderia accrescentar tambem ás estaduais.

O SR. PAULO DE FRONTIN — Perfeitamente. O illustre Vice-Presidente do Senado lembra, muito opportunamente, que tambem se deve ligar a questão aos Estados, onde factos da mesma natureza se têm dado.

O SR. A. AZEREDO — Podia auxiliar ainda V. Ex., referindo o facto de um juiz de direito de Mato Grosso, que exerceu as funcções durante tres mezes, pediu licença por seis mezes, ficou fóra do Estado 25 annos, e depois reclamou a reintegração, e obteve sentença favoravel!

O SR. PAULO DE FRONTIN — V. Ex. offerece-me um elemento de grande valor para demonstrar quaes são, muitas vezes, as consequencias de actos levanamente praticados, quer pelo Poder Executivo Federal, quer pelos estaduais, quer pelo do Districto Federal.

Não quero censar mais a attenção do Senado. Vou concluir as minhas considerações com uma solicitação, attenta a grande e merecida consideração que tenho pelo honrado Senador, illustre representante do Estado do Rio Grande do Norte: examine S. Ex. com cuidado todas as questões que affectam os interesses do Districto Federal e, concluido esse estudo, tenho certeza, modificará o seu modo de pensar quanto ao conceito em que tem o Conselho Municipal da Capital da Republica.

O SR. ELOY DE SOUZA — Assim seja.

O SR. LOPES GONÇALVES — Amen.

O SR. PAULO DE FRONTIN — Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem.*)

SESSÃO DE 31 DE AGOSTO DE 1921

ORDEM DO DIA

FIXAÇÃO DA TAXA TELEGRAPHICA

3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 42, de 1921, determinando que em qualquer peçor dentro do territorio nacional no serviço telegraphico e rad telegraphico, isolada ou combinadamente, será cobrada razão de duzentos réis por palavra.

Vem á mesa, é lida, apoiada e posta em discussão a proposição a seguinte

EMENDA Á PROPOSIÇÃO DA CAMARA DOS DEPUTADOS N. 42, DE 19.

Art. Fica o Poder Executivo autorizado a encampar o cabo fluvial do Amazonas, nos termos do respectivo contrato, podendo arrendal-o á actual contractante ou a outra empresa idonea ou exploral-o pela Repartição Geral dos Telegraphos, reduzindo as respectivas taxas o abrindo para os necessarios creditos. — *Sylvio Nery*.

Justificação

O Governo paga actualmente uma subvenção á Companhia que explora o cabo fluvial do Amazonas de \$ 17.120 ouro, por anno.

Capitalizada esta somma produz a quantia necessaria encampação, ficando o Governo livre da subvenção.

A idéa de encampação e subsequente arrendamento abaxiar consideravelmente as taxas. Essa redução tornar-se-ha possivel pela ausencia do capital, representado em grande parte por debentures, que ora precisa ser remunerado e amortizado.

Acresce que o Governo não será obrigado a arrendar a linha á actual contractante, podendo exploral-a pela Repartição Geral dos Telegraphos ou arrendal-a a outra empresa.

Passando o cabo do Amazonas a ser simples ramal de outra rede e de uma rede importante, desaparecerão as despesas de administração, secção technica, escriptorio em Londres e duplicatas de estações em Belém, do Pará.

Reduzidas as despesas, logico é que se poderá baratear o serviço.

O Sr. FRANCISCO SÁ — Peço a palavra.

O Sr. PEREIRA — Tem a palavra o honrado Senador.

O Sr. FRANCISCO SÁ — Sr. Presidente, se ouvi bem, trata-se de uma autorização para fazer a encampação de uma linha telegraphica. É uma medida de certa importancia, que não pôde, que não deve ser julgada pelo nosso voto apressado. Requeiro, portanto, a V. Ex. que submeta á consideração do Senado, na primeira oportunidade, o requerimento que

faço, de que sobre essa emenda seja ouvida a Comissão de Finanças, certo de que estará de accordo com esta decisão o proprio autor da emenda.

O Sr. SYLVERIO NERY — Perfeitamento.

Vem á mesa, é lido, apoiado, posto em discussão, que se encerra sem debate, o seguinte

REQUERIMENTO

Requeiro que a proposição n. 42, de 1921, seja remetida á Comissão de Finanças para dar parecer sobre a emenda apresentada em 3.ª discussão.

Sala das sessões, 31 de agosto de 1921. — *Francisco Sá.*

O Sr. Presidente — Não havendo numero, fica prejudicado o requerimento.

E' encerrada a discussão da proposição, ficando adiada a votação.

FUNCCIONAMENTO DAS PADARIAS

Discussão unica do *veto* do Prefeito, n. 35, de 1920, á resolução do Conselho Municipal, regularizando o funcionamento das padarias.

Encerrada e adiada a votação.

ESCOLAS PROFISSIONAIS DA PESCA

Discussão unica do *veto* do Prefeito, n. 32, de 1921, á resolução do Conselho Municipal, criando duas escolas profissionais para o preparo de individuos destinados á industria da pesca e outras derivadas e correlatas.

Encerrada e adiada a votação.

O Sr. Presidente — Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão.

Designo para ordem do dia da seguinte:

Discussão unica do parecer da Comissão de Poderes n. 226, de 1921, approvando as eleições realizadas no Estado do Pará, no dia 23 de junho do corrente anno para preenchimento da vaga aberta pela renuncia do Sr. Dr. Cypriano José dos Santos e opinando que seja reconhecido e proclamado Senador da Republica o Sr. Dr. Laurto Sodré;

Votação, em 3.ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 42, de 1921, determinando que em qualquer percurso, dentro do territorio nacional, o serviço telegraphico e radio-telegraphico, isolada ou combinadamente, será cobrado á razão de duzentos réis por palavra (com, parecer favoravel da Comissão de Finanças, n. 207, de 1921, e emenda apresentada pelo Sr. Sylverio Nery);

Voteação, em discussão unica, do *vêto* do Prefeito, n. 35, de 1921, á resolução do Conselho Municipal, regularizando o funcionamento das padarias (*com parecer favoravel da Comissão de Constituição, n. 167, de 1921*);

Voteação, em discussão unica, do *vêto* do Prefeito, n. 32, de 1921, á resolução do Conselho Municipal, creando duas escolas profissionais para o preparo de individuos destinados á industria da pesca e outras derivadas e correlatas (*com parecer favoravel da Comissão de Constituição, n. 169, de 1921*);

Voteação, em discussão unica, do requerimento da Comissão de Finanças, pedindo informações ao Governo sobre a proposição da Camara dos Deputados n. 210, de 1920, que manda transferir ao Estado de Minas Geraes o material destinado á navegação do rio S. Francisco (*parecer n. 230, de 1921*);

Voteação, em discussão unica, do requerimento da Comissão de Finanças, pedindo a audiéncia da de Marinha e Guerra, sobre o requerimento em que D. Francisca Portugrina de Souza Mello solicita melhoria da pensão que percebe (*parecer n. 231, de 1921*);

Voteação, em discussão unica, do requerimento da Comissão de Finanças, pedindo a audiéncia da de Justiça e Legislação, sobre o projecto do Senado n. 73, de 1920, mandando rever a reforma do maior Rodolpho Homem de Carvalho (*parecer n. 232, de 1921*);

Voteação, em discussão unica, do requerimento da Comissão de Finanças, pedindo que seja enviada á Comissão Especial de reforma do montepio, a proposição da Camara dos Deputados n. 41, de 1901, que estende aos paos decrepitos ou invalidos os favores concedidos á mãe viuva ou irmã solteira do contribuinte fallecido (*parecer n. 233, de 1921*);

Voteação, em discussão unica, do requerimento da Comissão de Finanças n. 10, de 1921, pedindo informações ao Governo sobre o projecto do Senado n. 138, de 1920, que abre um credito de 300:000\$, supplementar á verba C^a, «Estrada de Ferro Oeste de Minas», para o serviço de construcção do ramal de Barra Mansa a Angra dos Reis;

1^a discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 54, de 1921, que abre o credito de 9:600\$, para pagamento da differença de alugueis de predios em que funcionam as Alfandegas de Porto Alegre e de Uruguayana (*com parecer favoravel da Comissão de Finanças n. 212, de 1921*);

2^a discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 56, de 1921, que abre, pelo Ministerio da Marinha, o credito de 100:000\$, para attender a hospitalização dos doentes tuberculosos da Armada, em Nova Friburgo (*com parecer favoravel da Comissão de Finanças n. 213, de 1921*);

3^a discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 57, de 1921, que abre, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 2:493\$070, para pagamento a D. Joanna For-

tunata de Oliveira e filhos, em virtude de sentença judiciária (com parecer favoravel da *Commissão de Finanças n. 214, de 1921*);

Continuação da 3ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 149, de 1920, autorizando o emprego de uma draga na dragagem do rio Arary, no Estado do Pará (com parecer da *Commissão de Finanças favoravel á emenda do Sr. Euzebio de Andrade, n. 219, de 1921*);

Continuação da 2ª discussão do projecto do Senado n. 101, de 1919, autorizando o Governo a rever contractos da navegação maritima e fluvial, a conceder linhas de navegação aerea, a rever contractos de exploração e construção de estradas de ferro e dando outras providencias (com parecer contrario da *Commissão de Finanças ao projecto e ás emendas apresentadas, n. 225, 1921*);

Discussão unica da proposição da Camara dos Deputados n. 20, de 1921, approvando o compromisso subscripto pelo representante do Brasil em Haya, pondo em execução medidas coercitivas quanto ao commercio do opio e da cocaina e os seus derivados e preparados (com parecer contrario da *Commissão de Diplomacia e Tratados, n. 227, de 1921*);

Discussão unica da proposição da Camara dos Deputados n. 45, de 1921, que approva o accôrdo entre o Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, para a permuta de vales postaes (com parecer favoravel da *Commissão de Diplomacia e Tratados, n. 228, de 1921*);

2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 148, de 1921, que manda construir uma estrada de rodagem, indo do Districto Federal á Estrada União e Industria, na Raiz da Serra (com parecer contrario da *Commissão de Finanças, n. 224, de 1921*);

2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 164, de 1918, que providencia sobre o preenchimento das vagas que se derem no corpo de engenheiros machinistas da Marinha (com pareceres contrários das *Commissões de Marinha e Guerra e de Finanças, n. 223, de 1921*);

Levanta-se a sessão ás 14 horas e 20 minutos.

FIM DO QUARTO VOLUME

Nesse parecer sustento a única doutrina que, a meu ver, é compatível com a Constituição, com a sua letra, com os seus princípios, com os interesses superiores e mais altos da nação, quando esses interesses porventura colidam com os dos Estados.

Essa questão, no seu ponto de vista concreto, é de extrema simplicidade, mas de uma grande complexidade. Eu desejaria discuti-la amplamente, razão pela qual peço ao nobre Senador pelo Estado do Amazonas que me aguarde para o debate que me convocou no próximo turno.

O SR. LOPES GONÇALVES — Não convoquei V. Ex. por coisa alguma. Mas aceito o seu cartel; estou prompto a discutir.

O SR. ELOY DE SOUZA — Perdoe-me V. Ex.; a questão é muitíssimo importante...

O SR. LOPES GONÇALVES — Perfeitamente.

O SR. ELOY DE SOUZA — ...pois entende com a vida da Nação, com os interesses reais do seu governo e com o seu aparelho económico.

O SR. LOPES GONÇALVES — E como o momento não comporta discussões, me aguardarei para o terceiro turno.

O SR. ELOY DE SOUZA — Hontem V. Ex. pretendeu occupar-se do assumpto na hora do expediente. Não se occupou, mas prometeu que, na terceira discussão, faria amplas observações sobre o assumpto.

Eis porque, Sr. Presidente, entendo não dizer mal quando affirmo que fui convocado para a terceira discussão: é por isso, Sr. Presidente, que entendo não dizer mal quando affirmo que estarei presente a essa convocação.

O SR. LOPES GONÇALVES — Não costumo desafiar ninguém.

O SR. ELOY DE SOUZA — Ou eu muito me engano, ou não ando em erro quando digo que *provocação* quer dizer *desafio*.

A questão do ponto de vista concreto, Sr. Presidente, é de extrema simplicidade.

O SR. LOPES GONÇALVES — V. Ex. disse que era relevante e complexa.

O SR. ELOY DE SOUZA — Trata-se, Sr. Presidente, de uma petição dirigida ao Congresso Nacional, pelo Sr. engenheiro Luiz Augusto Pereira de Queiroz e da qual, primitivamente, tomou conhecimento a Camara dos Deputados, solicitando a abertura de um canal, pondo em comunicação duas bahias do Brasil — a de Cananéa e a de Paranaguá.

O nobre Senador pelo Amazonas entende que esse melhoramento, que interessa a dous Estados, só poderia ser autorizado pelo Congresso Nacional, ouvidos previamente esses Estados.

Exactamente porque se trata de um interesse interestadual, eu imaginava — e agora vejo que imaginava mal — que essa competência não era dos Estados, mas sim, da União.

O nobre Senador sustenta doutrina opposta, doutrina que eu considero portuguesa, que considero nociva, impidente do progresso da Nação, do progresso do paiz.

Se formos a esperar, em relação a todos os melhoramentos que interessam a dois Estados ou a um grupo de Estados, que esses estados fixassem um accordo, votassem leis pelas suas assemblies, autorizando os governos respectivos a entrarem em accordo com o Federal, a obter a approvação do Sr. Presidente da Republica e, posteriormente, a do Congresso Nacional desses accordos, então mal de nós, mal do paiz, por que a nossa marcha não seria a de automovel, mas a pesada e peculiar ao carro de boi.

S. Ex. interpeleu a bancada de S. Paulo. Eu não tenho procuração para responder por essa bancada; lembrarei, entretanto, a S. Ex. que o relator dessa proposição, na Camara dos Deputados, foi um representante de S. Paulo, o Sr. Veiga Miranda, que deu parecer favoravel, provando á sociedade que essa obra era meritória e necessaria, porque iria fomentar o progresso e desenvolvimento economico dos Estados pretendentes.

O Sr. LOPES GONÇALVES — Ninguém põe em duvida isso.

O Sr. ELDO DE SOUZA — Por taes motivos, Sr. Presidente, não rapidamente quanto me permite o Regimento, dando essas informações, espero que o Senado approve e parecer da Commissão de Constituição favoravel á proposição da Camara dos Deputados, porque esta proposição diz respeito aos nítos interesses nacionais. *(Muito bem; muito bem.)*

O Sr. Sampaio Correa () — Sr. Presidente, quiz, na Commissão de Finanças, relatar a proposição que vai ser votada, apresente aos honrados collegas daquela Commissão duvidas que haviam sido suscitadas na Camara dos Deputados, foi o orador que ora occupa, por alguns minutos, a attenção do Senado.

O Sr. Deputado Carlos Maximiliano, havia, na Camara dos Deputados, levantado essa objecção á proposição de que se tratava de desviar aguas de um rio pertencente a um Estado para outro rio pertencente a Estado differente.

O Sr. LOPES GONÇALVES — Não sou constitucionalista. Dou o meu recado como posso. Agradeço a gentileza de V. Ex.

O Sr. SAMPAIO CORREIA — Considero-o como tal, porque umq sempre os recados que dá, com muito proveito para mim.

O Sr. LOPES GONÇALVES — É amabilidade de V. Ex.

O Sr. SAMPAIO CORREIA — Mas, Sr. Presidente, tendo lido o voto em separado e o parecer da Commissão de Constituição, devo declarar a V. Ex. que estou inteiramente convencido de que o assumpto é de competencia federal.

O art. 13 da Constituição estabelece que o direito dos Estados de legislar sobre navegação interior será regulado por lei federal.

(*) Não foi revisto pelo orador.

Ora, trata-se, evidentemente, de navegação interior, porque cuida-se de abrir um canal...

O Sr. ELOY DE SOUZA — Apoiado.

O Sr. SAMPAIO CORRÊA — ... de navegação. Portanto, esse assumpto deve estar subordinado á legislação federal.

O honrado autor do voto em separado...

O Sr. ELOY DE SOUZA — Os dados americanos são a respeito fulminantes.

O Sr. SAMPAIO CORRÊA — ... allegou, em contrario a esta argumentação, o que dispõe a lei n. 109, que interpreta o alludido artigo da Constituição.

O Sr. LOPES GONÇALVES — V. Ex. dá licença que eu leia o art. 13 da Constituição?

O Sr. SAMPAIO CORRÊA — Seio-o de côr.

Os Srs. SAMPAIO CORRÊA E LOPES GONÇALVES — O direito dos Estados de legislar sobre viação ferrea e navegação interior...

O Sr. LOPES GONÇALVES (*concluindo*) ... — será regulado por lei federal. Vò V. Ex. que os Estados tambem teem direito. »E' da União e dos Estados.

O Sr. PRESIDENTE — Advirto os nobres Senadores de que não ha assumpto em discussão.

O Sr. SAMPAIO CORRÊA — Esse direito será regulado por lei federal. E' isto que sustento.

O Sr. ELOY DE SOUZA — Graças a Deus, a lei n que se refere o nobre Senador pelo Amazonas é uma lei revogada pelo desuso.

O Sr. LOPES GONÇALVES — Não está tal revogada pelo desuso.

O Sr. SAMPAIO CORRÊA — A lei n. 109 estabelece o seguinte: «que a União póde deliberar sempre que se trata de obras de utilidade nacional, por lei expressa, assim declarada.

Ora, approvada esta disposição, nós, por lei expressa, declaramos que se trata de obra de utilidade nacional. Para a violação desta lei, obedecemos ao que dispõem a Constituição e o decreto n. 109, que a interpreta, neste particular.

O illustre autor do voto em separado fundou ainda a sua opinião no disposto no art. 34, § 6º, se me não falha a memoria, disposição esta que diz que a União compete deliberar privativamente, desde que se trate de rios que percorram territorios de mais de um Estado ou de rios internacionais. Esta disposição não invalida o art. 13, que dá á União o direito absoluto de regular a legislação estadual, sempre que se tratar de navegação interior.

No caso, trata-se de fazer um canal, que se poderá entender por navegação.

O Sr. LOPES GONÇALVES — Parece que os Estados teem viação ferrea e navegação interior.

e outro prestaram á cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

Ao professor de Astronomia devemos nós outros, os que aqui vivemos, a excellente carta cadastral desta cidade, obra que honra a engenharia do meu paiz e sobre a qual tem sido projectados todos os grandes melhoramentos que não transformado a Capital do Brasil em uma das mais bellas e mais saudaveis cidades do mundo; ao professor de Economia, que foi director geral de Obras da Prefeitura Municipal e consultor tecnico de tres Prefeitos, — os Srs. Rivadavia Correia, de saudosa memoria, Azevedo Sodré e Carlos Sampaio, — devem os cariocas muitos daquelles melhoramentos, sempre delineados com amor e com sincero carinho executados pelo illustre profissional.

Estou certo, Sr. Presidente, de que as minhas palavras não revelam tudo o que o paiz deve ao Dr. Vieira Souto e ao Dr. Pereira Reis; mas a homenagem que solicitei é tão justa e tão merecida, que dispensa, para ser concedida pelo Senado, o desalinho da phrase de quem tanto deve aos dous notaveis mestres da Escola Polytechnica. (*Muito bem; muito bem. Apoiados geraes.*)

O Sr. Presidente — O Senado ouviu a bella oração do illustre Senador pelo Districto Federal; pedindo que se insira na acta dos nossos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo desapparecimento desses dous illustres brasileiros que tanto honrara esta terra.

O Sr. Eloy de Souza — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Si é sobre o requerimento...

O Sr. Eloy de Souza — E' sobre o requerimento.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o illustre Senador.

O Sr. Eloy de Souza (*) — Sr. Presidente, circumstancias independentes da minha vontade impediram-me de me occupar, nas sessões destes tres ultimos dias, da individualidade do Dr. Manoel Pereira Reis, que com tanto lustre e honra para a outra Casa do Congresso Nacional, representou o Estado do Rio Grande do Norte (*apoiados*).

O Sr. JOSÉ EUZÉBIO — Muito bem.

O Sr. ELOY DE SOUZA — Foi, Sr. Presidente, por assim dizer, um favor da fortuna esse meu impedimento, porque o Dr. Manoel Pereira Reis não teria nesta Casa a louvar sua memoria palavra mais autorizada, mais precisa e mais conceituosa do que a palavra de ouro do Sr. Sampaio Corrêa, que hontem foi seu discipulo e que hoje é cotado entre os mestres da engenharia brasileira.

O Sr. SAMPAIO CORRÊA — Muito agradecido a V. Ex.

O Sr. ELOY DE SOUZA — S. Ex. fallou da alta intelligencia do Dr. Pereira Reis.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O SR. INLÍO DO BRASIL — Era um verdadeiro sabio.

O SR. ELOY DE SOUZA — Fallou de seu immenso saber e da sua grande sciencia, mas S. Ex. se esqueceu de fallar do grande e extraordinario poder de vontade que animou essa intelligencia e que fez com que o Dr. Manoel Pereira Reis, chegado ao Rio de Janeiro, na mais tenra idade, e aqui desembarcando apenas com alguns nickels no bolso, como muito bem salientou, na noticia que deu sobre seu fallecimento, o *Jornal do Commercio*, tivesse, pela sua perseverança, pelo seu esforço e pelo seu trabalho, conseguido continuar o curso de pintura, motivo principal da sua viagem da Bahia a esta cidade.

O SR. SAMPAIO CORRÊA — Muito bem.

O SR. ELOY DE SOUZA — O Dr. Manoel Pereira Reis, com ser um homem de tamanha intelligencia e tão alto saber, foi uma das naturezas mais esquivas e modestas que me tenham sido dado conhecer na vida (*apoiados*). Talvez por isso mesmo, porque tivesse levado algumas dezenas de annos habituado a olhar para o alto, fosse o primeiro a reconhecer o nada que nós somos, a insignificancia que valemos. E por isso, recordo-me sempre, Sr. Presidente, de que quando elle por acaso se referia a alguma cousa que de grande havia feito, referia-se ao retrato do seu pae, por elle feito aos doze annos de idade. Mas, ainda nessa occasião, ao evocar a memoria paterna, sentia-se, através da sua palavra, não o orgulho, mas um verdadeiro contentamento, nascido da sua bondade e da immensa generosidade do seu coração.

Fallou o discipulo de hontem, mestre hoje; fallou na invocação de uma grande saudade e da sua admiração, mas tambem da sua gratidão, porque S. Ex. não deve a elle sómente grande parte do saber que possui, mas deve tambem essa grande lição de vontade e de coragem civica do que Pereira Reis foi um dos nossos grandes mestres na vida. (*Apoiados*.)

Associando-me ao voto de pesar pelo passamento desso illustre brasileiro, que ao Senado Brasileiro requerem o Senador Sampaio Corrêa, agradeço tivesse sido S. Ex. quem houvesse supprido a deficiencia da minha palavra com a formosura da sua tamanha eloquencia. (*Muito bem! Muito bem!*)

O Sr. Presidente — Os senhores que approvam o requerimento do Sr. Sampaio Corrêa queiram levantar-se.

Foi approvedo unanimemente.

O Sr. Lauro Müller — Sr. Presidente, achando-se ausente o Sr. Senador Faro Rollemberg, pediria a V. Ex. se dignasse de, na fórma do Regimento, dar-lhe substituto interino, afim de que a Commissão de Diplomacia e Tratados possa funcionar completá.

O Sr. Presidente — Nomeio o Sr. Senador Venancio Neiva, que já fez parte desta Commissão, substituindo outros Senadores.

O nobre Senador sustenta doutrina opposta, doutrina que eu considero perigosa, que considero nociva, impidente do progresso da Nação, do progresso do paiz.

Se fomos a esperar, em relação a todos os melhoramentos que interessarem a dous Estados ou a um grupo de Estados, que esses estados fizessem um accordo, volassem leis pelas suas assembleas, autorizando os governos respectivos a entrarem em accordo com o Federal, a obter a approvação do Sr. Presidente da Republica e, posteriormente, a do Congresso Nacional desses accordos, então mal de nós, mal do paiz, por que a nossa marcha não seria a do automóvel, mas a pesada e peculiar ao carro de boi.

S. Ex. interpeleou a bancada de S. Paulo. Eu não tenho preparação para responder por essa bancada; lembrarei, entretanto, a S. Ex. que o relator dessa proposição, na Camara dos Deputados, foi um representante de S. Paulo, o Sr. Veiga Miranda, que deu parecer favoravel, provando á sociedade que essa obra era meritória e necessaria, porque iria fomentar o progresso e desenvolvimento economico dos Estados pretendentes.

O Sr. LOPES GONÇALVES — Ninguém põe em duvida isso.

O Sr. ELOY DE SOUZA — Por tais motivos, Sr. Presidente, tão rapidamente quanto me permite o Regimento, dando essas informações, espero que o Senado approve o parecer da Comissão de Constituição favoravel á proposição da Camara dos Deputados, porque esta proposição diz respeito aos altos interesses nacionaes. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. SAMPAIO CORREIA (). — Sr. Presidente, quem, na Comissão de Tribunas, relatando a proposição que vai ser votada, apresentou aos honrados collegas daquela Comissão duvidas que haviam sido suscitadas na Camara dos Deputados, foi o orador que ora occupa, por alguns minutos, a attenção do Senado.

O Sr. Deputado Carlos Maximiliano, havia, na Camara dos Deputados, levantado essa objecção á proposição de que se tratava de desviar aguas de um rio pertencente a um Estado para outro rio pertencente a Estado differentes.

O Sr. LOPES GONÇALVES — Não sou constitucionalista. Dei o meu recado como posso. Agradeço a gentileza de V. Ex.

O Sr. SAMPAIO CORREIA — Considero-o como tal, porque ouço sempre os recados que dá, com muito proveito para mim.

O Sr. LOPES GONÇALVES — É amabilidade de V. Ex.

O Sr. SAMPAIO CORREIA — Mas, Sr. Presidente, tendo lido o voto em separado e o parecer da Comissão de Constituição, devo declarar a V. Ex. que estou informamente convencido de que o assumpto é de competencia federal.

O art. 13 da Constituição estabelece que o direito dos Estados de legislar sobre navegação interior será regulado por lei federal.

(*) Não foi revisto pelo orador.

Ora, trata-se, evidentemente, de navegação interior, porque cuida-se de abrir um canal...

O SR. ELOY DE SOUZA — Apoiado.

O SR. SAMPAIO CORRÊA — ... de navegação. Portanto, esse assumpto deve estar subordinado á legislação federal.

O honrado autor do voto em separado...

O SR. ELOY DE SOUZA — Os dados americanos são a respeito fulminantes.

O SR. SAMPAIO CORRÊA — ... allegou, em contrario a esta argumentação, o que dispõe a lei n. 109, que interpreta o alludido artigo da Constituição.

O SR. LOPES GONÇALVES — V. Ex. dá licença que eu leia o art. 18 da Constituição?

O SR. SAMPAIO CORRÊA — Sei-o de côr.

OS SRS. SAMPAIO CORRÊA E LOPES GONÇALVES — O direito dos Estados de legislar sobre viação ferrea e navegação interior...

O SR. LOPES GONÇALVES (*concluindo*) ... — será regulado por lei federal. Vê V. Ex. que os Estados também tem direito de da União e dos Estados.

O SR. PRESIDENTE — Advirto os nobres Senadores de que não ha assumpto em discussão.

O SR. SAMPAIO CORRÊA — Esse direito será regulado por lei federal. E' isto que sustento.

O SR. ELOY DE SOUZA — Graças a Deus, a lei a que se refere o nobre Senador pelo Amazonas é uma lei revogada pelo desuso.

O SR. LOPES GONÇALVES — Não está tal revogada pelo desuso.

O SR. SAMPAIO CORRÊA — A lei n. 109 estabelece o seguinte: «que a União póde deliberar sempre que se trata de obras de utilidade nacional, por lei expressa, assim declarada.

Ora, approvada esta disposição, nós, por lei expressa, declaramos que se trata de obra de utilidade nacional. Para a votação desta lei, obedecemos ao que dispõem a Constituição e o decreto n. 109, que a interpreta, neste particular.

O illustre autor do voto em separado fundou ainda a sua opinião no disposto no art. 31, § 6º, se me não falha a memoria, disposição esta que diz que á União compete deliberar privativamente, desde que se trate de rios que percorram territorios de mais de um Estado ou de rios internacionais. Esta disposição não invalida o art. 18, que dá á União o direito absoluto de regular a legislação estadual, sempre que se tratar de navegação interior.

No caso, trata-se de fazer um canal, que se poderá entender por navegação.

O SR. LOPES GONÇALVES — Parece que os Estados tem viação ferrea e navegação interior.

O Sr. PRESIDENTE — Atenção.

O Sr. LOPES GONÇALVES — O nobre collega não está falando?

O Sr. PRESIDENTE — Foi o honrado Senador quem deu o exemplo, encaminhando a votação.

O Sr. SAMPAIO CORRÊA — Sr. Presidente, eu sigo os bons exemplos. V. Ex. compreende que tenho immenso prazer em seguir os bons exemplos.

Apenas quiz dizer ao Senado, como relator da Comissão de Finanças, tendo-se suscitado a duvida, que estou inteiramente convencido de que a razão assiste á maioria da Comissão de Constituição, lamentando profundamente não poder, desta vez, concordar com o honrado Senador pelo Amazonas. *(Aplauso bem; muito bem.)*

O Sr. Presidente — Não havendo mais numero no recinto, vou mandar proceder á chamada.

Procedendo-se á chamada verifica-se a ausencia dos Srs.: Justo Chermont, José Eusebio, Costa Rodrigues, Francisco Sá, João Lyra, Rosa e Silva, Moniz Sodré, Raul Soares, Bernardo Monteiro, Alfredo Ellis, Felipe Schmidt, Carlos Barbosa e Vespucio de Abreu (13).

O Sr. Presidente — Responderam á chamada apenas 27 Srs. Senadores.

Não ha numero; fica adiada a votação.

ARRENDAMENTO DO PORTO

2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados n. 94, de 1924, providenciando sobre o arrendamento do porto do Rio de Janeiro.

O Sr. Paulo de Frontin — Sr. Presidente, não sei si abusarei da amabilidade de V. Ex., solicitando novamente para ficar inscripto para esta discussão na proxima sessão. As bancadas estão vazias. Parece-me que discutir neste momento pouco adiantará. De modo que se V. Ex. me permitisse, eu solicitaria o adiamento, mais uma vez, da discussão desta proposição, para a proxima sessão.

O Sr. Presidente — Realmente, ha poucos Senadores no recinto. E como a proposição seguinte interessa tambem ao Sr. Senador Francisco Sá, que se acha na Comissão de Finanças, a Mesa está de accordo com o pensamento de V. Ex. e adia a discussão das tres materias constantes da ordem do dia de hoje para a sessão de segunda-feira.

O Sr. PAULO DE FRONTIN — Agradeço a V. Ex.

O Sr. Presidente — Levanto a sessão, designando para ordem do dia da seguinte:

Votação, em 2ª discussão, da proposição da Camara dos Deputados n. 34, de 1924, autorizando o Governo a conceder

O SR. INÍCIO DO BRASIL — Era um verdadeiro sabio.

O SR. ELOY DE SOUZA — Fallou do seu immenso saber e da sua grande sciencia, mas S. Ex. se esqueceu de fallar do grande e extraordinario poder de vontade que animou essa intelligencia e que fez com que o Dr. Manoel Pereira Reis, chegado ao Rio de Janeiro, na mais tenra idade, e aqui desembarcando apenas com alguns nickeis no bolso, como muito bem salientou, na noticia que deu sobre seu fallecimento, o *Jornal do Commercio*, tivesse, pela sua perseverança, pelo seu esforço e pelo seu trabalho, conseguido continuar o curso de pintura, motivo principal da sua viagem da Bahia a esta cidade.

O SR. SAMPAIO CORRÊA — Muito bem.

O SR. ELOY DE SOUZA — O Dr. Manoel Pereira Reis, com ser um homem de tamanha intelligencia e tão alto saber, foi uma das naturezas mais esquivas e modestas que me teem sido dado conhecer na vida (*apoiados*). Talvez por isso mesmo, porque tivesse levado algumas dezenas de annos habituado a olhar para o alto, fosse o primeiro a reconhecer o nada que nós somos, a insignificancia que valemos. E por isso, recordo-me sempre, Sr. Presidente, de que quando elle por acaso se referia a alguma cousa que de grande havia feito, referia-se ao retrato do seu pae, por elle feito aos doze annos de idade. Mas, ainda nessa occasião, ao evocar a memoria paterna, sentia-se, através da sua palavra, não o orgulho, mas um verdadeiro contentamento, nascido da sua bondade e da immensa generosidade do seu coração.

Fallou o discipulo de hontem, mestre hoje; fallou na invocação de uma grande saudade e da sua admiração, mas tambem da sua gratidão, porque S. Ex. não deve a elle sómente grande parte do saber que possui, mas deve tambem essa grande lição de vontade e de coragem civica de que Pereira Reis foi um dos nossos grandes mestres na vida. (*Apoiados*.)

Associando-me ao voto de pesar pelo passamento desse illustre brasileiro, que ao Senado Brasileiro requereu o Senador Sampaio Corrêa, agradeço tivesse sido S. Ex. quem houvesse supprido a deficiencia da minha palavra com a formula da sua tamanha eloquencia. (*Muito bem! Muito bem!*)

O Sr. Presidente — Os snhores que approvam o requerimento do Sr. Sampaio Corrêa queiram levantar-se.

Foi approvedo unanimemente.

O Sr. Lauro Müller — Sr. Presidente, achando-se ausente o Sr. Senador Faro Rollemberg, pediria a V. Ex. se dignasse de, na fórma do Regimento, dar-lhe substituto interino, afim de que a Commissão de Diplomacia e Tratados possa funcionar completá.

O Sr. Presidente — Nomeio o Sr. Senador Venancio Neiva, que já fez parte desta Commissão, substituindo outros Senadores.



DIARIO DO PODER LEGISLATIVO

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ANNO III

RIO DE JANEIRO, 15 DE MARÇO DE 1936

N. 279

CAMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Permanente

COMISSÃO EXEUTIVA

Presidente — Antonio Carlos — Minas Geraes.
 1º Vice-Presidente — Arredes Campos — Pernambuco.
 2º Vice-Presidente — Ivo de Lodi — Representante
 estrangeiro.
 1º Secretário — Pereira Lima — Paraíba.
 2º Secretário — Genesias Figueira — Mato Grosso.
 3º Secretário — Cândido de Alvarães — Distrito Fe-
 deral.
 1º Supplente — Edmar Carvalho — Rep. profissional.
 2º Supplente — Cláudio de Souza — Ceará.
 3º Supplente — Euzébio Lopes — Paraná.
 1º Supplente —
 Secretário — Otto Praeger.

Biblioteca da Câmara dos Deputados

A Biblioteca, durante as férias parlamentares, estará aberta das 13 às 18 horas, todos os segundos, quartos e sextas-feiras.

SENADO FEDERAL

SEÇÃO PERMANENTE

Comissão Diretora

Presidente — Valdomiro Magalhães — Minas Geraes.
 Vice-presidentes — Cláudio Cardozo — Pernambuco.
 1º Secretário — Cunha Melo — Amazonas.
 2º Secretário — Ruy de Macedo — Ceará.
 3º Secretário — Augusto Mouton Filho — S. Paulo.
 4º Secretário — Mito de Aguiar — Bahia.
 Secretário — Otto Praeger.

35º sessão, em 14 de março de 1936

PRESENCIA DOS SRS. VALDOMIRO MAGALHÃES, PRESIDENTE; E CUNHA MELLO, 1º SECRETÁRIO

Às 14 horas e 30 minutos, compareceram os seguintes Senadores:

Valdomiro Magalhães,
 Cunha Melo,
 Ruy de Macedo,
 Abel Chermont,
 Eloy de Souza,
 Gus Monteiro,
 Pacheco de Oliveira,
 Jerônimo Nogueira Filho,
 César de Mello,
 Antônio Jergu,
 Viçoso Ramos,
 Sílvio Lopes. (18)

Deixaram de comparecer os Srs. Senadores:

Cláudio Cardozo,
 Ribeiro Gonçalves,
 Edgar de Arruda,
 Veloso Borges,
 José de Sá,
 Augusto Leite,
 Marcos Soares,
 João Villalobos. (9)

O Sr. Presidente — A lista de presença anexa é comprovada de 15 Srs. Senadores. Esta aberta a sessão. Vai ser lida a ata da sessão anterior.

O Sr. 1º Secretário, procede à leitura da ata que, após ser discutida, é aprovada, sem debate.

O Sr. Presidente — Vai ser lido o expediente.

O Sr. 1º Secretário, declara não haver expedientes.

O Sr. 2º Secretário, declara não haver pareceres.

O Sr. Presidente — Declina a hora de expediente.

O Sr. Eloy de Souza — Deixa a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Eloy de Souza.

O Sr. Eloy de Souza — Sr. Presidente, ao entrar nesta sessão, creio de bom tom de despedimentos de Deus, um abraço.

cráticos, haver concorrido para a perdição e o aniquilamento total da nossa democracia.

É essa, Sr. Presidente, a minha declaração de voto. (Muito bem; muito bem.)

O Sr. Presidente — Continua a discussão.

O Sr. Eloy de Souza — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Eloy de Souza.

O Sr. Eloy de Souza — Sr. Presidente, ocupar a tribuna é sempre para mim um exercício de humildade; e, ainda agora, não estou aqui senão para esse exercício. e, felizmente, desta vez, afim de dizer ao Senado uma palavra e não mais que uma palavra, que é, ao mesmo tempo, a definição de uma attitude.

Pretendia, Sr. Presidente, votar a estado da guerra solicitado pelo Poder Executivo, silenciosamente.

Cheguei a pensar que também silenciosamente votasse a minha collectividade; e ainda essa seria uma attitude.

Infelizmente, porém, Sr. Presidente, tive a ocasião de interromper o nobre Senador pelo Estado de São Paulo com o aparte que dei ao seu discurso tão raste de ensinamentos.

E lastimo que o tivesse feito, obrigado que me sinto a dar ao Senado uma explicação das minhas atrevidas afirmações.

Nesse debate, Sr. Presidente, ha uma coisa que lamento profundamente, que é ter verificado, como verificou o Senado, a divergencia de opinião e a divergencia de attitudes entre os dois Senadores de São Paulo.

Focalizo essa divergencia — acredite o Senado — sinceramente penalizado, de tal sorte estou habituado a acatar a palavra...

O Sr. MORRIS BASTOS — Obrigado pela minha parte.

O Sr. ELOY DE SOUZA — ... e a inspirar-me no procedimento politico de ambos, honras de tradição no seu Estado, que é, ao mesmo tempo, esse Estado, a maior tradição da politica republicana no Brasil.

S. Ex., o Senador Alcantara Machado apresenta-se ao Senado ainda desta vez como homem da dia e hora, que não faltou, nem na hora, nem no dia, para dar o seu voto com aquelle desassombro e aquella patriotismo que tanto nos confortou.

Dou, Sr. Presidente, por minha vez, meu voto sem examinar os documentos trazidos no nosso conhecimento, sem quoter vel-os, nem discutil-os, nem commental-os, porque para mim basta a palavra dos dois eminentes ministros que subscreveram a representação ao Presidente da Republica, motivo da mensagem que S. Ex. dirigiu ao Legislativo pedindo o estado de guerra.

Se não fosse a convicção em que soffo nessas duas altas representações, os mais altos representantes do Exerçito e da Armada, de que existe realmente em actividade sobrite a perigo communista, e S. Ex. não teriam comprometido sua palavra em documentos de tão grande responsabilidade.

Quero, porém, Sr. Presidente, cingir-me principalmente ao aparte com que interrompi o discurso do nobre Senador pelo Estado de São Paulo. Disse naquella oportunidade que era preciso fazer melhor conceito da intelligencia e do bom senso do Sr. Presidente da Repu-

Blica, não lhe attribuindo o crime inominavel de querer perpetuar-se no governo, quando em verdade, por todos os actos, — actos significativos e ininterruptos, — S. Ex. tem dado a demonstração da que nunca lhe passou pelo pensamento permanecer no governo alem do periodo estatuido na Constituição, collaborando até honestamente para assegurar a sua successão.

Digo, Srs. Senadores, que todos os actos do Sr. Presidente da Republica têm sido nesse sentido, porque tendo chegado até aqui, com um prestigio que ninguém lhe recusa, se fosse do seu interesse e do seu intuito perpetuar-se no poder, as attitudes de S. Ex. seriam bem differentes daquellas de que têm conhecimento o Senado e o Paiz.

O Sr. WALDEMAR FALCÃO — Muito bem.

O SR. ELOY DE SOUZA — Sou insuspeito para esse julgamento, porque não ha, na Republica, nenhum Estado que, na ditadura e nos primordios do governo constitucional de S. Ex., mais tivesse sofrido, mais tivesse penado pela democracia, pela liberdade, pela preservação das instituições, do que ponou e soffreu o Estado do Rio Grande do Norte, que nobre e generoso não me perdoaria a falta de serenidade no julgamento dos homens e dos factos politicos.

Coube a mim, como director do órgão do meu Partido — e aproveito a oportunidade para dizer ao Senado que, na minha terra, nada mais sou do que um mediocre jornalista de provincia — combater a mim combater com vehemencia todos os actos de duas interventorias, que ali tudo fizeram para conspurcar as liberdades publicas, para manietar o pensamento. Não estou aqui, porém, Sr. Presidente, para lembrar episodios em que fui parte e soffrimentos por que passei. Estou aqui, apenas, para dizer a isenção com que defendo o Sr. Presidente da Republica da pecha de usurpador, e já agora tambem para dar o meu testemunho de que, quando a justiça eleitoral proferiu sua ultima palavra, elle não nos falhou com o remedio adequado, intervindo na hora e na devida oportunidade, para que fosse reconhecido e garantido o direito a custa de tantos sacrificios, conquistada nas urnas.

Não discuto, Sr. Presidente, repito mais uma vez, não tomo conhecimento dos documentos que instruem a mensagem. Como o illustre Sr. Senador Alcantara Machado, confio na palavra do governo, confio na palavra dos ministros militares, confio na execução honesta que saberá dar ao estado de guerra o nobre ministro da justiça, representante, no caso, mais autorizado do Sr. Presidente da Republica.

Sr. Presidente, acredito na existencia do communismo; acredito no trabalho surdo e portinax desse credo pelo atolamento das nossas instituições. Não quero ser como aquelles cégos de que nos fala Chesterton, que, na infelicidade da sua reguaira, não puderam ter a impressão real do elephante em que tocaram. Um pegou na tromba do pachyderme e teve a sensação de ter agarrado uma cobra; outro, que se abraçou a uma de suas pernas, convenceu-se de que o elephante era uma árvore; outro, tocando-lhe na cauda, suppoz-se ter agarrado a um muro; outro, pegando-lhe na cauda, imaginou que o elephante era uma corda; o ultimo por fim, pegando em uma de suas pernas teve a impressão de que o elephante era um fustão. Cada um, Sr. Presidente, teve do elephante uma concepção differente. Nenhum d'elles acreditou no elephante, mas nem por isso o elephante deixou de existir.

Aos que não acreditam no communismo, aos que não acreditam nos males que o communismo nos está preparando, peço permisso para recordar essa velha fabula lembrada por Chesterton, para ap-

plicar a illusão de um de seus personagens, em relação á formação do mundo.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem. O orador é muito cumprimentado.*)

O Sr. Presidente — Continúa a discussão.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores quizer usar da palavra, encerrarei essa discussão. (*Pausa.*)

Encerrada.

Os Srs. que approvam a proposição queiram se conservar sentados. (*Pausa.*)

Approvada.

O Sr. Moraes Barros (*Pela ordem*) requere verificação da votação.

O Sr. Presidente (*Após fazer soar os tympanos*) — Ao annunciar approvada a proposição da Camara dos Deputados n. 50, que autoriza o Presidente da Republica a declarar em estado de guerra, pelo prazo de 90 dias, todo o territorio nacional, o Sr. Senador Moraes Barros requereu verificação de votação, a que se vae proceder.

Os Srs. Senadores que votaram contra a proposição, queiram se levantar. (*Pausa.*)

Queiram se sentar os Srs. Senadores que votaram contra e levantar-se os que votaram a favor. (*Pausa.*)

Queiram se sentar os Srs. Senadores que votaram a favor. (*Pausa.*)

Votaram a favor 22 Srs. Senadores; votaram contra, 3.

A proposição foi approvada e vae ao Sr. Presidente da Camara dos Deputados para a promulgação. (*Pausa.*)

O Sr. Jeronymo Monteiro Filho — Peço a palavra, pela ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Jeronymo Monteiro Filho.

O Sr. Jeronymo Monteiro Filho (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, peço a V. Ex. faça constar da acta, como declaração de voto, o meu discurso, ha pouco formulado.

O SR. PRESIDENTE — V. Ex. será attendido.

Vêm á Mesa e são lidas as seguintes

DECLARAÇÕES DE VOTO

Declaro que votei pela proposição da Camara dos Deputados, nos termos do parecer do Sr. Senador Arthur Costa, reservando as prerrogativas constitucionaes attinentes ao exercicio do mandato legislativo e á função dos outros poderes da Republica.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1937. — *Costa Regó.*

Voto a favor da autorização ao Chefe do Executivo, para, na forma da emenda n. 1, á Constituição da Republica, declarar, pelo prazo de noventa dias, no territorio nacional, equiparada ao estado de guerra a commoção intestina grave, reservadas, porém, como prerrogativas inherentes á propria existencia dos Poderes, as immuniidades especificadas no art. 175, § 4°, da mesma Constituição.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1937. — *Ribeiro Gonçalves.*

plicar a illusão de um de seus personagens, em relação á formação do mundo.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem. O applaudido é muito cumprimentado.*)

O Sr. Presidente — Contínua a discussão.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores quizer usar da palavra, encerrarei essa discussão. (*Pausa.*)

Encerrada.

Os Srs. que approvam a proposição queiram se conservar sentados. (*Pausa.*)

Approvada.

O Sr. Moraes Barros (*Pela ordem*) requerio verificação da votação.

O Sr. Presidente (*Após fazer soar os tympanos*) — Ao annunciar approvada a proposição da Camara dos Deputados n. 50, que autoriza o Presidente da Republica a declarar em estado de guerra, pelo prazo de 90 dias, todo o territorio nacional, o Sr. Senador Moraes Barros requerio verificação de votação, a que se vae proceder.

Os Srs. Senadores que votaram contra a proposição, queiram se levantar. (*Pausa.*)

Queiram se sentar os Srs. Senadores que votaram contra e levantar-se os que votaram a favor. (*Pausa.*)

Queiram se sentar os Srs. Senadores que votaram a favor. (*Pausa.*)

Votaram a favor 22 Srs. Senadores; votaram contra, 3.

A proposição foi approvada e vae ao Sr. Presidente da Camara dos Deputados para a promulgação. (*Pausa.*)

O Sr. Jeronymo Monteiro Filho — Peço a palavra, pela ordem.

O Sr. Presidente — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Jeronymo Monteiro Filho.

O Sr. Jeronymo Monteiro Filho (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, peço a V. Ex. faça constar da acta, como declaração de voto, o meu discurso, ha pouco formulado.

O Sr. Presidente — V. Ex. será attendido.

Vêm á Mesa e são lidas as seguintes

DECLARAÇÕES DE VOTO

Declaro que votei pela proposição da Camara dos Deputados, nos termos do parecer do Sr. Senador Arthur Costa, reservando as prerogativas constitucionaes attinentes ao exercicio do mandato legislativo e á função dos outros poderes da Republica.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1937. — *Costa Regô.*

Voto a favor da autorização ao Chefe do Executivo, para, na fórma da emenda n. 1, á Constituição da Republica, declarar, pelo prazo de noventa dias, no territorio nacional, equiparada ao estado de guerra a commoção intestina grave, reservadas, porém, como prerogativas inherentes á propria existencia dos Poderes, as immuñidades especificadas no art. 175, § 4º, da mesma Constituição.

Sala das Sessões, 2 de outubro de 1937. — *Ribeiro Gonçalves.*

70ª sessão, em 23 de julho de 1937

PRESIDENCIA DO SR. PIRES REBELLO, 2º SECRETARIO

Às 14 horas, comparecem os Srs. Senadores:

Pires Rebello.	Pacheco de Oliveira.
Alfredo da M'ia.	Jeronymo Monteiro Filho.
Abel Chermont.	Macedo Soares.
Clodomir Cardoso.	Cesario de Meilo.
Genesio Rêgo.	Jones Rocha.
Ribeiro Gonçalves.	Valdomiro Magalhães.
Waldemar Falcão.	Ribeiro Junqueira.
→ Eloy da Sautza.	Nêro de Macedo.
Joaquim Ignacio.	Mário Cajado.
Duarte Lima.	Alcantara Machado.
Thomaz Lebo.	Antonio Jorge.
Góes Monteiro.	Flavio Guimarães.
Costa Rêgo.	Vidal Ramos.
Augusto Leite.	Arthur Costa. (28)

Deixam de comparecer os Srs. Senadores:

Medeiros Netto.	Leandro Maciel.
Simões Lopes.	Genaro Pinheiro.
Cunha Melio.	Alfredo Baeker.
Abelardo Condurá.	João Villabona.
Edgar de Arruda.	Vespasiano Martins.
Velloso Borges.	Mornas Barros.
José de Sá.	Flores da Cunha. (11)

O Sr. Presidente — A lista de presença accusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores.

Está aberta a sessão.

Vão ser lidas as atas da sessão anterior e a da reunião do dia 24 do corrente.

O Sr. Flavio Guimarães (*Supplente, servindo de 2º Secretário*), procede à leitura das atas que, postas em discussão, são approvadas sem debate.

O Sr. Presidente — Vae ser lido o expediente.

O Sr. Nêro de Macedo (*Supplente, servindo de 1º Secretário*), declara não haver expediente.

O Sr. Flavio Guimarães (*Supplente, servindo de 2º Secretário*), declara não haver pareceres.

O Sr. Presidente — Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o Sr. Góes Monteiro, previamente inscripto.

O Sr. Góes Monteiro (*) — Sr. Presidente, peço permissão ao sendo para ler algumas telegrammas que acabo de receber do povo da minha terra.

(*) Não foi revisto pelo grador.

36081 ALBERTO DE FÚLGER LEONARDO 1952-53

Ficou entretanto, portanto, a V. Ex. e as outras coisas... para encontrar da história da história do Nordeste... e propósitos distintos.

Está o leitor ao mesmo tempo... Tendo pouco conhecido... não se pode dizer que não se tenha... que não se tenha... que não se tenha...

Sua opinião, portanto, a respeito das condições... durante os seus trabalhos e os estudos... que não se tenha... que não se tenha...

Em todo qualquer momento... segundo em quanto se trata de estudos... problemas relacionados com a história... que não se tenha... que não se tenha...

18-7-51 DIÁRIO DO PUEBLO ARGENTINO 1951

Você foi de dentro... que foi iniciado a bondade... sendo expulso... que não se tenha... que não se tenha...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo... 0 Sr. Freixo...

Você foi duplamente injusto commigo. Primeiro dizendo que fui induzido a tomar a attitude politica que tomei, quando sabe que sempre me conduzi por mim mesmo, por minhas convicções e pe os meus ideaes: segundo, dando a entender que estou esquecendo a lição dos velhos sertanejos do Seridó, quando todos sabem que ninguem se acha mais ligado a elles do que eu, mais integrado no sentimento daquelle povo forte, bom e altivo mais prompto a sacrificar tudo na sua defesa.

Afastado voluntariamente, desde 30, da actividade politica, não recusei, entretanto, quer pessoalmente, quer por intermedio de meus filhos e amigos mais proximos, o meu apoio material e politico, ao partido a que você pertence e para cuja victoria foi sacrificado um filho querido e que era uma das maiores expressões do Rio Grande do Norte.

Não tenho outras aspirações politicas do que a de ver o meu Paiz bem governado e se engrandecer e prosperar, de Noite a Sul, nem peço a Deus outra coisa, do que me preservar de commetter uma fraqueza de caracter, que me diminua pe-ran'os meus filhos e os meus filhos. Do velho amigo. — J. Lamartine. Natal, 13 de julho de 1937".

Foi este, Sr. Presidente, o objectivo, que me trouxe á tribuna. *(Muito bem; muito bem.)*

O Sr. Presidente — Continúa a hora do expediente.

O Sr. Eloy de Souza — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Eloy de Souza.

O Sr. Eloy de Souza (*) — Sr. Presidente, venho responder ao nobre Senador por São Paulo nos mesmos termos em que S. Ex. occupou a attenção do Senado, com um caso que não merecia tanta telexuma, como o que vem levantando a carta que dirigi pelas colunas da "A Razão", jornal de que sou director, no Rio Grande do Norte, ao meu amigo, Sr. Juvenal Lamartine.

Um illustre Deputado por São Paulo, a quem não tenho a honra de conhecer, occupou-se com esse assumpto. Pel-o, a meu ver, com extrema infelicidade, e a elle só tenho a agradecer o attestado de ignorancia que me passou, e só tenho a lhe perdoar a interpretação erronea que deu ás minhas palavras, interpretação que essas palavras não comportam, emprestando-me affirmação que não fiz, que seria incapaz de fazer.

O Sr. VALDOMIRO MAGALHÃES — Muito bem.

O SR. ELOY DE SOUZA — S. Ex., meu velho amigo, o illustre Senador por São Paulo falou como homem intelligente, homem culto.

O Sr. MORAES BARRIOS — Muito obrigado a V. Ex.

O Sr. VALDOMIRO MAGALHÃES — Muito bem.

O SR. ELOY DE SOUZA — S. Ex. limitou-se a ler um trecho da carta. Não commentou. Respondeu com as palavras do meu illustre amigo Sr. Juvenal Lamartine na carta que por sua vez me dirigiu e que publiquei naquelle jornal, na mesma columna em que publiquei a carta que a S. Ex. dirigi.

Sr. Presidente, é um ensejo magnifico o que me offerece o nobre Senador pe'o Estado de São Paulo, para que eu leia ao Senado, affirm de que o Paiz escute, a carta que dirigi ao Sr. Juvenal Lamartine, carta na qual não ha uma palavra peyorativa ao illustre Sr. Armando

(*) Não foi revisto pelo orador.

de Salles Oliveira, carta na qual não ha uma palavra que de longe siquer possa molestar o nobre Povo de São Paulo.

A carta, Sr. Presidente, é intitulada "De um amigo a outro amigo". Essa carta não é senão uma advertencia e uma exortação ao Sr. Juvenal Lamartine para que S. Ex. não deserte das fileiras do Partido Republicano Federal e não se incorpore a outro partido ou funde no Estado um partido novo para pleitear pela candidatura do Sr. Armando de Salles Oliveira.

Malo um pouco hesitante, medindo minhas palavras, porque não quero ir onde me pretendem arrastar e para onde não irei, porque não é do meu interesse, não é do interesse do meu partido no Rio Grande do Norte, não é do interesse do momento politico delicado que estamos atravessando. Limite-me a ler a minha carta, que é resposta cabal ás palavras proferidas na outra Casa do Congresso pelo illustre Deputado Sr. Monteiro de Barros.

A carta, Sr. Presidente, é a seguinte:

"Meu caro Juvenal Lamartine:

A politica nos separou durante alguns annos, que a você terço parecidos outros e para mim foram bem longos, taes e tantas as recordações de uma amizade, em que saudades de uma convivencia mais intima, punham, de vez em quando, diante dos meus olhos, a Senhora que é a metade do seu coração e a figura veneranda do velho Silvino Bezerra.

A sua casa do "Inga", onde nunca mais voltei, que tantas vezes reconstitui, e que já hoje não tento fazer para não agravar a amargura da tragedia consummada no alpendre, durante um mez, assentei-me na intimidade de sua familia, essa casa fechou para mim a porta hospitaleira que você certamente não transpõe agora, sem que as lagrimas lhe saíem dos olhos.

Você, Lamartine, é um filho do sertão, onde teve a fortuna de nascer.

Entre sertanejos se fez homem e entre elles temperou a alma para as alegrias e as agruras da vida.

O momento pede e exige que afaste do pensamento a idéa a que o estão tentando amigos que não o prezam tanto quanto você merece, procurando arrastal-o a uma attitude hostil aos sertanejos e aos seus amigos do sertão.

Muita gente me interrogou sobre essa possibilidade e a todos tranquillizei, confiante no seu bom senso e nas directrizes da sua conducta, desde 1930 até hoje.

Si o contrario se viesse a dar, o meu coração ficaria de luto porque em trincheiras oppostas teriamos de nos ferir mutuamente.

Escrevo estas palavras com verdadeira magua, porque, sempre que penso em você, não esqueço que quem mais deu á campanha de que sahimos victoriosos, foi o meu caro Juvenal, que por ella deu o sacrificio do filho, que, além de filho, era um homem.

Volto a recordar, que, nascido no sertão, e mais do que isso, nascido no Sertido, politico, incapaz de renegar a herança e fugir ao imperativo que foram rumos certos á orientação dos homens publicos daquela região, nunca você contribuiria para dividir o Sertido, assumindo a responsabilidade de abrir uma brecha nesse bloco construido pelos seus maiores.

A sabedoria desses patriarchas, hoje sombras protectoras e vigilantes dos seus e dos nossos actos, previdentes que foram,

creou ali a força de maior equilíbrio na política do Estado, em todos os regimes.

Desambiciosos, a abnegação, o desinteresse pessoal, o patriotismo largo e generoso, lhes deram desde o alycecer das nossas luctas partidarias, um prestígio que ainda não se interrompet e que a toda nós cumpre manter na pureza das suas origens.

Estive no Seridó, e seu amigo que sou, sinto-me no dever de lembrar-lhe que os seus conterraneos não acreditam que você seja capaz desse sacrilégio, e não comprehendem que os sertanejos possam ter outro candidato á Presidencia da Republica, sinão José Americo, nome que elles trazem no coração como maior beneficor dos nordestinos.

Volto dali convencido de que si o Partido Popular houvesse adoptado a candidatura do Sr. Armande de Salles, e outra agremiação levantasse a candidatura daquello grande brasileiro, teriamos, talvez, de receber nas urnas livres a nossa primeira derrota. Pese bem essa convicção e veja o risco a que exporia o seu prestígio, combatendo o nosso candidato e a elle oppondo o nome do paulista, desconhecido do homem do sertão, que bem ou mal...

Eu não endosso a opinião dos sertanejos do Rio Grande do Norte.

... associa o nome de São Paulo a de um povo que nunca soube dar aos nordestinos, para ali tangidos pelo flagello das secças, a hospitalidade proverbial dos brasileiros, mesmo em relação aos filhos de terras estrangeiras.

Ha um ponto sobremodo delicado a que, talvez, eu não me devesse referir, e só o faço por dever de officio e vencendo o maior constrangimento. Você já advinhou esse ponto delicado e a mais do que ninguém repugnante á sua sensibilidade.

Do outro lado está um individuo que todos consideramos o maior inimigo do Rio Grande do Norte e a quem você, com justificados motivos, attribue a maior responsabilidade no assassinato do seu filho.

Só a idéa de se encontrarem no mesmo objectivo politico, repugna até aquelles que são seus desaffectedos e monstruosos seria para todos, a hypothese de uma aliança com o malficor, injusticia que ninguem lhe faz, por contraria á propria natureza humana.

Si viessem, porém, a ter ambos o mesmo candidato, não haveria meio de fugir á degradação de figurar você no mesmo grupo que lvesse de receber o candidato de ambos, ou assentar-se na mesma mesa, você, a victima, e elle, o criminoso, no banquete celebrado em homenagem ao illustre paulista.

Por mais que busque e rebusque não encontro motivos que pudessem justificar a sua mudança de rumo, tão contraria ella é aos interesses de nossa terra e aos interesses maiores do Brasil tão chocante se me afigura aos sentimentos de nossa gente, aos anseios e ás esperanças daquelles que ha tantos seculos supplicam e bradam pela solução do problema das secças, a que nenhum outro sobreleva, como finalidade economica e humana.

Fiquei muito sensibilizado ao carinho com que você acompanhou a minha longa enfermidade. Estivo, é verdade, muito perto da morte, mas, uma coisa é certa e você mereça

que eu lhe diga: o meu agradecimento a Deus não está em me haver resuscitado, porque a graça de viver, só por viver, não é graça, é miséria. O que verdadeiramente lhe agradeço é ter-me conservado a vida, sem quebrantar-me a fortaleza moral para servir à minha terra e ser leal com os meus amigos.

Eu podia, na tranquillidade de um mandato senatorial que ultrapassasse um quatriennio, allegar motivo de saúde e ataques de velhice para ficar commodamente no exercicio suave da minha função legislativa, sem temor de que duvidassem de minha palavra, em honra ao destemor com que trabalhei, em periadas campanhas, recentes ou remotas.

Sou, porém, um homem de partido e sou, sobretudo, um homem escravizado aos interesses sadios do Rio Grande do Norte.

Por isso, nesta hora em que o dever é pelejar por um candidato do qual depende a grandezza do Brasil, a alegria, a fortuna e a felicidade de minha terra, sofredora e martyrizada, não me pesaram os annos, nem os ultrajes da molesta, e accudi á trincheira para, com o bom combate, como fiz nos dias da ardente e já remota juventude.

Na nossa idade, meu caro Lamartine, o maior favor que podemos dever a Deus, é não relegar o nosso passado, nem humilhar a honra politica.

Ao Todo Poderoso peço sempre que me tire a vida nas vespas de commetter essa indignidade, e só porque sei que andamos juntos na mesma fé, é que lhe estou escrevendo estas linhas.

Sentiria muito si nos tivéssemos de encontrar em campos oppostos, correndo os azares das asperezas das luctas politicas, entre nós, mas, si isso vier a acontecer, só terei a lamentar que seja eu, e não você, o porta-bandeira da boa causa.

Do seu velho amigo, *Eloy de Souza*.

A imitação do que acaba de fazer o illustre senador por São Paulo, era tudo quanto eu tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem. O orador é muito cumprimentado*).

O Sr. Presidente — Continúa a hora do expediente.

O Sr. Pacheco de Oliveira — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Pacheco de Oliveira.

O SR. PACHECO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, requieiro a V. Ex. dispensa da publicação do parecer n. 32, do corrente anno, lido ao expediente da sessão de hoje, affim de que o mesmo seja incluído na ordem do dia de amanhã.

O Sr. Presidente — Os Srs. que approvam o requerimento que acaba de ser formulado pelo Sr. Pacheco de Oliveira, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Approvado.

Continúa a hora do Expediente.

Se mais nenhum Sr. Senador deseja fazer uso da palavra, darei á ordem do dia. (*Pausa*).

2-8
OUTUBRO
1937

DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ANNO IV	SABBAO, 2 DE OUTUBRO DE 1937 Rio de Janeiro	N. 732
---------	--	--------

CAMARA DOS DEPUTADOS

Ordem do dia 2 de outubro de 1937

Continuação da 3ª discussão do projecto n. 292, de 1937, criando o Conselho Nacional do Malte;

2ª discussão do projecto n. 328-C, de 1937, autorizando a abrir, pelo Ministerio da Justiça, o credito de 56:758:600, para pagamento de gratificações additionaes que são devidas ao actual Ministro da Corte Suprema, Ataulpho Napolés de Paiva;

2ª discussão do projecto n. 332-A, de 1937, facultando a troca de estampilhas especiaes de vendas mercantis por estampilhas do sello federal;

3ª discussão do projecto n. 649, de 1937, considerando a cidade da Bahia como Monumento Nacional;

2ª discussão do projecto n. 650, de 1937, autorizando a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de 1:991:600, para pagar ao ex-continuo da Secretaria da Camara dos Deputados, Ladislau de Almeida; tendo parecer favoravel da Comissão Executiva;

Discussão supplementar do projecto de resolução n. 48 B, de 1937, dispondo sobre reforma do Regimento Interno da Camara dos Deputados; tendo parecer da Comissão Executiva sobre as emendas offercidas em discussão unica e emendas da mesma Comissão;

3ª discussão do projecto n. 447, de 1937, autorizando a abertura do credito de 5:830:333 para o pagamento de gratificação adicional ao Dr. Aristophanes Monteiro de Barros Barbosa Lima;

3ª discussão do projecto n. 635-A, de 1937, do Senado, approvando o accordo celebrado entre o Governo da União e o do Estado de Sergipe, para a execução dos serviços publicos relativos á classificação do algodão; tendo parecer favoravel da Comissão de Justiça;

3-10-37

DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO

24945

cráticos, haver concorrido para a perdição e o aniquilamento total da nossa democracia.

E' essa, Sr. Presidente, a minha declaração de voto. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Presidente — Continúa a discussão.

O Sr. Eloy de Souza — Peço a palavra.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Eloy de Souza.

O Sr. Eloy de Souza — Sr. Presidente, occupar a tribuna é sempre para mim um exercício de humildade; e, ainda agora, não estou aqui senão para esse exercício, e felizmente, desta vez, afirm de dizer ao Senado uma palavra e não mais que uma palavra, que é, ao mesmo tempo, a definição de uma attitude.

Pretendia, Sr. Presidente, votar o estado de guerra solicitado pelo Poder Executivo, silenciosamente.

Oheguei a pensar que também silenciosamente votasse a minha collectividade; e ainda essa seta uma attitude.

Infelizmente, porém, Sr. Presidente, tive a ousadia de interromper o nobre Senador pelo Estado de São Paulo com o aparte que dei ao seu discurso tão cheio de ensinamentos.

E lastimo que o tivesse feito, obrigado que me sinto a dar ao Senado uma explicação das minhas atrevidas affirmações.

Nesse debate, Sr. Presidente, ha uma coisa que lamento profundamente, que é ter verificado, como verifiquei o Senado, a divergencia de opinião e a divergencia de attitudes entre os dois Senadores de São Paulo.

Focalizo essa divergencia — acredite o Senado — sinceramente penalizado, de tal sorte estou habituado a acatar a palavra...

O Sr. MORAES BARROS — Obrigado pela minha parte.

O SR. ELOY DE SOUZA — ... e a inspirar-me no procedimento politico de ambos, homens de tradição no seu Estado, que é, ao mesmo tempo, esse Estado, a maior tradição da politica republicana no Brasil.

S. Ex., o Senador Alcantara Machado apresenta-se ao Senado ainda desta vez como homem de dia e hora, que não fallou, nem na hora, nem no dia, para dar o seu voto com aquelle desassombro e aquelle patriotismo que tanto nos confortou.

Dou, Sr. Presidente, por minha vez, meu voto sem examinar os documentos trazidos ao nosso conhecimento, sem querer vel-os, nem discutil-os, nem commental-os, porque para mim basta a palavra dos dois eminentes ministros que subscreveram a representação ao Presidente da Republica, motivo da mensagem que S. Ex. dirigiu ao Legislativo pedindo o estado de guerra.

Se não fôra a convicção em que estão esses dois altos representantes, os mais altos representantes do Exerccio e da Armada, de que existe realmente em actividade solerte o parigo communista, e S. S. E. X. não teriam comprometido sua palavra em documentos de tão grande responsabilidade.

Quero, porém, Sr. Presidente, cingir-me principalmente ao aparte com que interrompi o discurso do nobre Senador pelo Estado de São Paulo. Disse naquella oportunidade que era preciso fazer melhor conceito da intelligencia e do bom senso do Sr. Presidente da Repu-

blica, não lhe attribuindo o crime inominavel de querer perpetuar-se no Governo, quando em verdade, por todos os actos, — actos significativos e ininterruptos, — S. Ex. tem dado a demonstração de que nunca lhe passou pelo pensamento permanecer no Governo alem do periodo estatuido na Constituição, collaborando até honestamente para assegurar a sua successão.

Digo, Srs. Senadores, que todos os actos do Sr. Presidente da Republica têm sido nesse sentido, porque tendo chegado até aqui, com um prestigio que ninguem lhe recusa, se fosse do seu interesse e do seu intuito perpetuar-se no poder, as attitudes de S. Ex. seriam bem differentes daquellas de que tem conhecimento o Senado e o Paiz.

O SR. WALDEMAR FALCÃO — Muito bem.

O SR. ELOY DE SOUZA — Sou insuspeito para esse julgamento, porque não ha, na Republica, nenhum Estado que, na dictadura e nos primórdios do Governo constitucional de S. Ex., mais tivesse soffrido, mais tivesse penado pela democracia, pela liberdade, pela preservação das instituições, do que penou e soffreu o Estado do Rio Grande do Norte, que nobre e generoso não me perdoaria a falta de serenidade no julgamento dos homens e dos factos politicos.

Coube a mim, como director do órgão do meu Partido — e aproveito a oportunidade para dizer ao Senado que, na minha terra, nada mais sou do que um mediocre jornalista de provincia — combater a mim combater com vehemencia todos os actos de duas inventorias, que ali tudo fizeram para conspurcar as liberdades publicas, para manietar o pensamento. Não estou aqui, porém, Sr. Presidente, para lembrar episodios em que fui parte e soffrimentos por que passei. Estou aqui, apenas, para dizer a isenção com que defendo o Sr. Presidente da Republica da pecha de usurpador, e já agora tambem para dar o meu testemunho de que, quando a justiça eleitoral proferiu sua ultima palavra, elle não nos faltou com o remedio adequado, intervindo na hora e na devida oportunidade, para que nos fosse reconhecido e garantido o direito á custa de tantos sacrificios, conquistado nas urnas.

Não discuto, Sr. Presidente, repito mais uma vez, não tomo conhecimento dos documentos que instruem a mensagem. Como o illustre Sr. Senador Alcantara Machado, confio na palavra do Governo, confio na palavra dos Ministros militares, confio na execução honesta que sabará dar ao estado de guerra o nobre Ministro da Justiça, representante, no caso, mais autorizado do Sr. Presidente da Republica.

Sr. Presidente, acredito na existencia do communismo; acredito no trabalho surdo e pertinaz desse credo pelo solapamento das nossas instituições. Não quero ser como aquelles cegos de que nos fala Chesterton, que, na infelicidade da sua cegueira, não puderam ter a impressão real do elephante em que tocaram. Um pegou na tromba do pachyderme e teve a sensação de ter agarrado uma cobra; outro, que se abraçou a uma de suas pernas, convenceu-se de que o elephante era uma arvore; outro, encostando-se á massa disforme, suppoz se ter arruinado a um muro; outro, pegando-lhe na cauda, imaginou que o elephante era uma corda; o ultimo por fim, pegando em uma de suas presas teve a impressão de que o elephante era um fuero. Cada um, Sr. Presidente, teve do elephante uma concepção differente. Nenhum delles acreditou no elephante, mas nem por isso o elephante deixou de existir.

Aos que não acreditam no communismo, aos que não acreditam nos males que o communismo nos está preparando, peço permissão para recordar essa velha fabula lembrada por Chesterton, para ap-

ESTE LIVRO NÃO PODE SAIR DA BIBLIOTECA

ELOY DE SOUZA

Tobias Monteiro

JORNALISTA E HISTORIADOR

928.69
M 775 S
Ex. AP.



S. DOCUMENTAÇÃO
BIBLIOTECA
M Justiça
COL. AFFONSO PENNA JR.

RIO DE JANEIRO 1942

to meu amigo
Affonso Penna
junior

Eloy de Souza
Rio. 27-1-942

M J	
SERVICIO DE DOCUMENTAÇÃO	
BIBLIOTECA	
Data	N.º
08/07/83	56.026

M H O L

Tobias Monteiro

JORNALISTA E HISTORIADOR

Conferência feita a convite da Sociedade
Folklore Brasileira, em sua séde, na cidade
de Natal, a 24 de Maio de 1941.



Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
– A MAIS ANTIGA INSTITUIÇÃO CULTURAL DO ESTADO –
Rua da Conceição, 622 / 623, Centro – CEP: 59025-270 – Natal/RN - Brasil
Fone: (0xx84) 3232-9728 – E-mail: ihgrn@yahoo.com.br

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que os livros relacionados abaixo - do escritor Eloy de Souza - fazem parte do acervo desta Instituição Cultural.

- Tobias Monteiro, Jornalista e Historiador
- Alma e Poesia do Litoral do Nordeste
- Cartas de um Desconhecido
- O Calvário das Secas
- Memória da Seca.
- Secas do Norte e Cabotagem Nacional, Discursos Pronunciados na Câmara dos Deputados.

Natal, 24 de outubro de 2007


Enélio Lima Petróvich
Presidente

_listas

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Mapa 1 - Antigo Polígono das Secas	51
Mapa 2 - Nova Delimitação do Semiárido	53
Foto 1 - Eloy de Souza	94
Foto 2 - Casa 'Paula Eloy & Cia'	104
Desenho 1 - Percurso entre Recife e Macaíba	106
Foto 3 - Eloy Castriciano de Souza e Henriqueta Leopoldina de Souza (pais de Eloy de Souza)	107
Foto 4 - Eloy de Souza no Jornal A República	113
Foto 5 - Faculdade de Direito do Recife	118
Foto 6 - Eloy de Souza no Egito	120
Foto 7 - Eloy de Souza	124
Foto 8 - Pedro Velho	137
Foto 9 - Eloy de Souza	137
Foto 10 - Eloy de Souza e seus companheiros de prisão	141
Foto 11 - Eloy de Souza e o amigo Dinarte Mariz	142
Foto 12 - Eloy de Souza e esposa Alice Xavier de Paula	142
Foto 13 - Eloy de Souza na Câmara e no Senado	144
Foto 14 - Eloy de Souza e Aluizio Alves	145

Foto 15 - Eloy recebe visita de José Américo	145
Foto 16 - Casa em que Eloy passou seus últimos dias	146
Foto 17 - Parte Posterior da Carteira profissional de Eloy de Souza	163
Foto 18 - Parte Anterior da Carteira Profissional de Eloy de Souza	163
Foto 19 - Fabião das Queimadas	178
Foto 20 - Eloy de Souza	219
Foto 21 - Vaquejada em homenagem à Eloy de Souza	222
Foto 22 - Eloy de Souza na porteira do curral	223
Foto 23 - Eloy vaqueiro	224
Foto 24 - Eloy de Souza no Rio de Janeiro	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Governadores do Rio Grande do Norte - RN (1889-1896)	132
Quadro 2 - Governadores do Rio Grande do Norte - RN (1896-1943)	136
Quadro 3 - Quadro síntese do vestuário de Natal/interior do Seridó meados do século XIX e início do século XX	169
Quadro 4 - Festas Tradicionais Religiosas Natal/Sertão do Seridó meados do século XIX e Início do Século XX	176
Quadro 5 - Quadro síntese dos costumes de Natal/interior do Seridó meados do Século XIX e início do século XX	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Secas dos Séculos XVIII e XIX	212
Tabela 2 - Secas nos Séculos XVI e XVII	217
Tabela 3 - Secas dos Séculos XVIII, XIX e XX	217

LISTA DE SIGLAS

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CNG - Conselho Nacional de Geografia

CTEF - Conselho Técnico de Economia e Finanças

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FCO - Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro- Oeste

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FNO - Fundos Constitucionais de Desenvolvimento do Norte

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOCS - Inspetoria de Obras Contra as Secas

IFOCS - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IHGRN - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

INSA - Instituto Nacional do Semiárido

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

MI - Ministério do Interior

PDSA - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TSA - Trópico Semiárido

